

Teoria e Política

Diálogos Contemporâneos



Organizadores
Isaac Ferreira Cavalcante
Eduardo Boni Nanque

Organizadores

Isaac Ferreira Cavalcante

Eduardo Boni Nanque

**Teoria e Política:
Diálogos Contemporâneos**

São Carlos, SP- Brasil - 2025

©2025, Organizadores e Autores

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito dos organizadores, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração e Diagramação: Isaac Ferreira Cavalcante

Capa: Adaptação do Mapa Mundo IBGE, 2025 :

Assistente de edição: Eduardo Boni Nanque

Parecer ad hoc: Pareceristas convidadas

Revisão: Kátia Gonçalves de Lima Sena, Autores e Organizadores

DOI: 10.5281/zenodo.17267209

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teoria e política [livro eletrônico] : diálogos contemporâneos / organizadores Isaac Ferreira Cavalcante, Eduardo Boni Nanque. -- 1. ed. -- São Carlos, SP : Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-64970-2

1. Ciência política 2. Democracia
3. Desenvolvimento social 4. Educação
5. Eleições - Brasil 6. Gestão pública 7. Política - Aspectos sociais I. Cavalcante, Isaac Ferreira.
II. Nanque, Eduardo Boni.

25-295277.0

CDD-320.01

Índices para catálogo sistemático:

1. Teoria política 320.01

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo ABNT, adequação técnica e linguística.

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS AD HOC

Drº. Bruno de Castro Rubiatti - Universidade Federal do Pará - UFPA

Drº. Bruno Mello de Souza - Universidade Estadual do Piauí - UESPI

**Drº Cláudio André de Souza - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira - UNILAB.**

Drª Gabriela Ippolito-O'Donnell - Universidad Nacional de San Martín - UNSM - Argentina

Drº Gabriel Ávila Casalecchi - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Drº Hesaú Rômulo Braga Pinto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Drº. Jefferson Ferreira do Nascimento, Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Drª Luciana da Conceição Farias Santana - Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Drº Luís Gustavo Bruno Locatelli - Fundação Getulio Vargas - FGV

Drª Olívia Cristina Perez - Universidade Federal do Piauí - UFPI

Drº Thales Haddad Novaes Andrade - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Drº Pedro José Floriano Ribeiro - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

**Drº Ricardo Ossagô - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- UNILAB.**

Drº Raimundo Batista dos Santos Junior - Universidade Federal do Piauí - UFPI

Drª Simone Piletti Viscarra - Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Drª Yasmin Calmet - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Isaac Ferreira Cavalcante & Eduardo Boni Nanque 14

PREFÁCIO

Dra. Lucy Oliveira 18

CAPÍTULO 1 - POLÍTICA LOCAL COMO CONDICIONANTE DA SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS, ATORES E INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO MUNICIPAL

Mariana Stuchi & Antonio Augusto Surian Cera Filippini 21

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTADO DE MATO GROSSO

Leandro Carvalho Lima 41

CAPÍTULO 3 - FUSÕES E AQUISIÇÕES DA EDUCAÇÃO PRIVADA NO BRASIL

Isaac Ferreira Cavalcante 67

CAPÍTULO 4 - UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO E SUA INTRÍNSECA DEPENDÊNCIA CÍCLICA

Gabriel Baldan Nunes 84

CAPÍTULO 5 - O PAPEL DO NARCISISMO COLETIVO NA POLÍTICA: POPULISMO E COMPORTAMENTO POLÍTICO

Lucas M. Maciel-Baqueiro, Maria do Socorro S. Braga & Murilo Calafati Pradella 103

CAPÍTULO 6 - O LEVIATÃ EM DEBATE: CONSIDERAÇÕES DE MICHAEL OAKESHOTT E QUENTIN SKINNER SOBRE A LIBERDADE CIVIL EM THOMAS HOBBS

Alexandre Nogueira Souza & Johnny Daniel Matias Nogueira 122

CAPÍTULO 7 - AS BASES PÓS-MATERIALISTAS DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL: DIFERENÇAS E SIMILARIDADES INTERGERACIONAIS E INTER REGIONAIS

Cristiane Ribeiro Pires 138

**CAPÍTULO 8 - ATUALIDADE DO CONCEITO DE AÇÃO EM ARENDT E O
NEOSSUJEITO: APROXIMAÇÕES COM O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Lucas Romano López 163

**CAPÍTULO 9 - ÍNDICE DE DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO EM RIBEIRÃO
PRETO**

Antonio Augusto Surian Cera Filippini & Maria Teresa Miceli Kerbaux 182

**CAPÍTULO 10 - O FRACASSO DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018: OS
EFEITOS DA POLARIZAÇÃO NA CANDIDATURA DE GERALDO ALCKMIN**

André Carlos Zorzi, Alexandre N. de Souza & Gabriel Baldan Nunes 201

**CAPÍTULO 11 - O PAIGC APÓS VIIIº CONGRESSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS DISPUTAS
INTRAPARTIDÁRIA (2015-2019)**

Eduardo Boni Nanque 227

**CAPÍTULO 12 - ELITES E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: POR UMA REVISÃO DO
ELITISMO E SUA UTILIZAÇÃO NA INTERPRETAÇÃO DOS ORGANISMOS
PARTIDÁRIOS**

Julio Cesar Donadone & Gregório Henrique Silva Duarte 257

**CAPÍTULO 13 - COMPORTAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE DOS VOTOS
SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS GOVERNOS LULA I E
BOLSONARO I**

Haron Barberio Francelin 276

**CAPÍTULO 14 - AS REDES SOCIAIS TOMARAM O LUGAR DA TELEVISÃO NAS
ELEIÇÕES BRASILEIRAS? UMA ANÁLISE DE CASO DE JOSÉ LUIZ DATENA COMO
CANDIDATO A PREFEITO DE SÃO PAULO EM 2024**

André Carlos Zorzi 304

**CAPÍTULO 15 - ARTÍFICES DA ASCENSÃO E DA QUEDA: O CENTRÃO E O SISTEMA
POLÍTICO BRASILEIRO**

Igor Sabino Rodrigues Solci 314

SOBRE OS PARTICIPANTES E COMITÊ CIENTÍFICO 332

APRESENTAÇÃO

Isaac Ferreira Cavalcante

Eduardo Boni Nanque

O Livro *Teoria e Política: Diálogos Contemporâneos*, é fruto dos tempos de transformações aceleradas, polarizações intensas e reconfigurações institucionais, a reflexão teórica e a análise política tornam-se ferramentas indispensáveis para compreender e intervir na realidade. Este livro, composto por quinze capítulos escritos por pesquisadoras e pesquisadores formados em diversas instituições e áreas do conhecimento, propõe um mergulho crítico nos desafios contemporâneos que atravessam o Brasil e o mundo, articulando teoria política, estudos empíricos e abordagens interdisciplinares desenvolvidas por investigadores discentes e docentes que fazem parte programa de Pós Graduação Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, PPGPol-UFSCar.

A política, enquanto prática social e campo de disputa, não pode ser dissociada da teoria que a interpreta, orienta e problematiza. Neste sentido, o livro se estrutura como um mosaico de investigações que revelam como os fenômenos políticos se manifestam em diferentes escalas — do local ao global — e como são atravessados por questões institucionais, culturais, econômicas e subjetivas.

A obra convida o leitor a pensar criticamente sobre temas como sustentabilidade, desenvolvimento, educação, comportamento político, democracia, comunicação e instituições partidárias. Ao reunir análises que vão da política municipal à filosofia política clássica, da conjuntura eleitoral à estruturação das elites, o livro oferece um panorama plural e instigante sobre os dilemas que marcam nosso tempo. No Capítulo 1, discute como a política local pode ser um vetor de sustentabilidade, destacando os atores e instituições municipais que enfrentam desafios ambientais e sociais. O Capítulo 2 analisa as políticas públicas voltadas ao turismo no estado de Mato Grosso, evidenciando tensões entre desenvolvimento econômico e planejamento territorial. O Capítulo 3, aborda o processo de fusões e aquisições na educação privada brasileira, revelando dinâmicas de concentração de capital e seus impactos na qualidade e acesso ao ensino. O Capítulo 4, investiga o desenvolvimento industrial brasileiro e sua dependência cíclica, oferecendo uma leitura crítica sobre os limites estruturais da economia nacional. O Capítulo 5, propõe uma reflexão sobre o narcisismo coletivo e sua influência no populismo e no comportamento político, articulando psicologia social e teoria política. O Capítulo 6, revisita o pensamento de Hobbes à luz das interpretações de Oakeshott e Skinner, discutindo os fundamentos da liberdade civil e do Estado moderno. O Capítulo 7, explora as bases pós-materialistas da legitimidade democrática no Brasil, com foco nas diferenças

intergeracionais e regionais. O Capítulo 8, aproxima o conceito de ação em Hannah Arendt ao neossujeito contemporâneo, discutindo a participação popular como expressão política. O Capítulo 9, apresenta um estudo de caso sobre o índice de democracia em Ribeirão Preto, evidenciando metodologias e resultados que ajudam a medir a qualidade democrática local. O Capítulo 10, analisa o fracasso da candidatura de Geraldo Alckmin em 2018, relacionando-o à polarização política e à crise de representação partidária. O Capítulo 11, investiga as disputas internas do PAIGC após seu VIIIº Congresso, oferecendo uma leitura sobre os desafios da democracia partidária na Guiné-Bissau. O Capítulo 12, revisita o elitismo como ferramenta teórica para compreender as organizações partidárias, propondo uma releitura crítica do papel das elites. O Capítulo 13, examina o comportamento jurídico-político nos votos sobre controle de constitucionalidade nos governos Lula I e Bolsonaro I, revelando padrões e rupturas. O Capítulo 14, questiona se as redes sociais substituíram a televisão como principal meio de influência eleitoral, com estudo de caso sobre José Luiz Datena. O Capítulo 15, encerra a obra com uma análise sobre o Centrão, suas estratégias de poder e sua centralidade no sistema político brasileiro.

Para o processo de seleção de cada Capítulo desta obra contamos com os pareceres *Ad Hoc* de uma excelente equipe de Doutoradas e Doutores da Ciência Política de instituições brasileiras e estrangeiras, ao qual agradecemos imensamente o tempo dedicado por cada docente e suas contribuições a cada capítulo: Drº. Bruno de Castro Rubiatti - Universidade Federal do Pará - UFPA, Drº Bruno Mello de Souza - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Drº Cláudio André de Souza - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Drª Gabriela Ippolito-O'Donnell - Universidad Nacional de San Martín - UNSM - Argentina, Drº Gabriel Ávila Casalecchi - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Drº Hesaú Rômulo Braga Pinto - Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, Drº. Jefferson Ferreira do Nascimento, Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, Drª Luciana da Conceição Farias Santana - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Drº Luís Gustavo Bruno Locatelli - Fundação Getulio Vargas - FGV, Drª Olívia Cristina Perez - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Drº Thales Haddad Novaes Andrade - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Drº Pedro José Floriano Ribeiro - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Drº Ricardo Ossagô - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Drº Raimundo Batista dos Santos Junior - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Drª Simone Piletti Viscarra - Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF e Drª Yasmin Calmet - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Este livro também conta com o empenho dos organizadores e os autores com suas retribuições em relação aos pareceres e correção de ajustes, aproveitamos para registrar a contribuição da Professora

de língua Portuguesa Kátia Gonçalves de Lima Sena, que dedicou uma parte de seu especial e valioso tempo para analisar trechos da obra.

Agradecemos deveras à Doutora em Ciência Política e Coordenadora do PPGPol/UFSCar, Professora Dra. Lucy Oliveira, pela honrosa contribuição ao prefácio desta obra. Sua leitura crítica e sensível enriqueceu profundamente nossa experiência, conferindo-lhe densidade temporal e relevância acadêmica. A generosidade intelectual com que acolheu o convite fortalece o diálogo que buscamos construir e reafirma o compromisso coletivo com a produção de conhecimento plural, democrático, transformador e com o reconhecimento institucional.

Este livro é mais do que uma coletânea de estudos: é um convite à reflexão crítica e ao engajamento intelectual. Ao reunir diferentes perspectivas teóricas e empíricas, ele contribui para o fortalecimento do pensamento político no Brasil, oferecendo subsídios para pesquisadores, estudantes, gestores públicos e cidadãos interessados em compreender e transformar a realidade. A pluralidade dos temas e abordagens reflete a complexidade dos desafios contemporâneos e reafirma a necessidade de uma teoria política viva, conectada com os dilemas do presente e comprometida com a construção de alternativas democráticas, inclusivas e sustentáveis.

Esperamos que esta publicação possibilite novas experiências e inspirações nas escolhas das novas investigações na Ciência Política e áreas afins.

PREFÁCIO

Eu vi mais longe porque subi em ombros de gigantes

Por Dra. Lucy Oliveira¹

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção
(Paulo Freire)

As dinâmicas políticas recentes ao redor do mundo tem tanto chacoalhado as bases do contrato social que funda o Estado-Nação enquanto modelo organizativo-político moderno, quanto têm feito emergir questões reflexivas no que tange a retomada, análise e revitalização de paradigmas explicativos da política. Isso traz um desafio e uma oportunidade: o primeiro é o de explicar fenômenos recentes considerando a historicidade e limites das matrizes teóricas hodiernas; e o segundo é o de exercitar a criatividade científica construindo novos horizontes de reflexão.

Essa obra *Teoria e Política: Diálogos Contemporâneos*, demonstra os dois movimentos, acrescido da capacidade inventiva que jovens pesquisadores podem trazer para o campo, contribuindo já durante sua formação com um olhar ousado, provocativo, atual e amplo sobre temáticas “quentes”.

Assim, a obra reflete sobre temas ligados ao contexto brasileiro em áreas canônicas, como partidos e teoria política, e temas mais recentes, como a polarização e efeito das campanhas digitais. Tudo isso temperado pela iniciativa coletiva e proativa de discentes do PPGPol/UFSCar, capitaneados por Isaac Ferreira e Eduardo Nanque.

Como atual coordenadora do programa, eu acredito ser esse um sintoma muito positivo e a prova de que, como educadores-pesquisadores, estamos no caminho certo: estabelecendo a formação de cientistas autônomos que se desafiam e estabelecem marcas relevantes no campo.

Cabe ressaltar ainda que a Ciência brasileira em geral, e a área de humanidades em específico, vem se recuperando de anos de desmonte, diminuição abrupta de investimentos públicos, além dos efeitos de uma pandemia mundial que nos afastou de nossos campi, tornando as trilhas formativas em algo ainda mais solitário e atomizado. Costumamos falar, em nosso tempo, que as universidades estão começando a retomar sua vida agora - os espaços, antes pujantes, estavam esvaziados pela pandemia e

¹ Doutora em Ciência Política e Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos - PPGPol/UFSCar. gosilva@ufscar.br

pelo “trabalho à distância”. Agora, voltamos a ver circulação de estudantes, docentes e uma ressignificação da formação superior.

Essa obra é resultado disso: da reocupação do espaço formativo e das trocas possíveis - e necessárias – para a construção do conhecimento coletivo, reunindo autoras e autores, futuras/os mestras/es e doutoras/es, de diferentes linhas, temas e ênfases de pesquisa, culminando em uma abordagem rica e plural da reflexão política. Isso nos alegra e aponta que é possível buscar a construção de iniciativas participativas de produção de conhecimento crítico e preocupado com os temas de seu tempo.

Que esse livro se multiplique: em seus leitores, suas autoras/es, suas discussões, seu alcance e, mesmo, em sua leitura crítica. Esperamos enquanto programa de pós-graduação e enquanto cientistas provocar o debate, e trazer à luz da ciência a dinâmica política - sempre em defesa da democracia, da equidade e da justiça social.

Uma boa leitura.

CAPÍTULO 1

POLÍTICA LOCAL COMO CONDICIONANTE DA SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS, ATORES E INSTITUIÇÕES NO CONTEXTO MUNICIPAL

Mariana Stuchi¹

<https://orcid.org/0009-0002-9711-7389>

<http://lattes.cnpq.br/1319237693031826>

mariana.stuchi@estudante.ufscar.br

Discente da UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

Antonio Augusto Surian Cera Filippini²

<https://orcid.org/0009-0000-7629-9238>

<http://lattes.cnpq.br/5556049428422086>

antoniofilippini@estudante.ufscar.br

Discente da UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO

O presente trabalho busca analisar de maneira expositiva a importância da política local dentro do contexto do avanço das políticas públicas ambientais, entendendo a sustentabilidade como um desafio político a nível nacional, buscamos esclarecer alguns dos desafios da implementação dessas políticas assim como os principais atores e instituições envolvidos no processo, também buscaremos pontuar importância da política municipal na agenda ambiental através da exposição de dois casos onde foram implementadas iniciativas ligadas ao programa município VerdeAzul. A hipótese principal do texto é de que a política local condiciona de maneira decisiva a capacidade dos municípios de avançarem em direção à sustentabilidade.

Palavras-chave: Política Local, Sustentabilidade, Itu, São José do Rio Preto, Programa Município VerdeAzul.

¹ Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Áreas de interesse: Política ambiental, Economia Política, Sociologia Econômica e Sustentabilidade..

² Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Áreas de interesse: Políticas Públicas, Gestão Pública, Governo Local, Comportamento Eleitoral e Partidos Políticos.

LOCAL POLITICS AS A CONDITIONING FACTOR OF SUSTAINABILITY: CHALLENGES, ACTORS AND INSTITUTIONS IN THE MUNICIPAL CONTEXT

Abstract

This paper attempts to analyze in an expository manner the importance of local politics within the context of advancing environmental public policies, understanding sustainability as a political challenge at the national level, we seek to clarify some of the challenges of implementing these policies as well as the main actors and institutions involved in the process, we also intend to point out the importance of municipal politics in the environmental agenda through the exhibition of two cases where initiatives linked to the *VerdeAzul* municipality program were implemented. The main hypothesis of the paper is that local politics decisively conditions the capacity of municipalities to move towards sustainability.

Keywords: Local Politics, Sustainability, Itu, São José do Rio Preto, VerdeAzul Municipality Program.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os debates em torno da sustentabilidade deixaram de ser restritos a especialistas e ativistas ambientais, tornando-se pauta central em arenas políticas, jurídicas e institucionais. A intensificação dos impactos da crise climática, a degradação acelerada dos ecossistemas e a crescente desigualdade socioambiental impuseram ao poder público o desafio de transformar o paradigma do desenvolvimento. Nesse cenário, a escala local se consolida como um espaço estratégico para a experimentação e consolidação de políticas públicas ambientais, não apenas pela proximidade com as realidades territoriais, mas também pela ampliação da autonomia municipal promovida pelo processo de descentralização institucional iniciado a partir da Constituição Federal de 1988 (Souza, 2006; Silva, 2007).

Com a elevação dos municípios à condição de entes federativos autônomos, tornou-se possível a formulação de políticas públicas que dialoguem diretamente com as dinâmicas ambientais e sociais do território. O artigo 23 da Carta Magna estabelece a competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (Brasil, 1988). No entanto, a existência dessa prerrogativa legal não garante, por si só, a efetivação de políticas eficazes. A sustentabilidade em nível municipal permanece fortemente condicionada pelas características do campo político local: as disputas entre atores, os interesses dominantes, a estrutura institucional disponível e a correlação de forças nos espaços decisórios (Faria, 2012; Avritzer, 1996).

Este artigo parte da hipótese de que a política local, mais do que qualquer diretriz normativa superior, condiciona de maneira decisiva a capacidade dos municípios de avançarem em direção à sustentabilidade. Ao observar como se estruturam as instituições, os processos decisórios, os mecanismos de participação e a atuação dos agentes políticos, torna-se possível compreender por que alguns municípios desenvolvem políticas ambientais eficazes e outros permanecem estagnados. A sustentabilidade, nesse sentido, não pode ser dissociada da política — ela é, antes de tudo, um projeto em disputa, sujeito a barganhas, alianças e interesses que refletem a cultura política de cada território (Jacobi, 2003; Leff, 2001).

Com o intuito de compreender essas relações, este trabalho propõe uma análise expositiva das dinâmicas da política local como fator condicionante das políticas ambientais. A abordagem adota como base teórica autores como Souza (2006), Faria (2012), Acseirad (2009) e Leff (2001), que articulam questões de política pública, justiça ambiental e racionalidade ecológica. Para além da discussão teórica, são apresentados dois estudos de caso: os municípios paulistas de São José do Rio Preto e Itu, ambos participantes do Programa Município VerdeAzul (PMVA), que

oferecem exemplos concretos de como contextos políticos distintos impactam diretamente os resultados das políticas ambientais.

A proposta é analisar não apenas os obstáculos, mas também as condições favoráveis ao avanço da sustentabilidade no nível local, compreendendo o papel da administração municipal e dos programas estaduais de incentivo ambiental. Ao fim, pretende-se demonstrar que a efetividade das políticas públicas ambientais depende, em larga medida, da configuração política local, tornando-se urgente olhar para o município não como executor periférico de diretrizes superiores, mas como protagonista da agenda ambiental do século XXI.

2. Política Local e Sustentabilidade: Um Encontro Necessário

A formulação de políticas públicas ambientais exige mais do que conhecimento técnico e boas intenções. Ela depende fundamentalmente da política: dos atores que ocupam posições de poder, das instituições que organizam as decisões, das disputas que moldam as prioridades e das estratégias utilizadas para conduzir ou bloquear determinadas agendas. Nesse sentido, a política local emerge como um campo privilegiado para compreender os condicionantes da sustentabilidade em nível municipal (Souza, 2006; Faria, 2012).

Para além do aparato político necessário à implementação de tais políticas, a sustentabilidade entra, no cenário atual, como uma importante ferramenta de formulação política e gestão pública, visto a necessidade cada vez maior de políticas públicas direcionadas ao combate à crise ambiental e climática, que podem promover maior bem-estar, e desenvolvimento socioambiental e econômico a nível local. Em decorrência disso, e de “sua proximidade com os cidadãos e os eventos sociais que podem resultar em impactos ambientais, o município assume cada vez mais responsabilidades relacionadas à proteção do meio ambiente.” (Gondim, 2023) resultando em um aumento crescente deste tipo de política em nível local.

Contudo, visto a complexidade e os altos custos do desenvolvimento de tais políticas, sua implementação em municípios, sobretudo em cidades de pequeno porte e que dispõem de menos recursos, depende em geral de incentivos externos. Por isso, a criação de programas governamentais direcionados ao incentivo de políticas públicas sustentáveis municipais, que promovam a descentralização da gestão ambiental, pode ser uma das principais estratégias para a construção de uma economia mais sustentável. O âmbito local pode ser a esfera mais promissora para políticas públicas ambientais, devido a sua maior sensibilidade do governo local em conhecer a realidade e os problemas ambientais, a capacidade de proteção da sociedade contra o excesso de

centralização de poder; e as maiores chances de participação da sociedade nos processos decisórios (O PAPEL..., s.d.).³

Tendo isso em mente, apresentaremos a seguir o que é a política local e de que maneiras ela se relaciona com a sustentabilidade, buscando evidenciar sobretudo o papel dos entes governamentais a nível local e nacional dentro da formulação de políticas e da gestão ambiental.

2.1. O que é política local?

A Constituição de 1988 foi um marco importante para o Brasil, pois trouxe uma série de elementos que influenciaram profundamente sua economia, cultura e, especialmente, seu modelo político. Um dos principais resultados dessa Constituição foi o impulso à descentralização administrativa, que ampliou a autonomia dos municípios. Esse processo de descentralização já vinha ocorrendo antes de 1988, como aponta Kerbauy (2016), que menciona a reforma tributária de 1965, a Lei Orgânica dos Municípios de 1967 e a criação das regiões administrativas nos estados. Essas iniciativas não apenas reestruturaram juridicamente os municípios, mas também alteraram a administração e as redes de poder local, já que os municípios passaram a ter maior autonomia. As reformas subsequentes aumentaram a autonomia fiscal de estados e municípios, descentralizando a tomada de decisões e conferindo aos municípios brasileiros mais competências nas áreas administrativa, econômica e social.

Todo esse processo de descentralização foi consolidado na Constituição de 1988, que elevou os municípios para entidades federativas, que garantiu autonomia na gestão de políticas públicas. Os municípios agora detinham maior recursos decorrentes das transferências institucionais, além da capacidade de legislar assuntos relacionados aos interesses políticos, econômicos e sociais da ordem local. Devido a essa nova condição de entidade do município, foram atribuídas responsabilidades políticas e fiscais que anteriormente apenas os Estados e a União possuíam (Silva, 2007. Kerbauy; Rocha, 2014).

A política local pode ser entendida como o conjunto de dinâmicas que envolvem a disputa, o exercício e a manutenção do poder dentro do espaço municipal. Isso inclui a atuação de prefeitos, vereadores, partidos políticos, burocracias administrativas, conselhos municipais, organizações da sociedade civil, imprensa local e setores econômicos organizados. Essas interações são atravessadas por contextos históricos, culturais e institucionais que conferem singularidade a cada município (Souza, 2006; Avritzer, 1996).

³ Fonte: <https://engemausp.submissao.com.br/21/arquivos/377.pdf>

Diferentemente de uma visão estritamente institucionalista, que reduz a política local ao funcionamento formal dos poderes Executivo e Legislativo, uma abordagem mais ampla permite considerar as relações de influência, os acordos informais, os jogos de interesse e até mesmo as ausências — como a apatia cidadã ou a falta de mecanismos efetivos de controle social — que configuram o campo político local. É nesse cenário que se definem as prioridades públicas e os caminhos de implementação das políticas (Avritzer, 1996).

2.2. Sustentabilidade como política pública

A formulação de políticas com enfoque sustentável são majoritariamente baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável que busca a conciliação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, sua definição clássica, dada pelo Relatório de Brundtland, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o define como “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”(ONU, 1987, p. 41).

Dessa forma, a sustentabilidade, abordada a partir de tal conceito generalista, é, na prática, uma construção política resultante de discussões e interesses a nível internacional, e que quando aplicados localmente envolvem uma série de escolhas e adaptações, e interesses a nível local, que nem sempre são consensuais, como, por exemplo, priorizar o transporte coletivo em detrimento da expansão rodoviária, preservar áreas verdes contra empreendimentos imobiliários, ou investir recursos em saneamento básico ao invés de obras de maior visibilidade eleitoral (Jacobi, 2003).

Ao reconhecer a sustentabilidade como uma pauta que disputa espaço com outras demandas sociais e políticas, compreende-se que sua concretização depende da capacidade dos atores locais de formular projetos coletivos, mobilizar recursos, articular parcerias e sustentar compromissos de médio e longo prazo (Leff, 2001). Isso torna o ambiente político local um fator decisivo para o sucesso — ou fracasso — de políticas ambientais.

Outro ponto importante é considerar que a formulação desse tipo de política requer um estudo cuidadoso das especificidades locais como o relevo, clima, recursos naturais, fauna e flora, biomas, a estrutura econômica local, quais os principais são os agentes poluidores localmente ou como a região é afetada por externalidades, entre outros fatores. Tal estudo se torna muito facilitado e mais aprofundado quando feito a localmente, diferente do que acontece com políticas que são desenvolvidas estadual ou nacionalmente, não considerando os aspectos locais acabam sendo muito mais gerais e precisam, na maioria das vezes, de adaptações para que seja possível a

sua aplicação em cidades menores. Dessa forma o desenvolvimento local das políticas pode considerar com muito mais pormenores as necessidades e demandas socioambientais do município ou região.

2.3. A interseção entre política local e políticas ambientais

A interseção entre política local e políticas ambientais revela-se, portanto, inevitável. A elaboração e execução de políticas públicas voltadas à sustentabilidade não acontecem em um vácuo técnico ou apolítico: elas são atravessadas por disputas orçamentárias, interesses econômicos, estratégias eleitorais e capacidades institucionais (Faria, 2012). Muitas vezes, objetos ambientalmente relevantes são descontinuados por mudanças de gestão, falta de apoio legislativo ou resistência de setores econômicos locais.

Além disso, a ausência de prioridade política para a pauta ambiental nos governos municipais compromete não apenas a implementação de políticas, mas também sua legitimação pública. Sem apoio político consistente e sem articulação institucional, a sustentabilidade tende a ser relegada a programas periféricos, pouco integrados e com baixa efetividade (Jacobi, 2003; Acselrad, 2009).

Por outro lado, quando há condições favoráveis — como lideranças políticas comprometidas, coalizões favoráveis na Câmara, engajamento da sociedade civil e capacidade administrativa —, o município pode se tornar um espaço de inovação e avanço em políticas ambientais. A política local, nesse sentido, pode ser tanto obstáculo quanto motor da sustentabilidade (Souza, 2006).

2.4. Competências institucionais e o papel dos entes federativos na agenda ambiental

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 23, que é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (Brasil, 1988). Essa diretriz reforça o caráter federativo da política ambiental brasileira e exige a atuação articulada entre os entes federativos. No entanto, as atribuições específicas de cada esfera de governo variam em escopo e profundidade, o que confere ao município um papel estratégico, ainda que limitado por recursos e capacidade técnica.

Ao governo federal cabe a formulação de políticas nacionais, o estabelecimento de diretrizes e normas gerais sobre proteção ambiental e o licenciamento ambiental de obras de

grande impacto. Também é de sua responsabilidade a articulação internacional em matéria de meio ambiente, bem como o financiamento e a coordenação de programas nacionais, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima ou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Milaré, 2015).

Os governos municipais, por sua vez, exercem competências mais diretas sobre a gestão ambiental cotidiana dos territórios. Cabe aos municípios, entre outras atribuições, o ordenamento territorial, o controle do uso do solo urbano, a gestão dos resíduos sólidos, a arborização urbana, a regulação de atividades poluidoras de pequeno impacto e a fiscalização ambiental local (IBGE, 2020). Além disso, a elaboração do Plano Diretor e a criação de conselhos municipais de meio ambiente são instrumentos centrais para uma atuação ambiental consistente no nível local.

Essa distribuição de competências exige cooperação entre os níveis de governo, mas também evidencia que a sustentabilidade depende, em larga medida, da capacidade política e institucional dos municípios. Sem a mobilização da política local — que organiza, prioriza e operacionaliza essas atribuições —, mesmo as diretrizes mais avançadas estabelecidas em âmbito federal tendem a se perder na ausência de implementação concreta (Acsegrad, 2009). Por sua vez, sem incentivos e financiamento governamental as iniciativas locais ficam ao revés, pois a falta de recursos impede a concretização de tais iniciativas, tornando a implementação desse tipo de política uma via de mão dupla entre os incentivos nacionais e a mobilização local.

3. O Programa Município VerdeAzul (PMVA): Incentivos a política ambiental municipal e Possibilidades para a Sustentabilidade

● 3.1. O Programa Município VerdeAzul (PMVA)

O Programa Município VerdeAzul é um programa do Governo do Estado de São Paulo, lançado em 2007 pela Secretaria do Meio Ambiente Infraestrutura e Logística (SEMIL) com o objetivo de mensurar e incentivar programas e projetos municipais de gestão ambiental auxiliando as prefeituras paulistas na realização de políticas públicas promovendo o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

O programa possui dez áreas temáticas de projetos que podem ser inscritas sendo elas: Governança Ambiental, Adaptação às Mudanças Climáticas, Educação Ambiental, Saneamento Básico (água, Esgoto e Drenagem), Resíduos Sólidos, Qualidade do Ar e Mitigação de GEE, Biodiversidade, Arborização Urbana, Recursos Hídricos e Zoneamento ecológico-Econômico

(SEMIL, 2025). Ademais os municípios são divididos em cinco grupos, cujo critério é a faixa populacional.

Os projetos inscritos e aprovados, recebem uma capacitação técnica, e é produzido o “Ranking Ambiental dos municípios paulistas”, onde são avaliados os projetos, e os que obtiverem mais de 80 pontos, em ações distribuídas dentro das áreas temáticas, podem garantir uma honraria e até um prêmio. A partir dessa avaliação é publicado o Indicador de Avaliação Ambiental (IAA), importante índice para a formulação e aprimoramento de políticas ambientais.

Dessa forma, os municípios que tiverem os projetos mais bem avaliados ganham o certificado município VerdeAzul, a partir dessa certificação os municípios garantem preferência na captação de recursos da SEMIL. Além disso, os municípios de cada um dos cinco grupos que apresentarem os projetos mais inovadores serão premiados através do “Prêmio Governador André Franco Montoro”. Com isso, os municípios contemplados pelo projeto contam com uma série de incentivos e facilitadores para o desenvolvimento de uma gestão ambiental bem estruturada que tende a culminar na construção de municípios mais ambientalmente sustentáveis. Dentre os contemplados algumas cidades se destacam pela inovação ou pelos resultados de seus projetos, examinaremos a seguir dois casos de municípios que foram vencedores do prêmio Governador André Franco Montoro e que servem como objeto para expor as potencialidades da política ambiental local.

● 3.2. O Caso São José do Rio Preto

São José do Rio Preto é um município localizado no interior paulista a 445 km de São Paulo, com cerca de 480.00 habitantes. O município se destacou pela pontuação de 95 pontos no ranking “Ranking Ambiental dos municípios paulistas”, e vencendo na categoria de “Reflorestamento Urbano”, com projetos que fomentem a ampliação de florestas urbanas no território municipal, em parques, praças e áreas públicas livres e sistema viário.

A cidade conta com uma governança ambiental sólida, com uma Secretaria do Meio Ambiente estruturada desde 1997 e com a atuação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), que contribui na formulação e acompanhamento de políticas públicas. Em termos de sustentabilidade, o município tem investido em tecnologias e práticas eficientes, como a substituição da iluminação pública por lâmpadas de LED, gerando uma economia de até 50% no consumo de energia, e o uso de biocombustíveis na frota de veículos oficiais da

administração. Destaca-se no município uma Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil que transforma entulho em mais de 50 produtos reutilizáveis.

A educação ambiental também é prioridade no município, com um programa institucionalizado desde 2008 e coordenado pela Comissão Municipal de Educação Ambiental (COMEA), que integra as ações do PMVA, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e de outros projetos educacionais. No tocante ao uso do solo, a cidade possui um Plano Municipal de Drenagem Urbano inserido dentro do Plano de Saneamento Básico, com ações para combater a erosão e manutenção de estradas rurais. A atuação da Defesa Civil também é reconhecida, com a classificação “prata” no prêmio Município Resiliente 2003 e com o trabalho do Comitê Interno de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas (Comclima), que elabora o Plano de Adaptação Climática.

Na área de gestão das águas, São José do Rio Preto foi classificada em primeiro lugar no Ranking de Saneamento 2023 do Instituto Trata Brasil, alcançando a universalização do saneamento com 12 anos de antecedência ao previsto pelo Marco Legal. Com 100% da população urbana atendida com coleta e tratamento de esgoto, a cidade inaugurou a Estação Elevatória de Esgoto no distrito de Talhado. A recuperação ambiental também avança com o plantio de mais de 85 mil mudas nos últimos anos em Áreas de Preservação Permanente, e o projeto “Heróis das Águas” promove educação ambiental entre crianças.

Quanto à gestão de resíduos sólidos, o município possui um plano integrado em vigor e contratos específicos para coleta e destinação final em aterro sanitário com alta nota de qualidade (IQR 10,00). Também mantém parcerias com cooperativas de coleta seletiva e promove ações regionais, como o “Mutirão do Lixo Eletrônico”. Obteve excelente desempenho no Índice de Gestão de Resíduos (IGR), sendo classificado como município de gestão eficiente.

Na diretiva de qualidade do ar, desde 2010 há ações para reduzir emissões de gases do efeito estufa no transporte público. A frota municipal conta com veículos modernos, em sua maioria abastecidos com Diesel S-10, com padrão Euro 6, e passa por manutenções preventivas periódicas. Em relação à arborização urbana, o município possui um Plano Diretor instituído por lei desde 2018. Entre julho de 2022 e junho de 2023, foram produzidas mais de 7.600 mudas e plantadas ou doadas mais de 30 mil, com importantes ações de compensação ambiental e parcerias com a sociedade civil (São José do Rio Preto, 2023).

Por fim, na diretiva de biodiversidade, o município tem promovido a integração entre órgãos ambientais e iniciativas de conservação. Um dos destaques foi a transformação do

Zoológico Municipal em Zoobotânico, com foco em educação ambiental, conservação da fauna e reabilitação de animais silvestres. Parcerias com a Polícia Ambiental, Ibama e Corpo de Bombeiros fortalecem ações de resgate e manejo, o que rendeu à equipe técnica uma Moção de Aplausos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2023, após o resgate de uma onça preta em área urbana.

Com todas essas ações, São José do Rio Preto se posiciona como referência em gestão ambiental e sustentabilidade, cumprindo antecipadamente metas nacionais e adotando práticas inovadoras e integradas para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população.

3.3. O Caso Itu

Itu é um município localizado na Região metropolitana de Sorocaba, São Paulo, possui cerca de 175.000 habitantes, a economia municipal é sobretudo baseada no turismo com a presença de algumas empresas como a Heineken e a Toyota. A cidade possui vários parques urbanos e uma grande área de preservação da Mata Atlântica, o que foi facilitado pelo seu Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. O município de Itu está inserido integralmente no bioma Mata Atlântica, contando com apenas 8% de sua cobertura original (Fundação Florestal, 2015 Apud Secretaria de Meio Ambiente de Itu, s.d.). Dessa forma a conservação da cobertura remanescente e a recuperação de parte do bioma principalmente áreas de mananciais, é de extrema importância “para o abastecimento público e para a formação de corredores ecológicos, visando o equilíbrio da fauna e flora existentes, já que o município é considerado um ambiente ecótono por estar localizado entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado (Secretaria de Meio Ambiente de Itu, s.d.)

O projeto, que fez parte do Programa Município VerdeAzul, foi avaliado com 83.45 pontos no “Ranking Ambiental dos municípios paulistas”, e foi um dos projetos premiados na categoria de Proteção da Biodiversidade, para cidades do grupo quatro. Ele foi criado pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, de Planejamento e de Obras de Itu, juntamente com Fundação SOS Mata Atlântica e membros do COMDEMA, e tem por objetivo atender à Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006 – Lei da Mata Atlântica, que regulamenta a proteção e uso da biodiversidade e recursos dessa floresta, e prevê a implementação de planos municipais de conservação e recuperação da mata atlântica.

Segundo o relatório apresentado pelo plano de gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiental estruturar um processo de manejo que contribua significativamente para o aumento da vegetação original do município é difícil e complicado, a vegetação remanescente concentra-se

principalmente nas regiões rurais, déficits de cobertura vegetal nas Áreas de Preservação Permanente (APP), que alcançam cifras variando entre 80% a 95%, assim a aplicação do plano de conservação e restauração é essencial para a proteção do bioma.

O projeto é dividido em três áreas principais, a Educação Ambiental, o Planejamento Ambiental, e a Fiscalização da Poluição e Controle Ambiental e conta com uma estrutura que inclui além da secretária de meio ambiente e do Condema, diversos parques ecológicos, centros de educação ambiental e oito ecopontos em bairros do município. Além disso, conta com várias parceiras como o Projeto Mucky, Associação da Prefeitura da ANAMMA, Ministério do Meio Ambiente, Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, entre outros.

Em relação a restauração das matas ciliares e nascentes, o plano, que busca nesse aspecto a melhora da qualidade da água dos córregos urbanos, com a sua despoluição e recuperação, priorizou as bacias de mananciais de abastecimento público. Foram selecionadas duas bacias que apresentavam maior área de APP (Áreas de Preservação Permanentes) degradadas, sendo elas as bacias do Itaim-Guaçu e do Córrego dos Gomes.

Quanto à arborização urbana, buscando melhor estabilidade microclimática, melhora na qualidade do ar através da captura de carbono, e melhora do bem estar através da diminuição de barulho do aspecto visual promovendo também saúde física e mental. O município investiu na conscientização da população a respeito da importância do plantio de espécies nativas, e da preservação e manutenção desses espaços, visando a redução da depredação e dos danos à vegetação. A cidade também investiu em um aumento da biodiversidade e do adequado manejo da arborização urbana como uma forma de redução de pragas urbanas e de equilibrar as pressões sobre o ambiente, geradas pelo desenvolvimento econômico e demográfico, buscando futuramente a formação de corredores ecológicos.

Em relação ao reflorestamento, a cidade investiu na criação de quatro viveiros municipais, sendo três sob controle da Secretaria de Meio Ambiente, e um gerenciado pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica. O primeiro é o viveiro de Taboão, que fica dentro do Parque Ecológico Taboão, onde são produzidas mudas de árvores nativas para o reflorestamento e mudas para arborização urbana. O segundo viveiro é o Escola Agrícola, que fica na ETEC Martinho Di Ciero, ele é responsável pela produção de mudas e plantas ornamentais para praças públicas e áreas verdes do município de Itu, e pela produção de adubo e substrato para produção e adubação. O terceiro é o Viveiro Santa Tereza, que produz mudas de árvores nativas para restauração florestal de matas ciliares e arborização urbana. E por fim o Viveiro da S.O.S. Mata Atlântica usado para o

desenvolvimento de pesquisas e projetos variados de restauração florestal e educação ambiental. O projeto também conta com o Projeto Plantar que promove o plantio de árvores nativas no território ituano.

Por fim, em relação à educação ambiental, o município desenvolveu um programa de educação ambiental voltado à rede pública de educação e buscando o maior engajamento da população local. O projeto conta com vários centros de educação ambiental, localizados em parques ecológicos como o Parque Almeida Júnior, Parque do Varvito, Parque Ecológico Chico Mendes e o Parque Ecológico Taboão, onde são promovidos diversos cursos, eventos e atividades voltados à educação ambiental e promoção da cultura.

A partir do cumprimento rigoroso desse programa, a cidade de Itu se tornou uma referência na gestão ambiental e sustentabilidade, sobretudo na proteção da biodiversidade, fazendo um trabalho de restauração e conservação de áreas de mata atlântica e promovendo a conscientização e engajamento de sua população na melhora dos níveis de sustentabilidade do município.

4. Desafios e Potencialidades da Política Ambiental no Nível Municipal

A formulação e implementação de políticas ambientais no nível municipal estão sujeitas a diversos obstáculos, muitos dos quais enraizados nas dinâmicas da própria política local. Em teoria, os municípios brasileiros possuem competências significativas no campo ambiental, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao ordenamento territorial, à regulação do uso e ocupação do solo urbano, à fiscalização de atividades de impacto local e à gestão de resíduos sólidos. Na prática, contudo, transformar essas atribuições legais em políticas públicas efetivas, consistentes e duradouras tem se mostrado um desafio complexo.

Essa dificuldade não decorre apenas de limitações técnicas ou da escassez de recursos financeiros, embora esses fatores também exerçam influência considerável. O problema é, sobretudo, de natureza política e institucional. Muitas administrações municipais enfrentam ambientes marcados por instabilidade política, baixa capacidade de coordenação intersetorial, influência desproporcional de interesses econômicos, fragilidade dos mecanismos de controle social e falta de recursos financeiros. Nessas condições, decisões relacionadas à proteção ambiental frequentemente ficam à mercê de cálculos políticos de curto prazo ou de pressões externas por flexibilizações normativas.

Além disso, a política ambiental, por sua natureza transversal e de longo prazo, exige planejamento integrado e continuidade administrativa — elementos que muitas vezes estão ausentes no cotidiano da gestão municipal. A rotatividade de gestores, a descontinuidade de programas entre diferentes mandatos e a fragmentação das estruturas burocráticas impedem a construção de estratégias ambientais estáveis. Assim, o município, que poderia funcionar como um laboratório de inovação em sustentabilidade, acaba frequentemente limitado por uma lógica imediatista e reativa, que compromete a capacidade do poder público de enfrentar os desafios ambientais com a profundidade e a consistência necessárias.

Nos tópicos a seguir buscamos fazer um balanço de quais seriam as principais barreiras políticas em relação a construção de uma gestão sustentável localmente, evidenciando os principais obstáculos na implementação de agendas ambientais municipais, e em contraponto apresentaremos como, com condições favoráveis o nível municipal é imbuído de grande oportunidades para a construção de políticas sustentáveis eficazes.

4.1. Barreiras políticas à sustentabilidade local

Um dos principais entraves à construção de uma agenda ambiental robusta no âmbito municipal diz respeito à captura do Estado por interesses privados. Trata-se de um fenômeno recorrente em diversas cidades brasileiras, onde grupos econômicos organizados — especialmente ligados ao setor imobiliário, à indústria extrativa, à construção civil e à infraestrutura — exercem considerável influência sobre os processos decisórios. Esses atores, ao se posicionarem como agentes estratégicos para o desenvolvimento local, conseguem pautar políticas públicas de forma a priorizar seus próprios interesses em detrimento das necessidades socioambientais da coletividade. Como consequência, medidas fundamentais à proteção do meio ambiente, como a criação de unidades de conservação, o estabelecimento de normas restritivas ao uso e ocupação do solo ou a exigência de estudos de impacto ambiental mais rigorosos, acabam sendo sistematicamente enfraquecidas, flexibilizadas ou mesmo ignoradas nas agendas legislativas e administrativas (Leff, 2001).

Essa dinâmica se intensifica quando considerada em conjunto com a ausência de prioridade política atribuída à pauta ambiental por parte de muitos governos municipais. Em um cenário marcado por ciclos eleitorais curtos e pela constante pressão por resultados imediatos e visíveis, projetos de médio e longo prazo — como os voltados à mitigação das mudanças climáticas, à gestão de resíduos sólidos ou à recuperação de áreas degradadas — acabam sendo negligenciados em favor de ações com maior apelo midiático ou retorno político mais imediato. A sustentabilidade, nesse contexto, passa a ser tratada como um acessório administrativo, frequentemente associada a campanhas pontuais ou ações simbólicas, e não como uma estratégia

estruturante de desenvolvimento urbano (Jacobi, 2003). Tal postura revela uma compreensão limitada da questão ambiental, muitas vezes vista apenas como um entrave burocrático ou um custo adicional, e não como uma dimensão transversal da política pública capaz de promover qualidade de vida, equidade e resiliência territorial.

Somado a isso, os conflitos institucionais entre os poderes Executivo e Legislativo também representam um fator de bloqueio à construção de políticas ambientais efetivas. A relação entre prefeitos e vereadores, frequentemente marcada por disputas partidárias, interesses particulares e barganhas político-eleitorais, pode dificultar ou até inviabilizar a aprovação de projetos estratégicos para a agenda ambiental. Propostas que envolvem regulação ambiental mais rígida, por exemplo, tendem a encontrar resistência em segmentos da Câmara Municipal alinhados a setores econômicos tradicionais, como o agronegócio urbano ou o setor de loteamentos. Esse cenário se agrava quando há fragmentação administrativa e ausência de coordenação entre as diversas secretarias responsáveis por áreas correlatas, como meio ambiente, urbanismo, saúde e infraestrutura. A falta de articulação intersetorial compromete a coerência das ações governamentais e impede a formulação de políticas integradas, comprometendo a eficácia das respostas locais aos desafios ambientais contemporâneos (Faria, 2012).

Com base nos dados trazidos pelas fontes recentes, é possível observar que a política ambiental enfrenta não apenas entraves políticos, mas também sérias restrições orçamentárias que comprometem sua efetividade em todas as esferas de governo. No nível federal, a proposta orçamentária para 2024 prevê uma redução de R\$ 700 milhões no orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima em comparação com o ano anterior, o que representa uma queda de 10,3% nos recursos da pasta⁴ (Climainfo, 2023). Essa diminuição impacta diretamente a capacidade do governo federal de coordenar programas estruturantes, financiar ações de conservação e apoiar estados e municípios na implementação de políticas ambientais. No plano municipal, a situação também é crítica: entidades representativas alertam para o subfinanciamento crônico das principais áreas de interesse público, incluindo o meio ambiente, o que compromete a atuação das prefeituras em setores como gestão de resíduos, controle do uso do solo e fiscalização ambiental⁵ (Araújo, 2024). Dessa forma, a fragilidade orçamentária torna-se um obstáculo concreto para que a sustentabilidade deixe de ser apenas um princípio constitucional e se transforme em prática cotidiana nos territórios.

⁴ Disponível em:

<https://climainfo.org.br/2023/09/05/orcamento-2024-ministerio-do-meio-ambiente-perde-r-700-milhoes/#:~:text=A%20proposta%20de%20or%C3%A7amento%20para,%20menos%2010%2C3%25>.

⁵ Disponível em:

<https://brasil61.com/n/municipios-entidades-alegam-subfinanciamento-em-principais-areas-de-interesse-da-populacao-bras2413047>.

4.2. Condições favoráveis à construção de políticas ambientais eficazes

Apesar desses desafios, o nível municipal também oferece oportunidades concretas para o avanço da sustentabilidade. Quando há estabilidade política e coalizões favoráveis, é possível aprovar e implementar políticas ambientais estruturadas e conectadas às necessidades do território. O envolvimento de diferentes atores sociais — como movimentos ambientalistas, universidades, associações de bairro e conselhos municipais — pode funcionar como catalisador de políticas inovadoras e de base participativa (Souza, 2006).

A participação cidadã, nesse contexto, é um fator decisivo. A criação e o fortalecimento de conselhos municipais de meio ambiente, audiências públicas e fóruns deliberativos permitem que a sociedade civil influencie a agenda pública e contribua para a fiscalização da atuação do poder público. Essa atuação colaborativa reforça a legitimidade das políticas ambientais e amplia sua eficácia (Acselrad, 2009).

Além disso, a existência de uma estrutura administrativa capacitada e de instituições públicas organizadas é fundamental para garantir que as ações ambientais não fiquem restritas ao plano discursivo. Municípios que contam com secretarias de meio ambiente com orçamento, equipe técnica e instrumentos de planejamento — como planos de arborização, zoneamentos ambientais e legislações específicas — tendem a apresentar melhores resultados na gestão de seus recursos naturais (IBGE, 2020; Milaré, 2015).

Por fim, a liderança política desempenha papel central. Prefeitos e vereadores que compreendem a centralidade da sustentabilidade no desenvolvimento local e que articulam suas ações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou com as diretrizes do Plano Diretor, por exemplo, ampliam as chances de que a política ambiental seja integrada e efetiva. O compromisso político com o meio ambiente, mais do que uma declaração formal, deve se traduzir em ações concretas de planejamento, normatização e execução (Leff, 2001).

Os casos apresentados acima servem como importantes exemplos de como políticas bem estruturadas, que levam em consideração as demandas locais, e que recebam os devidos incentivos e financiamento público, podem trazer resultados inovadores em termos de gestão e sustentabilidade. Assim a ampliação desses benefícios pode ser uma das principais estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável no país.

5. Considerações Finais

A partir da reflexão desenvolvida neste artigo, torna-se evidente que a política local exerce um papel central e inescapável na definição dos rumos da sustentabilidade no Brasil. O espaço

municipal, muitas vezes concebido como mero executor de políticas públicas formuladas nos níveis federal ou estadual, é, na verdade, o locus onde se concretizam — ou fracassam — as diretrizes ambientais. Mais do que uma instância administrativa, o município é um território político em que se cruzam interesses diversos, disputas por recursos e narrativas concorrentes sobre o que significa desenvolvimento, progresso e bem-estar (Avritzer, 1996; Souza, 2006).

Como demonstrado ao longo do trabalho, a formulação e implementação de políticas ambientais no nível local estão sujeitas a uma série de entraves. Entre os principais obstáculos, destacam-se o subfinanciamento estrutural das administrações municipais (Araújo, 2024), a captura do Estado por interesses econômicos dominantes, a ausência de prioridade política para a agenda ambiental e a fragmentação institucional que compromete a coordenação intersetorial. Somam-se a esses fatores a descontinuidade de programas entre gestões, a baixa capacidade técnica e a insuficiência de instrumentos normativos e financeiros para operacionalizar as ações previstas.

No entanto, ao lado desses desafios, também se observam possibilidades concretas de inovação, articulação e protagonismo local. O caso de São José do Rio Preto mostra como lideranças políticas comprometidas, instituições bem estruturadas e articulação com a sociedade civil podem resultar em políticas ambientais efetivas, inclusive antecipando metas nacionais e promovendo soluções criativas e adaptadas às realidades do território. Já o caso de Itu, mesmo enfrentando limitações em termos de cobertura vegetal e desafios históricos, mostra o potencial transformador de planos municipais bem desenhados, ancorados em parcerias e com foco em ações de recuperação ambiental. Ambos os casos reforçam que a sustentabilidade, quando tratada como um eixo estruturante da política pública, pode gerar efeitos positivos para o meio ambiente e para a população.

Nesse sentido, o fortalecimento da política ambiental municipal deve ser uma prioridade para qualquer estratégia de governança ambiental que almeje efetividade. Isso implica garantir recursos financeiros adequados, capacitar quadros técnicos, ampliar canais de participação e fomentar a articulação federativa com estados e União. Implica, sobretudo, reconhecer que a sustentabilidade não se impõe de cima para baixo, mas é construída a partir de pactos locais, processos deliberativos e compromissos institucionais de longo prazo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre municípios com diferentes configurações políticas e institucionais, a análise empírica da atuação dos vereadores em pautas ambientais e a avaliação do impacto de programas estaduais e federais na indução de políticas públicas locais. Compreender a sustentabilidade como um campo político em disputa é, portanto, o primeiro passo para transformá-la em realidade.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ACSELRAD, Henri. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ARAÚJO, Marquazan. Municípios: entidades alegam subfinanciamento em principais áreas de interesse da população. *Brasil 61*, 23 nov. 2024. Disponível em: <https://brasil61.com/n/municipios-entidades-alegam-subfinanciamento-em-principais-areas-de-interesse-da-populacao-bras2413047>. Acesso em: 8 abr. 2025

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 23. Brasília, 1988.

CLIMAINFO. Orçamento 2024: Ministério do Meio Ambiente perde R\$ 700 milhões. *ClimaInfo*, 5 set. 2023. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/09/05/orcamento-2024-ministerio-do-meio-ambiente-perde-r-700-milhoes/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). *Política pública: teoria, análise e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

GONDIM, Milena Alencar. *A política ambiental local: uma análise sob aspectos transnacionais de governança, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável*. Dissertação de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará Faculdade de Direito. Fortaleza, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política e poder local*. Curitiba: Editora Appris, 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta. (Orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. São Paulo: Cortez, 2001.

MILARÉ, Édis. *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-204, 2003.

ONU. United Nations Organization. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Oslo, 1987.

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL: UMA REVISÃO. s.d. Disponível em: <<https://engemausp.submissao.com.br/21/arquivos/377.pdf>>

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP). *Destaques nas diretivas – PMVA 2022/2023: Programa Município VerdeAzul*. São José do Rio Preto: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: https://novopainel.riopreto.sp.gov.br/uploads/DESTAQUES_DIRETIVAS_RIO_PRETO_PROGRAMA_MUNICIPIO_VERDEAZUL_2022_2023_27354e2452.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE ITU. *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de Itu*. Itu: Prefeitura Municipal, s.d. Disponível em: <https://itu.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Plano-Municipal-de-Conserva%C3%A7%C3%A3o-e-Recupera%C3%A7%C3%A3o-da-Mata-Atl%C3%A2ntica.pdf>

SEMIL. *VerdeAzul: O programa*. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/verdeazuldigital/o-projeto/>

SOUZA, Celina. Governos locais e políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SILVA, Nivaldo. O lugar da corrupção: deficiências e formas de controle na gestão de governo municipal. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo, Brasil, 2007.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTADO DE MATO GROSSO¹

Leandro Carvalho Lima²

<https://orcid.org/0000-0001-8378-1786>

leandro.lcturismo@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO

O poder de dinamização socioeconômico do fenômeno turístico tem sua capacidade efetivada quando está alinhado com políticas públicas permanentes nos territórios. Entretanto, pelo fato das políticas públicas de turismo não se encontrarem no cerne das políticas fundamentais de Estado é necessário demonstrar sua capacidade para o desenvolvimento dos destinos. Logo, este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso entre os anos de 2012 e 2018, correlacionando com o setor do agronegócio, este que possui papel de destaque não somente em nível local, mas em grande parte dos estados brasileiros. A estratégia metodológica utilizada foi abordagem qualitativa, que se baseou em documentos oficiais da Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso; no sistema de planejamento/orçamento do Estado; e legislações correlatas ao tema, com a finalidade de analisar os dados sobre os orçamentos, impostos e investimentos para o setor, subsidiando o estudo das políticas públicas direcionadas a seu desenvolvimento. A pesquisa elucidou que os investimentos públicos estaduais em turismo estão aquém do necessário e ainda foram majoritariamente para infraestrutura básica e de acesso, demanda importante num estado de dimensões

¹ Artigo fruto da dissertação apresentada ao curso de Maestría em Estado, Gobierno e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

² Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso (2009); MBA em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Cândido Mendes (2017); Especialista em Direito Administrativo, Constitucional e Gestão Pública pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (2023); Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (2021); e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (2025...). É Analista de Desenvolvimento Econômico e Social – perfil Turismólogo, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (SEDEC) desde 2014, onde atua no planejamento, na geração, análise e disseminação de dados e informações sobre a atividade turística no Observatório do Turismo MT. É Diretor Regional Centro-Oeste da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBO-T) desde 2023. Investiga o fenômeno turístico e sua relação com as políticas públicas, planejamento, indicadores de desempenho e reputação online. <http://lattes.cnpq.br/4307581681777606>

nacionais, mas que poderiam ser utilizados de maneira assertiva nas demais ações de responsabilidade do Estado.

Palavras-chave: políticas públicas, turismo, desenvolvimento, agronegócio, estado de Mato Grosso.

PUBLIC POLICIES AND TOURISM DEVELOPMENT: AN ANALYSIS ON THE STATE OF MATO GROSSO

ABSTRACT

The power of socio-economic dynamization of the tourist phenomenon has its capacity effective when it is aligned with permanent public policies in the territories. However, because public tourism policies are not at the heart of fundamental state policies, it is necessary to demonstrate its capacity for the development of destinations. The purpose of this study is to evaluate the public policies on tourism in the state of Mato Grosso from 2012 to 2018, correlating with the agribusiness sector, which has a prominent role not only at the local level, but in most Brazilian states. The methodological strategy used was a qualitative approach, which was based on official documents of the Adjunct Secretary of Tourism of Mato Grosso; in the system of planning/budget of the State; and legislation related to the subject, in order to analyze the data on budgets, taxes and investments for the sector, subsidizing the study of public policies directed to its development. The research revealed that state public investments in tourism are below what is needed and are mostly for basic infrastructure and access, significant demand in a state of national dimensions, but that could be used in an assertive way in other actions of the state's responsibility.

Keywords: public policies, tourism, development, agribusiness, state of Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso dispõe de um potencial turístico relevante, pois conta com três biomas de reconhecimento internacional em seu território: a Amazônia com sua função ambiental de equilíbrio dos ecossistemas; o Cerrado que abriga unidades de conservação e dispõe de importantes atrativos (cachoeiras, cavernas, trilhas, vales, paredões, etc.); e o Pantanal, que detém os títulos de Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco e é considerada a maior planície alagável do planeta.

Ainda assim, os investimentos públicos para o seu desenvolvimento são limitados em comparação a outras atividades. Observa-se que há um ambiente de priorização econômica e estrutural ao agronegócio em primazia aos outros setores econômicos do estado. As isenções fiscais, tributárias e recursos para financiamento concedidos ao setor

primário são bastante volumosos em comparação aos demais, mesmo com o incremento recente de créditos financeiros destinados aos empresários do turismo.

Identifica-se que o agronegócio possui características distintas da atividade turística, especialmente na questão dos avanços tecnológicos em máquinas e equipamentos modernos que o tornaram pouco intensivo na utilização de mão de obra direta. Além disso, a atividade primária ocupa grandes extensões de terras que alteram significativamente a paisagem dos destinos com a monocultura, transformando este setor em um grande gerador de passivo ambiental. O fator concentração de renda também se destaca nesta conjuntura.

Compreende-se que o turismo possui diversas definições, dada a complexidade das relações entre os elementos que o constituem. Porém, não existe definição correta ou incorreta, todas têm seu fundamento, já que é um fenômeno grande e complexo que envolve diversas variáveis, segmentações e setores da atividade social humana. O que deve-se observar é quais são os princípios norteadores acerca do seu conceito (BENI, 2000).

Panosso Netto (2005, p. 43) evidencia que “não se pode pensar o turismo apenas como atividade econômica ou social. Sua explicação deve abarcar todas as multidimensões”. Dito isto, é necessário compreender e analisar os estudos e posicionamentos acerca do tema e, será tratado nesse trabalho como um fenômeno com algumas variáveis que se completam.

Em suma, o objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas de turismo do Estado de Mato Grosso entre os anos de 2012 e 2018, a partir do orçamento, investimentos e arrecadação de impostos no turismo, correlacionando ao setor do agronegócio. Ainda, este artigo irá apresentar alguns dados fora do período de análise citado, como forma de elucidar pontos necessários.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa é do tipo descritiva, cuja função é descrever características de determinados fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002). Para isto, a estratégia metodológica utilizada foi em abordagem qualitativa, com análise em documentos, legislações e arquivos do órgão oficial de turismo de Mato Grosso, essenciais para compreensão da estrutura pública responsável pelo fomento da atividade turística.

A pesquisa qualitativa possui características que facilitam o estudo de fenômenos relativos às ciências humanas e sociais aplicadas, pois é necessário que o pesquisador tenha convívio e contato direto com o ambiente no qual o fenômeno está inserido, o que faz esse tipo de pesquisa ser conhecida também como naturalística (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Já o processo documental se baseou em documentos oficiais da Secretaria Adjunta de Turismo de Mato Grosso; no sistema de planejamento/orçamento do Estado (FIPLAN); legislações correlatas ao tema e indicadores do Observatório do Turismo MT. A finalidade é analisar os dados sobre o orçamento, investimentos e arrecadação de impostos, subsidiando o estudo das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento turístico do estado.

Gil (2002, p. 46) destaca que “a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados [...], outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo”, cujo autor considera ser mais econômica que os demais tipos de pesquisa.

Logo, a seção 2 deste trabalho apresenta conceitos e definições que compreendem o turismo e sua relação com as políticas públicas.

A seção 3 descreve as características do estado de Mato Grosso com foco em indicadores socioeconômicos, bem como a análise sobre a superestrutura do turismo, orçamento do órgão oficial de turismo, arrecadação de impostos e financiamento do setor.

Por fim, a seção 4 apresenta os comentários finais.

2. TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A atividade turística, como qualquer outra, necessita de um suporte ao seu desenvolvimento de forma ordenada e integrada, com o Poder Público assumindo a responsabilidade de normatizar e fiscalizar a atividade, o que contribui para proteção das relações comerciais entre prestador/empresário e turista/consumidor.

O apoio do Estado no fomento e controle da atividade turística se dá pela efetivação de políticas públicas, sejam elas no âmbito federal, estadual ou municipal, e devem estar alinhadas por um planejamento turístico integrado, que visa o seu desenvolvimento com a geração de emprego e renda, criação de novas empresas,

incremento na arrecadação de impostos e divisas, além de outros benefícios que poderão mudar a realidade local.

Mas o que é uma política pública? Pode-se compreendê-la com um fluxo de decisões políticas direcionado a estabelecer o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios que possam alterar essa realidade. Essas decisões estão condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e transformações que elas provocam na sociedade (SARAVIA, 2006).

Por política pública Giovanni (2009) revela que o conceito vai além de simplesmente uma intervenção do Estado numa determinada situação social, é igualmente uma disposição contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultado da complexa relação entre o Estado e a sociedade, que inclui fundamentalmente as relações sociais travadas na esfera econômica. A política pública é mais do que o que os governos se propõem a fazerem (HALL; JENKINS, 2008).

Essas ponderações demonstram o quão é fundamental a participação coletiva e de setores estratégicos na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, uma forma de assegurar o interesse comum na atuação do Estado.

Dito isso, a atividade governamental expressa nas políticas públicas está relacionada com a definição de problemas, cuja origem daquela está na percepção dos atores sobre os problemas públicos e nos interesses expostos (CAPELLA, 2018).

Enfatiza-se ainda, que o novo papel do governo perante as adversidades da globalização, é baseado em relações multilaterais submetidas ao desempenho econômico e institucional dos países e em padrões tecnológicos de comunicação e informação. Além disso, o poder decisivo da mídia e a crescente participação de setores e grupos de pressão nos processos decisórios, alinhado a uma maior transparência em todas as áreas de ação governamental, tornaram-se crucial para esse novo contexto (SARAVIA, 2006).

Capella (2018, p. 9) pondera também que, “[...] investigar a formulação de políticas consiste em buscar compreender por que alguns assuntos se tornam importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não”.

Essa afirmação abre caminho para a compreensão sobre a priorização econômica e estrutural de alguns setores econômicos em relação a outros. Existe uma disposição exacerbada de incentivos fiscais e recursos para financiamentos ao setor primário no país, que de algum modo isola os demais no caminho do crescimento.

A partir disso, nota-se que esse sistema de decisões públicas requer uma prioridade em relação ao turismo. O setor exige uma rede de esforços que passam por investimentos em infraestrutura básica e específica; qualificação da mão de obra; estruturação e criação de centros de pesquisa e monitoramento da atividade; promoção e apoio à comercialização de produtos e destinos turísticos; além de uma rede de suporte e financiamento para os prestadores de serviços criarem novos produtos, bem como estruturarem os já existentes.

Assim, é fato que o fenômeno turístico se inclui numa modalidade de intervenção estatal, pois a política pública de turismo compreende-se o direcionamento dado pelos governos (federal, estadual, municipal ou regional) para o seu desenvolvimento, após consulta aos representantes do setor turístico e da sociedade. Esse direcionamento está expresso em planos, programas e demais documentos das esferas governamentais que norteiam a execução das políticas de turismo (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2012).

A importância da atividade turística na economia dos países é resultado do interesse e envolvimento do poder público para o setor, isto é, quanto maior o poder econômico do turismo, maior será a chance de os destinos terem políticas públicas específicas (JENKINS; HENRY apud VILELA, 2018).

Outra questão relevante é a compreensão da influência das políticas públicas na competitividade das Micro e Pequenas Empresas (VILELA, 2018). É necessário evoluir também no entendimento como o desenvolvimento dos destinos turísticos, e, conseqüentemente, a oferta de subsídios institucionais, contribuirá para o fortalecimento de ordem produtiva desses territórios.

Araújo e Taschner (2012) mencionam a importância da criação do novo marco regulatório do setor em 2008, a Lei Geral do Turismo de nº 11.771³, que substituiu diversos instrumentos legais, numa nova diretriz para facilitar a condução do setor, atribuindo ao Ministério do Turismo a responsabilidade sobre o planejamento, o fomento, a regulamentação, a coordenação e a fiscalização da atividade turística. Esse dispositivo propaga um sentimento de segurança tributária e jurídica, com compromisso na regulação e estímulos financeiros do governo federal para execução de programas e projetos, essenciais ao desenvolvimento da atividade.

Desse modo, é primordial que as políticas públicas no Brasil sejam direcionadas para guiar o planejamento, o crescimento e a gestão de localidades e empreendimentos. Há

³ Alterada pela Nova Lei Geral do Turismo, nº 14.978 de 18 de Setembro de 2024, que alterou também outros instrumentos legais como o Código Brasileiro de Aeronáutica e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para promover a modernização do turismo nacional.

falta de sintonia entre o poder público e o privado, seja em escala nacional, estadual ou municipal, não pode comprometer o planejamento da atividade (HENZ; LEITE; ANJOS, 2010).

Os autores destacam também que o desenvolvimento simétrico do turismo é o principal papel da organização pública aplicada ao setor e que a responsabilidade do Estado é assegurar, construir e apoiar a infraestrutura de acesso, como também a infraestrutura urbana, capazes de proporcionar o fomento do setor nos destinos (HENZ; LEITE; ANJOS, 2010).

Posto isso, esta pesquisa procura analisar o dimensionamento dos investimentos públicos em turismo na esfera estadual, a partir do orçamento público, da arrecadação de impostos e do financiamento para o setor.

3. ESTADO DE MATO GROSSO

O estado de Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste do país, com uma área de mais de 903 mil km² e uma população estimada (2024) de 3.836.399 habitantes. Dentre estes, 81% estão localizados em zona urbana e 19% na zona rural, o que corresponde a uma densidade demográfica de 4,05 hab./km², sendo o terceiro maior território e o 16º mais populoso do país (IBGE CIDADES, 2025).

Na década de 1970, o estado foi dividido pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, desmembrando parte do território para a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Atualmente Mato Grosso possui 142 municípios. A renda per capita por domicílio é de R\$ 2.276,00 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,736, que o deixa na 11ª posição em relação as demais unidades federativas. Em comparação com as demais unidades da região Centro-Oeste, MT fica na última colocação, atrás de Goiás (0,737), Mato Grosso do Sul (0,742) e Distrito Federal (0,814), esta última que ocupa o primeiro no ranking nacional (IBGE CIDADES, 2025).

A capital é Cuiabá, que possui uma população estimada (2024) de 682.932 habitantes em mais de 3,2 mil km², com um PIB per capita (2021) de R\$ 47.700,88 e é banhada pelo rio de mesmo nome.

A economia é baseada, principalmente, no setor agropecuário, liderando a produção de grãos e carnes no país, produtos estes que na sua grande maioria são exportados para diversos nações e blocos econômicos do mundo. Entre os principais destinos dessas exportações estão China, Estados Unidos, União Européia e o vizinho Argentina, maiores importadores das *commodities* brasileiras, que torna o estado de MT um dos primeiros no ranking de exportações do Brasil.

De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA, 2020), o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agropecuário do estado teve uma forte evolução entre 2012 e 2020, saindo de R\$ 36,2 bilhões para mais de R\$ 94 bilhões em 2020. Esses valores correspondem a mais de 160% de aumento para o período.

Um dos destaques da posição estratégica do setor no desenvolvimento dos municípios, é que dentre os dez melhores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM - 2010) no estado, a maioria tem sua base econômica no agronegócio, com exceção de Cuiabá (0.785) em primeiro lugar e tem comércio e serviços como principais atividades. Logo após vem Lucas do Rio Verde (0.768), Nova Mutum (0.758), Rondonópolis (0.755), Sinop (0.754), Primavera do Leste (0.752), Campo Verde (0.750), Barra do Garças (0.748), Campos de Júlio (0.744) e Sorriso (0.744) (MATO GROSSO, 2019). Todos esses municípios possuem o agronegócio como referência em seus territórios.

Ao mesmo tempo, as desonerações fiscais impostas pela Lei Kandir, demonstra que Mato Grosso perde um montante em ICMS muito superior ao que é compensado pela Lei e pelo Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), haja vista que entre os anos de 1996 a 2018 o Estado perdeu R\$ 64,4 bilhões com essas desonerações. Esse montante representa 9,96% do total no país, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo e Minas Gerais (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2019).

Esses valores exorbitantes das desonerações fiscais concedidas ao setor do agronegócio, não só impactam os investimentos públicos sociais em educação, saúde e segurança, como poderiam contribuir para alteração dessa matriz econômica baseada na monocultura de exportação. O alto poder de concentração de renda e degradação ambiental, que difere a realidade de muitos municípios do estado, é característica evidente daquele setor.

Entretanto, as características geográficas de Mato Grosso o favorecem como propulsor não somente de atividades agropecuárias, mas também particularmente do turismo. O território de MT é coberto pelos biomas Amazônia (54,1%), Cerrado (40,06%)

e Pantanal (5,45%) (SEMA, 2015). A rica biodiversidade de espécies da fauna e da flora brasileira, a cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de rios, cachoeiras, grutas, cavernas e formações rochosas de alto poder de demanda turística, devem ser mais bem aproveitadas.

3.1 Superestrutura do turismo

A política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa são integrantes do conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, além das estratégias que interferem na atividade, são definidos como superestrutura do turismo (BENI, 2000).

Boullón (2002) cita que a existência de uma superestrutura poderosa e, sobretudo eficiente, é fundamental para que o setor turístico renda em relação direta com a importância dos atrativos e do empreendimento que se construiu para explorá-los.

Em consequência, a atividade turística em Mato Grosso é atribuição da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), através da Secretaria Adjunta de Turismo. Anteriormente existia a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR), que foi extinta em 2015.

O órgão oficial de turismo é regido pela Lei nº 10.183, de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Estadual de Turismo e tem como missão transformar o estado em destino turístico diferenciado e competitivo, para o mercado nacional e internacional. Também compõe a missão estabelecer as principais atividades na promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental sustentável.

Atualmente, a estrutura da Secretaria Adjunta de Turismo é composta pelo Gabinete do Secretário Adjunto, por duas superintendências e cinco coordenadorias, com aproximadamente 40 servidores, a saber: Superintendência de Política do Turismo que agrega a Coordenadoria de Pesquisa e Planejamento do Turismo, Coordenadoria de Promoção e Apoio à Comercialização e a Coordenadoria de Artesanato; e Superintendência de Estrutura do Turismo, com a Coordenadoria de Infraestrutura Turística e a Coordenadoria de Estruturação e Qualificação do Turismo.

Ressalta-se que a estrutura atual da Secretaria Adjunta de Turismo possui uma carência técnica de profissionais de áreas distintas, visto que há casos de coordenadorias

com somente 02 servidores, sendo o coordenador e um analista, o que torna o desempenho institucional deficiente para atender as demandas indispensáveis que o desenvolvimento do turismo exige.

Logo, a atividade é orientada pela execução da Política Estadual de Turismo, que dispõe em seu art. 3º os seguintes princípios a serem seguidos, destaque-se: sustentabilidade, competitividade, inovação, integração e descentralização. Possui também, quatro eixos estruturantes (fortalecimento institucional; infraestrutura; produto turístico; e promoção, divulgação e apoio à comercialização), desmembrados em diretrizes que norteiam a execução e coordenação de ações do Órgão para o desenvolvimento da atividade em nível estadual, regional e municipal (MATO GROSSO, 2014).

A Lei nº 10.183/2014, ainda prevê em seu art. 7º que a Política Estadual de Turismo seja executada pelo Plano Estratégico do Turismo de Mato Grosso ou instrumento similar, observando os princípios, objetivos e eixos previstos na lei (MATO GROSSO, 2014).

Com isso, foi criado o Plano Estratégico de Competitividade Turística para o Estado de Mato Grosso em parceria firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através da Cooperação Técnica BR-T1341, que financiou a consultoria do projeto, iniciado no ano de 2017 e entregue em 2019. O plano foi dividido em quatro produtos.

O Produto 1 é o documento inicial que traz uma apresentação do estado e de como o Plano Estratégico seria desenvolvido. O segundo produto é “Análise da Atividade Turística no Estado de Mato Grosso” e fez um levantamento baseado em eixos temáticos (produtos e competitividade dos negócios; infraestrutura turística e acessibilidade; mercado; arranjos institucionais e governança; e gestão ambiental e unidades de conservação).

O produto 3 nada mais é que um diagnóstico do turismo com uma análise *SWOT* (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*) por eixo temático e geral; uma análise de posicionamento de mercado dos destinos turísticos mato-grossenses, com identificação de segmentos prioritários e destinos concorrentes; e uma análise da situação atual do turismo em Mato Grosso e estratégias em cada eixo. Já o produto 4 retrata as necessidades para o desenvolvimento do turismo, alinhadas aos eixos temáticos e divididos em duas linhas: estratégia e ações.

As estratégias apontam observações acerca dos eixos destacados no Plano, com indicações e apontamentos para o seu desenvolvimento. Já as ações, são propostas

agrupadas pelos referidos eixos, com 35 ações apresentadas em forma de tabela, contendo: objetivos, justificativa, descrição, abrangência, nível de prioridade, prazo para execução, responsável, parceiros, estimativa preliminar de investimento e beneficiários. O resultado das ações é fruto do levantamento e análise do diagnóstico feito no início do trabalho e que devem ser executados para efetivação do Plano Estratégico no estado.

Em consequência, o Plano possui uma estrutura robusta e grande detalhamento que podem auxiliar a execução da Política Estadual de Turismo, com ações pontuais e de longo prazo, com a definição de prioridades em níveis estratégicos para sua efetivação.

Contudo, observa-se que houve uma tendência por parte do governo em apoiar-se, na sua grande maioria, em ações estritamente políticas e limitantes em relação ao turismo. Algumas obras de infraestrutura básica (asfalto em rodovias, pontes e viadutos), que mesmo sendo essenciais para a expansão da atividade, não foram feitas baseadas em critérios técnicos.

Diante disso, constata-se que o documento que foi criado para guiar as ações estratégicas do órgão teve sua importância ignorada por parte da alta gestão. Como efeito, não teve uma versão final consolidada entregue, o que impactou sua publicização nos canais da secretaria e para o público de interesse, como trade turístico, municípios e entidades do setor, o que contribui para minar sua efetiva execução.

O estado é repleto de Unidades de Conservação (UC) que poderiam ser substancialmente aproveitadas no uso de atividades ecoturísticas. As características singulares de fauna e flora presentes em MT contribuem para atração de visitantes de nichos de mercado como observadores de aves e mamíferos, como por exemplo, a onça pintada. A maior parte do perfil desses turistas possui um alto poder aquisitivo e buscam destinos que tenham estrutura apropriada e o mínimo de conforto, o que parte das Unidades e entorno ainda padecem com estruturas pouco adequadas.

Nesse caso, cita-se o Parque Estadual Encontro das Águas, situado no bioma pantanal e considerado como um dos melhores locais no mundo para observação da onça-pintada (*Panthera onca*) livre na natureza, mas que ainda necessita de estruturação para potencializar essa demanda turística. Em termos de receita, no ano de 2017 o ecoturismo na região do Porto Jofre, local onde se encontra algumas pousadas e é o ponto de partida para se chegar ao Parque, foi gerado uma receita de US\$ 6,82 milhões somente com a observação da onça (TORTATO *et al*, 2021), sem considerar os demais segmentos e nichos

turísticos, como a pesca esportiva e a observação de aves, que também se destacam nessa região.

Para o financiamento de projetos e atividades turísticas foi criado o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo (FUNTUR), pela Lei nº 8.409, de 27 de dezembro de 2005, cabendo ao Conselho Estadual de Turismo (CEDTUR) definir as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo (MATO GROSSO, 2005). Dentre os recursos que constituem o fundo, a lei prevê as dotações consignadas no orçamento do Estado; os provenientes das operações de créditos em seu benefício; o retorno das aplicações de empréstimos, financiamentos e outras formas; as taxas, emolumentos e outras formas de cobrança de prestação de serviços; o percentual de 5% do benefício fiscal efetivamente utilizado; entre outros.

Desde que o FUNTUR foi criado não há um cumprimento das gestões do governo estadual em efetivá-lo como mecanismo de apoio ao desenvolvimento do turismo, já que os recursos não são repassados de forma permanente, conforme prevê a lei e como se observa nos orçamentos da secretaria. Em relação a este último item, daremos destaque no próximo tópico da pesquisa, com um detalhamento e análise do orçamento público para setor.

O CEDTUR foi disposto pela Lei nº 10.396, de 20 de abril de 2016, como órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e superior de assessoramento à política de desenvolvimento turístico de Mato Grosso, composto por membros e representantes de 26 instituições ligadas a atividade e vinculado a SEDEC.

Além de secretarias de Estado, participam o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (FECOMÉRCIO); os sindicatos de empresas de eventos (SINDEVENTOS), de empresas auxiliares de transporte aéreo (SESATA), de Guias de Turismo (SINGTUR), de hotéis, restaurantes, bares e similares (SHRBS); e as associações de agências de viagens (ABAV), da indústria de hotéis (ABIH), de bares e restaurantes (ABRASEL); entre outras (MATO GROSSO, 2016).

O Conselho tem reuniões ordinárias bimestralmente e, extraordinariamente quando convocados pelo Presidente ou por um terço dos membros, como forma de participação das entidades do setor nas proposições, formulação e controle/fiscalização das políticas

públicas do setor. É um instrumento de importância e fortalecimento da sociedade organizada nas decisões governamentais, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira.

Os projetos oriundos do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Mato Grosso (Prodestur) tiveram a participação popular através de audiências públicas nas câmaras dos municípios com potencial turístico e pelo Fórum Estadual de Turismo, instância anterior ao CEDTUR.

O volume de recursos aportados a partir de 2012 com o Prodestur contribuíram de maneira relevante para o turismo em MT. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras de infraestrutura turística para a Copa do Mundo de 2014 no valor inicial de R\$ 250 milhões.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo, entre janeiro de 2012 a maio de 2013 foi administrada por Aparecida Maria Borges Bezerra e posteriormente pelo secretário adjunto de desenvolvimento do turismo, Jairo Pradela, que ficou no cargo até o fim do governo, dezembro de 2014. Ambos os secretários que conduziram a pasta de turismo nesse período eram filiados ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o mesmo do governador à época.

Após o ano de 2015 quando se tornou uma secretaria adjunta, a pasta foi gerida por empresários do trade turístico. De janeiro de 2015 a abril de 2018 o secretário adjunto de turismo foi Luis Carlos Oliveira Nigro, que é do setor de hotelaria e filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Após a saída de Nigro, Jaime Yasuo Okamura assumiu a Secretaria Adjunta de Turismo e ficou no cargo até janeiro de 2019, início do novo governo. Okamura é empresário do setor de eventos na capital do estado.

3.2 Orçamento público estadual para o turismo

A análise do orçamento das pastas de turismo no Estado será dividida em dois períodos do universo temporal proposto pela pesquisa. O primeiro compreende de 2012 a 2015, período de existência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo (SEDTUR) e, o segundo será entre 2016 e 2018, já com a atual Secretaria Adjunta de Turismo. Essa divisão dos orçamentos se faz necessária pelo fato da atual pasta ser uma secretaria adjunta, que utiliza a estrutura administrativa da SEDEC, impactando na disposição final do orçamento.

Dessa forma, a análise sobre o orçamento deverá ser feita separando os valores planejados para infraestrutura turística, já que grande parte é proveniente do Prodestur, recursos estes que foram alocados ano a ano no Plano de Trabalho Anual (PTA) das pastas, conforme não iam sendo executados durante o ano previsto.

Tabela 1: Orçamentos para o Turismo em MT

Ano	Pasta	Valor do Orçamento
2012	SEDTUR	R\$ 87.847.187,00
2013	SEDTUR	R\$ 140.872.009,00
2014	SEDTUR	R\$ 129.762.645,00
2015 ⁴	SEDTUR	R\$ 90.915.431,00

Fonte: FIPLAN, 2020.

Em 2012 estavam previstos mais de R\$ 74 milhões para ação de infraestrutura, o que corresponde 85,1% do orçamento da SEDTUR. Mesmo assim, foram orçados R\$ 9,1 milhões (10,4%) para ações de formatação e estruturação de produtos turísticos, planejamento e promoção turística, e R\$ 3,9 milhões (4,5%) com despesas administrativas e salários de servidores.

No ano de 2013, as ações de infraestrutura foram responsáveis por R\$ 129,5 milhões (92%), seguido por ações de planejamento e promoção turística, formatação e estruturação de produtos turísticos com R\$ 7,5 milhões (5,4%). E o restante foi executado com despesas administrativas e salários de servidores, num montante de R\$ 3,7 milhões, o que corresponde a 2,6% do orçamento.

Para os anos de 2014 e 2015 o orçamento da SEDTUR previa R\$ 122 milhões (94%) e R\$ 83,7 milhões (92%) em infraestrutura, respectivamente. Uma observação importante nesses dois anos é que os valores de promoção turística tiveram uma queda significativa em comparação aos anos anteriores: partindo de R\$ 4,8 milhões em 2013, para R\$ 2,1 milhões em 2014 e R\$ 752 mil em 2015.

⁴ A SEDTUR foi extinta no segundo semestre de 2015 e seu orçamento foi utilizado na execução das ações do turismo na SEDEC no referido ano, o que daria duplicidade em considerar o novo orçamento do Programa do Turismo da Secretaria Adjunta de Turismo.

Repara-se que grande parte do volume de recursos da pasta estavam vinculados ao Prodestur, que se acumulavam ano a ano no orçamento, já que sua execução total não era efetivada e os restos a pagar eram remanejados nos orçamentos dos anos seguintes. O que não reflete o valor total do Programa, inicialmente previsto em R\$ 250 milhões.

Todavia, os valores para as demais ações, como formatação e estruturação de produtos turísticos, planejamento e promoção turística, ainda tinham valores consideravelmente baixos para execução de políticas públicas de fomento à atividade turística. Levando em consideração as potencialidades que os municípios do estado possuem, principalmente em recursos naturais e deficientes em estruturação e que poderiam modificar a matriz econômica atual e colocar o turismo como relevante atividade para Mato Grosso, deve-se repensar o direcionamento público.

Tabela 2: Orçamentos para o Turismo em MT

Ano	Pasta	Valor do Orçamento
2016	Adjunta de Turismo	R\$ 113.385.298,76
2017	Adjunta de Turismo	R\$ 108.680.648,14
2018	Adjunta de Turismo	R\$ 36.134.637,98

Fonte: FIPLAN, 2020.

A Tabela 2 mostra que entre os anos de 2016 e 2018 os orçamentos da pasta tiveram reduções em seus valores totais, particularmente pela vinculação dos recursos do Prodestur. Os recursos desse programa fazem o orçamento ter uma dimensão maior sobre o que o Estado realmente investe no setor. Entretanto, nessa tabela não está dimensionado os valores de gasto com pessoal e administrativo, já que o turismo faz parte de uma estrutura que envolve outras cinco secretarias adjuntas, obstando essa distinção.

Destarte, em 2016 a Secretaria Adjunta de Turismo destinou R\$ 109,29 milhões para a ação de infraestrutura básica e turística (96,5%), como obras de pavimentação, recapeamento e pontes de concreto em rodovias estaduais que dão acesso aos destinos com potencial turístico, como Nobres, Poconé, Cáceres e Chapada dos Guimarães. Para as ações de promoção do “Destino Mato Grosso⁵”, foram alocados R\$ 1,35 milhão (1,2%) para

⁵ Nome do Programa do Turismo no Plano Plurianual do Governo (PPA).

participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, criação de materiais de divulgação e promoção turística e a realização de eventos geradores de fluxo turístico no estado. Já para as ações de planejamento e estruturação da atividade, foram destinados R\$ 2,73 milhões (2,3%) para as atividades de qualificação, estruturação de produtos, planejamento turístico, entre outros.

No ano de 2017, o orçamento seguiu a mesma lógica do ano anterior, com R\$ 103,82 milhões para as ações de infraestrutura básica e turística, o que representou 95,6% do total da pasta. A ação de promoção teve recursos na ordem de R\$ 3,18 milhões (2,9%) utilizados em atividades de promoção de destinos e produtos turísticos, com destaque para elaboração do Plano de Marketing Turístico do Pólo Pantanal, com recursos do Ministério do Turismo e contrapartida do Estado de R\$ 480 mil.

Ainda foram investidos R\$ 714 mil para a realização da Feira Internacional do Pantanal (FIT Pantanal). Este evento reúne prestadores de serviços turísticos, municípios, jornalistas, atrações culturais, gastronomia, artesanato, entre outros. O objetivo é promover a comercialização de produtos turísticos para operadores de outros estados, além do artesanato e gastronomia local em um espaço cultural.

Já para as ações de estruturação e planejamento foram designados R\$ 1,66 milhão (1,5%) para atividades de fomento a novos produtos turísticos e estruturação dos demais, formação e qualificação profissional e implantação do Corredor do Ecoturismo nos municípios de Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Nobres e Pantanal.

Para o ano de 2018, a Adjunta de Turismo reservou R\$ 12,36 milhões para a ação de promoção do “Destino Mato Grosso” voltada para execução de atividades promocionais, com R\$ 3,07 milhões para FIT Pantanal⁶ e ainda R\$ 3,59 milhões em emendas parlamentares para realização de eventos nos municípios mato-grossenses.

Logo, as atividades de planejamento e estruturação da atividade turística tiveram recursos na ordem de R\$ 1,66 milhão (4,6%) e o setor de infraestrutura se destaca com o maior volume de recursos, com o total de R\$ 22,1 milhões (61,3%) para obras e reformas em diversos municípios de MT em 2018.

Percebe-se que os recursos destinados ao turismo em Mato Grosso, em sua grande maioria foram provenientes do Prodestur, com percentuais que ultrapassaram 95% dos

⁶ Apesar da destinação desse recurso a FIT, o Conselho Estadual de Turismo do Estado (CEDTUR) não aprovou a realização do evento em 2018, por entender que seria muito recurso para apenas um único evento e com o Estado em período de crise financeira.

valores totais em cada ano analisado. Os valores que não foram executados durante o período especificado eram remanejados no ano seguinte para continuação das obras dentro do programa, na sua maioria em infraestrutura de acesso.

De fato, o crescimento do turismo depende de investimentos não só em infraestrutura, mas de um equilíbrio entre todas as ações. A qualificação profissional necessita de um volume maior de recursos, já que a informalidade⁷ ainda é percebida como uma fatia considerável da mão de obra que trabalha no setor.

Ainda, a estruturação de produtos e serviços turísticos deve estar alinhada com um sistema de financiamento robusto para os prestadores, como é feito, por exemplo, para o setor do agronegócio, que possui taxas menores e prazos maiores para pagamentos. Se o setor de turismo em MT tivesse benefícios semelhantes contribuiria para a diversificação de produtos turísticos de qualidade, o que foi negligenciado nos últimos anos.

Dessa forma, a título de comparação, o orçamento da Secretaria Adjunta de Turismo para o ano de 2020 previa um valor de R\$ 8.121.501,00. Deste volume, R\$ 6,37 milhões (78,4%) foi para ações de infraestrutura turística, ligadas ao Prodestur.

Já outros R\$ 1,46 milhões (18%) foram destinados para ações de promoção do turismo. Contudo, desse volume R\$ 1 milhão é proveniente de emendas parlamentares para apoio na realização de eventos turísticos nos municípios. O restante se divide em etapas de promoção dos destinos, participação em feiras e eventos, e desenvolvimento de ferramentas de divulgação.

Por fim, R\$ 290.000,00 (3,6%) são para as ações de qualificação dos destinos turísticos. Essas ações envolvem, também, etapas de estruturação e planejamento da atividade no estado (FIPLAN, 2020), o que não será executado em sua grande maioria, já que a pandemia da Covid-19 impactou o funcionamento do setor em MT, como no país inteiro.

A maneira mais adequada de verificar se o Governo está elevando ou mantendo os investimentos no turismo é converter seus valores⁸. Desse modo, utilizando o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para atualizar os valores do orçamento da Secretaria Adjunta de Turismo, que é todo destinado a investimento, o orçamento de 2016 teria um

⁷ Mesmo não possuindo estimativas em nível estadual, o percentual de ocupações informais no setor de turismo na região Centro-Oeste é de 46,2%, conforme dados de 2013 (IPEA, 2015).

⁸ Valores corrigidos pela calculadora do Banco Central do Brasil, utilizando o mês de dezembro do ano de cada orçamento até o mês de junho de 2021 para verificar o percentual e valor corrigido no período.

percentual de correção de 63,54% (R\$ 185.438.039,13); 2017 a correção seria de 64,97% (R\$ 179.172.946,70); e 2018 com 50,41% (R\$ 54.352.696,23).

É fato que o Estado tem a função de atuar como indutor do crescimento econômico. Conforme dados do relatório Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional, um investimento de 1% no PIB das economias avançadas e dos mercados emergentes pode elevar a confiança na recuperação e reforçar o PIB em 2,7%, o investimento privado em 10% e o emprego em 1,2% se os investimentos forem de alta qualidade, entre outras condicionantes (FMI, 2020).

Isso posto, a teoria de Keynes sobre o papel intervencionista do Estado com investimentos públicos intensificados no contexto de crise, especialmente no estabelecimento de níveis elevados de emprego, é assertiva. Segundo Jesus (2011, p. 128) “para estabilizar a economia, Keynes propõe o aumento da despesa pública para compensar a menor despesa privada, em face de um menor investimento privado”, causado pelas incertezas futuras que modificam os gastos empresariais, o que torna evidente a atuação do Estado no desenvolvimento de um país.

3.3 Arrecadação de impostos e financiamento do turismo

Um indicador considerado termômetro sobre investimentos para o turismo nos destinos é o financiamento das atividades por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur). Os recursos do fundo são oriundos do Ministério do Turismo (MTur) para projetos de investimentos em obras civis de construção, reformas e ampliação, ou aquisição de máquinas e equipamentos para modernização dos estabelecimentos, além de capital de giro.

Em 2019 foram financiados R\$ 2,82 milhões em atividades de hospedagem, agências de turismo, transporte, locadoras de veículos e restaurantes e similares, nos municípios de Cuiabá, Nobres e Rondonópolis (SEDEC, 2020).

No ano de 2018, os recursos do Fungetur financiaram R\$ 2,4 milhões para diversas atividades nos municípios de Cuiabá, Campo Novo do Parecis, Chapada dos Guimarães, Barão de Melgaço, Sinop e Porto dos Gaúchos (SEDEC, 2020).

Em 2017 foram financiados mais de R\$ 889 mil para as atividades de hospedagem, transporte e artigos para a pesca esportiva, nos municípios de Alta Floresta e Nobres (SEDEC, 2020). Uma das obrigatoriedades para as empresas acessarem os recursos do

Fundo é estar com cadastro regular no sistema de cadastro de prestadores de serviços turísticos do MTur (Cadastur), conforme prevê a Lei Geral do Turismo

Todavia, o volume de recursos destinados ao financiamento do setor não chega nem próximo do que é destinado ao agronegócio no país, que obteve mais de R\$ 225 bilhões para o Plano Safra 2019/2020. Deste total, R\$ 169,3 bilhões foram destinados para custeio e comercialização e R\$ 53,4 bilhões para investimento (BRASIL, 2019).

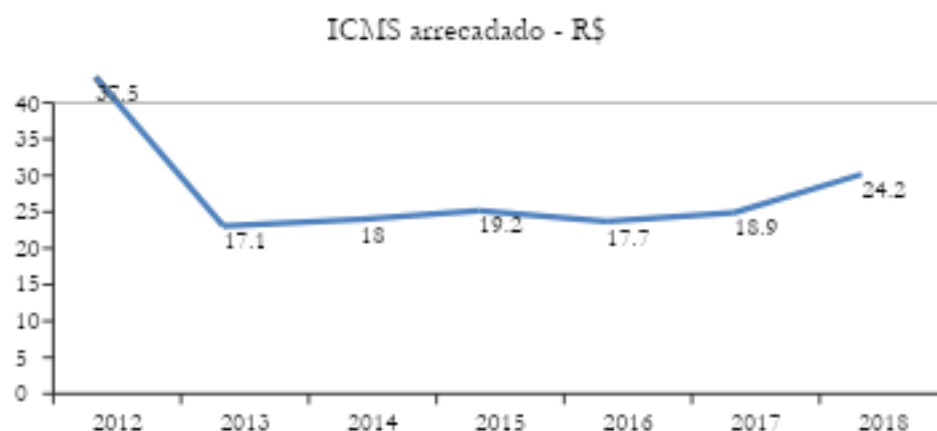
Já para o Fungetur, foram aportados R\$ 166,6 milhões em 2019 para financiamento do setor em nível nacional, mesmo com um aumento significativo de 285% em relação a 2018, que foi de R\$ 43,2 milhões (BRASIL, 2018). Os valores destinados ao fundo de turismo não insuficientes e não refletem a realidade que o turismo necessita.

Os números de financiamento dos setores do agronegócio e turismo reforçam a disparidade em investimentos e a priorização que o primeiro tem na obtenção de recursos públicos. Essa extremidade se acentua a cada ano, até porque a representatividade parlamentar e o lobismo em favor do agro são latentes em todas as regiões do país. Tanto os governos estaduais e federal ratificam esse favorecimento, já que o equilíbrio da balança comercial (previsão para 2020 é de 15,2% de aumento em relação a 2019, ou seja, US\$ 55,4 bilhões (BRASIL, 2020), ainda é peça chave das políticas do poder executivo federal.

A arrecadação de ICMS das Atividades Características do Turismo (ACTs) tiveram seu melhor desempenho no ano de 2012, com mais de R\$ 37,5 milhões arrecadados, tendo a ACT de atividades desportivas e recreativas como responsável por 32,8%, seguida pelas atividades de serviço de alimentação e transporte terrestre, 21,8% e 16,5%, nessa ordem (SEDEC, 2020).

Entre os anos de 2013 e 2017 a arrecadação se manteve abaixo dos vinte milhões, se recuperando a partir de 2018 (R\$ 24,2 milhões), com as atividades de serviços de alimentação (51,4%) e transporte terrestre (38,2%) sendo responsáveis por quase 90% do volume arrecadado no ano (SEDEC, 2020).

Gráfico 1: Arrecadação de ICMS do turismo



Fonte: Boletins do Turismo em Números MT (Adaptado pelo autor), SEDEC (2020).

Observa-se que o volume de recursos arrecadados com o principal imposto estadual do turismo se manteve estagnado entre 2013 e 2017. Contudo, a arrecadação de 2012 teve uma disparidade acentuada na ACT de atividades desportivas e recreativas, que pode ter sido ocasionada por algum evento excepcional, visto que nos demais anos não chegou a 1% do montante. O levantamento feito a partir das ACTs agrupa as atividades em nichos de acordo com o Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE), que tem como objetivo padronizar metodologicamente a coleta e análise dos indicadores de desempenho do setor por atividade.

Vale mencionar que entre 2015 e 2018⁹ as empresas abertas no turismo tiveram uma diferença de 223,7% em relação às empresas fechadas, demonstrando que houve um incremento expoente de novos negócios no estado, o que relativamente deveria ter melhorado a arrecadação (SEDEC, 2020).

Assim, os recursos são essenciais não somente para financiamento das políticas públicas de turismo, mas a tributação objetiva equilibrar a competitividade do destino com a necessidade de financiar serviços públicos, como segurança, saúde e saneamento (HALL; JENKINS, 2008). A efetividade na arrecadação de impostos não é somente uma questão fiscal, mas um instrumento estratégico para melhorar a infraestrutura, a promoção e a qualificação da mão de obra nos destinos.

⁹ Entre 2012 e 2014 a SEDEC não disponibilizou os dados sistematizados de abertura e fechamento de empresas do setor no portal do Observatório.

Apesar dos avanços em infraestrutura de apoio ao turismo no estado, ainda há uma carência em investimentos nas demais ações, o que compromete a qualidade dos serviços turísticos em um setor altamente competitivo em nível nacional e internacional. É fundamental que o governo estadual invista em ações de promoção, estruturação e qualificação de produtos e serviços turísticos, bem como reforce a disponibilização de linhas de crédito com taxas e prazos atrativos aos empreendimentos turísticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que grande parte dos recursos públicos para o turismo no estado foram destinados a projetos de infraestrutura básica e turística. As obras de infraestrutura focaram, principalmente, nos meios de acesso aos municípios com produtos turísticos ou com potencial de maior relevância, apesar de alguns projetos terem sido fruto de escolhas estritamente políticas, sem considerar as orientações técnicas disponíveis. Ainda assim, esse foco contribuiu para uma melhoria substancial nos destinos e, conseqüentemente, favoreceu a criação de novos produtos pela crescente demanda de visitantes.

Vale lembrar que a ampliação e recuperação nos acessos rodoviários em um estado de dimensões nacionais como Mato Grosso, beneficia todos os segmentos que necessitam do transporte terrestre, tanto para produção quanto para a comercialização de produtos e serviços.

O agronegócio é um dos setores que mais utilizam da infraestrutura rodoviária. É importante destacar que o agro possui uma cadeia produtiva extensa e é destaque na geração de empregos em MT, especialmente os indiretos e de efeito-renda. Contudo, possui baixa intensidade na contratação de mão de obra direta pela atividade primária em comparação ao volume que é produzido; além de ser temporal, de acordo com os períodos de plantio e colheita das safras.

Mato Grosso tem papel estratégico no equilíbrio da balança comercial e no PIB do país, justamente por causa do agronegócio. Porém, o estado precisa aproveitar esse atual protagonismo e desenvolver outras atividades de maior rendimento. Essa mudança pode contribuir para o avanço de atividades de menor impacto ambiental e melhor distribuição de renda, como as atividades do setor de serviços, que atualmente são as que mais empregam no país.

Todavia, os recursos orçamentários, humanos e técnicos da Secretaria Adjunta de Turismo demonstraram ser insuficientes para contemplar as áreas essenciais que demandam investimentos. O setor de qualificação foi um dos que menos tiveram orçamento e servidores no período de análise da pesquisa.

Além do mais, os recursos destinados ao setor poderiam ser incrementados ano a ano e melhor distribuídos, caso tivesse um conselho estadual ativo nas discussões políticas. O Conselho Estadual de Turismo (CEDTUR) tornou-se o órgão consultivo e deliberativo com representatividade das principais associações e sindicatos, inclusive representantes do trade turístico estiveram no comando da pasta de turismo entre 2015 e 2018.

Reforça-se que as políticas públicas de turismo devem ser concebidas de forma participativa, como indicam as pesquisas e obras que tratam do assunto. A integração dos atores que compõem o sistema turístico no direcionamento das políticas públicas se faz necessário e pode demonstrar sua força como atividade capaz de transformar a realidade dos municípios de Mato Grosso.

Por fim, o processo de indução no turismo por formas e ações externas que interferem no processo de desenvolvimento local, especialmente em destinos com potencial e pouco aproveitados, transforma a atividade turística numa das mais importantes atividades socioeconômicas no mundo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In BENI, M. C. (org.) **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2000.

BOITEUX, B. C.; WERNER, M. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. Comércio Exterior. **Balança comercial registra superávit de US\$ 6,6 bilhões em agosto**, setembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ptbr/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/09/balanca-comercial-registra-superavit-de-us-6-6-bilhoes-em-agosto>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Orçamento do Fungetur cresce 285% em 2019**, setembro de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/ptbr/assuntos/noticias/orcamento-do-fungetur-cresce-285-em-2019>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Resumo do Plano Safra 2019/2020**, junho de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/plano-safra-2019-2020>. Acesso em: 16 out. 2020.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Dados econômicos**, jun. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FIPLAN, Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso. **Plano de Trabalho Anual – PTA**. <https://www.fiplan.mt.gov.br/Fiplan.jsp>. Acesso em: 02 set. 2020.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Investimento público para recuperação**, 05 out. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2020/10/05/blog-public-investment-for-the-recovery>. Acesso em: 06 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Caderno de Pesquisa nº 82, 2009.

HALL, C. M.; JENKINS, J. Tourism and public policy. In: LEW, A. A. et al. (Eds.). **A Companion to Tourism**. Oxford: Blackwell, 2008. p. 525-540.

HENZ, A. P.; LEITE, F. C. L.; ANJOS, F. A. dos. Refletindo as políticas públicas para o turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6º, 2010, Caxias do sul. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres do turismo: interface**. 2010, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 21 mar. 2025.

IMEA, Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária. **Valor bruto da produção agropecuária de Mato Grosso**, jun. 2020. Disponível em: <http://www.imea.com.br/imea-site/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

INSTITUTO RUI BARBOSA. **Impactos financeiros da Lei Kandir**: relatório técnico. (Tribunal de Contas do Estado do Pará). Belém, PA, 2019, 62 p.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS* e da PNAD** 2013**, para o Brasil e regiões. Produto 5: Termo de execução descentralizada nº 01/2014 (Ministério do Turismo / IPEA). Brasília, DF: 2015, 50p.

JESUS, J. M. C. R. A economia de John Maynard Keynes: uma pequena introdução. **Textos de Economia**, Florianópolis, 14, n.1, p.118-137, jan./jun.2011.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2ª ed. ampl. e atual. São Paulo, SP: Aleph, 2012. (Série Turismo).

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATO GROSSO. **Planejamento estratégico de competitividade turística para o estado de Mato Grosso**, 2017.

MATO GROSSO. **Cenários econômicos do estado e Mato Grosso**. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Cuiabá, MT, mar. 2019.

MATO GROSSO. Lei nº 8.409, de 27 de dezembro de 2005. **Cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo - FUNTUR e dá outras providências**. Cuiabá, MT, dez. 2005.

_____. Lei nº 10.183, de 18 de novembro de 2014. **Dispõe sobre a Política Estadual do Turismo e dá outras providências**. Cuiabá, MT, nov. 2014.

_____. Lei nº 10.396, de 20 de abril de 2016. **Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento do Turismo CEDTUR no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC e dá outras providências**. Cuiabá, MT, abril. 2016.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

SARAVIA, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2006.

SEDEC, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – MT. **Observatório do Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.sedec.mt.gov.br/observatorio-desenvolvimento?c=13867307&e=13873095>. Acesso em: 01 set. 2020.

SEMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – MT. **Coordenadoria de Unidades de Conservação**, dez. 2015. Disponível em: http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=99. Acesso em: 18 ago. 2020.

TORTATO, F. R., Ribas, C., CONCONE, H. V. B., HOOGESTEIJN, R. 2021. Turismo de observação de mamíferos no Pantanal. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, 16(3), 351-370. <http://doi.org/10.46357/bcnaturais.v16i3.814>

VILELA, G. **Influência das Políticas Públicas na Competitividade das Micro e Pequenas Empresas – MPE da Cadeia Produtiva do Turismo**. 2018, 125p. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo), Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2018.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CAPÍTULO 3

FUSÕES E AQUISIÇÕES DA EDUCAÇÃO PRIVADA NO BRASIL

Isaac Ferreira Cavalcante¹

<https://orcid.org/0000-0002-0368-7085>

isaacferreira@estudante.ufscar.br

Doutorando em Ciência Política pela UFSCar, São Paulo, Brasil.

RESUMO

Para continuar existindo o capitalismo e seus produtos precisam se reinventar, expandir, fundir-se, monopolizar-se e reproduzir-se a cada segundo, para que sempre haja uma massa de consumidores pronta a saciar seus desejos e gerar cada vez mais lucros. Neste artigo, realizo a identificação e descrição da presença de aquisições e fusões ocorridas na educação privada brasileira e sua entrada no mercado financeiro por meio de ações na bolsa de valores. O artigo oferece uma visão geral do emaranhado de teias do capitalismo educacional como parte de um capitalismo global. O método utilizado é o qualitativo, com uso de documentos, reportagens, entrevistas de fontes disponíveis online, relatórios governamentais e páginas web das instituições investigadas. Os primeiros resultados indicam a presença de aquisições, fusões, expansão e atuação de empresas educacionais na bolsa de valores.

Palavras-chave: Educação, Bolsa de Valores, Capitalismo, Brasil

Mergers and Acquisitions in Private Education in Brazil

ABSTRACT

In order to continue to exist, capitalism and its products need to reinvent themselves, expand, merge, monopolize and reproduce constantly, so that there is always a mass of consumers ready to satisfy their desires and generate more and more profits. In this article I identify and describe the presence of takeovers and mergers in Brazilian private education and their entry into the financial market through shares on the Stock Exchange. This article provides an overview of the tangled web of educational capitalism as part of global capitalism. The method used is qualitative based on documents, reports, interviews from sources, government reports and the websites of the institutions investigated. The first results indicate the presence of acquisition, mergers, expansion the performance of educational companies on the Stock Exchange.

¹ Sociólogo, Bacharel em Ciências Sociais com Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí — UFPI. Mestre em Ciência Política pela UFPI. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR — Brasil, Orientador Drº Thales Haddad Novaes de Andrade. Mestre (c) em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidade Internacional da Andaluzia — Espanha. Especialista em: Big Data & Data Science, Gestão Educacional, Docência no Ensino Superior, Desenvolvimento de Aplicações Web, Experiência do Usuário (UX) e Interface do Usuário (UI), Desenvolvimento Web. Ex-Secretário Geral do Grupo de Jovens Investigadores da Associação Latino-Americana de Ciência Política — ALACIP/JOVEN (2021 – 2022). Integrante do Laboratório de Dados e Técnicas em Ciência Política – Lab.Pol da - PPGPol/UFSCAR.

Keywords: Education, Stock Exchange, Capitalism, Brazil
INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema de relações econômicas de muitas faces, e uma delas é a financeirização de suas relações. Neste artigo, temos a oportunidade de realizar uma aproximação sobre como ocorre esse processo e como ele se desenvolve na atividade econômica de serviços educacionais ofertados por empresas privadas que atuam neste setor.

Para continuar existindo, o capitalismo e seus produtos precisam se reinventar, expandir, fundir-se, monopolizar-se e reproduzir-se constantemente, para que sempre haja uma massa de consumidores pronta para saciar seus desejos e gerar cada vez mais lucros. Entre as categorias exploradas neste artigo estão as já mencionadas, como parte das etapas de financeirização da economia.

A questão principal desta pesquisa é realizar uma identificação e descrição da presença de aquisições e fusões ocorridas na educação privada brasileira e sua entrada no mercado financeiro por meio de ações na bolsa de valores. Neste artigo, teremos acesso a uma visão geral do emaranhado de teias do capitalismo educacional como parte de um capitalismo financeirizado.

O método utilizado é o qualitativo, baseado no uso de documentos, reportagens, entrevistas de fontes disponíveis online, relatórios governamentais e páginas web das instituições investigadas. Os primeiros resultados indicam a presença de aquisições, fusões, expansão e atuação de empresas educacionais na bolsa de valores e um alto grau de concentração de milhares de empresas de grande, médio e pequeno porte, controladas por um cartel formado por oito gigantes da educação privada brasileira.

Com essa investigação, espera-se lançar novas luzes que favoreçam uma reflexão geral sobre os diversos efeitos nas instituições estatais nos países que permitem a financeirização econômica, especialmente no campo da educação e de todos os serviços a ela associados em cada uma dessas sociedades.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para continuar existindo, o capitalismo e seus produtos precisam se reinventar, expandir, fundir-se, monopolizar-se e reproduzir-se a cada segundo, para que sempre haja uma massa de consumidores pronta para saciar seus desejos e gerar cada vez mais lucros. De acordo com CRUZ et al; (2024), entre 1972 e 1985 ocorreu um aumento expressivo de 436% no patrimônio líquido desses investidores institucionais, e em 1990, o patrimônio dos fundos era próximo aos R\$ 111 bilhões; em 2000, chegou a R\$ 1,666 trilhões e, em 2021, a R\$ 6,9 trilhões. Em relação à

diversificação da atuação do sistema capitalista e do aumento de capital e sua concentração e financeirização, é em um ambiente onde essas características se desenvolvem e, neste espaço, ocorre o domínio do controle financeiro e corporativo, onde “o preço das ações de curto prazo e o desempenho financeiro são frequentemente priorizados em detrimento da criação de valor de longo prazo. Executivos financeiros, qualificados em engenharia financeira e negociação, ganharam poder significativo dentro das corporações.” (FLIGSTEIN, 1990).

Para uma das etapas de expansão do capital, faz-se uso de meios de eliminação dos concorrentes em seus nichos de atuação e mercado de consumidores por meio de aquisições ou fusões. Ao observar como ocorrem os casos, podemos ver que, tratando-se desses itens, tem-se levado, segundo Chesnais, F. (2001):

“As fusões-aquisições dos últimos anos empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás” e em outro trecho diz : “As formas mais concentradas do capital – capital financeiro, predominantemente industrial, ou capital de investimento financeiro 'puro' – beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta (...)” (CHESNAIS, 2001, p.8).

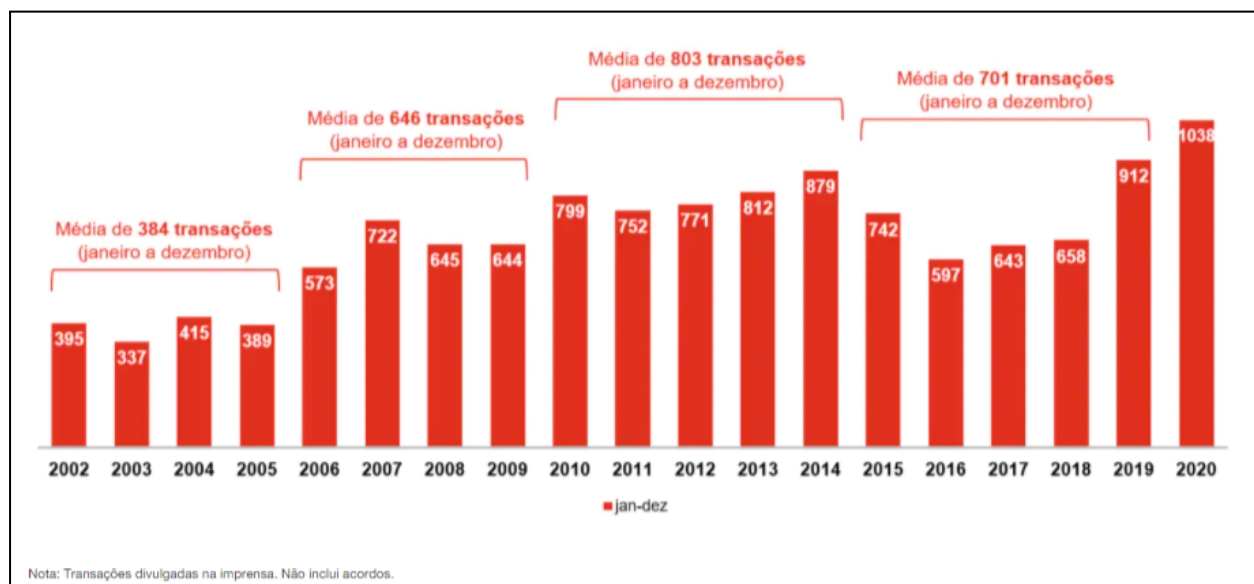
A concentração administrativa do conjunto das dezenas e centenas de empresas menores sobre empresas maiores - as concentradoras de controle - está em todo o planeta e em todas as atividades econômicas do capital. Em muitos casos essas movimentações do capital ocorrem por meio de seus CEO (*Chief Executive Officer*). Embora muitas vezes chamadas de globalização, na prática trata-se de um monopólio sobre uma determinada atividade econômica maior e em suas ramificações. Esses formatos concentrados de monopólio econômico são descritos por Chesnais como sendo, características do capitalismo contemporâneo.

As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. (CHESNAIS, 2001, p.8).

Para ilustrar esse cenário de fusões apenas no Brasil, vejamos o **Gráfico 01**, que mostra como nos últimos 20 anos, essas transações têm ocorrido sobre algumas das milhares de empresas que tiveram suas fusões noticiadas em meios de comunicação. Nestes dados não se leva em conta os acordos não divulgados ao público. Desta forma, nas duas décadas ocorreram 2.534

fusões com atuação no território brasileiro, abrangendo os mais diversos ramos de atividades econômicas, entre elas: Telecomunicação, Educação, Indústria de Medicamentos, Bancos, Energia elétrica, Redes de Supermercados, Fintechs de Pagamentos Digitais etc (PIPELINE, 2021).

Gráfico 01 - Dados de Fusões e Aquisições no Brasil 2002-2020



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos do acervo de notícias de PIPELINE(2021).

Ao analisar os dados do **Gráfico 01**, que trata das fusões ao longo dos últimos vinte anos, identifica-se um crescimento com pequenas oscilações negativas ao longo do tempo. O registro demonstra que, em 2002, foram 395 empresas que consolidaram suas fusões o que dá uma média de *mais de uma fusão ocorrendo por dia*, e no ano de 2020 foram 1038 que empresas que confirmaram essa prática de fusões, ou seja, cerca de *3 fusões empresariais por dia no Brasil, são três vezes mais do que ocorria no início da primeira década analisada*.

Outro dado significativo é sobre o volume de novas empresas inscritas na bolsa de valores brasileira, que, segundo informações de redes de comunicação de acesso ao público, no período de 2012 a 2021, os dados mostram que no ano de 2012, havia 2.281 empresas listadas na Bolsa e que esse número passou para 4.941 em 2021. Apenas para esta única década, ocorreu um crescimento de 100% no número de empresas que agora estão no sistema de financeirização da economia capitalista (ECONOMATICA, 2022).

Este crescimento no número de empresas na bolsa de valores de um país tem uma infinidade de efeitos e em muitos dos casos, são negativos para a economia nacional para os consumidores. Uma das consequências é que a financeirização poderá reduzir, consideravelmente o que ainda resta de autonomia do Estado nacional - tanto para a formulação das políticas econômicas de forma autônoma quanto na relação com interesses de longo prazo -

independentemente das condições internacionais. Esse aspecto seria um dos centrais que exigem atenção sobre para onde devem ir os esforços de investimentos e parcerias dos poderes governamentais (BRESSER-PEREIRA et al; 2020).

A economia é uma das gigantes teias de relações, e em todos os setores onde é possível o seu alcance, está a financeirização e seus tentáculos que buscam abraçar todas as possibilidades de obtenção de seus objetivos maiores: o lucro. E isso não poupará a educação de cada país, sendo a educação, em seus diversos níveis de aprendizagem, reduzida a uma mercadoria que também passa a ser vista como um serviço oferecido aos consumidores em geral. Para aprofundar essa reflexão sobre a presença da financeirização dos serviços educacionais, vejamos como alguns trabalhos já analisaram o tema e seus impactos.

Ao analisar o panorama de financeirização da economia dentro de uma das ramificações - que é o setor educacional - e as políticas desenhadas por governos locais de países como: Reino Unido, Chile, Tailândia, Cingapura, Vietnã. Espanha, Tanzânia, Indochina etc, levou a Stephen J. Ball, em seu artigo sobre a Política Educacional Global, afirma :

A relação do Estado com provedores privados de serviços educacionais é agora comumente articulada pela lógica de mercado, dentro da qual o Estado se torna um criador de mercados, contratante e monitorador, enquanto o setor privado e outros provedores assumem cada vez mais o trabalho prático do governo, no sentido imediato e mundano (BALL, 2018, p.2).

Um primeiro sinal negativo é a substituição de funções públicas por privadas no serviço de educação, que em muitos países é um direito constitucional. O sintoma sentido nos Estados é a redução da autonomia do Estado e o direcionamento das obrigações das ações do poder público para os interesses do mercado privado e a financeirização da educação, o que levará a uma concorrência desigual para os fornecedores de serviços educacionais que estão fora destes circuitos de parceria pública-privada financeirizada.

Uma segunda constatação é a de que a presença de relações de mercado na educação tem sido uma tendência mundial, e tem se intensificado em todos países de sistemas econômicos capitalista sejam eles de grande, médio ou pequeno poder de impacto. Onde estiver espaço, lá estará ele o capital financeiro para abrir novos mercados, visto que a financeirização da educação seria uma espécie de desenvolvimento natural das relações sociais e econômicas em países capitalistas, mais cedo ou mais tarde se estará presente como parte do avanço do capital financeiro e todos os possíveis espaços de atuação (YAKOVLEVA, 2022).

Ao analisar possíveis impactos destas relações entre o Estado e a financeirização da Educação, é possível que ocorram muitos resultados positivos para os atores econômicos ou os

acionistas, mas pensamos nos aspectos negativos possíveis de tais transações, e um dos resultados possíveis será que:

Muitos governos sentem-se coagidos, sucumbindo às pressões dos mercados financeiros internacionais, vocalizadas pelos relatórios e notas das agências de avaliação de risco, mas também pela maioria das instituições multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc). Dado o contínuo receio de fugas de capitais e das decorrentes crises, muitos governos nacionais aderem (parcial ou completamente) aos preceitos de reformas do Estado –incluindo as reformas na educação(...), (DE CONTI & VILLEN, 2023, p. 07).

Em tais circunstâncias de reformas, um dos requisitos básicos é a contenção dos investimentos públicos em políticas de educação, saúde, previdência etc. E isso quer dizer menos dinheiro público para a oferta gratuita nestes setores de serviços, o que leva à redução da oferta e à redução da qualidade por falta de maiores investimentos na contratação de mais funcionários ou equipamentos de trabalho e, portanto o sucateamento de tais serviços, o que empurra muitos consumidores que tenha a necessidade de usar um desses serviços, a buscar pelo mercado privado dos mesmo serviços que antes era de qualidade, responsabilidade e exclusividade do poder público ofertar.

Por outro lado, se tais empresas privadas estão dentro do sistema de financeirização, tem-se produzido uma realidade na qual ocorre uma nova precarização dos serviços, para que se tenha o aumento dos lucros dessas empresas. Essa precarização se dá por meio da redução do número de professores e equipes na administração das unidades de ensino, crescimento da digitalização de insumos educacionais e das vagas de ensino, terceirização de responsabilidades trabalhistas por meio dos contratos de funcionário CNPJs, e tal prática é muito comum conforme, DE CONTI:

“Em empresas listadas em bolsas de valores, ela atinge também empresas que não são de capital aberto. Isso ocorre por meio da disseminação da chamada “governança corporativa”, associado à necessidade de agradar aos acionistas”, (DE CONTI & VILLEN, 2023, p. 09).

Para saber uma dimensão sobre a financeirização da economia neste setor de serviços que é a educação, apresentaremos alguns resultados sobre essa movimentação de concentração do capital e sua financeirização no Brasil nas últimas décadas. Na educação superior brasileira, um dos programas governamentais que contribuiu para formação de caminhos de início da financeirização da educação do Brasil é a criação do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, destinado para aqueles estudantes que queiram ingressar em uma universidade privada no Brasil e não tenha o dinheiro para pagar as mensalidades. Vejamos como é descrito, essa etapa da

financeirização na educação superior brasileira:

O FIES é um exemplo da financeirização da educação, no qual o governo libera crédito aos estudantes de baixa renda para que possam ter acesso ao ensino superior. Trata-se de política compensatória para cobrir falhas do governo em oferecer educação pública para todos os estudantes, gerando dívida para os discentes que, ao concluírem o curso, e passado o período de carência, terão de quitá-la. (CARVALHO et al., 2020).

Este exemplo demonstra que o Estado não respondia à demanda de alunos na educação superior e contribuía para a entrada de recursos públicos para os capitalistas donos de instituições privadas, o que levou a uma acelerada expansão de vagas no ensino superior privado e suas ofertas no ambiente presencial e virtual de educação, como demonstram os dados de evolução do número de matrículas na educação superior privada com fins lucrativos, conforme demonstram os dados oficiais do Ministério da Educação do Brasil (MEC), que nos últimos 13 anos, e em especial do período de 2010 a 2023, mostram que no total de matrículas no ensino superior privado foi de 207.807 no ano de 2010, passando para um total de matrículas na educação superior, no de ano de 2023, que atingiu o total de 7.921.408. Esse total de matrículas no ensino privado no ano de 2023 representa 75% de todas as matrículas na educação superior brasileira. Os outros 25% das matrículas foram ofertados por instituições públicas: Universidade e Institutos da rede Federal de ensino superior, com 12,5% das matrículas; as Universidades Estaduais, em todas as unidades da federação, com 6,3% das matrículas; e Universidades da rede Municipal, com 6,2% das matrículas na educação superior do Brasil (MEC, 2024).

Para finalizar esta reflexão sobre a concentração econômica e sobretudo, sobre o processo de financeirização narrado anteriormente, em um país, um dos autores que têm contribuído com essa reflexão é Thomas Piketty, que, em seu trabalho sobre *Capital e Ideologia*, em um dos trechos, chegou a afirmar que:

“Em sociedades cada vez mais educadas e informadas, resulta cada vez menos aceitáveis abandonar as questões econômicas e financeiras a um grupo reduzido de expertos com competências duvidosas” (PIKETTY, 2019, p.27).

Uma série de outros infortúnios pode ser enumerada para ilustrar os perigos da financeirização da economia em um país e em uma atividade econômica, que, para Karl Marx em seu trabalho *O Capital*, ele argumenta que pode ocorrer: Exacerbação da desigualdade de riqueza, aumento da instabilidade econômica e suscetibilidade a crises. Distorção das prioridades de investimento, enfraquecimento da atividade econômica real, erosão da confiança pública no sistema econômico e um declínio na inovação etc (MARX, 1999). Ainda sobre os malefícios

vejamos um argumento direto deste autor:

Captura regulatória: À medida que o setor financeiro cresce em poder e influência, ele pode ganhar influência indevida sobre reguladores e formuladores de políticas, levando a políticas que favorecem interesses financeiros em detrimento do bem público mais amplo. Isso poderia potencialmente enfraquecer as regulamentações e a supervisão, tornando o sistema financeiro ainda mais vulnerável a crises. (MARX, 1999).

Agora que temos uma parte das reflexões sobre a função e alguns dos efeitos em um país que utiliza da financeirização da oferta de serviços ou produtos, em especial da educação em um território, passemos aos resultados sobre o processo de financeirização da educação brasileira por meio de alguns resultados que este artigo busca apresentar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa investigação apresenta uma parte dos dados coletados sobre o processo de financeirização da educação brasileira, especialmente descrevendo quais as principais empresas que já estão inscritas na bolsa de valores brasileira e já realizam negociações com seus títulos e apostas no mercado financeiro.

A financeirização da Educação Brasileira tem ocorrido por meio de diversos movimentos simultâneos, que busca aumentar o número de associados, com aquisições e fusões que, por meio de uma empresa maior, formassem um conglomerado ou monopólio - em outras palavras um cartel - com um CNPJ que concentra centenas e até milhares de outros CNPJs a título de parcerias visando interesses comuns em especialmente o lucro.

Atualmente na B3 S.A., bolsa de valores brasileira, que tem sede de negociações no Brasil, China e Inglaterra, há o registro de oito empresas brasileiras privadas listadas, estão vinculadas a serviços de educação e treinamento como seus principais produtos e serviços a oferecer. Elas estão autorizadas a comercializar seus títulos de valores nas últimas décadas. Abaixo na tabela 1, apresento a razão social e sigla na Bolsa de valores do Brasil:

Tabela 01 - Empresas de Educação Privada listadas na Bolsa de Valores

Cartel Educacional	Ações
Cogna Educação	COGN3
YDUQS	YDUQ3
Ânima Educação	ANIM3
Ser Educacional	SEER3

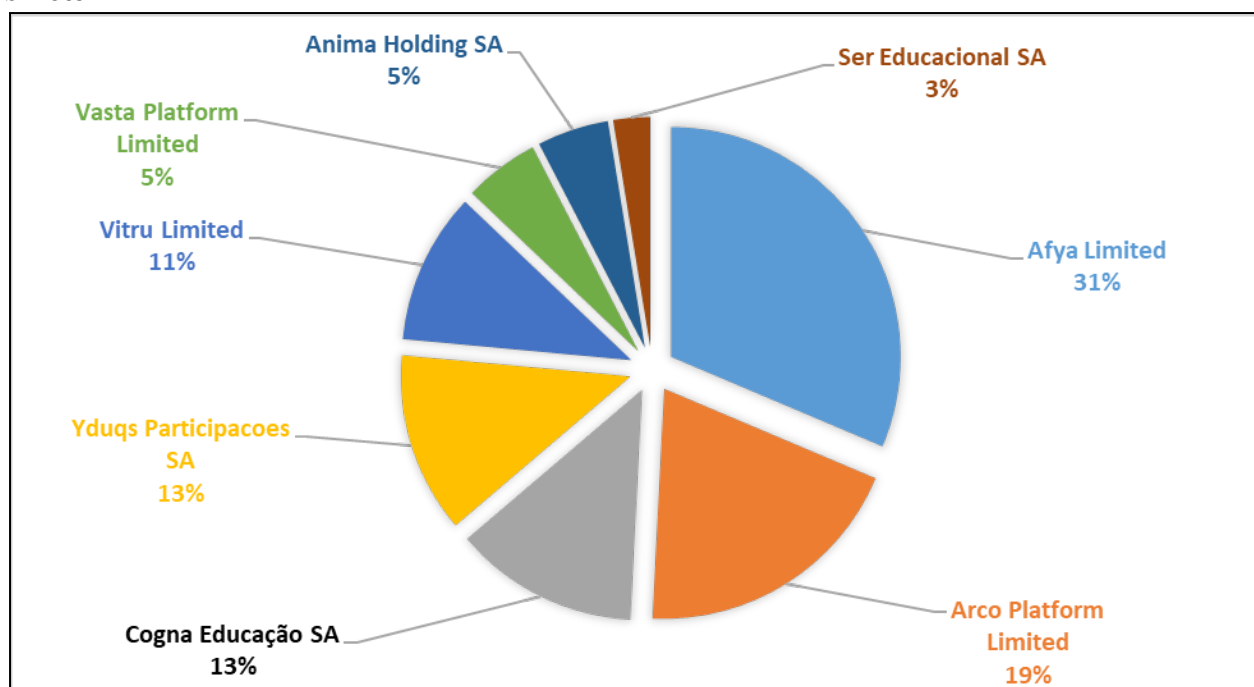
Afya Limited	A2FY34
Vitru Educação	VTRU3
Bahema	BIED3
Vasta Platform Limited	VAST

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de (DISFOLD, 2024; GOOGLE/FINANCE, 2024)

Todas as empresas listadas na Tabela 1 tiveram trajetórias semelhantes em seus processos de fusões e aquisições de redes de ensino no território brasileiro, até a chegada de abertura de capital na bolsa de valores brasileira. Entre as características, destacam-se: ampliar o seu mercado geograficamente, aumentar o número de instituições de ensino que formam o cartel por interesse coletivos dos proprietários das empresas e, principalmente visando lucros, ampliar o número de alunos, professores e demais funcionários da educação vinculados às suas marcas; criar ferramentas tecnológicas digitais com a unificação de serviços e benefícios aos participantes, principalmente o controle virtual dos produtos e serviços, o que pode levar a demonstrar um alto poder de impacto social e econômico, chegando a funcionar como que fora um "efeito de manada", no qual basta ver o portfólio que se apresenta e logo se decide entrar para o cartel e aumentar os lucros.

Ao que os dados indicam, esses passos rumo à financeirização da educação brasileira têm sido positivos para os proprietários e acionistas dos cartéis educacionais, ao menos é o que aparentam esses casos particulares analisados. Para que se tenha uma ideia, apenas estas 8 instituições inscritas na bolsa de valores juntas possuem um valor de mercado de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões distribuídos conforme o gráfico 02.

Gráfico 02. Percentual do valor de mercado das Instituições de educação na B3, que juntas somam R\$ 4,7 bilhões.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos da plataforma (DISFOLD, 2025).

Ao analisar os dados das participações, em porcentagem, das 8 instituições inscritas na bolsa de valores, observa-se que juntas possuem um valor de mercado de aproximadamente R\$ 4,7 bilhões, distribuídos conforme o *Gráfico 02*. Deste valor, o total de 76% é controlado por quatro empresas que detêm a maior porcentagem de participação, são elas: Com o maior percentual, está a Afya Limited, com 31% do valor; na 2º maior proporção, a Arco Platform com 19% do total; na 3º posição há um empate numérico, ambas têm a mesma proporção de 13% do valor, entre as empresas Cogna Educação e a Yduqs Participações. Os outros 24% do volume de capital são distribuídos em quatro instituições: Vitru Limited com 11%, Vasta Platform com 5%, Anima Holding S.A, com 5%; e a instituição Ser Educacional, com 3%.

Para que se tenha uma dimensão do volume controlado por esse cartel educacional, no ano de 2023 o orçamento aplicado pelo MEC na educação básica de todo o Brasil para 47 milhões de estudantes, foi de R\$9,3 bilhões. Ou seja, oito instituições educacionais privadas têm o equivalente a poder financeiro de 50% do orçamento do Ministério de Educação (MEC, 2024). Para melhor exemplificar o impacto desse cartel educacional apresenta-se uma lista de 50 instituições educacionais que foram compradas e estão sob o controle das oito empresas privadas mencionadas no cartel educacional.

Vejamos a *Tabela 02*.

Tabela 02 - Lista de 50 Instituições controlada pelas 8 empresas educacionais inscritas na B3

Universidade Anhembi Morumbi	FASAVIC	UniCesumar	UNINASSAU
Universidade Salvador (UNIFACS)	UNI REDENTOR	Ananguera Educacional	UNAMA
Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER)	Kroton Med	Kroton	UNG
UNA	Somos Educação	Ananguera	UNIVERITAS
UniBH	Estácio	Unopar	UNINORTE
UniSociesc	Ibmec	Uniderp	UNINABUCO
São Judas	Unitoledo	Unic	UNIJUAZEIRO
UNP	Wyden Educacional	Vasta Educação	UNIFACIMED
UniRitter	Damásio Educacional	Saber	Universidade Cruzeiro do Sul
AGES	Grupo Athenas Educacional	Stoodi	Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG)
UniFG-BA	Universidade Cruzeiro do Sul	UNIFG-PE	Unisul
FADERGS	Centro Universitário da Serra Gaúcha (FSG)	IBMR	FASEH
UNICURITIBA	FPB	FIPGUANAMBI	FAC. DOM PEDRO

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos das respectivas plataformas web de cada Instituição analisada (Afya, Arco, Cogna, Yduqs, Virtu, Vasta, Anima, Ser Educacional, 2025).

Uma observação importante é que, na Tabela 02, apresento apenas uma amostra de 50 instituições de ensino privadas no Brasil, que tem sua ramificação em diversos níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduação e pós-doutorado) no ambiente presencial contando com toda uma estrutura física funcionamento autorizadas pelo MEC, com professores, estudantes e corpo administrativo de cada instituição, sendo que muitas delas operam na maioria dos 27 estados da federação e no Distrito Federal. Verifica-se, em comum, que essas empresas fazem parte da base de sustentação das oito instituições listadas na bolsa de valores, possuem um conjunto de dados estruturais a exemplo de gestão de tecnologia no ambiente educacional, na saúde, entre outros. O número de subestruturas pode chegar a dezenas de centenas, ou ainda algumas milhares de pequenas e médias empresas que giram em torno das oito principais companhias que formam o cartel da educação privada que atua na bolsa de valores brasileira.

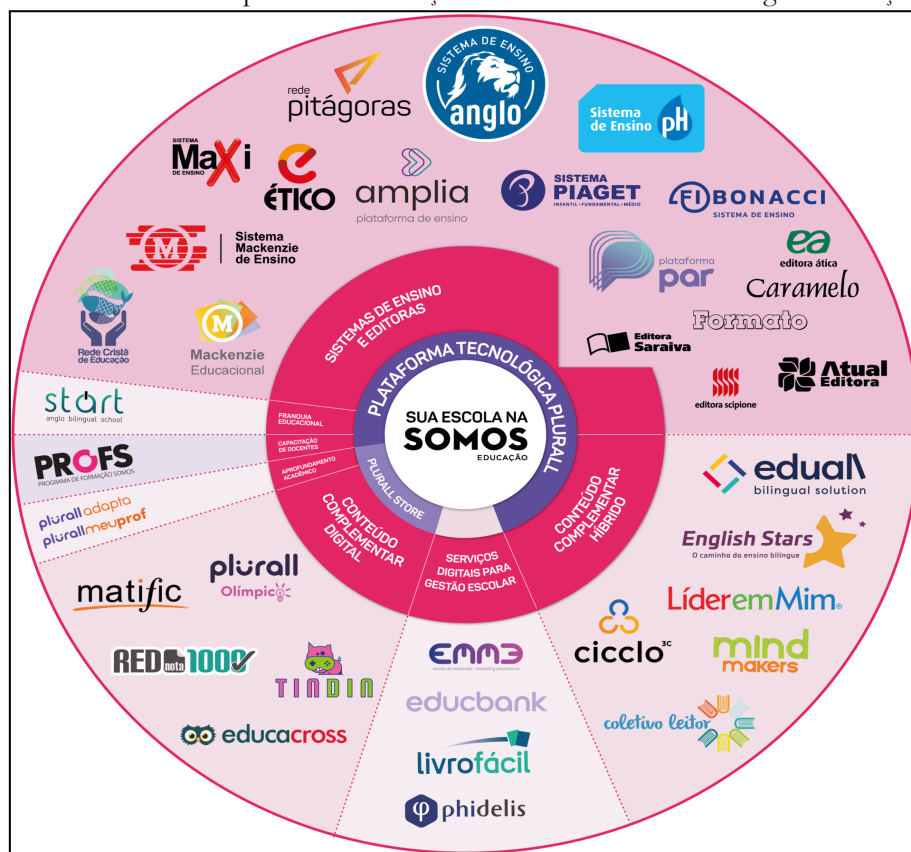
O menor grupo do cartel que é o Ser Educacional com 3% em volume de valor de mercado. Conforme apresentado na Figura 01, a empresa declara em sua página oficial que possui

1.000 polos presenciais de educação a distância e possui 300 mil estudantes vinculados aos seus serviços (SER EDUCACIONAL, 2025).

Para que tenhamos uma ideia desta dimensão, vejamos a **Figura 01**, produzida a partir do relatório disponibilizado em sua página oficial da Cogna, como parte de seu portfólio. A Cogna detém 13% do capital conforme no **Gráfico 02**. A empresa oferece uma variedade de serviços de educação em todos os níveis, abrangendo ampla gama de serviços editoriais, soluções digitais para gestão escolar, centro de formação de idiomas e plataformas de formação de docente. Em sua página oficial, a Cogna informa que atende 2,7 milhões de estudantes, possui 5.800 escolas parceiras, 11.618 publicações de suas redes editoriais e é ganhadora de 102 o prêmio Jabuti - um dos prêmios literários realizados no Brasil.

Vejamos outro exemplo na *Figura 01*.

Figura - 01. Portfólio de produtos e serviços educacionais do cartel Cogna Educação S. A.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos da plataforma (COGNA, 2025).

Acredito que este artigo pode apresentar uma série de outras informações para detalhar cada um dos cartéis educacionais que estão na bolsa de valores. Contudo, neste momento, cumpre sua tarefa principal: apresentar as teias que une empresas educacionais privadas na formação de cartéis de interesse comum. Entre esses interesses destaca-se a presença na bolsa de valores, o que credencia parte do processo de financeirização da educação brasileira, inserida no

movimento do capitalismo sobre todas as oportunidades de mercantilização e financeirização dos produtos e serviços ofertados à sociedade, e sem essas infra estruturas de centena de milhares de pequena, média e grandes empresas que foram compradas ou se fundiram no processo de monopolização de mercados regionais, que se criou as condições para a sustentação desse capitalismo financeirizado na educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A financeirização da economia brasileira tem ampliado seus tentáculos nas atividades de educação. Essa ampliação ficou demonstrada com os dados e informações apresentados ao longo do artigo, evidenciam a presença de oito cartéis educacionais na bolsa de valores brasileira (B3), com valor de mercado de 4,7 bilhões de reais. Tais cartéis são: Afya Limited com 31% do valor, Arco Platform, na segunda maior proporção, com 19% do total; e na terceira maior proporção de ações, com um empate numérico, com as empresas Cogna Educação e a Yduqs Participações. Os outros 24% do volume de capital estão distribuídos em quatro instituições: Vitru Limited (11%), Vasta Platform (5%), Anima Holding S.A (5%) e Ser Educacional (3%).

Uma das características da financeirização da economia também se replica na atividade econômica de educação brasileira, abrangendo toda a diversidade que esta atividade contém - como produtos digitais de gestão do ensino, cadeias de edição e publicação de livros e revistas educacionais - bem como o processo de fusões, aquisições e monopolização de empresas dentro do mercado educacional em determinados territórios em cada região ou estado brasileiro. Isso é evidenciado pelos dados de relatórios, em especial na *Tabela 02*, que apresenta a lista de 50 Instituições controladas por oito grupos educacionais inscritas na B3, e na *Figura 01*, que exhibe o Portfólio de produtos e serviços do cartel Cogna Educação S. A.

Uma última consequência identificada é a quebra na força dos Estados que permitem financeirização de parte de sua economia. Em muitos momentos, é preciso legislar sobre matérias econômicas ou sobre investimento público em políticas sociais, entretanto muitos agentes financeiros realizam manobras para flexibilizar a legislação e as ações do Estado sobre as políticas públicas, o que leva a uma queda na oferta de serviços públicos destinados à população.

REFERÊNCIAS

- AFYA. ([s.d.]). Com.br. Disponível em: 19 de de <https://www.afya.com.br/> Acesso em: 10 jan. 2025.
- _____. Cursos de Graduação e pós das faculdades Afya. ([s.d.]). Com.br. Disponível em: https://unidades.afya.com.br/?gl=1*3ababz*ga* Acesso em: 10 jan. 2025.
- ÂNIMA Educação – Transformando o país pela educação. ([s.d.]). Disponível em: <https://animaeducacao.com.br/> Acesso em: 10 jan. 2025.
- Cogna: Inovação e educação em sintonia. ([s.d.]). Disponível em <https://www.cogna.com.br/> Acesso em: 10 jan. 2025.
- ARCO, Educação. Home -. ([s.d.]). Arco Educação. Disponível em: <https://arcoeducacao.com.br/> Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, Luiz Fernando de Paula et Miguel Bruno, « Financialization, coalition of interests and interest rate in Brazil », *Revue de la régulation* [En ligne], 27 | 1er semestre/spring 2020, mis en ligne le 30 juin 2020, consulté le 17 janvier 2025. URL : <http://journals.openedition.org/regulation/16636> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/regulation.16636>
- BALL, S. J. Política Educacional Global: reforma e lucro. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, [S. l.], v. 3, p. 1–15, 2018. DOI: 10.5212/retepe.v3.015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12671> . Acesso em: 05 jan. 2025.
- CRUZ, W. V. G. DA .; SACOMANO NETO, M.; DONADONE, J. C.. O papel do Estado na financeirização: a expansão dos fundos de investimentos no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 32, p. e 020, 2024. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e020>>. <https://scholar.google.com.br/citations?user=Xa53bbIAAAAj&hl=pt-BR>
- CARVALHO, M. S. de, Soares Neto, H. F., & Pinheiro, L. I. F. (2020). FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: INADIMPLÊNCIA E PROGRAMAS EDUCACIONAIS NOS ANOS 2000. *Trabalho & Educação*, 29(2), 105–120. <https://doi.org/10.35699/2238-037x.2020.20227>
- CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, 5(2), pp. 7-28. 2001. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-5-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 5 de jan. 2025.
- DISFOLD. (Brazilian Education & Training Services Industry analysis, [s.d.]) Brazilian Education & Training Services Industry analysis. ([s.d.]). Disfold. Disponível em: <https://disfold.com/brazil/industry/education-training-services/> (*Brazilian Education & Training Services Industry analysis*, [s.d.]) Acesso em: 06 jan. 2025.
- DE CONTI, B.; VILLEN, P. Financeirização e educação: lógicas irremediavelmente irreconciliáveis: Financialization and education: irremediably irreconcilable logics . *Revista Cocar*, [S. l.], n. 20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7764> . Acesso em: 05 jan. 2025.

DA COSTA NETO, P. L. (2020). Crise do capital, financeirização e educação. *Germinal Marxismo e Educação Em Debate*, 11(3), 1. <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.36393>

ECONOMATICA. (2022). Valor de mercado das empresas cai abaixo de R\$ 5 trilhões – Quanto valem os índices da bolsa B3 – Ibovespa concentra 83,4% do total do valor de mercado da Bolsa. <https://insight.economatica.com/valor-de-mercado> Acesso em: 05 jan. 2025.

PIPELINE, Capital. (2021, March 26). *Dados de Fusões e Aquisições no Brasil - Dezembro 2020 (PWC)*. Pipeline Capital • Capital Tech Driven. <https://pipeline.capital/dados-de-fusoes-e-aquisicoes-no-brasil-dezembro-2020-pwc/> Acesso em: 05 jan. 2025.

LIMA, J. P. C., ABREU, W. F. de, POÇA, H. N. F., Silva, P. C. C., & Ferreira, A. P. (2019). Financeirização e Oligopolização no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação. *FINEDUCA - Revista de Financiamento Da Educação*, 9. <https://doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v9-82457>

MEC, Ministério da Educação do Brasil. Indicadores de Fluxo da Educação Superior. ([s.d.]). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a> Acesso em: 05 jan. 2025.

_____, Ministério da Educação do Brasil. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Censo da Educação Superior: Sinopse Estatística – 2006. Disponível em:< <https://riep.inep.gov.br/items/2a3e230d>>. Acesso em: 05 jan. 2025.

_____, Ministério da Educação do Brasil. MEC investe mais de R\$ 9 bi em educação básica em 2023. (2023, dezembro 29). Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mec-investe-mais-de-r-9-bi-em-educacao-basica-em-2023> . Acesso em: 06 jan. 2025.

MARX, K. (1999). *A critique of political economy*. Marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf> Acesso em: 06 jan. 2025.

REIS, F. V., & PEREIRA, G. do N. (2024). O AVANÇO DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL APÓS A PANDEMIA DE 2020. *Revista Communitas*, 8(18). <https://doi.org/10.29327/268346.8.18-27>

SANTOS, M. R. S. dos, & Araújo, R. S. de. (2023). Mercantilização e financeirização do setor educacional privado-mercantil no Brasil: feições da crise da educação brasileira. *Educação (UFMS)*. <https://doi.org/10.5902/1984644469525>

SER EDUCACIONAL. Institucional. Ser educacional.com. disponível em: <https://www.sereducacional.com> Acesso em: 10 jan. 2025.

SANTOS, E., & Escola de Sociologia Política. (2020). Da geopolítica das potências à geopolítica do conhecimento: financeirização e epistemologias de mercado na educação superior brasileira. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 135–150. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle48.09>

Thomas Piketty (2019). *Capital et idéologie*. Paris: Éditions du Seuil. Versión en español: (2020). *Capital e ideología* (trad. de Daniel Fuentes). México: Grano de Sal.

VASTA, Educação. ([s.d.]). Com.br. Disponível em: <https://www.vastaedu.com.br/> Acesso em: 10 jan. 2025.

VITRU, Educação. ([s.d.]). Com.br. Recuperado 19 de janeiro de 2025, de disponível em: https://www.vitru.com.br/pt_BR Acesso em: 10 jan. 2025.

YUDQS. Estrutura de Negócio. ([s.d.]). Com.br. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idMateria=X5eQeCX49clPsiqGtoL9aQ==&linguagem=pt> Acesso em: 10 jan. 2025.

YAKOVLEVA, G Natalyia. Financeirização da Educação: uma síntese do problema. *Revista Fim do Mundo*, Marília, SP, v. 3, n. 7, p. 29–46, 2022. DOI: 10.36311/2675-3871.2022.v3n7.p29-46. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13394> . Acesso em: 05 jan. 2025.

CAPÍTULO 4

UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO E SUA INTRÍNSECA DEPENDÊNCIA CÍCLICA

NUNES, Gabriel Baldan.

<https://orcid.org/0009-0004-4164-4774>.

[<gabriel.hbnunes@gmail.com>](mailto:gabriel.hbnunes@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política (UFSCar); Bacharel em Ciências Sociais (UNESP). São Carlos (SP),
Brasil.

RESUMO: O presente trabalho analisa o processo de industrialização no Brasil, com foco em suas características tardias, na estrutura de dependência econômica e nas contradições sociais que acompanharam esse desenvolvimento. Através de uma revisão bibliográfica baseada em autores como Caio Prado Jr., Milton Lahuerta, Wilson Cano, Wilson Suzigan e Fernando Henrique Cardoso, a pesquisa adota o método histórico-analítico para compreender como fatores internos e externos moldaram a trajetória da indústria nacional. O papel do Estado como indutor da industrialização, especialmente a partir da década de 1930, é destacado, assim como a influência do capital estrangeiro e as limitações estruturais enfrentadas pela economia brasileira. Argumenta-se que, embora tenham ocorrido avanços expressivos ao longo do século XX, a industrialização brasileira foi marcada pela ausência de um projeto nacional autônomo, pela fragilidade de sua burguesia industrial e pela persistência de desigualdades sociais. O estudo conclui que o Brasil ainda enfrenta desafios para consolidar uma indústria moderna, inclusiva e competitiva, com os dias mais atuais sendo caracterizado pela desindustrialização.

Palavras-chave: industrialização; desenvolvimento econômico; dependência; modernização; Brasil.

AN ANALYSIS OF BRAZIL'S INDUSTRIAL DEVELOPMENT AND ITS INTRINSIC CICLIC DEPENDENCY

ABSTRACT: This paper analyzes the industrialization process in Brazil, focusing on its delayed characteristics, the structure of economic dependency, and the social contradictions that accompanied its development. Through a literature review based on authors such as Caio Prado Jr., Milton Lahuerta, Wilson Cano, Wilson Suzigan, and Fernando Henrique Cardoso, the research adopts a historical-analytical method to understand how internal and external factors shaped the trajectory of the national industry. The role of the State as a driver of industrialization, especially from the 1930s onward, is highlighted, as well as the influence of foreign capital and the structural limitations faced by the Brazilian economy. It is argued that, although significant progress occurred throughout the 20th century, Brazilian industrialization was marked by the absence of an autonomous national project, the weakness of its industrial bourgeoisie, and the persistence of social inequalities. The study concludes that Brazil still faces challenges in consolidating a modern, inclusive, and competitive industry, with recent years being marked by deindustrialization.

Keywords: industrialization; economic development; dependency; modernization; Brazil.

INTRODUÇÃO

A industrialização é um dos pilares centrais na compreensão da formação econômica e social do Brasil contemporâneo. Diferentemente dos países centrais, onde esse processo ocorreu de maneira precoce e articulada à consolidação do capitalismo industrial, no Brasil, a industrialização foi tardia, descontínua e marcada por contradições estruturais profundas. A análise desse fenômeno permite não apenas compreender os desdobramentos econômicos e políticos que moldaram o país ao longo do século XX, mas também os desafios que ainda hoje limitam seu desenvolvimento sustentável.

Este artigo propõe-se a examinar criticamente o processo de industrialização no Brasil, seguindo o método histórico-analítico e com base em uma revisão bibliográfica centrada nas obras de Caio Prado Jr. (*História econômica do Brasil*, 1994), Milton Lahuerta (*Pensar o século XX*, 2003), Wilson Cano (*Soberania e Política Econômica na América Latina*, 2000; *Da década de 1920 à de 1930*, 2013), Wilson Suzigan (*Estado e industrialização no Brasil*, 1988) e Fernando Henrique Cardoso (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil*, 1964; *Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina*, 2008).

A escolha por esses autores decorre de dois critérios principais: a relevância histórica e teórica no debate sobre o desenvolvimento industrial brasileiro e a diversidade de abordagens analíticas e contextos em que foram produzidos. Caio Prado Jr., por exemplo, representa uma leitura crítica marxista do subdesenvolvimento, com foco na formação histórica e nos entraves estruturais da industrialização. Já Wilson Cano e Wilson Suzigan, ambos vinculados à tradição estruturalista, enfatizam a importância da intervenção estatal e da dependência externa na formação do parque industrial brasileiro. Por sua vez, Milton Lahuerta analisa os impactos sociais e políticos da modernização, enquanto Fernando Henrique Cardoso, em coautoria com Enzo Faletto, desenvolve a teoria da dependência, introduzindo um olhar que combina fatores econômicos e sociopolíticos na explicação do subdesenvolvimento industrial.

Embora compartilhem uma visão crítica sobre os limites do desenvolvimento industrial no Brasil, cada autor oferece interpretações singulares quanto às causas e consequências desses limites, o que permite construir uma análise abrangente e dialógica sobre o tema. Dessa forma, o artigo busca não apenas sintetizar os pontos de convergência entre essas obras, mas também evidenciar suas tensões e contrapontos, enriquecendo o debate e aprofundando a dimensão analítica do trabalho.

A abordagem adotada segue as contribuições desses autores ao enfatizar os impasses estruturais do modelo industrial brasileiro, a atuação do Estado enquanto agente de modernização,

bem como as relações de dependência que marcaram o vínculo entre o capital nacional e o capital estrangeiro. Os objetivos aqui são de relatar um atraso inerente à industrialização brasileira em termos estruturais, além de explicitar a cíclica e contínua falta de competitividade quando equiparado ao cenário global.

Ao longo do texto, discute-se a formação histórica da indústria brasileira, desde o período colonial até o final do século XX, com destaque para os efeitos da abertura comercial e das reformas neoliberais na década de 1990. Ao contextualizar o papel das elites econômicas e a ausência de uma burguesia industrial autônoma, busca-se compreender os limites impostos ao desenvolvimento pleno de um setor industrial competitivo, inovador e socialmente integrado. É entendido, a partir do levantamento bibliográfico, que em tempos mais atuais, o Brasil está passando por um momento de desindustrialização, visto a falta de competitividade num cenário internacional.

1. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

No capítulo em que comenta sobre a industrialização no Brasil, Caio Prado Jr. (1994) detalha o desenvolvimento econômico da indústria, desde sua ascensão até as mais diversas dificuldades enfrentadas ao longo desse processo que ocorreu de forma tardia no país. O autor inicia o capítulo criticando a atitude do Brasil em 1808, ainda quando tinha a condição de colônia, pois abriu os portos para o comércio exterior e não taxou os produtos vindos de fora de maneira protecionista, permitindo assim que houvesse concorrência direta com os produtos brasileiros. Isso fez com que a precária indústria nacional, em sua maioria têxtil, sofresse um golpe muito forte, prejudicando até mesmo o desenvolvimento de uma futura industrialização moderna competitiva e de qualidade.

Com isso, havia evidentes dificuldades para a implementação da indústria moderna, e o autor lista a falta de fontes de energia, a siderurgia, e principalmente a falta de um mercado consumidor como os principais entraves para o desenvolvimento da mesma. Por exemplo, apesar de deter uma grande quantidade de ferro, este se encontrava em locais de extração distantes dos grandes centros urbanos. Além disso, o mercado consumidor não conseguiria responder à produção em larga escala, já que o poder de compra dos cidadãos era quase nulo, em virtude da situação subdesenvolvida do país. Ou seja, estes elementos essenciais dificultaram muito o progresso de construção da indústria maquinofatureira (Prado Jr., 1994).

Assim, o que realmente vai impulsionar a produção nacional é o algodão, e como consequência, a indústria têxtil. Isso se dá porque além de ser um produto de fácil acesso, a mão de obra (mesmo não sendo especializada) sempre foi abundante devido às lavouras. Caio Prado Jr. (1994) ainda ressalta que esta pequena organização será voltada apenas para mercados e economias

locais.

Após essa conjuntura que perdurou por muitos anos, e analisando o ano de 1907, percebe-se que São Paulo passa a ser o maior polo industrial do país, sendo responsável por 40% dos produtos fabricados em todo território. Isso ocorre em consequência de três motivos: o sucesso da lavoura cafeeira, a imigração e a energia hidráulica abundante, que já era responsável por gerar eletricidade. A questão dos imigrantes é chave, pois os europeus vão ser muito mais qualificados que o trabalhador nacional recém saído do período escravocrata (Prado Jr. 1994)

Além disso, as indústrias brasileiras acabaram se beneficiando durante a época da primeira Grande Guerra (1914-1918). O conflito gerou grande queda da taxa de câmbio, tornando o cenário mais competitivo. Mas não só isso, o fato de a produção dos países participantes do conflito ter diminuído o foco em exportações, faz com que o Brasil seja forçado à uma tentativa de ser autossuficiente. O autor relata que: “É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio” (Prado Jr., 1994, p.262.)

Porém, segundo o autor isso também trará problemas. De maneira arriscada e passiva, a indústria nacional irá tentar “parasitar” essas situações de quedas de taxas e dificuldades atravessadas pelo mercado exterior, repetindo esse processo de modo contínuo, em vista de conseguir obter lucros. Isso acarretará na “falta de aperfeiçoamento e renovação” das indústrias, pois caso este método não funcione, elas apenas irão se aglomerar para auxiliar umas às outras ao invés de achar novas soluções de capitalização de rendimentos.

Quando se encerra a Primeira Guerra e os países envolvidos no conflito voltam a se estabilizar, o Brasil é novamente exposto a períodos complicados visto o baixo desenvolvimento econômico e social da população, e por conta disso, também se torna evidente a falta de planejamento dos cidadãos em relação a rendas auxiliares como poupanças e reservas. É daí, que os donos de indústria e os proprietários de terra, que no momento se encontram em melhores condições, vão prosperar cada vez mais, justamente pelo empobrecimento da população. Segundo Caio Prado, durante esse estágio

(...) verifica-se uma elevação geral dos preços e encarecimento da vida que não são acompanhados no mesmo ritmo pelos salários e outros rendimentos fixos, a acumulação capitalista se faz efetivamente à custa de um empobrecimento relativo da massa da população, sobretudo de suas classes trabalhadoras, e um acréscimo de exploração do trabalho” (Prado Jr., 1972, n.p.)

Diante do aspecto social desta época, Milton Lahuerta (2003) enfatiza que o país sempre teve a denominação de “economia do futuro” em seu horizonte, e por isso, muitas vezes foi orientado pelo aspecto econômico, causando assim, impactos que geraram um abismo social entre a população.

Dessa forma, durante as primeiras décadas do século XX, há uma inquietação na busca pela modernização da nação, e esse sentimento irá perdurar até o fim daquele século. O autor define de forma contundente essa incessável vontade pelo novo no Brasil: “(...) o século XX revela uma adesão incondicional da sociedade brasileira a um projeto de modernização a qualquer custo, centrado na transformação econômica e que se traduziu em diversos momentos em políticas de “salto para frente” (Lahuerta, 2003, p. 2-3).

Milton (2003) analisa que, com a tentativa de modernizar o Brasil, os governantes acabam por não conseguir distinguir de forma clara o “país real” do “país legal”. Por um lado, havia um país que tentava buscar em ideais republicanos e liberais as respostas para o Estado, ao mesmo tempo que não conseguia barrar as vontades das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, que por meio de seu domínio, continuavam a ditar os âmbitos político e econômico do país. Do outro, um povo que nunca foi realmente educado, com a criação tardia de universidades, com relações de sistema de trabalho tão ultrapassadas que poderiam ser confundidas com as do período escravocrata, além da monopolização da terra por grandes latifundiários e fazendeiros.

Nesse sentido, o escritor avalia que “(...) a ordem racional-legal, ao conceber uma república sem democracia e sem incorporação social, cristalizou o liberalismo como ideologia de elites, sem desenvolver as suas potencialidades universalistas, em termos de direitos civis e políticos” (Lahuerta, 2003, p. 6). Consequentemente, esses fatores contribuíram para uma dinâmica de aprofundamento das desigualdades sociais, ainda que, economicamente, o país viria a experimentar bons anos de desenvolvimento nas próximas décadas.

Os meios de acumulação de capitais eram restritos e individuais, já que as pessoas mais bem sucedidas eram aquelas que usufruíam dos frutos de seus próprios negócios, como as lavouras de café, ou até mesmo quando haviam benefícios originados do capital financeiro, como especulação e crédito positivo. Todo esse processo, faz com que estes cidadãos consigam não só lucrar, mas também investir e melhorar as indústrias das quais são donos (Lahuerta, 2003).

Esse é o cenário que vai perdurar de 1924 até 1930, e para Caio Prado Jr. (1994) será um “período sombrio” para a indústria nacional, pois muitas irão fechar ou se afundar em dívidas. Isso vai auxiliar ainda mais o capital estrangeiro, que começa a burlar tarifas fiscais e a baratear os custos de suas linhas de produção por meio de empresas subsidiárias, também conhecidas como

“filiais”. Grandes indústrias das mais diversas áreas irão se instalar no país, entre elas a General Motors e a Ford Motor Company, ambas do mercado automobilístico, além da Armour e Swift, empresas do ramo de carnes.

A partir do momento em que essas empresas se estabelecem de modo permanente, algumas vão se tornar tão autossuficientes, que só vão ter relações meramente monetárias com suas matrizes, ou seja, desde o começo da produção até a finalização do produto, será em sua totalidade feita em território brasileiro (Prado Jr., 1994).

Apesar de seu impacto inicial, as consequências dessa dinâmica envolvendo as indústrias estrangeiras se revela positiva no cenário do país, pois não apenas o território finalmente passa a ter indústrias de base, mas ao mesmo tempo isso irá contribuir com o nascimento da metalurgia de ferro, sendo assim, uma das evoluções mais consideráveis da indústria moderna. Além disso, muito do que é produzido vai ser destinado à população que aqui vive, e, em função disso, no momento que a produção começa a preencher o déficit brasileiro nos mais variados setores, isso também acarretará em um novo estágio da história do país (Prado Jr., 1994).

Além do mais, apesar de ser muito difundido por historiadores e estudiosos, Wilson Cano e Wilson Suzigan averiguam que entre o final da década de 1920 e o começo da década de 1930, não era possível afirmar que o país era somente monocultor, ou seja, apenas produzia café. Para Cano, ao se aprofundar sobre o assunto, é notável perceber certa dinamização industrial capitalista.

Com a vitória da Revolução em outubro de 1930, e diante da profundidade da “Crise de 29”, os “tenentes”, que estavam imbuídos de que deveriam “quebrar a espinha” da oligarquia cafeeira paulista, se dão conta, na “mesa de negociações”, de que, na verdade não havia apenas um “café, monocultor e latifundiário”, mas sim uma economia capitalista com grau já avançado de inter-relações setoriais e que, portanto, estavam também diante de uma diversificada estrutura de poder. Quebrar o café – perceberam os “tenentes” –, significava quebrar o nascente capitalismo brasileiro. Daí a original saída brasileira da política econômica da defesa “do café”, que se estende de 1931 até a Segunda Grande Guerra. (Cano, 2012, p. 911)

Ao mesmo tempo, com a Revolução de 1930 e a tentativa de se afastar da crise de 1929, o presidente Vargas conseguiu notar que a burguesia brasileira não havia superado o que Wilson Cano (2012) chama de “alma mercantil” e que, dessa forma, o Brasil não iria conseguir se industrializar sem a interferência do poder estatal.

Dessa maneira, segundo Cano (2012), só é possível falar em um real processo de industrialização após Vargas implantar seu plano de desenvolvimento e urbanização, e que antes de 1930, todo aquele processo descrito por Caio Prado Jr, eram surtos industriais, mas tão distintos e

singulares, que não poderiam ser chamados de industrialização propriamente dita.

De acordo com Suzigan (1988), após 1930 e as decisões protecionistas em torno do café foram positivas para o país, dado o fato de que as rendas se mantiveram elevadas, devido ao funcionamento do mercado interno e de políticas macroeconômicas expansionistas que defendiam o ramo exportador.

É com Vargas que o Brasil passa a investir pesado na indústria. A influência inegável do Estado em indústrias de base, na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em uma maior proteção do mercado interno e uma melhor articulação entre o capital privado nacional, capital estrangeiro e o Estado, fizeram com que o período da década de 1950 pra frente, fosse considerado o maior avanço industrial do país, paulatinamente, com uma maior intervenção estatal. O Estado que vai ser visto como um agente de mudança, aquele que vai encaminhar o Brasil para frente (Suzigan, 1988).

Contudo, em um contraponto ao caráter benéfico inicial do desenvolvimentismo das empresas estrangeiras (que mais tarde se tornará um problema para a industrialização brasileira), é interessante analisar as incoerências apontadas por Fernando Henrique Cardoso (1964, 2008), que critica tanto o sistema industrial da época através de sua observação acerca da “dependência”, quanto os industriais brasileiros, os denominando “capitães da indústria”.

No texto “Repensando a dependência e desenvolvimento na América Latina”, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2008) fazem críticas à influência da expansão capitalista e estrangeira imperialista que países desenvolvidos dispõem nos países subdesenvolvidos como no caso no Brasil, pois isso acarreta na dificuldade do mercado interno de se aprimorar e se expandir. Mas também, é importante ressaltar que a situação de dependência depende de classes e mercados locais. Com isso, os autores propõem que países em situações de dependência só o são devido ao fato que suas classes dominantes propagam ideologias, vontades e decisões advindas das elites dos países dominantes, e que apesar da percepção inicial, muitas vezes isso ocorre não por serem estrangeiros, mas por terem valores e crenças similares uns com os outros.

Porém, apesar das crenças e valores serem parecidos, é significativo o apontamento que os escritores fazem quando afirmam não ser possível haver uma posição equiparada das relações entre os países

O capitalismo é um sistema mundial. Mas algumas partes detêm uma maior parcela de liderança e uma posse quase que exclusiva dos setores cruciais para a produção e acumulação de capital, tais como os setores tecnológicos ou financeiros. Requerem a complementaridade das economias dependentes, mas têm à sua disposição os principais elementos para a

expansão do capital em escala cumulativa e ampliada. (Cardoso e Falleto, 2008, p. 17)

Isso causa o fenômeno da dependência em razão de alguns países não conseguirem acumular e expandir o capital de forma satisfatória como outros. A expansão é gerada por meio da “criação de novas tecnologias” e da “expansão contínua da produção de bens de capital”, ou seja, o crescimento de indústrias, equipamentos e outros elementos que permitem o contínuo ciclo gerador de capital. Mas não só isso,

(...) a expansão de uma economia capitalista requer apoio financeiro através de um sólido sistema bancário. E claro que nem todas as economias capitalistas apresentam tal capacidade. Algumas delas têm de buscar a complementaridade necessária em escala mundial, a fim de continuar sua marcha de crescimento econômico. (Cardoso e Falleto, 2008, p. 16)

Portanto, para os autores, as economias dependentes, mesmo quando não só exportam matéria-prima, são incapazes de manter um fluxo contínuo de capital, pois não possuem o equipamento, a estabilidade financeira ou a tecnologia para se tornarem competitivas no mercado internacional. Com isso, estes países são obrigados a buscar de alguma forma, auxílios para sua produção através dos países mais desenvolvidos, em uma relação denominada por eles como “à do cliente que procura um banqueiro”.

Além disso, em seu texto “O empresário industrial e o desenvolvimento econômico do Brasil”, FHC avalia os empresários brasileiros como “capitães da indústria”. Homens que seguem apenas seus interesses pessoais e valores próprios na tomada de decisões, excluindo a impessoalidade e as virtudes necessárias para se tornarem empreendedores capitalistas. Isso se difere dos capitalistas verdadeiros, denominados “homens de empresa”, que encontram na impessoalidade e visam a busca pelo lucro de maneira mais racional e calculista. O fato de empresários brasileiros não serem “homens de empresa”, fez com que busquem os melhores caminhos para suas empresas enaltecendo a experiência, e não a lógica racional, o que acarretou em impasses e problemas na evolução industrial do Brasil dos anos 1930 em diante.

De forma similar a Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso analisa a excessiva dependência dos industriais em relação ao Estado. Os “capitães da indústria” sempre estão à espera de incentivos governamentais ou estrangeiros ao invés de eles mesmo buscarem novos meios de obtenção de lucros, novamente expondo um comportamento “antiempresarial” e aproveitador. A falta de espírito desbravador e o apego descomedido aos interesses particulares, será fundamental para que a burguesia industrial brasileira não consiga assumir o papel de agente principal de mudança no que se refere a ampliação da indústria de modo satisfatório no mercado mundial pós década de 1950.

Nesse sentido, é de significativa relevância para a compreensão do processo de industrialização no Brasil este elemento referente à evolução do investimento direto estrangeiro (IDE). Conforme aponta Santos (2007), o IDE desempenhou um papel estratégico na trajetória da industrialização brasileira, sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando as empresas transnacionais ampliaram sua atuação, impulsionadas por políticas estatais de planejamento que fomentaram a articulação entre empresas estrangeiras e nacionais, tanto do setor público quanto do setor privado.

Até a década de 1970, essa integração entre empresas estatais, capitais nacionais e corporações transnacionais contribuiu de maneira expressiva para a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) e para a conformação de um parque industrial diversificado, com características similares às economias de renda elevada.

Contudo, a partir da década de 1980, o modelo de crescimento baseado na intervenção estatal entrou em declínio, impactado pela crise da dívida externa. Nesse contexto, o país passou a vivenciar um cenário de inflação crônica e instabilidade no crescimento do PIB, o que resultou na retração dos fluxos de IDE e na paralisação de projetos de expansão por parte das empresas transnacionais.

Conforme argumenta Cano (2000), em um contexto caracterizado por profundos desequilíbrios macroeconômicos, a produção industrial brasileira enfrentou um significativo retrocesso ao longo da década de 1980. Nesse período, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional declinou de 31%, em 1980, para 25,6%, em 1989. Dentre os diversos segmentos industriais, o mais afetado foi o setor de bens de capital, que apresentou uma retração acumulada de 16% no período. Em contrapartida, os bens intermediários tiveram um crescimento de 16%, os bens de consumo não duráveis cresceram 18%, enquanto os bens de consumo duráveis registraram um avanço modesto de apenas 0,8%.

A taxa média anual de crescimento da indústria de transformação entre 1980 e 1989 foi de apenas 0,9%. Para Cano (2000), esse desempenho insatisfatório esteve associado, em grande medida, ao comportamento das exportações de bens manufaturados e semimanufaturados, cujos valores em dólares dobraram, passando de 11 para 22 bilhões no período.

Apesar dos esforços industrializantes empreendidos até o final da década de 1970, o Brasil manteve, ao longo dos anos 1980, uma elevada dependência de importações de produtos industriais intensivos em tecnologia. Tal cenário, segundo Lamonica e Feijó (2011), revelava uma situação preocupante para o desenvolvimento da economia nacional, marcada pela persistência na exportação de produtos primários ou de baixo conteúdo tecnológico e pela contínua importação de bens com

alto valor agregado e elevada intensidade tecnológica.

De maneira geral, o padrão de desenvolvimento industrial adotado deixou, conforme observa Castro (2005), diversas consequências estruturais que continuaram a representar desafios significativos para a economia brasileira. Entre essas, destacam-se: 1) uma estrutura de incentivos distorcida em determinados setores, como no caso de segmentos de bens de capital que não conseguiram atingir escala de produção adequada nem promover a transferência de tecnologia; 2) a existência de um viés anti-exportador, dado o predomínio de um modelo de desenvolvimento voltado essencialmente para o mercado interno, com exceção de alguns setores exportadores, especialmente os intensivos em recursos naturais e mão de obra; 3) o acúmulo de elevados níveis de endividamento, tanto no âmbito da dívida pública interna quanto da dívida externa; 4) e a convivência com taxas de inflação persistentemente elevadas.

Em resposta a essa conjuntura, na década de 1990 houve uma inflexão nas políticas econômicas, com a adoção de um modelo orientado pela liberalização econômica e pela privatização. Essa mudança refletiu a expectativa de que a diminuição da intervenção estatal e a adoção de políticas industriais mais abertas seriam capazes de mitigar os entraves estruturais do setor produtivo nacional, promovendo avanços em termos de tecnologia, eficiência gerencial e produtividade, aproximando, assim, o Brasil dos padrões observados nas economias desenvolvidas (Rodrigues, Filho, 2015).

Tais reformas não apenas contribuíram para o estabelecimento de um novo arcabouço de política macroeconômica voltado ao controle inflacionário, ancorado em elevadas taxas de juros, câmbio valorizado e metas de superávit primário, mas também promoveram uma transformação paradigmática no papel do Estado na economia (Rodrigues, Filho, 2015).

Conforme observam Carneiro (2002) e Castro (2005), esse conjunto de mudanças implicou uma reconfiguração profunda do modelo de desenvolvimento industrial e, em sentido mais amplo, da dinâmica da economia brasileira como um todo.

No contexto em que foi lançada, já em 1990, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) passou a representar um marco dentro do novo modelo liberal de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Segundo Carneiro (2002), tal modelo fundamentava-se na premissa de que a intensificação da abertura comercial e a ampliação do processo de privatizações promoveriam maior concorrência nos mercados internos, resultando em ganhos de eficiência não apenas no sistema bancário, mas também no setor industrial. No caso da indústria, acreditava-se que esses avanços ocorreriam, sobretudo, por meio de elevações na produtividade do trabalho, impulsionando, por conseguinte, a competitividade da produção nacional e viabilizando sua inserção em novos

mercados.

A PICE, além de buscar fomentar a concorrência por meio da maior exposição da economia às importações, também previa, em sua formulação, uma segunda dimensão estratégica: o fortalecimento da capacidade tecnológica interna. Para isso, propunha-se a estruturação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico nacional, por meio da concessão de crédito, incentivos fiscais e ações coordenadas entre os diferentes atores do setor produtivo (Bertolli e Medeiros, 2002).

Adicionalmente, a adesão do Brasil ao Plano Brady, a partir de 1992, em conjunto com o contexto internacional caracterizado por elevada liquidez e pela tendência de redução das taxas de juros nas principais economias desenvolvidas, como os Estados Unidos e países europeus, gerou expectativas positivas quanto ao papel que o investimento direto estrangeiro poderia desempenhar na modernização e expansão do parque industrial brasileiro (Lamônica e Feijó, 2011).

Entretanto, em contraste com os padrões observados nas economias mais avançadas, nas quais a geração de assimetrias competitivas tem sido fortemente ancorada no desenvolvimento intensivo de estruturas internas de ciência e tecnologia (C&T), bem como em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltadas à inovação de produtos e processos, a realidade brasileira na década de 1990 apresentou importantes limitações nesse aspecto.

Conforme ressaltam Bertolli e Medeiros (2002), uma análise aprofundada das transformações ocorridas na indústria nacional ao longo desse período revela que o processo de reestruturação produtiva esteve mais associado à busca por ganhos de eficiência a partir de estratégias de redução de custos e racionalização produtiva, caracterizadas por medidas de "enxugamento" e ajustes de natureza defensiva, do que por esforços direcionados à qualificação tecnológica do aparato produtivo.

Em outras palavras, os avanços observados no desempenho da indústria brasileira naquele período foram, majoritariamente, resultado de estratégias voltadas à contenção de despesas e à reorganização interna, ao invés de decorrerem da consolidação de capacidades tecnológicas endógenas que pudessem sustentar uma trajetória de inovação contínua e competitividade de longo prazo.

Nesse sentido, Rodrigues e Filho (2015, p.15) apontam que

(...) o que queremos aqui deixar claro é que, sofrendo os impactos de um rápido e intenso processo de abertura da economia combinado: I) tanto com uma política macroeconômica baseada em juros altos e câmbio valorizado, como II) com uma "política industrial" que fortaleceu a competição, mas não a competitividade da economia, as estratégias de modernização e de competitividade da indústria brasileira ao longo da década de 1990

assumiram um caráter fortemente defensivo, não se mostrando, portanto, capazes de superar os atrasos tecnológicos da sua estrutura produtiva verificados na década de 1980.

Na segunda metade da década de 1990, observou-se uma elevação significativa nos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil, os quais se mantiveram em níveis elevados ao longo do período, ampliando substancialmente a presença de corporações estrangeiras na economia nacional. Apesar do expressivo crescimento do IDE nesse intervalo, a sua contribuição para o processo de modernização da indústria brasileira apresentou limitações, revelando características estruturais que comprometeram seu potencial transformador (Rodrigues, Filho, 2015).

De acordo com Rodrigues e Filho (2015), em primeiro lugar, grande parte desses recursos foi direcionada ao setor de serviços. Em 1995, o setor manufatureiro representava aproximadamente 67% do estoque total de IDE; entretanto, em 2000, essa proporção caiu para 34%, enquanto o setor de serviços passou a concentrar cerca de 64% do total investido.

Em segundo lugar, os aportes de capital estrangeiro ocorreram predominantemente na forma de fusões e aquisições. Entre 1995 e 2000, cerca de 60% dos fluxos anuais de IDE foram destinados a operações desse tipo, o que resultou em retração do investimento nacional e na estagnação da formação bruta de capital fixo no período.

Ademais, a estratégia de expansão das empresas transnacionais no Brasil concentrou-se majoritariamente na exploração do mercado interno e, em menor medida, no mercado latino-americano, reduzindo o potencial de inserção internacional do parque industrial nacional.

Diante desse cenário, esse novo ciclo de influxo de capital estrangeiro, somado à estagnação do investimento doméstico, consolidou uma participação crescente das empresas estrangeiras na economia brasileira. Para ilustrar, em 1995 essas corporações eram responsáveis por cerca de 14% da produção total do país, percentual que se elevou para aproximadamente 20% em 2000 (Santos, 2007).

A liberalização econômica adotada no período visava, entre outros objetivos, impulsionar a produtividade industrial, sob a premissa de que as empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil apresentavam maior escala e eficiência operacional em comparação às empresas nacionais. Esperava-se, portanto, que o IDE contribuísse diretamente para o aumento da produtividade industrial, tanto por meio da introdução de tecnologias mais avançadas e da ampliação da escala de produção, quanto por meio de efeitos indiretos de difusão de eficiência, os chamados *spillovers*, promovidos por meio da demonstração de práticas e do estímulo à competição. No entanto, tais externalidades positivas não se concretizaram conforme o esperado (Rodrigues, Filho, 2015).

Em suma, para Rodrigues e Filho (2015), é possível constatar que o IDE não foi

majoritariamente alocado no setor industrial, o que comprometeu sua capacidade de impulsionar ganhos significativos de produtividade. Além disso, mesmo os investimentos direcionados à indústria foram, em grande parte, canalizados para segmentos já existentes, não resultando na renovação estrutural ou na modernização da economia brasileira como era inicialmente previsto.

Nesse sentido, o que ocorre no Brasil desde essa época, até os dias mais atuais, pode ser denominado como “desindustrialização”. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), um dos primeiros estudos a evidenciar o processo de desindustrialização da economia brasileira foi realizado por Marquetti (2002). Segundo esse autor, o Brasil teria experimentado, nas décadas de 1980 e 1990, um movimento de desindustrialização, evidenciado pela redução da participação da indústria tanto no emprego quanto no valor adicionado. Tal fenômeno estaria associado, principalmente, aos baixos níveis de investimento na economia como um todo, e na indústria em particular.

Na perspectiva de Marquetti (2002), esse processo possui implicações negativas para o crescimento econômico de longo prazo, uma vez que envolve a realocação de recursos e força de trabalho da indústria, setor caracterizado por maior produtividade, para segmentos menos produtivos da economia.

Adicionalmente, Palma (2005) também identifica sinais de desindustrialização no caso brasileiro. Partindo da definição proposta por Rowthorn e Ramaswamy (1999), Palma argumenta que, diferentemente do caso clássico da “doença holandesa”, originado pela descoberta e exportação de recursos naturais, países da América Latina, incluindo o Brasil, vêm sendo afetados por uma nova forma desse fenômeno. Essa nova configuração estaria relacionada à substituição do antigo modelo de industrialização por substituição de importações por um novo regime, implantado a partir da década de 1990, com profundas implicações estruturais para a indústria regional.

É importante frizar que o processo de desindustrialização pode estar vinculado ao fenômeno denominado “doença holandesa”. Esse conceito, amplamente difundido na literatura econômica, refere-se à perda de competitividade e ao enfraquecimento da diversificação industrial, especialmente em setores intensivos em trabalho, capital e tecnologia, observado na Holanda a partir da década de 1970, em virtude da valorização cambial decorrente da descoberta e exportação de gás natural proveniente do Mar do Norte.

Nesse contexto, Palma (2005) destaca que os países da América Latina foram impactados pelas novas diretrizes de política econômica quando ainda apresentavam baixos níveis de renda per capita. Como consequência, a transição dessas economias para uma etapa mais avançada de industrialização foi dificultada, essa etapa crucial que é caracterizada por maior sofisticação tecnológica e maior capacidade de inserção no comércio internacional.

Um argumento convergente é apresentado por Bresser-Pereira e Marconi (2008), os quais sustentam que o Brasil, em função de sua elevada dotação de recursos naturais, possui uma predisposição estrutural à manifestação da “doença holandesa”. Segundo os autores, o país tem enfrentado um processo de desindustrialização impulsionado por esse fenômeno desde o início da década de 1990, quando a abertura comercial e financeira eliminou os instrumentos de proteção, como barreiras tarifárias e mecanismos de controle cambial, utilizados desde a década de 1930 para mitigar seus efeitos adversos sobre a indústria nacional.

Segundo Lamonica e Feijó (2011), os expressivos ganhos obtidos pelo setor primário-exportador a partir da década de 1990, somados ao ciclo de ampla liquidez internacional iniciado nos anos 2000, abriram uma importante “janela de oportunidade” para que o Brasil direcionasse investimentos à expansão de setores tecnologicamente mais avançados. Tal direcionamento poderia ter contribuído para a retomada do processo de substituição de importações e para o fortalecimento das bases necessárias à mitigação da restrição externa.

Entretanto, a conjuntura favorável ao setor exportador de produtos primários acabou por estimular a intensificação dos investimentos nesse segmento, ao mesmo tempo em que restringiu a alocação de recursos em setores industriais de maior complexidade tecnológica. Nesse sentido, Feijó e Carvalho (2008, p. 12) observam que, a partir de 2002, os investimentos na indústria extrativa cresceram de forma significativa, passando de 8,2% em 2002 para 10,9% em 2006. No entanto, ao analisar a indústria de transformação no período de 1996 a 2006, verifica-se que apenas cinco setores concentraram os maiores volumes de investimento, sendo três deles voltados predominantemente à produção de commodities: (1) fabricação de produtos alimentícios; (2) fabricação de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool; (3) fabricação de produtos químicos; (4) metalurgia básica; e (5) fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho, apoiada em autores como Caio Prado Jr., Wilson Cano, Wilson Suzigan, Milton Lahuerta e Fernando Henrique Cardoso, revelou que, embora compartilhem diagnósticos críticos sobre o subdesenvolvimento e a dependência, eles divergem quanto às causas, aos agentes históricos e às possibilidades de superação desse quadro. Caio Prado Jr., por exemplo, enfatiza os obstáculos de origem colonial e a fragilidade do mercado interno; Cano e Suzigan valorizam a centralidade do Estado como motor da industrialização, ainda que reconheçam suas limitações; Lahuerta, por sua vez, amplia a análise ao destacar a modernização

como projeto excludente e descolado do país real; já Cardoso articula uma crítica estrutural à dependência externa, responsabilizando também as elites locais e a falta de uma burguesia verdadeiramente empresarial.

O processo de industrialização no Brasil constituiu-se como um fenômeno historicamente complexo, caracterizado por avanços pontuais e recorrentes entraves estruturais. A industrialização brasileira deu-se de forma tardia, fragmentada e profundamente condicionada por fatores externos e internos, que limitaram sua autonomia e aprofundaram a condição de dependência do país no sistema capitalista internacional.

A análise histórica evidencia que, embora o Estado tenha desempenhado papel central na promoção da industrialização, sobretudo a partir da Revolução de 1930 e do governo Vargas, o modelo implementado careceu de um projeto de desenvolvimento verdadeiramente endógeno e inclusivo. O predomínio de elites com interesses particulares, a ausência de uma burguesia industrial consolidada e a constante necessidade de apoio estatal ou estrangeiro comprometeram a formação de um setor produtivo autônomo e tecnologicamente avançado (Cardoso, Faletto, 2008; Lahuerta, 2003).

A partir da década de 1990, com a adoção de políticas neoliberais e a intensificação da abertura econômica, observa-se uma inflexão no modelo industrial. O investimento direto estrangeiro, embora crescente, concentrou-se no setor de serviços e não gerou os efeitos esperados em termos de modernização estrutural e ganho de produtividade (Santos, 2007; Bertolli, Medeiros, 2002). A indústria nacional passou, então, por um processo de reestruturação marcado por estratégias defensivas e de contenção de custos, em detrimento da consolidação de capacidades tecnológicas endógenas.

Portanto, a industrialização brasileira, embora tenha desempenhado papel relevante no crescimento econômico ao longo do século XX, revelou limitações significativas no que tange à superação de desigualdades históricas, à diversificação produtiva e à inserção soberana no cenário internacional. O desafio contemporâneo consiste, assim, na construção de um novo paradigma de desenvolvimento industrial, baseado na inovação tecnológica, na integração produtiva e na redução das assimetrias sociais e regionais que ainda marcam a economia nacional.

Diante dos elementos apresentados ao longo deste trabalho, torna-se evidente a necessidade de formulação e implementação de diretrizes voltadas a uma política industrial e tecnológica articulada com uma política macroeconômica que seja compatível com os objetivos de fortalecimento do setor produtivo. Tal estratégia é essencial para restabelecer o dinamismo da indústria brasileira e impulsionar o país rumo a trajetórias sustentadas de crescimento econômico e

desenvolvimento no longo prazo. Em seu estado atual, o Brasil, assim como outros países da América Latina seguem atrasados, pouco desenvolvidos tecnologicamente em suas indústrias de ponta, ainda dependentes de outros países desenvolvidos tal como apontou FHC, isto é, na posição de clientes em busca de banqueiros.

REFERÊNCIAS

BERTOLLI, S.; MEDEIROS, N. H. Evolução da competitividade da indústria brasileira: uma análise a partir do movimento de reestruturação setorial nos anos 90. dez. 2002.

BRESSER, L.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 4. São Paulo, 2008.

CANO, W. Soberania e Política Econômica na América Latina. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

CANO, W. DA DÉCADA DE 1920 À DE 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. Revista de Políticas Públicas, v. 16, n. 1, p. 79–90, 15 Fev 2013 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>. Acesso em: 16 nov 2024.

CARDOSO, FH. Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Acesso em: 16 nov. 2024., 1964.

CARDOSO, FH., FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 4-20. ISBN 978-85-99662-59-5. Available from SciELO Books.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX. 1. ed. São Paulo: UNESP, IE – Unicamp, 2002.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIANBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. de. Ocorreu desindustrialização no Brasil? Novembro, 2005. Documento do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

LAHUERTA, M. Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional da América Latina: O Século Vinte Brasileiro: Autoritarismo, Modernização e Democracia. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A. Crescimento e industrialização no Brasil: uma interpretação à luz das propostas de Kaldor. In: Revista de Economia Política. v. 31, n. 1, p. 118-138, jan.–março, 2011.

MARQUETTI, A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira:

1955-1998. Estudos Econômicos. v. 32, n.1., 2002.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, p. 219-232, abril-jun., 2010.

PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. 2005. Disponível em:
http://www.fiepr.org.br/paraempresas/conselhos/design/uploadAddress/5%20%20QUATRO%20FONTES%20_2_.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

PRADO JR., C. 1907-1990. A Industrialização In: História econômica do Brasil / Caio Prado Júnior. — 41. ed. — São Paulo : Brasiliense, 1994. ISBN 85-11-13017-9.

RODRIGUES, C; FILHO, R. O Processo de Industrialização Brasileiro: Repercussões e Perspectivas. 2015.

SANTOS, M. S. Investimento estrangeiro e desenvolvimento econômico: breve análise dos efeitos benéficos e nocivos do capital estrangeiro. Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, v.2, n.2, p. 1-14. 2007.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. In: Revista de Economia Política, v. 8, n. 4, out. dez. 1988, p. 5-16.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CAPÍTULO 5

O PAPEL DO NARCISISMO COLETIVO NA POLÍTICA: POPULISMO E COMPORTAMENTO POLÍTICO

LUCAS MARIANO MACIEL-BAQUEIRO¹

ORCID: 0000-0002-9580-0355

<lucas.baqueiro@gmail.com>

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.

MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA²

ORCID: 0000-0003-2141-9778

<msbraga@ufscar.br>

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.

MURILO CALAFATI PRADELLA³

ORCID: 0000-0001-8964-8169

<murilopraddella@estudante.ufscar.br>

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.

RESUMO: O objetivo desse texto é discutir o papel do narcisismo coletivo da política, sobretudo no que diz respeito ao populismo contemporâneo e suas implicações no comportamento político. Nesse sentido, recorreremos a uma análise bibliográfica sobre o tema do narcisismo coletivo, como ele se desenvolve individualmente no sujeito e como se transpõe para um grupo de pessoas, à luz de trabalhos seminais como os de Sigmund Freud e Erich Fromm, mas também de rigorosas pesquisas empíricas conduzidas por Agnieszka Golec de Zavala. De igual modo, revisitamos as teorias de Ernesto Laclau e Pierre Ostiguy para compreender as implicações das abordagens discursiva e relacional de populismo, por meio de considerações como o apelo ao capital simbólico do indivíduo e o estabelecimento de uma cadeia de equivalências para o surgimento de um significador superabundante, e como elas acolhem, em sua totalidade, as considerações teóricas sobre o narcisismo coletivo, com a finalidade de oferecer, dentro de uma acepção multicausal, uma explicação dentre as muitas possíveis para o recesso democrático nas democracias liberais do Ocidente.

¹ Bacharel em Humanidades e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFScar). Pesquisa sobre populismo relacional, narcisismo coletivo e sociologia política.

² Professora titular da Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado pelo Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford e pela USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFScar). Pesquisa sobre instituições, comportamento político, estudos eleitorais e partidos políticos.

³ Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFScar). Pesquisa sobre instituições, comportamento político e estudos eleitorais.

PALAVRAS-CHAVE: Narcisismo coletivo; populismo; abordagem discursiva de populismo; abordagem relacional; comportamento político.

THE ROLE OF COLLECTIVE NARCISSISM IN POLITICS: POPULISM AND POLITICAL BEHAVIOR

ABSTRACT: This paper examines the role of collective narcissism in politics, with a focus on contemporary populism and its implications for political behaviour. In this regard, we draw on a bibliographical analysis of the concept of collective narcissism, examining how it develops individually within the subject and how it extends to a group of people, in light of seminal works by Sigmund Freud and Erich Fromm, as well as rigorous empirical research conducted by Agnieszka Golec de Zavala. Likewise, we revisit the theories of Ernesto Laclau and Pierre Ostiguy to understand the implications of the discursive and relational approaches to populism, through considerations such as the appeal to the individual's symbolic capital and the establishment of a chain of equivalences for the emergence of a superabundant signifier, and how these theories collectively accommodate the theoretical considerations on collective narcissism. The goal is to offer, within a multicausal framework, one possible explanation for the democratic recession in Western liberal democracies.

KEYWORDS: Collective narcissism; populism; discursive approach of populism; relational approach of populism; political behaviour.

INTRODUÇÃO

Uma grande pergunta norteia os debates políticos contemporâneos, sobretudo entre aqueles que desconhecem, objetivamente, as terminologias cáusticas da ciência política, sempre avessa à interdisciplinaridade necessária para melhor compreender seu objeto. Questionamo-nos: afinal, o extremismo político ganhou tanta adesão nas últimas duas décadas? Muitas são as explicações possíveis, sob o prisma metodológico da multicausalidade, que não se fecha a soluções únicas ou dicotômicas e maniqueístas, mas reflete a existência de inúmeros fatores que levam a um panorama (Weber, 2018, p. 345–367). Dois dos fatores que refletem essa convulsão política estão imbricados: o narcisismo coletivo e o populismo, quando explicado desde uma matriz relacional.

Nesse sentido, propomo-nos a uma estreita revisão bibliográfica a respeito do narcisismo coletivo e da abordagem relacional de populismo, com o fito de compreender, dentro do escopo da teoria e das pesquisas empíricas que têm sido publicadas sobre o tema, como e de que modo os dois fenômenos se cruzam e ajudam a compreender os eventos de receso democrático que vêm ocorrendo nas últimas décadas em países como Brasil, Estados Unidos, França, Hungria, Itália e Reino Unido, apenas para citar alguns exemplos. Ademais, ajudam-nos, também, a

compreender a ocorrência de fenômenos como os atentados à Praça dos Três Poderes, em Brasília, que ocorreram em 8 de janeiro de 2023 e têm tido implicações políticas até o momento presente, evento que tomamos apenas como ilustração sobre o processo de coletivização narcísica, por meio de uma breve análise quanti-qualitativa dos dados disponíveis sobre a amostragem relacionada aos detidos no supramencionado ato.

1. O QUE É NARCISISMO COLETIVO?

Para explicarmos o conceito de narcisismo coletivo — algo que pode parecer estranho a muitos, dado o caráter individual da agência narcísica — é mister que façamos uma pequena digressão psicanalítica. Parabolicamente, comecemos pelo conceito fundamental de *libido*. A *libido* é a pulsão afetiva — componente do desejo sexual contido no amor do *eros*, mas que também se traduz no amor do *ágape* — direcionado às pessoas, às coisas e, *ultima ratio*, a si mesmo: todo o amor, qual seja a natureza ou gênero, é traduzido na pulsão⁴ sexual originário que conforma a *libido* (Freud, 1921b, p. 37–43). Em outras palavras:

Libido é um termo da teoria da afetividade. Chamamos por esse nome à energia de tais impulsos, considerados de grandeza quantitativa — ainda que não sejam, de fato, mensuráveis — que tem a ver com tudo aquilo que pode ser resumido como amor. O cerne daquilo que chamamos de amor, é claro, o próprio amor sobre o qual os poetas cantam: amor sexual com o objetivo da união carnal. Mas, dele não separamos mais aquilo que também faz parte do amor: de um lado, o amor-próprio; de outro, o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor, em geral, à humanidade; nem, tampouco, a devoção a objetos concretos e ideias abstratas. Nossa justificativa reside no fato de que a investigação psicanalítica nos ensinou que todas estas tendências são expressão dos mesmos impulsos instintivos que levam à união carnal entre os sexos e que, em outras circunstâncias, são afastados deste objetivo sexual ou impedidos de alcançá-lo, mas, todavia, sempre retém o suficiente de sua natureza original para manter sua identidade reconhecível (autossacrifício, busca pela reaproximação). (Freud, 1921b, p. 42–43, tradução nossa).

Ou seja, a *libido* é, essencialmente, a pulsão de desejar e querer ter consigo ou para si. O narcisismo, por sua vez, surge quando o indivíduo se torna incapaz de direcionar a sua *libido* para qualquer objeto externo do mundo, introvertendo-o para si mesmo. Ama-se o narcisista, de acordo com Sigmund Freud (1924, p. 21–22): quem ele é; quem ele foi, em algum momento; quem ele quer ser; e aquele que deixou de ser parte de si mesmo. Parte do amor-próprio, da auto-estima, nasce do narcisismo primário, infantil, que surge da projeção narcísica — nata do reconhecer o outro em si mesmo — dos pais para os filhos (Freud, 1924, p. 22–30).

O amor-próprio se perde aquando da pulsão libidinosa de desejar um objeto: “a dependência do objeto amado tem um efeito degradante: quem está apaixonado é humilde”

⁴ Do conceito freudiano de *Trieb*, que pode ser indistintamente traduzido como “impulso” e “pulsão”, e que diz respeito aos impulsos de autopreservação humana e da sexualidade, bem como os de vida e de morte, conforme as duas teorias freudianas distintas sobre as pulsões; prefere-se “pulsão” a “impulso” porque, necessariamente, o *Trieb* não significa comportamento irrefletido (Gomes, 2001, p. 249–254).

(Freud, 1924, p. 30, tradução nossa). O ato de deixar perder um pouco do amor-próprio para desejar o outro como objeto é considerado absolutamente natural dentro das relações humanas. Entretanto, é legítima a auto-estima e inexistir amor-próprio, em si, é conduta típica patológica dentro da interpretação psicanalítica da mente. Contudo, o narcisismo se torna patológico a partir do momento em que exacerba a auto-estima, conferindo o indivíduo a si mesmo o condão de ser o único alvo de sua própria *libido*, para além do senso de autorrealização (Freud, 1924, p. 32–34).

Todavia, é difícil — e esta é uma memória facilmente invocável àqueles que já sofreram problemas com a própria auto-estima — a quem não tem razão para o exercício do amor-próprio encontrar fontes de gozo em si mesmo. Para o regozijo de si, é necessário que o sujeito encontre uma fonte de prestígio: pode ser na própria beleza ou conformação física, em seu capital social e cultural, em seu poder aquisitivo, ou em características que ditem a concepção de *charme* de sua época (Fromm, 1973, p. 200–202). Alguém que não encontre sequer uma fonte de prestígio social defrontar-se-á com certas barreiras no exercício de um narcisismo individual, posto que, se “Narciso acha feio o que não é espelho”, como diria Caetano Veloso, o espelho mostrará uma imagem insatisfatória ao narcisista sem prestígio. É neste ponto que, para satisfazer a pulsão libidinosa no gozo de si próprio, recorrerá o narcisista desprestigiado a uma outra fonte de elevada de reputação.

Uma tendência comum ao narcisista sem crédito social é buscá-lo em algo maior do que si, que reúna em suas características o valor e reconhecimento universal que ele não encontra. A concepção de construção de uma identidade é relativa à posição em que o objeto-fonte de apego emocional se encontra, conferindo-lhe, no caso da homo-identificação com uma massa, uma comunidade afetiva que o reveste das características, quer sejam positivamente valorativas, quer sejam patologicamente sintomáticas, do próprio objeto de apego emocional-libidinoso (Freud, 1921a, p. 70–72). Transpõe-se assim o narcisismo daquele sem valor social diretamente ao coletivo, posto que a pertença a um coletivo que exale excepcionalidade confere ao sujeito, pelo mecanismo da identificação, as virtudes aparentes que ele não consegue encontrar em si mesmo, projetando no grupo a grandeza que o narcisista, individualmente, em outras circunstâncias, deveria projetar, dando-lhe a singularidade em meio a uma comunidade (Fromm, 2013, p. 51–54).

Heinz Kohut (2011, p. 5–6), ao tratar das origens narcísicas do processo de idealização, que leva à transposição do narcisismo individual ao coletivo, vê-lhes como originada em delusões de felicidade à primeira infância, transformando os objetos em coisa idealizada, sempre

exageradas e grandiosas, e levando à reinterpretação das fantasias em devoções intensas de caráter cultural, estético, religioso ou político. A primeira idealização é a do genitor, que oferece conforto emocional à criança — e, posteriormente, à criança interior do indivíduo — quando, materialmente, os pais estão afastados; às demais coisas que podem oferecer o senso de preenchimento e segurança, faz-se a transferência idealizadora da projeção de imagem paterna a outro objeto material ou imaterial que satisfaça a necessidade de conforto (Kohut, 2009, p. 37–41).

Émile Durkheim (1912, p. 633–634), ao tratar do papel da religião na organização das sociedades totêmicas, aponta que a consciência coletiva é uma “consciência de consciências” que se coloca acima das contingências individuais e locais, abrangendo toda a realidade conhecida, traduzindo formas de ser que estão presentes em todos os níveis do real, mas que não se tornam plenamente claras à primeira vista. O mesmo arranjo vale, *exempli gratia*, para o inconsciente coletivo. Une-se o narcisista sem condições de exercer o seu narcisismo a um coletivo àquela noção de grupo que ponha de lado todas as questões particulares para sobejar em uma forma elevada de vida. É o caso não apenas dos coletivos políticos de quaisquer naturezas, mas de cultos religiosos, clubes de futebol, sociedades discretas, quais sejam as uniões de pessoas que evoquem uma condição de superioridade e prestígio que, sozinho, ele não encontra. Tal máxima vale para a contemporaneidade e para qualquer tempo (Golec de Zavala, 2023c, p. 8–9).

É fundamental apontar que, em si, o narcisismo coletivo não é, necessariamente, uma patologia da psiquê coletiva de cariz maligno: Erich Fromm (1973, p. 201–205), importante sociólogo da Escola de Frankfurt e psicanalista de massas da malta freudiana, considera-o como fator fundamental para o fortalecimento psíquico do narcisista individual, protegendo-o de outras patologias debilitantes da mente de forma efetiva e sem custos tão grandes quanto o aumento do padrão de vida daqueles que nada têm:

[o narcisismo coletivo] é extremamente importante porquanto elemento que dá satisfação aos membros do grupo e particularmente àqueles que têm muito poucas razões para se sentir importante e valoroso. Até mesmo se o sujeito é o mais miserável, o mais pobre, o membro menos respeitado de um grupo, existe uma compensação pela sua condição miserável ao sentir que “sou parte do mais maravilhoso grupo no mundo. Eu, que em realidade sou um verme, me torno um gigante ao fazer parte do grupo”. Consequentemente, o grau de narcisismo coletivo pode ser comensurado com a falta de satisfação real na vida. Tais classes sociais que aproveitam melhor a vida são menos fanáticas (fanatismo é uma qualidade característica do narcisismo coletivo) do que aquelas que, como as classes médias baixas, sofrem pela escassez em todas as áreas materiais e culturais e levam uma vida de tédio imitável. Ao mesmo tempo, nutrir o narcisismo coletivo é muito barato do ponto de vista do orçamento social; em verdade, custa praticamente nada quando comparado às expensas sociais requeridas para aumentar o padrão de vida. A sociedade só tem de pagar aos ideólogos que formulam chavões que geram narcisismo social; sem dúvidas, muitos funcionários sociais, como professores escolares, jornalistas, sacerdotes e professores servem a ele [o narcisismo] sem serem pagos, ao menos com dinheiro: eles recebem sua compensação ao se sentirem orgulhosos e satisfeitos em servir a uma causa valiosa — e por meio de maior prestígio e promoção (Fromm, 1973, p. 204, tradução nossa).

O modelo de narcisismo individual prevê duas facetas. Uma, é a faceta da grandiosidade; a outra, a da vulnerabilidade. A faceta da grandiosidade, que tem por características o exercício individual de uma liderança ou autoridade imerecida, o exibicionismo e o abuso do outro, é sobretudo marcada pela contínua manipulação e coerção aberta de outros indivíduos como meios de alimentar a vaidade do narcisista, bem como seu engrandecimento para preenchimento de suas necessidades de elevar a auto-estima. Por sua vez, a faceta da vulnerabilidade, também chamada de hipersensibilidade, utiliza o clamor de uma humilhação pessoal, de um sofrimento único, para despertar no outro a atenção e reconhecimento, como uma espécie de láurea do martírio: a vimitização perpétua substitui, nesse caso, o engrandecimento vaidoso como ferramenta de alimentação da auto-estima (Golec de Zavala, 2023b, p. 20–22 apud Miller, 2011; 2017; Kaufman, 2020; Krizan e Herlache, 2018;).

Acompanhamos, até aqui, um longo processo para explicar como o narcisismo se torna coletivo. Em suma, o indivíduo que, em condições normais de prestígio social, projetaria patologicamente a sua *libido* — fonte primária da pulsão sexual, mas que se traduz no apego a um objeto externo de si, sobretudo — em si mesmo, busca em um coletivo uma razão de recobrar o prestígio perdido para poder comprazer-se de si mesmo (Fromm, 1973, p. 204–205). O *eu* se encontra na representação formada por um coletivo, que entende o narcisista como sendo um *nós* que, afinal, é também o *eu*. Tendo chegado a essa conclusão e entendido como se torna coletivo o narcisismo, vamos explicar agora o que ele é, e quais são as suas consequências, sobretudo políticas.

O narcisismo coletivo, essencialmente, é a crença coletiva dos membros de um grupo sobre seu elevado valor, que, em projeção, não seria percebido pela sociedade. Este grupo teria o seu protagonismo, entendido como devido, apagado por um outro grupo externo a tomá-lo e demovê-lo de brilhar. Em outras palavras:

Narcisismo coletivo é a crença de que o próprio grupo do indivíduo (o grupo interno) é excepcional mas não suficientemente reconhecido pelos outros. É uma forma de “amor-próprio do grupo interno” robustamente associado com “ódio ao grupo externo”. Em contraste com a auto-estima coletiva e privada (ou a satisfação do grupo interno, uma crença de que o grupo interno tem um alto capital), ele [o narcisismo coletivo] vaticina preconceito, agressão retaliatória intergrupar, e regozijo no sofrimento de outras pessoas. A associação pervasiva entre narcisismo coletivo e hostilidade intergrupar é impulsionada por uma percepção inviesada do grupo interno como constantemente ameaçado, bem como dos grupos externos como hostis e ameaçadores. O narcisismo coletivo é associado a hipersensibilidade à provocação e à crença de que apenas a vingança hostil é uma resposta desejável e recompensadora. Ele [o narcisismo coletivo] surge quando as hierarquias baseadas em grupos são desafiadas, e empodera extremistas, bem como políticos populistas. Em vez de aliviar a percepção de ameaça à auto-importância do indivíduo, alimenta-a (Golec de Zavala; Lantos, 2020, p. 210, tradução nossa).

Pensemos, agora, em um indivíduo médio concreto envolvido em coletivos narcisistas. É o caso do participante dos atentados à Praça dos Três Poderes, em Brasília, a 8 de janeiro de

2023 (Maciel-Baqueiro; Santos, 2023, p. 17–18). Um cruzamento de dados sobre os indivíduos presos durante os atos — que pretendiam, pela mobilização, ocupar a sede dos poderes nacionais, provocando a adesão das Forças Armadas a um golpe de Estado — revela que o perfil do detido é formado por homens, com média de idade de 46 anos, proveniente sobretudo de unidades federativas como São Paulo (Serra, 2023). Com isso em mente, e considerando as informações disponíveis sobre o conjunto de condenados no âmbito do inquérito dos atos anti-democráticos, tentemos chegar a uma perfilação mais adequada.

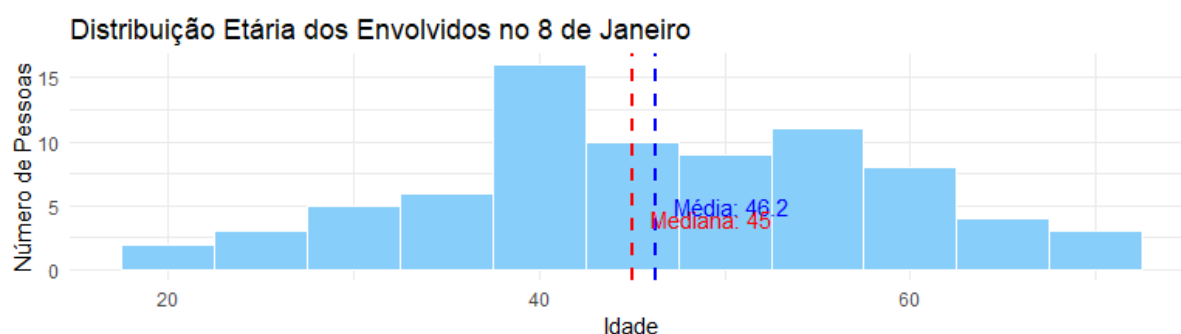


Fig. 1 — Distribuição etária dos envolvidos nos atos de 8 de janeiro

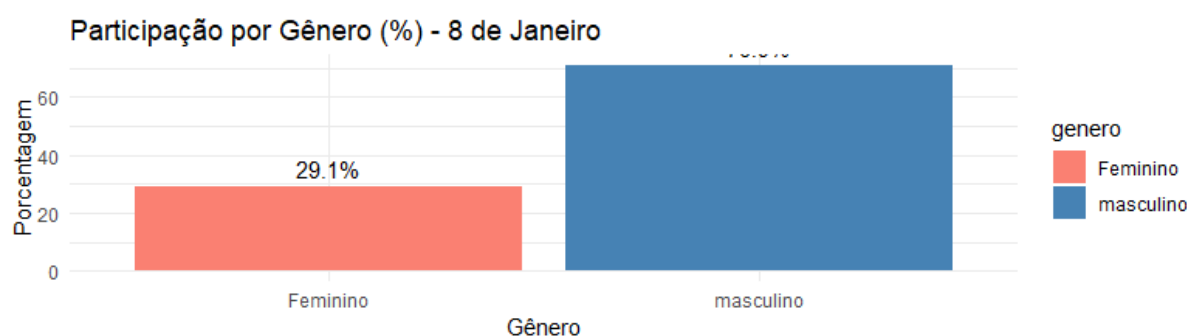


Fig. 2 — Participação por gênero nos atos de 8 de janeiro

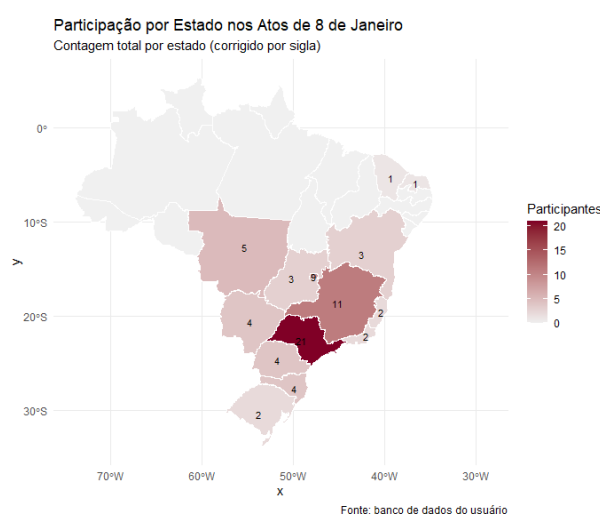


Fig. 3 — Participação por Estado de residência nos atos de 8 de janeiro

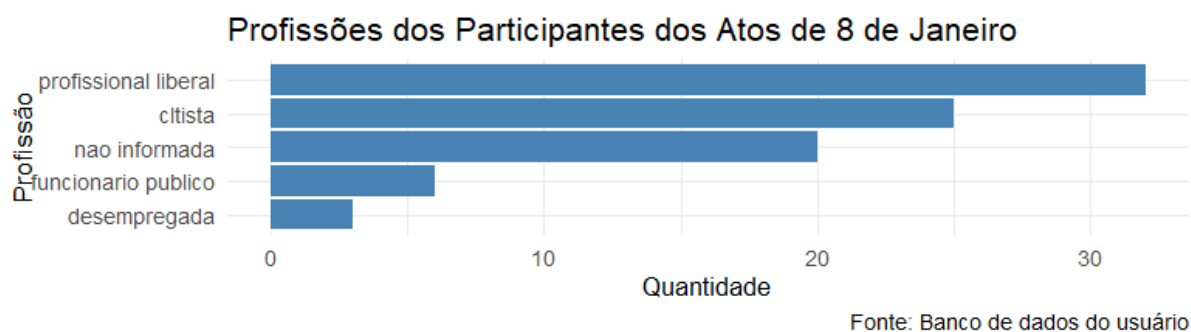


Fig. 4 — Profissões dos participantes dos atos de 8 de janeiro

Considerando que o perfil do detido foi composto em 2023, isso configuraria sua data de nascimento no ano de 1977. Em sendo de origem paulista, é mais provável que seja branco e de religião católica, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010, 2022). Levando em conta sua renda e escolarização, pertence à classe média e tem nível superior de educação, exercendo uma profissão liberal, conforme os dados disponíveis na Fig. 4; e, com relação à posição política, se considera muito conservador em temas como família, drogas e punitivismo (Ribeiro; Ortellado, 2022; Ribeiro; Ortellado; Szwacko, 2022).

Essa personagem, portanto, formou-se cognitivamente em um período onde a maior parte das oportunidades de ascensão social eram ofertadas ao seu grupo demográfico territorial, étnico e religioso. Aprendeu, sobretudo, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1995, p. 105–111), a absorver como ideologia dominante aquela que privilegiava uma visão essencialmente condizente com aquilo que classificamos, hoje, como reacionarismo (Santos; Maciel-Baqueiro, 2023, p. 175–176). Foi o que aprendeu como o proceder correto de vida e como disciplina do corpo e da mente. Contudo, com a chegada do novo milênio, lidou com aquilo que consideraria uma subversão dos valores ideológicos apreendidos: o mundo não mais punia às sexualidades desviantes, nem tampouco garantia o determinismo absoluto do *sumum cuique tribuere* torto, que preservava castas. Pelo contrário, ações afirmativas garantiam a promoção da diversidade.

A fonte de prestígio social que a personagem detinha por sua origem, raça, credo e situação social secou: os valores que o mundo privilegiava mudaram cabalmente, e sua situação não era mais suficiente para mobilizar respeito ou relevância (Golec de Zavala, 2023a, p. 46–49). Como agente, a personagem — que, como parte das pessoas, satisfazia parte de sua pulsão libidinal nas projeções de si mesmo, à guisa de auto-estima, mas também como manifestação de amor-próprio — poderia encontrar três caminhos potenciais para alimentar seu narcisismo primário: reconhecer a mudança da ideologia de Estado, adaptando-se à conformação de que as

relações de casta não mais importam ao desfavorecido o empenho de energia produtiva para encontrar brechas na estrutura e tentar ascender diante de limitações; exacerbar a adaptação, aderindo com exuberância ao grupo dos promotores de novos valores como uma estratégia subconsciente de alimentação do narcisismo pelo coletivo; ou, unir-se a um coletivo que projete os valores ideológicos absorvidos na fase de formação da personagem como excepcionais (Golec de Zavala, 2023a, p. 50–57).

Por óbvio, em se tratando de alguém que aderiu ao bolsonarismo, escolheu esta última possibilidade, dentro de sua capacidade de agência: uniu-se a um coletivo que lhe confirmasse no papel de vitimização ou de grande líder. O que queremos com essa abstração é explicar, com base em um caso concreto, como opera a adesão a um coletivo da parte de um narcisista desprestigiado, transferindo o objeto do gozo de si desde o *eu* a um grupo. Doravante, voltemos à concretude teórica, explicando as consequências comportamentais da adesão a um coletivo narcisista.

O narcisismo coletivo prevê uma série de condutas típicas. Uma delas é a crença em teorias conspiratórias que antevêm a manipulação, destruição ou monitoramento do grupo que o narcisista coletivo pretende representar como um todo, o que muito se aproxima da questão da dissonância cognitiva (Golec De Zavala; Bierwiazzonek; Ciesielski, 2022, p. 2–5; Maciel-Baqueiro; Santos, 2023; Festinger, 2001). Outra conduta típica é a discriminação agressiva relacionada às minorias que, de algum modo, deixem de compor o grupo-interno, tal como, por exemplo, misoginia e sexismo da parte de coletivos essencialmente masculinos, nacionalistas e autoritários (De Zavala; Bierwiazzonek, 2021, p. 691–696). O mero ato de presenciar um membro de seu coletivo sendo excluído por um grupo externo prediz, no escopo de um coletivo narcisista, um elevado grau de agressão retaliatória como resposta ao estresse produzido por aquilo que é percebido como ataque à auto-estima coletiva intragrupal (Hase *et al.*, 2021, p. 8–13).

Muitas são as predições possíveis, calculadas com base em estudos controlados, sobre os comportamentos de um coletivo narcisista com relação à violência contra outros grupos, nacionalismo, xenofobia, exclusão, retaliação, difamação e outras respostas possíveis às ameaças percebidas pela mera existência ou valorização de outros grupos, que, inclusive, podem ser também coletivos narcisistas de fuso inverso (Adorno *et al.*, 1967, p. 103–142; Dyduch-Hazar; Mrozinski; Golec de Zavala, 2019; Golec de Zavala; Cichocka; Iskra-Golec, 2013, p. 1020–1022; Golec de Zavala; Lantos, 2020). Em sendo uma tendência mormente ligada à política, bem como, considerando que o narcisismo coletivo gera um senso de engrandecimento, vitimização e culpabilização dos outros, há algo que nos é de especial preocupação: a tendência de adesão do

narcisismo coletivo à mensagem populista, bem como o poder transformador da mensagem populista em novos narcisismos coletivos (Golec de Zavala; Keenan, 2021, p. 56–61).

2. POPULISMO DISCURSIVO E RELACIONAL

Como apontamos, o narcisismo, em si, apresenta as facetas da vulnerabilidade e da grandiosidade. Nele, implica um senso de vitimização constante do mundo, como se houvesse uma conspiração a atacar o coletivo em sua auto-imagem e direitos naturais; e, ademais, um senso de grandiosidade, como se o grupo interno merecesse melhor tratamento e reconhecimento. Há uma lógica política, contudo, que coincide em *modus operandi*: trata-se do populismo, que opõe uma cadeia de insatisfações de um grupo, que se denomina “o povo”, a uma “elite corrupta” que lhe denega os direitos e a mais básica satisfação de vida, pretendendo alcançar o poder, por meio de sua liderança, para satisfazer suas demandas materiais e pós-materiais (Mudde, 2000, 2017; Mudde; Rovira Kaltwasser, 2013; Rummens, 2017).

O nome “populismo”, por óbvio, vem do “povo”, o grupo a quem pretende atender. Na lógica discursiva inaugurada por Ernesto Laclau (2005, p. 37–134), o “povo” é formado por uma cadeia de demandas sociais equivalentes rejeitadas pelo *establishment* político, e que encontra um significador vazio — que é, à maneira como identificam Pierre Ostiguy e Benjamin Moffitt (2021, p. 48–49), o líder populista, que exerce um domínio carismático (Weber, 1999, p. 737–738) — para estabelecer uma fronteira de natureza agonística entre o antipovo e o povo, em uma oposição entre “amigo” e “inimigo”, que resulta em um combate pelo poder que transcende a via da mera competição eleitoral (Schmitt, 1987, p. 24–50).

Há uma diferença substancial entre as lógicas discursiva e relacional de populismo. A lógica discursiva entende que o populismo, *de facto*, é a centralidade da democracia em ação, em um empréstimo feito por Laclau da teoria schmittiana. A lógica relacional, todavia, observa ao populismo desde uma aproximação mais neutra possível, e que se liga à *performance* da liderança, que busca demonstrar ter um baixo capital social — e aqui, tal lógica refere-se às conclusões sobre as distinções e o capital simbólico, que é baixo para o “povo” (Bourdieu, 1994, p. 161, 2002, p. 75, 2016, p. 100–104) — para diferenciar-se daqueles em um eixo mais alto que representam, em tese, a elite que divorciou o povo do poder (Ostiguy, 2017, p. 110–115). Relacional é tal abordagem de populismo consonante à seguinte lógica:

Conceitualmente, essa definição é baseada na noção de baixo [capital simbólico] na política. Ao ostentar “o baixo” [capital], há também um segundo elemento: a noção de ostentação pública. Este elemento recupera, de um modo mais subjetivo, centrado na identidade e socialmente mais conotado, a noção de “antagonismo”, tão importante em muitas definições de populismo, incluindo aquela de Laclau (2005). Esta abordagem, portanto, é relacional, particularmente entre identidades populares socio-culturais, ou características e modos de fazer que podem ser, então,

articulados como identidades, e uma liderança que é assertiva ou ostentatória [com relação ao capital simbólico]. Há uma ênfase na proximidade (quer seja de modo espetacular ou na prática ordinária); ademais, e igualmente importante por conta do contraste marcado com o modo padrão do alto [capital simbólico] de fazer política, os apelos populistas são transgressivos, impróprios e antagonísticos no sentido de que eles são concebidos para “chocar” ou provocar. Essa abordagem, portanto, partilha muitas afinidades com a família de autores que têm entendido ao populismo como um estilo. Populismo pode ser estudado empiricamente ao observar, dentre outras coisas, a performance e prática dos políticos (Ostiguy, 2017, p. 105, tradução nossa).

Em suma, a liderança populista, ao dividir, porquanto significador superabundante da cadeia de equivalências de demandas do “povo” separado das elites, a fronteira agonística da política, busca se adequar àquela *Weltanschauung* exterior daquele que detenha o mais baixo capital simbólico, fazendo-o por meio da exibição de suas características que dele se aproximem. Um exemplo banal seria a clássica foto de cada presidenciável brasileiro comendo pastel à feira; mas, ainda mais clássicos exemplos seriam as exposições de Jair Bolsonaro, quer seja durante as disputas eleitorais, quer seja durante sua própria presidência, comendo pão com leite condensado sem pratos ou lambuzando-se de farofa diante barracas de espetinho, como uma afirmação de que possui o mesmo *habitus* de classe do “verdadeiro povo” (Tonon, 2021; Walneres; Cordeiro; Henrique, 2022). Causar choque em quem esperava um mandatário comendo com talheres de prata, obviamente, é a intenção, como se dissesse: “sou gente como a gente”.

Erving Goffman (1956, p. 47–65), ao tratar das representações do *eu* em instâncias coletivas, estabelece que cada performance individual nas cenas coletivas — e isso dirá respeito, por exemplo, àquele que co-exerce o papel de protagonista, caso da liderança populista que encarna o papel de significador vazio ou superabundante das cadeias equivalenciais de demandas — requer uma certa adequação aos parâmetros esperados pela audiência. Em se tratando de uma audiência a ser conquistada pelo choque, pela demonstração de força moral ao não se dobrar às etiquetas pré-estabelecidas, a liderança populista tentará, a todo o tempo, ressaltar quão é conectado com o mais simples do povo, sobretudo no que diz respeito ao pragmatismo concernente às falas e os usos, tentando demonstrar quão distante das elites está.

Nesse sentido, compreendendo que o populismo enseja uma série de variáveis subjetivas, como a posição e o *habitus* daquilo que miticamente encarnaria o verdadeiro “povo”, bem como uma especial performance do significador superabundante que é a hiperliderança populista, é mister entendermos que a ciência política *mainstream* necessita de auxílio de duas outras tradições para explicá-lo bem: a psicologia política e a sociologia política. O populismo, nesse sentido, não seria uma ideologia, como propõe Cas Mudde — ainda que o enquadre bem ao descrever seu *modus operandi*:

Populismo é um modo de exprimir certas coisas, um certo discurso (no sentido estreito do termo), mas, também como uma prática. Isso é, populismo é uma coisa que é *feita*. Populismo, como modo ou certo estilo de fazer política, é feito para propósitos relacionais, para criar um tipo

específico de ligação entre a liderança populista e os setores sociais a quem apela. Mas, isso também cobre um largo espectro entre, no extremo, *show business* e a teatralidade das performances públicas para ligar-se com certas pessoas e antagonizar com outras, portanto caindo no campo da comunicação política e, no outro, a expressão da dor, sofrimento, frustrações, preconceitos, medos sociais e humilhações que frequentemente resultam de clivagens sociais, portanto pertencendo, na última instância, ao campo da sociologia política. [...] Populismo, por conseguinte, é sobre forma — ainda que a forma possa transmitir muito mais “conteúdo” politicamente do que um típico programa político. Porquanto a direita radical e a esquerda radical são, sem dúvidas, ideologias, populismo é mais um modo de transferência, um “modo de ser” em público. Na abordagem sociocultural, populismo é, assim, compreendido como uma forma (um estilo, um modo de relação) — e, conseqüentemente, eis sua notável polivalência no espectro ideológico direita-esquerda (Ostiguy, 2020, p. 30, tradução nossa).

Em suma, a abordagem relacional compreende o populismo como uma forma de fazer política que apela às emoções, polarizando afetos e dialogando de tal modo o estilo tradicional da competição política lançaria mão, ao estilo, do epíteto de diálogo irracional (Eklundh, 2020, p. 108–111). Mas, à maneira como Pierre Ostiguy (*id.*, *op. cit.*), a esse respeito bem colocou, quais dores, sofrimentos, frustrações, preconceitos, medos sociais e humilhações resultantes de clivagens sociais seriam explorados pelo populismo, e de que modo é que a forma da mensagem populista se traduz? Para isso é que necessitamos compreender as imbricações entre esse estilo e o narcisismo coletivo.

3. IMBRICAÇÕES DO CRUZAMENTO ENTRE POPULISMO E NARCISISMO COLETIVO

Até aqui, compreendemos que o populismo explora, por meio da mensagem emanada pelo líder, a amálgama de sentimentos negativos transformados em demandas sociais por parte dos integrantes da massa populista, a qual a teoria política convém chamar por “povo”. E, naturalmente, o populismo leva, dentre outras coisas, à transformação do objeto libidinal do narcisista desprestigiado, que passa a direcioná-lo ao grupo — o movimento populista, nesse caso, será o grupo de eleição para a recuperação do prestígio — com o fito de encontrar a auto-estima. Mas, de que modo poderá o narcisismo coletivo impactar nas associações de um movimento populista? Nesse sentido é que nos cumpre entender as diversas tendências que empiricamente já foram demonstradas, testando as teorias de Freud e Fromm, a respeito do comportamento político de um coletivo narcisista ligado a um movimento populista.

A primeira tendência a se consolidar em um coletivo narcisista ao se cruzar com um movimento populista é o desenvolvimento de um nacionalismo performático. Aleksandra Cichoka e Aleksandra Cislak (2020, p. 69–71), ao apontarem o contexto dos movimentos nacionalistas poloneses e húngaros que, em suas investigações, tomaram a conformação de um coletivo narcisista, confirmaram que isso resvala nas seguintes disposições: inclinações a crenças de extrema-direita; apoio à abolição ou saída de instituições supranacionais; apoio a políticas

anti-ambientalistas; crenças em teorias conspiratórias contra a nacionalidade com lastro em xenofobia (conspiração globalista, conspiração judaica, etc.); apoio à violência física e extremismo. De mesmo modo, o cruzamento entre populismo e narcisismo coletivo prediz um intenso apoio, à maneira de devoção, a figuras carismáticas que incorporam valores autoritários e contrários à democracia liberal e os ditames do Estado de direito (Federico; Golec De Zavala; Bu, 2022, p. 180–182).

Trata-se de um movimento que, sobretudo, é mais susceptível de acontecer em países com um pacto social previamente rompido em virtude de um passado traumático de autoritarismo — sobretudo no que diz respeito àqueles que viveram regimes ditatoriais, cujas feridas não foram curadas, mas se agravaram internamente com o instaurar da democracia — e que se aprofunda ainda mais à medida em que um regime iliberal, populista e intrinsecamente comprometido com uma performance chauvinisticamente nacionalista chega ao poder e se mantém, demolindo a estrutura institucional, como ocorre com a Hungria sob Viktor Orbán (Lantos; Forgas, 2021, p. 75–76). Todavia, em que pese tal susceptibilidade, países com uma cultura democrática bem estabelecida também podem, sobretudo sob intenso reforço de fraturas no tecido social, verem nascer em um exitoso movimento populista de caráter narcisista.

É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, celebrado como mais forte ícone da democracia liberal, e que ora é governado por um líder populista iliberal. Os ataques ao capitólio norte-americano em 6 de janeiro de 2021 — mimetizados no Brasil, em 8 de janeiro de 2023 — configuram perfeitamente as consequências do cruzamento entre narcisismo coletivo e populismo: a crença conspiratória de que houve uma improvável fraude eleitoral a tomar injustamente o governo do povo, e o impulso de tentar reverter os resultados à força, desprezando os procedimentos democráticos, são marca indelével do narcisismo coletivo (Keenan; De Zavala, 2021, p. 238–239). O apoio do eleitor, quando agrupado a um coletivo narcisista, a violações democráticas que possam resultar na permanência de um líder populista no poder, é outra consequência dessa imbricação entre a mensagem populista e o caráter narcisista (Belk, 2017, p. 2–5; Keenan; De Zavala, 2021, p. 249–251).

A defesa de uma política de Estado anti-imigratória, favorável à expulsão de cidadãos estrangeiros e à restrição de seus direitos, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho, é um outro resultado do cruzamento entre narcisismo coletivo e populismo, sob a marca de uma orientação de dominância social (Golec de Zavala; Guerra; Simão, 2017, p. 2–3). É o que tem motivado, sobretudo, a emergência de movimentos de abandono à União Europeia, como o *Brexit*, e outros congêneres em países como a Itália, França e Espanha, bem como os

movimentos de interrupção dos diálogos bilaterais e multilaterais movidos pelo trumpismo, sob o *slogan* do *Make America great again*.

Embora muitos sejam os estudos sobre a ocorrência de cruzamento entre o narcisismo coletivo e o populismo politicamente orientado à direita, sói ocorrer também em movimentos à esquerda. Rigorosas pesquisas baseadas em dados e em sufragada psicométrica revelam, também, a ocorrência de narcisismo coletivo em movimentos populistas de esquerda, com três especificidades no que diz respeito ao comportamento político: a tendência a um anticonvencionalismo, com a rejeição absoluta às normas e convenções sociopolíticas; agressão anti-hierárquica, com a orientação libidinosa pela destruição da ordem social e demolição de estruturas de casta percebidas; e o apoio à censura pública vertical, com o objetivo de controlar opiniões e ideias contrárias a pensamentos de natureza progressista (De Zavala; Federico; Baran, 2025, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este ensaio evidentemente teórico, embora refletido em consolidadas pesquisas construídas com bases de dados com o objetivo de comprovar articulações da psicologia política e da psicanálise — sobretudo no que diz respeito às concepções da psicologia de massas para Sigmund Freud, Erich Fromm e Theodor Adorno — objetivamos questionar, de forma contundente: estarão corretas, a respeito do recesso democrático que tem tentado subverter a orientação da ordem democrática-liberal, apenas as acepções que compreendem a *Zweckrationalität*⁵ como fator motivante dos jogos políticos? Ou, há espaço para que consideremos a existência de fatores que fogem à racionalidade efetiva, lastreados em conceitos psicológicos?

Nosso entendimento é de que o narcisismo coletivo tem um importante papel na compreensão dos eventos políticos relacionados à virada populista que vem ocorrendo nas democracias liberais pelo mundo. Não é, como propusemos, a única explicação para o fenômeno, mas uma das muitas explicações que, conjugadas, poderão responder à grande pergunta que revisita diuturnamente a mente daqueles que pensam a política: afinal, o que está acontecendo com o nosso mundo?

⁵ Ação racional orientada a fins (Weber, 1988, p. 432–437).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor Wiesengrund *et al.* **The authoritarian personality**. 3. ed. New York, NY: Science Editions; Harper & Row, 1967. (Studies in Prejudice).
- ALTHUSSER, Louis. L'État et ses appareils. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Sur la reproduction**. 1. ed. Paris: Presses universitaires de France, 1995. (Actuel Marx confrontation). p. 101–124.
- BELK, Russell. Collective Narcissism, Anti-Globalism, Brexit, Trump, and the Chinese Juggernaut. **Markets, Globalization & Development Review**, [s. l.], v. 2, n. 3, 2017. Disponível em: <http://digitalcommons.uri.edu/mgdr/vol2/iss3/2/>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. 1. ed. Paris: Éditions de Minuit, 2016. (Collection “Le sens commun”).
- BOURDIEU, Pierre (org.). **Questions de sociologie**. 2. ed. Paris: Éditions de Minuit, 2002. (Reprise).
- BOURDIEU, Pierre. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. 1. ed. Paris: Éditiones du Seuil, 1994. (Points Essais, v. 331).
- CICHOCA, Aleksandra; CISLAK, Aleksandra. Nationalism as collective narcissism. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 34, p. 69–74, 2020.
- DE ZAVALA, Agnieszka Golec; BIERWIACZONEK, Kinga. Male, National, and Religious Collective Narcissism Predict Sexism. **Sex Roles**, [s. l.], v. 84, n. 11–12, p. 680–700, 2021.
- DE ZAVALA, Agnieszka Golec; FEDERICO, Christopher M; BARAN, Tomasz. National Collective Narcissism and Authoritarianism on the Right and the Left. **Manuscrito em preparação**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://rgdoi.net/10.13140/RG.2.2.23356.76167>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- DURKHEIM, Émile. **Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie**. 1. ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1912. (Bibliothèque de philosophie contemporaine). Disponível em: <http://redouan.larhzal.com/wp-content/uploads/2015/05/les-formes-elementaire-de-la-vie-religieuse.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- DYDUCH-HAZAR, Karolina; MROZINSKI, Blazej; GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. Collective Narcissism and In-Group Satisfaction Predict Opposite Attitudes Toward Refugees via Attribution of Hostility. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 10, p. 1901, 2019.
- EKLUNDH, Emmy. Excluding Emotions: The Performative Function of Populism. **Partecipazione e Conflitto: the Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 107–131, 2020.
- FEDERICO, Christopher M.; GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; BU, Wen. Collective Narcissism as a Basis for Nationalism. **Political Psychology**, [s. l.], p. pops.12833, 2022.
- FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Reissued by Stanford Univ. Press in 1962, renewed 1985 by author, [Nachdr.]ed. Stanford, Calif: Stanford Univ. Press, 2001.
- FREUD, Sigmund. Die Identifizierung. *In*: FREUD, Sigmund. **Massenpsychologie und Ich-Analyse**. 1. ed. Leipzig; Wien; Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1921a. p. 66–77. Disponível em: <https://archive.org/details/massenpsycholog00freugoog/page/n51/mode/2up>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- FREUD, Sigmund. Suggestion und Libido. *In*: FREUD, Sigmund. **Massenpsychologie und Ich-Analyse**. 1. ed. Leipzig; Wien; Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1921b. p. 37–45. Disponível em: <https://archive.org/details/massenpsycholog00freugoog/page/n51/mode/2up>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- FREUD, Sigmund. **Zur Einführung des Narzißmus**. 1. ed. Leipzig; Wien; Zürich: Internationaler Psychoanalytischer Verlag, 1924. Disponível em: https://archive.org/details/Freud_1924_Narzissmus_k/mode/2up. Acesso em: 23 nov. 2024.

FROMM, Erich. **Greatness and Limitations of Freud's Thought**. Newburyport: Open Road Media, 2013.

FROMM, Erich. **The Anatomy of Human Destructiveness**. 3. ed. New York; Chicago; San Francisco: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

GOFFMAN, Erving. **The Presentation of Self in Everyday Life**. 1. ed. Edinburgh: University of Edinburgh Social Science Research Centre, 1956. (University of Edinburgh Social Sciences Research Centre Monographs, v. 2).

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. "Dark side of ingroup love": collective narcissism and ingroup identification. In: GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. **The Psychology of Collective Narcissism: Insights from Social Identity Theory**. 1. ed. London: Routledge, 2023a. p. 44–67. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003296577>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. How does narcissism become collective. In: GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. **The Psychology of Collective Narcissism: Insights from Social Identity Theory**. 1. ed. London: Routledge, 2023b. p. 18–43. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003296577>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka. **The Psychology of Collective Narcissism: Insights from Social Identity Theory**. 1. ed. London: Routledge, 2023c. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003296577>. Acesso em: 12 dez. 2024.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; BIERWIAZONEK, Kinga; CIESIELSKI, Paweł. An interpretation of meta-analytical evidence for the link between collective narcissism and conspiracy theories. **Current Opinion in Psychology**, [s. l.], v. 47, p. 101360, 2022.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; CICHOCKA, Aleksandra; ISKRA-GOLEC, Irena. Collective narcissism moderates the effect of in-group image threat on intergroup hostility. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 104, n. 6, p. 1019–1039, 2013.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; GUERRA, Rita; SIMÃO, Cláudia. The Relationship between the Brexit Vote and Individual Predictors of Prejudice: Collective Narcissism, Right Wing Authoritarianism, Social Dominance Orientation. **Frontiers in Psychology**, [s. l.], v. 8, p. 1–14, 2017.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; KEENAN, Oliver. Collective narcissism as a framework for understanding populism. **Journal of Theoretical Social Psychology**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 54–64, 2021.

GOLEC DE ZAVALA, Agnieszka; LANTOS, Dorottya. Collective Narcissism and Its Social Consequences: The Bad and the Ugly. **Current Directions in Psychological Science**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 210–235, 2020.

GOMES, Gilberto. Os Dois Conceitos Freudianos de Trieb. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 249–255, 2001.

HASE, Adrian *et al.* Distress and retaliatory aggression in response to witnessing intergroup exclusion are greater on higher levels of collective narcissism. **Psychophysiology**, [s. l.], v. 58, n. 9, p. e13879, 2021.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 1489: População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião - Resultados gerais da amostra. SIDRA — Sistema IBGE de Recuperação Automática, , 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1489#resultado>. Acesso em: 28 mar. 2025.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 9605: População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos. SIDRA — Sistema IBGE de Recuperação Automática, , 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605#resultado>. Acesso em: 28 mar. 2025.

KEENAN, Oliver; DE ZAVALA, Agnieszka Golec. Collective narcissism and weakening of American democracy. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 237–258, 2021.

- KOHUT, Heinz. **The analysis of the self: a systematic approach to the psychoanalytic treatment of narcissistic personality disorders**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- KOHUT, Heinz. **The Restoration of the Self**. 2. ed. Chicago; London: University of Chicago Press, 2011.
- LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. London ; New York: Verso, 2005.
- LANTOS, Dorottya; FORGAS, Joseph P. The role of collective narcissism in populist attitudes and the collapse of democracy in Hungary. **Journal of Theoretical Social Psychology**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 65–78, 2021.
- MACIEL-BAQUEIRO, Lucas Mariano; SANTOS, Michael Alessandro Ferreira dos. Dois caminhos da dissonância cognitiva no bolsonarismo: narcisismo coletivo e desengajamento moral. **Ideias**, [s. l.], v. 14, n. 00, p. e023003, 2023.
- MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal *et al.* (org.). **The Oxford handbook of populism**. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. (Oxford Handbooks). p. 46–70.
- MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester ; New York: Manchester University Press, 2000.
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 147–174, 2013.
- OSTIGUY, Pierre. Populism: a socio-cultural approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal *et al.* (org.). **The Oxford handbook of populism**. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. (Oxford Handbooks). p. 104–133.
- OSTIGUY, Pierre. The Socio-Cultural, Relational Approach to Populism. **Partecipazione e Conflitto: the Open Journal of Sociopolitical Studies**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 29–58, 2020.
- OSTIGUY, Pierre; MOFFITT, Benjamin. Who would identify with an “empty signifier”? The relational, performative approach to populism. In: OSTIGUY, Pierre; MOFFITT, Benjamin; PANIZZA, Francisco (org.). **Populism in global perspective: a performative and discursive approach**. 1. ed. New York, NY: Routledge, 2021. (Conceptualising comparative politics, v. 13). p. 43–72.
- RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. **O bolsonarismo se intensifica: pesquisa com eleitores em São Paulo, maio de 2022**. Monitor do Debate Político no Meio Digital. São Paulo, SP: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, 2022. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/wp-content/uploads/2022/11/Pesquisa-bolsonarismo-2022-.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo; SZWACKO, José. **Manifestação bolsonarista do sete de setembro de 2022: Avenida Paulista, São Paulo**. Monitor do Debate Político no Meio Digital. São Paulo, SP: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo, 2022. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2022/09/14/7-de-setembro-2022/>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- RUMMENS, Stefan. Populism as a threat to liberal democracy. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal *et al.* (org.). **The Oxford handbook of populism**. 1. ed. Oxford, United Kingdom ; New York: Oxford University Press, 2017. (Oxford Handbooks). p. 697–717.
- SANTOS, Michael Alessandro Ferreira dos; MACIEL-BAQUEIRO, Lucas Mariano. “Abaixo à ditadura da realidade”: conceituando os mitos do bolsonarismo. In: CRUZ, Danilo Uzêda da (org.). **O Brasil Pós Eleições 2022: Para pensar os desafios e problemas logo à frente**. Salvador, BA: Pinaúna Editora, 2023. p. 171–195.
- SCHMITT, Carl. **Der Begriff des Politischen: Text von 1932 mit einem Vorwort und drei Corollarien**. Unveränd. Nachdr. der 1963 erschienenen Aufl. Berlin: Duncker & Humblot, 1987.

SERRA, Paolla. Homem, mais de 45 anos, morador de São Paulo e Minas Gerais: veja o perfil dos presos pelos atos golpistas. *In*: O GLOBO. 8 abr. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/04/homem-mais-de-45-anos-morador-de-sao-paulo-e-minas-gerais-veja-o-perfil-dos-presos-pelos-atos-golpistas.ghhtml>. Acesso em: 29 mar. 2025.

TONON, Rafael. De leite condensado a bife com ketchup: os gostos dos presidentes. *In*: NOSSA. 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/01/29/pao-com-leite-condensado-e-file-com-ketchup-os-gostos-peculiares-do-poder.htm>. Acesso em: 1 abr. 2025.

WALNERES, Robson; CORDEIRO, Edilson; HENRIQUE, Fernando. Bolsonaro anda de moto e come espetinho de rua neste domingo. *In*: R7 BRASÍLIA. 30 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-anda-de-moto-e-come-espetinho-de-rua-neste-domingo-29062022/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

WEBER, Max. Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft. *In*: WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft: die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte: Nachlass**. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1999. (Gesamtausgabe / Max Weber. Abt. I, Schriften und Reden, v. 22). p. 717–744.

WEBER, Max. Roscher und Knies und die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie. (Zweiter und dritter Artikel). II. Knies und das Irrationalitätsproblem. *In*: WEBER, Max. **Zur Logik und Methodik der Sozialwissenschaften: Schriften 1900-1907**. 1. ed. Tübingen: J. C. B. Mohr (Siebeck), 2018. (Gesamtausgabe, v. 1). v. 7, p. 240–379.

WEBER, Max. Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie. *In*: WEBER, Max. **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. 7. ed. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1988. (UTB für Wissenschaft Soziologie, v. 1492). p. 427–474.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CAPÍTULO 6

O LEVIATÃ EM DEBATE: CONSIDERAÇÕES DE MICHAEL OAKESHOTT E QUENTIN SKINNER SOBRE A LIBERDADE CIVIL EM THOMAS HOBBS

Alexandre Nogueira Souza

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7942-6445>

alexandre.ns97@icloud.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil

Johnny Daniel Matias Nogueira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9007-2877>

johnny.cp.ufscar@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil

RESUMO

A liberdade civil emerge como um tema central na teoria política moderna, mobilizando filósofos de diversas vertentes intelectuais, especialmente no contexto de formação e consolidação do poder estatal. Entre esses pensadores, destaca-se Thomas Hobbes. Esta pesquisa visa apresentar, por intermédio do método contextualista, duas interpretações de sua *Magnum opus*, *O Leviatã*, com foco específico na questão da liberdade civil. Para isso, são analisadas as contribuições de dois autores britânicos contemporâneos, Michael Oakeshott e Quentin Skinner. Ambos revisitam a obra de Hobbes e o tema da liberdade civil, oferecendo suas próprias interpretações e dialogando, de maneira abrangente, com a teoria política. A abordagem de Oakeshott entende o Leviatã como um grande marco na história da filosofia política ocidental, visto que Thomas Hobbes inaugura um sistema de pensamento, além de ter sido um precursor da ideia de liberdade civil, algo caro ao soberano e aos súditos. Skinner, por sua vez, também compreende a relevância de Hobbes, mas enxerga este filósofo como um antagonista da liberdade republicana.

Palavras-chave: Thomas Hobbes, Quentin Skinner, Michael Oakeshott, Liberdade Civil, Leviatã.

ABSTRACT

Civil liberty emerges as a central theme in modern political theory, mobilizing philosophers from various intellectual backgrounds, especially in the context of the formation and consolidation of state power. Among these thinkers, Thomas Hobbes stands out. This research aims to present, through the contextualist method, two interpretations of his Magnum opus, *Leviathan*, with a specific focus on the issue of civil liberty. To this end, the contributions of two contemporary British authors, Michael Oakeshott and Quentin Skinner, are analyzed. Both revisit Hobbes's work and the theme of civil liberty, offering their own interpretations and engaging in a comprehensive dialogue with political theory. Oakeshott's approach views *Leviathan* as a significant milestone in the history of Western political philosophy, as Thomas Hobbes establishes a system of thought and was a precursor to the idea of civil liberty, something valuable to both the sovereign and the subjects. Skinner, on the other hand, also recognizes Hobbes's relevance but sees him as an antagonist to republican liberty.

Keywords: Thomas Hobbes, Quentin Skinner, Michael Oakeshott, Civil Liberty, *Leviathan*.

INTRODUÇÃO

O interesse pela filosofia política nos últimos anos tem colocado em evidência alguns conceitos que mobilizam o debate acadêmico e público ao longo da história do pensamento ocidental, a exemplo do conceito de liberdade civil. Abordar este tema em um artigo científico é relevante para o desenvolvimento da Ciência Política brasileira, uma vez que fomenta novas discussões para ideias teorizadas no passado, sobretudo em uma subárea de grande expansão dentro do campo, como a de Teoria Política.

À luz de questões postas pelo presente, como a eclosão de discursos que evocam a ideia de liberdade civil, ainda mais em contextos de novas formas de autoritarismo (por mais paradoxal que pareça), que tem imposto desafios não apenas no campo prático da política, por meio de normatização jurídica, mas também na construção de uma reflexão sobre o conceito em movimento. É preciso pensar na ressignificação da liberdade civil enquanto conceito filosófico, de modo que se torne adequado ao contexto vigente.

A escolha da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, deve-se ao fato não só de ser a sua *Magnum opus*, mas por ter sido interpretada, em diversas ocasiões, por diferentes intelectuais

renomados que se debruçaram sobre os escritos desse filósofo britânico. Entre esses intelectuais, destacam-se Michael Oakeshott e Quentin Skinner. Em relação ao primeiro, embora seja um autor de pouca visibilidade na academia brasileira, possui valiosas contribuições no que diz respeito ao pensamento de Hobbes, inclusive ao considerá-lo fundador de um sistema filosófico pautado nos conceitos de Vontade e Artifício. Por outro lado, Quentin Skinner desfruta de maior reconhecimento acadêmico no Brasil, uma vez que sua metodologia de análise, o contextualismo linguístico é utilizado em diversas dissertações, teses e produções científicas. Ademais, esse autor se destacou por suas análises detalhadas da filosofia política de Thomas Hobbes, explorando como as ideias desse filósofo se distanciam da tradição republicana da liberdade.

O texto está dividido em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte busca-se trazer o contexto histórico, político e social vivido por Thomas Hobbes, fundamental para a compreensão de sua produção. Na segunda parte, discorre-se sobre a interpretação de Michael Oakeshott sobre o Leviatã. Por fim, a interpretação de Skinner sobre a evolução do conceito em Hobbes até o Leviatã. Desse modo, o conceito de liberdade civil é explorado por esses dois autores no intuito de descobrir novos sentidos.

1. Thomas Hobbes e o Leviatã: o autor, o contexto e a obra

O mundo dos séculos XVI e XVII é um mundo permeado por transformações, tanto no campo da economia, quanto da política. Um dos intelectuais que testemunharam esse processo de mudanças foi Thomas Hobbes (1588-1679). Nascido na turbulenta Inglaterra durante a transição dos séculos citados, vivenciou e observou guerras civis, revoluções e alternâncias de poder. Seus trabalhos prestados a uma família nobre lhe ofereceu a oportunidade de estudar latim e grego, que o possibilitou ser tradutor de obras clássicas, a exemplo de *A Guerra do Peloponeso*, de Tucídides.

Considerado um dos mais proeminentes filósofos de sua época, produziu obras que são lidas e debatidas nas academias ao longo dos séculos. Entre suas obras, destacam-se: *De Cive* (1645), *The Elements of Law* (1650), *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil* (1651), sendo esta última a *magnum opus* do autor e sobre a qual as interpretações discutidas neste artigo buscam versar.

É impossível separar Thomas Hobbes do período em que ele viveu. Muitas de suas contribuições estão atreladas à realidade que o circundava, a exemplo da forma que ele enxergava o poder, que em seu contexto era rico em contradições políticas e religiosas. A sociedade inglesa experienciava modificações em termos políticos, sociais, econômicos e

científicos em um momento de transição marcado por revoluções, restaurações e guerras. Aparentemente, na exegese hobbesiana, a ausência de um "soberano" capaz de garantir a ordem, a lei e a liberdade poderiam encaminhar a Inglaterra a uma verdadeira "guerra de todos contra todos".

O século XVII foi conturbado para os britânicos. O falecimento da Rainha Elizabeth I, sem deixar herdeiros, obrigou a vinda da dinastia Stuart — linhagem nobre de origem escocesa — para ocupar o trono que estava vago. As distinções em termos de concepção sobre política, sociedade e religião foram fatores determinantes para a eclosão de conflitos em solo britânico. O primeiro monarca da dinastia Stuart a reinar sobre a Inglaterra foi Jaime I e, durante os anos em que utilizou a coroa, perseguiu os puritanos, auxiliou na formação de monopólios e elevou a carga tributária. Foi um reinado marcado pela arbitrariedade.

Substituído pelo filho, Carlos I, os descontentamentos continuaram presentes. Diante do arbítrio, o Parlamento, alicerçado na tradição constitucional advinda da Magna Carta (1215), obrigou o rei a assinar a *Petition of Rights*, documento que estabelecia salvaguardas constitucionais aos britânicos frente ao poder real. Contudo, em 1629, Carlos I dissolveu o Parlamento, que ficou inativo até 1640. Foi nesse momento que a burguesia se preparou para enfrentar a nobreza. Os ventos cambiantes traziam consigo novas forças, o que resultou na eleição de Oliver Cromwell para a Câmara dos Comuns no ano de 1640. Em um cenário conflituoso, ele organizou um exército composto pela burguesia e pelo povo no intuito de enfrentar os cavaleiros do Real Exército Britânico. Iniciava-se, assim, a Guerra Civil Inglesa. Vencida por Cromwell, ele exigiu a decapitação de Carlos I, realizada em 1649. Posteriormente, aboliu a monarquia, a Câmara dos Lordes e os títulos nobiliárquicos, sendo proclamado Lorde Protetor do país, no mesmo ano.

É diante deste cenário de intenso conflito que Thomas Hobbes observou e desenvolveu o Leviatã. Influenciado pelo jusnaturalismo, corrente filosófica que pressupõe a existência de direitos naturais próprios ao homem, como a vida, a propriedade, a liberdade, Hobbes afirma no capítulo XIII: “a natureza fez os homens livres e iguais”. Este é também o pressuposto de *jus naturale*. No entanto, a condição de natureza, isto é, a condição anterior à construção de um Estado baseado no pacto social, no pensamento de Hobbes, é problemática: essa condição leva à guerra.

O estado natural ao pressupor que os homens são livres e iguais, por lógica, pressupõe que todo homem tem direito a todas as coisas. Deste ponto resulta um dos fatores que causa a guerra: a competição. A natureza humana é egoísta, busca sempre os

próprios interesses, ainda que o resultado dessa ação possa levar à destruição e não a preservação. Quando dois ou mais homens desejam a mesma coisa e não podem dividi-la, diz Hobbes, tem-se a guerra. Se a guerra é uma possibilidade (e constante) nesta condição, a desconfiança é a base das relações. Além da competição e da desconfiança, outro fator causador é a busca da glória. O homem quer que os outros atribuam a si o valor que ele mesmo se atribui. Sintetizando, para Hobbes: “De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia: primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória”. (HOBBS [1651] 1983, p. 75). Conclui-se, a partir de seus argumentos, que a natureza do homem, de maneira geral, é a causa da guerra.

A compreensão do seu pensamento e da sua proposta filosófica torna-se mais clara quando comparada, a título de exemplo, com outro autor que proeminente no campo da Filosofia: Aristóteles¹. Para este filósofo grego, a definição de homem era um ser propriamente político (*zōon politikon*), e sendo esta sua natureza, só se realiza plenamente ao viver em comunidade pois seriam incapazes de satisfazerem suas necessidades sozinhos. A felicidade do homem, para Aristóteles, estaria na *pólis*. Sua teoria é conhecida como a do homem como “animal político”. O adjetivo *político* é um marco diferenciador dos outros animais. É político não só porque vive em comunidade (ora, muitos animais vivem comunidade), mas também porque são os únicos a fazerem o uso da razão e da linguagem.

Contrariando a tese aristotélica, Hobbes afirma que o homem tende a associação não por causa de sua natureza “política” ou por realizar-se em comunidade, mas porque esta é uma necessidade que se coloca diante de si devido ao medo que possuem uns dos outros. Medo de ser atacado, ferido ou da morte. O homem busca a companhia dos outros não por amor ou à procura da felicidade, mas por interesse egoísta que, neste caso, é a necessidade de proteção contra outros homens com os quais possa se proteger ou vencer em guerras. A associação no seu pensamento, portanto, é fruto do medo da violência e por interesses egoístas.

A proposta do filósofo britânico, então, é a criação de uma instituição forte, capaz de evitar que os homens se matem ou se destruam mutuamente. Se no Estado de natureza os homens têm liberdade para fazer tudo o que lhes forem convenientes, com a criação de um Estado civil, eles transferem ao poder soberano a responsabilidade de governá-los com o objetivo de cessar a tensão da possibilidade de guerra generalizada no estado de natureza, dessa forma, preservar os direitos naturais, especialmente a vida dos súditos.

¹ ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, UnB. 1985.

Como foi exposto, Thomas Hobbes trabalhou diversos temas relacionados à filosofia política, os quais são interpretados a partir de diferentes visões e, muitas vezes, readaptados para situações correntes. O problema que Hobbes se depara é o do Estado moderno: de sua criação, de seu poder, das leis civis para regular condutas e do poder do soberano. Esses pontos serão responsáveis por intensos debates e oposição. Diante disso, como a liberdade civil é garantida pelo soberano na proposta de Thomas Hobbes na obra *Leviatã*?

A criação do Estado, para Hobbes, é o ponto principal do pacto social. Ao *Leviatã* está a responsabilidade de preservar a vida, regular condutas e impedir a guerra. Sendo assim, o principal objetivo do Estado hobbesiano é impedir o regresso ao estado natural. Faz-se necessário destacar que, a despeito das teorias que estavam em voga em seu contexto, do poder do rei como uma delegação divina, Hobbes não compartilha desse postulado. O pacto nada mais é do que um acordo feito entre todos os homens no sentido de renunciar ao direito natural e transferir o direito de governar ao seu representante. Ressalta-se que o poder será exercido por uma pessoa ou por uma assembleia de pessoas: “A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões estrangeiras e das injúrias dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente (...) é conferir toda sua força e poder a um homem ou assembleia de homens (HOBBS [1651], 1983, p. 105).

A característica do Estado civil, para o autor, se pauta em três princípios: consenso, representação e soberania. No que diz respeito ao primeiro, os homens concordam em limitar seu direito natural a todas as coisas e de governar a si mesmo. Em segundo, o caráter representativo do Estado, ou seja, o soberano é representante dos que lhe delegaram o poder. Quando os homens transferem seu poder para o governante, eles legitimam este a agir em seus nomes. Em terceiro, o poder da soberania. A soberania do *Leviatã* não ocorre de forma vertical, mas horizontal, em que os homens concedem ao soberano o poder de governar em razão do medo da morte violenta.

Como exposto anteriormente, o contexto inglês que o autor vivenciou era de intenso conflito e, a esse respeito, Hobbes erige a sua filosofia política com o objetivo de mostrar como a sociedade pode se organizar politicamente a fim de estabelecer a paz. Se, na sua proposta teórica, cabe ao *Leviatã* promover a paz, o seu poder precisa ser absoluto, porém não no sentido despótico, mas de que seja garantida a autoridade suficiente para que suas decisões sejam respeitadas e evitar que as desavenças sejam resolvidas pela violência. “Entende-se que a obrigação dos súditos para com o soberano dura apenas enquanto durar

o poder mediante o qual ele é capaz de protegê-los. Porque o direito que por natureza os homens têm de defender a si mesmos não pode ser renunciado através de pacto nenhum” (HOBBES [1651], 1983, p. 135). O Estado absoluto, para ele, é somente neste sentido, enquanto for capaz de preservar a vida. A ausência dele é a guerra de todos contra todos.

A partir do exposto, o conceito de liberdade civil está garantido em Hobbes está em conformidade com as leis observadas pelo soberano, responsável por manter a paz e a ordem. Embora o fenômeno da liberdade civil em Hobbes passe despercebido em algumas análises, esse conceito é valorizado e debatido por Michael Oakeshott e Quentin Skinner em suas interpretações acerca do *Leviatã*, as quais serão expostas nos próximos tópicos.

2. A EXEGESE DE MICHAEL OAKESHOTT SOBRE O LEVIATÃ

Michael Oakeshott (1901-1990), herdeiro da filosofia moral britânica, vale-se da proficuidade como característica fundamental de seu pensamento ao desenvolver trabalhos em áreas como política, estética e história. O autor se destaca pelo uso de uma abordagem conservadora em termos de análise factual, a qual está imbuída de características como ceticismo, organicismo e tradicionalismo. Embora pouco conhecido no Brasil, Oakeshott traz valiosas contribuições para o debate acadêmico, especialmente no âmbito da teoria política e na reinterpretação de obras clássicas.

O filósofo britânico mencionado pode ser colocado no rol de autores que se esforçam para compreender os ilimitados significados dos clássicos da política. Oakeshott assemelha-se a teóricos como Quentin Skinner, John Pocock e Leo Strauss no que diz respeito ao trabalho empreendido na releitura da *Magnum opus* de Thomas Hobbes. No livro *Hobbes on Civil Association*, Michael Oakeshott realiza a própria exegese acerca dos fundamentos presentes no *Leviatã* e desvenda novos sentidos acerca do pensamento de Hobbes, inclusive sobre o mito da criatura bíblica transposta à filosofia política (OAKESHOTT, 1975).

“Cada obra-prima da filosofia política emerge de uma nova visão da situação corrente, cada uma é o vislumbre de uma libertação ou a sugestão de um remédio” (OAKESHOTT, 1975, p. 6). Nesse sentido, o autor demonstra que, ao longo da história, tradições são formadas diante das contingências e da realidade factual. E todas as singularidades filosóficas decorrem de três grandes tradições erigidas no decurso da história humana, que se tornaram sistemas de pensamento. A primeira, referente à Antiguidade Clássica, distingue-se pelas concepções da Razão e da Natureza; a segunda está atrelada aos conceitos de Vontade e Artífício e compete à Idade Moderna; e a terceira nasce juntamente

com a filosofia contemporânea, no despertar do século XIX, pautando-se na Vontade Racional. Essas tradições foram organizadas, respectivamente, por Platão, Hobbes e Hegel mediante o contexto vivido por cada um:

As obras-primas da filosofia política têm como contexto não apenas a história e a questão da libertação da humanidade, mas também algo bastante peculiar. Elas são a expressão suprema de sua própria tradição. E, tal como a República de Platão pode ser escolhida como representante da primeira tradição e a Filosofia do Direito de Hegel da terceira, o Leviatã de Hobbes é a cabeça e a coroa da segunda (OAKESHOTT, 1975, p. 8).

O excerto acima demonstra que Oakeshott (1975) considera o Leviatã um divisor de águas na filosofia política ao fundar um sistema de pensamento. Ao ler a obra mencionada, visualiza-se os significados daquela época e os sentidos atemporais produzidos pelos escritos de Hobbes. Esse empreendimento possibilita a descoberta do verdadeiro caráter de uma obra-prima: “o centro imóvel de um redemoinho de ideias que atraiu para si inúmeras correntes de pensamento, e que pela força centrípeta as moldou e comprimiu em um arcabouço antes de serem lançadas ao futuro” (OAKESHOTT, 1975, p. 8).

Segundo Oakeshott (1975), o Leviatã é a maior, talvez a única, obra-prima da filosofia política escrita na língua inglesa. E o tópico anterior ressalta que a obra não possui uma visão meramente abstrata de filosofia política, visto que está diretamente relacionada ao cenário sociopolítico da Inglaterra do século XVII. O que agitava a mente de Hobbes era “o luto pelas calamidades que assolava a Inglaterra”, um país dividido entre aqueles que reivindicavam excessivamente pela liberdade (whigs) e aqueles que clamavam em demasia pela autoridade (tories). O Leviatã, portanto, estava repleto de significados quando foi publicado, pois convergia com os descontentamentos presentes na Inglaterra.

Não há hiato entre a filosofia de Hobbes e a época em que ele a pensou. Ele teorizou a partir de seu tempo, não é um mero autor onisciente. Sua filosofia, fundadora de uma tradição, tem como base não apenas uma herança civilizacional e teórica, mas também a própria realidade. Consta-se, nos anais da história inglesa, toda a instabilidade produzida no século XVII, momento em que a ausência de um poder organizado e centralizado culminou em um cenário de beligerância, instigando a animosidade do ser humano que, tomado pelo medo, agia como um destruidor da própria espécie (TREVELYAN, 2000).

Em uma Inglaterra marcada por guerras civis, revoluções e restaurações, Hobbes repensou a civilização diante da barbárie. Naquele cenário caótico, era necessária a figura do soberano para conter as paixões humanas afloradas, apenas a vigência de um Estado soberano conseguiria conter os conflitos sociais e morais presentes e, assim, estabelecer a

liberdade civil no convívio dos súditos. Oakeshott (1975) procura decifrar o que Hobbes propõe para preencher a lacuna entre as paixões humanas — o medo da morte vergonhosa e o orgulho — e o que deve ser feito a respeito delas. Ao interpretar o *Leviatã*, o cético britânico afirma que a constituição da sociedade civil preenche a lacuna, retirando o homem de seu estado de natureza e inserindo-o no âmago da sociedade civil:

O homem, diz-nos Hobbes, é uma criatura solitária, o habitante de um mundo que contém os materiais para a satisfação de todos os seus desejos, exceto um – o desejo de continuar para sempre a desfrutar de uma série interminável de satisfações. Ele é solitário no sentido de que não pertence a nenhuma ordem e não tem obrigações. Seu mundo, para o qual ele foi levado como se estivesse dormindo, fornece tudo o que ele pode desejar, porque seus desejos não estão centrados em nenhuma realização final, mas estão limitados a obter aquilo que ele decidiu em cada momento de sua existência. E não é a transitoriedade de sua satisfação que impede a felicidade, mas o medo constante de que a morte possa sobreviver e acabar com a satisfação pelo desejo exterminador (OAKESHOTT, 1975, p. 161-162).

O estabelecimento da sociedade civil é o caminho para a sobrevivência dos seres humanos ao ser fundada na lei, na ordem e em uma incipiente noção de liberdade. A grande questão é como manter esse contrato social. Para evitar o retorno da belicosidade, Hobbes aborda virtudes como coragem e bravura, as quais contrapõem o medo da morte vergonhosa e o orgulho (HOBBS [1651], 1983).

Para Oakeshott (1975), em seu ceticismo aguçado, poucos homens possuem tais disposições. Sendo assim, resta-lhe recorrer à interação entre a lei e a liberdade na construção da ordem. Na sociedade civil, a lei possui autoridade devido ao fato de considerar a experiência concreta na formulação dos princípios legais, ou seja, conta com valores que circundam a realidade factual. A liberdade, por sua vez, emerge de uma determinada experiência e só faz sentido dentro de uma realidade concreta. A partir disso, reconhecemos os limites reais e legais da liberdade civil garantida com o firmamento do contrato social.

O medo movia a sociedade em que Hobbes viveu, uma espécie de medo instrumentalizado repleto de organicidade. É justamente do medo e do orgulho que nasce a moral que irá conduzir a vida dos homens no estado civil e, por convenção humana, a autoridade é criada com doses de ceticismo diante da necessidade. Na transição para a sociedade civil, por mais paradoxal que pareça, a figura do Soberano emerge do contrato social a fim de preservar a vida, a segurança e a liberdade civil dos súditos.

Durante o conturbado período de revolução na Inglaterra nasce um novo sistema atrelado à "Vontade" e ao "Artifício", princípios que orientam a "segunda tradição filosófica", produzida na época por Hobbes e percebida por Oakeshott *a posteriori*. Nessa

tradição, a vontade precede a razão, e os limites da razão humana são reconhecidos pela aceção cética. A liberdade civil advém da "Vontade", uma vez que não é fundada em abstrações genéricas, mas em um sólido alicerce composto, sobretudo, pela realidade circundante. Esse fenômeno também é fruto do "Artifício", ou seja, da habilidade e da imaginação daqueles que agem perante a situação vigente.

Oakeshott (1975), a partir dos conceitos de Vontade e Artifício, relaciona a obra de Thomas Hobbes ao mito bíblico. O Leviatã é uma criatura marinha, presente no Livro de Jó, que aparece em um sentido poético e simbólico na narrativa. Nos escritos de Hobbes, por meio de uma analogia advinda da imaginação calcada na mitologia, o Leviatã (Soberano) é trazido à cena pelo livre acordo de vontades entre os homens, que entendem a vida como um sonho perpétuo que jamais será dissipado:

O destino do homem não é governado por nenhuma Providência, e nele não há lugar para a perfeição ou mesmo para a satisfação duradoura. Ele depende em grande parte de sua própria inventividade; mas isto, apesar da sua imperfeição, é suficientemente poderoso para criar uma vida civilizada a partir dos próprios medos e compulsões que pertencem à sua natureza e circunstância (OAKESHOTT, 1975, p. 162).

A figura mítica do Leviatã, na análise de Oakeshott acerca do clássico de Hobbes, "recorda a pequenez, a imperfeição e a mortalidade do homem, ao mesmo tempo que reconhece a importância dessas características" (OAKESHOTT, 1975, p. 163). E a sociedade civil advém da insustentabilidade dessa condição instável e belicosa que assombra a natureza humana. Sendo assim, a liberdade civil se faz imprescindível para a convivência harmoniosa dos súditos sob a proteção do Soberano.

O que torna o Leviatã de Hobbes uma obra-prima da filosofia, na abordagem oakeshottiana, é a vontade e o artifício do autor que, ao compreender o contexto sociopolítico e criticar a mesquinhez humana, alerta sobre a mortalidade enquanto condição inescapável da existência, além de ter criado um sistema de pensamento filosófico.

3. O MOMENTO DE SKINNER

Quentin Skinner é um renomado historiador e teórico político britânico, conhecido por seus trabalhos sobre história das ideias e pela fundação da abordagem contextualista na interpretação de textos filosóficos. Ele se destacou por suas análises detalhadas da filosofia política de Thomas Hobbes, explorando como as ideias desse filósofo se distanciam da tradição republicana da liberdade. Skinner, em suas duas grandes obras dedicadas a Hobbes, *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1997) e *Hobbes e a Liberdade Republicana* (2010).

Skinner propõe um conceito de liberdade inspirado no republicanismo, que combina a liberdade individual com a participação cívica, contrastando com a visão de Hobbes sobre liberdade como não-interferência. O autor argumenta que a liberdade deve ser entendida dentro de um contexto social e político específico, e não como um direito inato individual, e que a teoria de Hobbes representa uma ruptura significativa em suas visões sobre liberdade ao longo de suas obras.

Skinner identifica Hobbes como um antagonista da liberdade republicana, caracterizando-o como um pensador essencialmente antirrepublicano, o que influenciou consideravelmente os estudos sobre o republicanismo inglês a partir da década de 1990. Em seu livro *Hobbes e a liberdade republicana*, Skinner explora pela primeira vez de forma aprofundada a oposição de Hobbes ao republicanismo, detalhando o processo histórico em que suas ideias se desdobraram, especialmente durante o período da Revolução Inglesa.

Skinner argumenta que, embora Hobbes tenha inicialmente mantido uma visão mais singela da liberdade, essa oposição ao republicanismo se intensificou após a publicação do *Leviatã* em 1651. A inovação de Skinner neste livro reside em traçar um panorama do desenvolvimento da concepção de liberdade de Hobbes, inserindo-o em um contexto dinâmico de disputa com as ideias republicanas da época. Segundo Skinner, Hobbes elaborou uma nova concepção do homem livre que se contrapunha diretamente à visão republicana da liberdade, criando uma teoria rival que visava redefinir as noções de liberdade política.

A estrutura do livro de Skinner segue um percurso claro, começando com uma análise dos “começos humanistas de Hobbes” e seu envolvimento com a retórica e a tradição humanista da época. Hobbes é retratado como alguém que valorizava o impacto visual e retórico de suas obras, evidenciado pela inclusão de imagens e frontispícios elaborados, como na sua tradução de Tucídides, que buscava persuadir o público através de representações visuais. Essa abordagem visual e retórica permaneceu presente ao longo de sua vida e é fundamental para compreender suas teorias sobre liberdade e obrigação.

Após essa introdução, Skinner avança para uma análise detalhada dos principais escritos políticos de Hobbes, focando-se no desenvolvimento progressivo do conceito de liberdade desde suas primeiras obras até o *Leviatã*. Skinner argumenta que Hobbes, ao contrário dos republicanos, concebia a liberdade principalmente como não-interferência, contrapondo-se à ideia republicana de liberdade como não-dominação e participação ativa dos cidadãos. Para Hobbes, a liberdade era garantida por um Estado forte que protegesse

os indivíduos de interferências externas, enquanto os republicanos defendiam uma visão de liberdade que incluía a participação cívica e a defesa do bem comum.

Skinner destaca que a oposição de Hobbes à liberdade republicana não se limitava aos textos, mas também estava presente em suas escolhas estilísticas e visuais, que buscavam reforçar suas ideias políticas de maneira persuasiva. Ele argumenta que as concepções de Hobbes sobre a liberdade evoluíram significativamente ao longo de sua obra, culminando em uma ruptura com as noções tradicionais da liberdade republicana. Skinner propõe que essas representações visuais de Hobbes são cruciais para uma compreensão mais profunda de suas teorias políticas e da complexa relação que mantinha com o republicanismo.

Quentin Skinner examina o primeiro volume de *Os Elementos* de Hobbes, uma obra destinada a explorar questões sobre a natureza humana. Hobbes adota uma metodologia que estabelece conceitos-chave para os problemas filosóficos, mas surpreendentemente, ao abordar o conceito de liberdade humana, ele opta por não oferecer uma definição precisa, preferindo uma abordagem prática, com exemplos que ilustram onde “faz sentido” falar de liberdade (SKINNER, 2010, p. 38).

Hobbes exemplifica essa liberdade na tomada de decisões sobre a realização de ações, como a “liberdade de fazer ou não fazer” algo (SKINNER, 2010, p. 39). Ele desenvolve uma teoria da ação baseada na vontade como o estágio final da deliberação humana, ou o “último apetite” que impulsiona a ação. Para Hobbes, mesmo sob coerção, como no exemplo aristotélico do homem que lança seus bens ao mar para salvar a si mesmo, a ação é sempre voluntária, guiada pela derradeira vontade, seja por medo ou força (SKINNER, 2010, p. 42).

Essa concepção de liberdade suscitou críticas, especialmente entre os leitores alinhados à tradição escolástica, como John Bramhall. Em *Defence of True Liberty* (1655), Bramhall rebate os argumentos de Hobbes, defendendo que a verdadeira liberdade advém da razão e não das paixões instintivas, em sintonia com a crença humanista renascentista de que a vontade livre é uma dádiva divina que permite agir livremente (SKINNER, 2010, p. 43-44). Segundo Skinner, os humanistas se inspiravam mais em Platão, que diferenciava duas almas no homem, uma guiada pela razão e outra pelos desejos (SKINNER, 2010, p. 45).

Skinner ilustra essas disputas utilizando registros imagéticos de livros de emblemas, como o de Pierre Coustau, que comparava o homem que age pelos desejos a um cavalo selvagem que precisa ser domado pela razão (SKINNER, 2010, p. 47). Essas imagens

ajudam a compor o contexto da introdução de Skinner sobre o conceito de liberdade nos escritos de Hobbes. Para Hobbes, a liberdade em *Os Elementos* é natural, caracterizada pela capacidade de fazer o que se quer, que pode ser perdida pela força física ou pela sujeição voluntária às leis do governo (SKINNER, 2010, p. 53).

Skinner destaca que, para Hobbes, o estado de liberdade natural não era pacífico e sociável, mas um obstáculo a ser superado para alcançar a paz social, que exigia a restrição dessa liberdade natural, seja pela imposição material (prisão) ou por meio de pactos sociais que limitam a liberdade em troca de segurança (SKINNER, 2010, p. 55-59). Essa perspectiva hobbesiana reflete a teoria do Estado, na qual a paz só é alcançável mediante a submissão a um poder soberano indivisível.

Hobbes também se opõe às ideias de monarquia mista e ao republicanismo, que propunham diferentes formas de partilha do poder. Ele rejeita o modelo veneziano de Estado misto, argumentando que a divisão da soberania gera conflitos internos, defendendo que o poder deve ser único e indivisível (SKINNER, 2010, p. 72-74). Para Hobbes, a liberdade verdadeira é a ausência de submissão a qualquer governo, o que se opõe tanto à visão republicana quanto à dos monarquistas constitucionais, que acreditavam na possibilidade de ser livre sob um governo (SKINNER, 2010, p. 84-87).

Na conclusão de *Os Elementos*, Hobbes afirma que a liberdade existe apenas fora do domínio de qualquer governo, seja ele republicano ou monárquico, uma posição que se distancia das noções de liberdade defendidas na literatura política da época (SKINNER, 2010, p. 87). A publicação de *Os Elementos* ocorre em um contexto de forte disputa entre a Coroa e o Parlamento inglês, intensificado por críticas à tributação arbitrária imposta pelo rei, que fomentaram debates acalorados sobre a natureza do poder soberano e os limites da liberdade dos súditos.

A crescente oposição às ideias absolutistas fez com que Hobbes temesse por sua segurança, levando-o a deixar a Inglaterra e se exilar na França por mais de uma década, período durante o qual suas ideias continuaram a evoluir e a influenciar o pensamento político europeu (SKINNER, 2010, p. 94).

Durante seu exílio, Hobbes desenvolveu suas ideias políticas, especialmente sobre a liberdade. Em seu trabalho inicial, *Os Elementos*, Hobbes oferece uma definição mais vaga de liberdade, que ele refina em *Do Cidadão* e, posteriormente, em *Leviatã*. Skinner destaca que Hobbes faz uso de emblemas visuais da época para ilustrar seus conceitos.

Hobbes distingue entre liberdade natural e liberdade civil (*libertas civilis*). Em *Do Cidadão*, ele define a liberdade como a ausência de impedimentos ao movimento, que

podem ser externos ou arbitrários. Em *Leviatã*, Hobbes redefine a liberdade como a ausência de impedimentos externos, abandonando o conceito de impedimentos arbitrários.

Hobbes responde aos republicanos, que defendiam que a liberdade existia apenas em Estados democráticos. Ele argumenta que a liberdade pode existir sob soberania absoluta, pois o homem livre é aquele que não enfrenta impedimentos externos, independentemente da forma de governo.

Na obra *Liberdade antes do Liberalismo*, Skinner (1999) afirma a possibilidade de obedecer às leis e ser livre no sistema pensado por Hobbes. Mesmo que essa atitude pareça paradoxal, a lei proposta pelo Soberano após o pacto entre os súditos, ao mesmo tempo que garante segurança e liberdade aos cidadãos, coage ações desordenadas devido às consequências da desobediência. A liberdade em Hobbes, nesse sentido, é expressa por Skinner a partir do seguinte entendimento:

Estado livre é uma comunidade na qual as ações do corpo político são determinadas pela vontade dos membros como um todo. Nenhuma lei podia ser imposta a eles sem que antes houvesse um consentimento nas assembleias do povo. A extensão de sua liberdade como cidadão depende da extensão na qual você é deixado livre de constrangimentos pelo aparato coercitivo da lei para exercer seus poderes à vontade (SKINNER, 1999, p. 33).

Hobbes entende que o homem livre é aquele que não é impedido de fazer aquilo que ele tem vontade. Quando alguma força externa retira essa liberdade advinda do contrato social, é algo que prejudica a vida dos súditos. Hobbes não estabelece conexão entre Estado livre e o fato de ser livre, uma vez que o soberano pode ser capaz de conservar a liberdade no estado civil.

Skinner sugere que a redefinição de liberdade por Hobbes reflete tanto razões internas, como a necessidade de distinguir entre liberdade e poder, quanto externas, como o desafio de responder aos teóricos republicanos. Hobbes defendia que a verdadeira liberdade está na ausência de obstáculos externos, e não na ausência de governo ou controle arbitrário, marcando um avanço nas teorias modernas da liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Leviatã*, por ser um clássico da política, é visto como uma obra atemporal repleta de inúmeros significados, o que propicia estudos acerca dos sentidos produzidos pelo principal livro de Thomas Hobbes. Desse modo, a análise filosófica de Michael Oakeshott sobre o *Leviatã*, ao lado da leitura contextualista de Quentin Skinner, revela a complexidade das exegeses sobre liberdade civil no pensamento político moderno. Cada intérprete, ao seu próprio modo, auxilia no desvendamento dos escritos de Hobbes.

Oakeshott enfatiza a centralidade do *Leviatã* como uma obra-prima que reflete a conjuntura política daquela época e aprofunda a inter-relação entre o medo, a ordem e a fundação do Estado. O conservador britânico, ao interpretar o clássico, destaca a importância histórica, teórica e política da obra de Hobbes, que foi um divisor de águas no âmbito do sistema filosófico.

Por outro lado, Skinner foca na evolução do conceito de liberdade contrastando-o com as ideias republicanas. Sua análise detalha a ruptura de Hobbes com a tradição republicana, colocando o filósofo britânico como um antagonista da liberdade como não-dominação. No lugar disso, Hobbes propõe uma visão de liberdade como não interferência, que pode coexistir com um governo soberano desde que possa proteger o indivíduo de restrições internas.

Embora distintas, essas abordagens convergem ao evidenciar não só a importância do conceito de liberdade civil para o pensamento moderno em geral e Hobbes em particular, mas ao mostrar que esse autor não se limitou a teorias abstratas e respondeu diretamente à realidade política de seu contexto. Sua filosofia emerge como uma resposta às turbulências britânicas do século XVII no que tange às questões de ordem, segurança e liberdade. Ao interpretar o clássico de Hobbes, Oakeshott e Skinner convidam a refletir sobre as raízes históricas e filosóficas que ainda moldam o conceito de liberdade civil.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, UnB, 1985.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã. Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. (Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. Os Pensadores.
- OAKESHOTT, Michael. **Hobbes on Civil Association**. Indianapolis: Liberty Fund, 1975.
- SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do Liberalismo**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. **Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes**. Trad. De Vera Ribeiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1997.
- SKINNER, Quentin. **Hobbes e a Liberdade Republicana**. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- TREVELYAN, George Macaulay. **History of England**. Doubleday, 2000.

CAPÍTULO 7

AS BASES PÓS-MATERIALISTAS DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NO BRASIL: DIFERENÇAS E SIMILARIDADES INTERGERACIONAIS E INTER REGIONAIS

CRISTIANE RIBEIRO PIRES¹

<https://orcid.org/0000-0003-3826-3861>

cristianerp@estudante.ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: A Pesquisa Mundial de Valores é um dos maiores projetos de pesquisa internacional das ciências sociais. Utilizando a técnica de survey, o projeto reúne informações importantes acerca da opinião pública em diversos países e sociedades. Ronald Inglehart (1977), analisando os dados recolhidos, afirmou que os valores de uma sociedade influenciam seu comportamento político. Neste trabalho, por meio das informações coletadas na última rodada disponível (2017-2022), buscamos analisar o impacto dos valores pós-materialistas – como conceituado por Inglehart – na legitimidade do regime democrático no Brasil. Observamos, mais especificamente, como estes valores se distribuem dentro de diferentes faixas etárias e, também, entre as diferentes regiões. Para tal, utilizamos técnicas descritivas, análises inferenciais e modelos de regressão multivariada de dados. Assim, o foco esteve em compreender a relação entre os valores pós-materialistas e a democracia no Brasil, ressaltando as diferenças ou similaridades intergeracionais e inter-regionais. Os resultados apontam para uma tendência de substituição geracional dos valores no Brasil, com as gerações mais jovens sendo mais pós-materialistas do que as mais velhas. Além disso, jovens e adultos atribuem maior importância ao regime democrático do que os demais. Não identificamos significância estatística em termos de região.

Palavras-chave: comportamento político, cultura política, democracia, legitimidade democrática, pós-materialismo

The Post-Materialist Foundations of Democratic Legitimacy in Brazil: Intergenerational and Interregional Differences and Similarities

ABSTRACT: The World Values Survey is one of the biggest international research projects in the social sciences. Using survey technique, the project gathers important information about public opinion in different countries and societies. Ronald Inglehart (1977), analyzing the collected data, stated that the values of a society influence its political behavior. In this work, through the information collected in the last available round (2017-2022), we seek to analyze the impact of post-materialist values - as conceptualized by Inglehart - on the legitimacy of the democratic regime in Brazil. We observed, more specifically, how these values are distributed within different age groups and also between different regions. We used descriptive techniques,

¹ Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos. Foi bolsista CNPq (2024) e é, atualmente, bolsista FAPESP com a pesquisa "Gerações ou ciclos de vida? Analisando o efeito da idade sobre valores pós-materialistas e democráticos no Brasil". Faz parte do INCT ReDem (Representação e Legitimidade Democrática) e integra o VOX (Centro de estudos de comportamento político). Bacharel em Ciências Sociais (2023) com dupla ênfase em Ciência Política e Sociologia, também pela UFSCar. Também foi bolsista FAPESP em 2022 para o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica acerca da presença de valores pós-materialistas no Brasil. Atua na área de cultura e comportamento político. Tem interesse especial pelas áreas de distribuição de valores, substituição geracional e legitimidade democrática. Contato: cristianerp@estudante.ufscar.br

inferential analysis and multivariate data regression models. Thus, the focus was on understanding the relationship between post-materialist values and democracy in Brazil, highlighting intergenerational and interregional differences or similarities. The results point to a trend of generational replacement of values in Brazil, with younger generations being more post-materialistic than the older ones. In addition to that, youngsters and adults attach greater importance to the democratic regime than the rest. We did not identify statistical significance in terms of region.

Keywords: political behavior, political culture, democracy, democratic legitimacy, postmaterialism

INTRODUÇÃO

A Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS) é um dos maiores projetos de pesquisa no campo das ciências sociais internacionalmente. Com mais de 120 sociedades participantes no questionário, busca apontar traços da realidade social, econômica, política, cultural e religiosa dos países ao redor do mundo. Um de seus maiores nomes foi Ronald Inglehart: cientista político norte-americano e fundador do WVS. Inglehart trouxe diversas contribuições importantes para o campo da cultura política, como a teoria do desenvolvimento humano, que será aqui discutida.

Uma das ideias mais importantes desenvolvidas pelo autor é a de que o processo de modernização teria impactos de longo prazo nos valores de uma sociedade. Isto porque o maior acesso à educação e informação e menos restrições à sobrevivência material propiciariam maior autonomia e ampliação da escolha humana. Consequentemente, os valores e preocupações se ligariam menos a questões materiais e mais ao que Inglehart chamou de “pós-materialistas”: liberdade de expressão, de gênero, preocupações com o meio ambiente, etc. Neste sentido, duas esferas seriam importantes para a análise do índice de pós-materialismo em uma sociedade: a regionalidade e a substituição geracional. No primeiro caso, diferentes níveis de modernização implicariam diferentes níveis de pós-materialismo, pois tal processo traz consigo não apenas mais riqueza material, mas também dissemina movimentos importantes como urbanização, acesso à bens e serviços de qualidade e à educação e informação.

O fator geracional, por sua vez, está relacionado às teorias de socialização. Autores como Delli Carpini (1989) e Schuman e Corning (2000), por exemplo, observam que aqueles pertencentes a mesma geração tendem a demonstrar certa uniformidade de crenças e comportamentos. A ideia, para a argumentação de Inglehart, é que indivíduos que crescem em ambientes e contextos de maior segurança material demonstram preocupações e valores distintos daqueles que viveram seus anos impressionáveis em períodos mais delicados, como de crises econômicas ou guerras. Analogamente, Godefroidt (2022) analisou como o terrorismo afeta as atitudes políticas dos cidadãos, e concluiu que os atentados estão significativamente associados a hostilidade para com grupos externos e ao conservadorismo político. A autora ainda afirma que quanto mais alguém é exposto ou se preocupa com terrorismo, mais demonstrará atitudes hostis em relação ao estrangeiro, além de aumentar seu apego à nação e seus líderes. Assim, concordamos com Rafael Paulino quando defende que é “através das experiências de socialização em que os indivíduos estão rotineiramente expostos é que ocorre a formação das atitudes políticas.” (Paulino, p. 12, 2016).

No caso brasileiro, as duas dimensões se mostram de suma relevância, visto que, com mais de 8,5 milhões de km², o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial dos países mais extensos. Consequentemente, e além dos diversos movimentos migratórios, as cinco macrorregiões que compõem o mapa são marcadas por grandes diferenças culturais, econômicas e sociais. Quando considerado o IDH de 2010, por exemplo, percebe-se que os menores índices estão concentrados na região Nordeste, enquanto os maiores estão no Sul e Sudeste. Além disso, o Estado brasileiro é federalista: os estados que compõem a União possuem certa autonomia de gestão, o que implica em diferentes desempenhos dentro do mesmo território e, consequentemente, em disparidades socioeconômicas.

Outro fator que indica a importância do recorte regional é a dinâmica eleitoral, que não só elege candidatos específicos por e para os estados, mas que, como demonstrado pelos resultados da última eleição para presidência da República, parece indicar diferentes visões entre as regiões a respeito da política nacional (Nicolau, 2020). Assim, quando Inglehart afirma que diferentes níveis de modernização implicam diferentes níveis de pós-materialismo, é possível que haja no Brasil diferenças importantes dentro do território.

A substituição geracional no Brasil também é relevante: as últimas décadas foram marcadas por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Tivemos nossos primeiros planos de industrialização, construção de rodovias e expansão do ensino superior público e gratuito. Vivemos períodos de estabilidade e instabilidade política, com uma primeira e tímida experiência democrática seguida de uma ditadura militar e, no final dos anos 80, a redemocratização. Mandatos presidenciais foram interrompidos e marcados por queda no PIB, outros prosperaram e atingiram níveis de crescimento expressivos, além de políticas públicas que impactaram diretamente a vida dos mais vulneráveis. Logo, cada geração no Brasil viveu seus anos de formação em momentos econômicos, políticos e sociais distintos, o que poderia significar diferenças em suas percepções de mundo e valores. É importante frisar também que, ao contrário das democracias mais antigas, países como o Brasil possuem gerações socializadas em períodos autoritários convivendo com gerações socializadas no período democrático. Contudo, em importante estudo acerca do efeito geracional sobre a adesão à democracia, Paulino (2016) não verificou impactos dos legados democrático e autoritário sobre o efeito geracional no Brasil. O autor afirma ainda que estes não são simplesmente efeitos da passagem do tempo, visto que não foi possível encontrar um padrão universal de adesão ao regime democrático associado a determinadas fases da vida.

1. REVISÃO DA LITERATURA

O século XX foi marcado por uma mudança na percepção sobre desenvolvimento econômico, social e humano ao redor do globo (Simões, Alkmin, Santos, 2017). Tal problematização ocorreu sobretudo em decorrência do entendimento de que o crescimento econômico de um país não seria suficiente para garantir que sua população possuísse boas condições de vida. Havia, principalmente nos países emergentes, um descompasso entre o crescimento do PIB e o aumento do bem-estar de seus cidadãos. O movimento de indicadores sociais surge neste contexto e, assim, outros trabalhos e relatórios passaram a explorar possíveis dimensões que estariam relacionadas a uma maior ou menor qualidade de vida entre as nações. É neste cenário que surgem trabalhos como o de Ronald Inglehart.

Assim, entre as décadas de 1970 e 1980, o cientista político norte-americano trouxe uma nova discussão para o campo da cultura política: a teoria do desenvolvimento humano. Abandonando a antiga percepção economicista sobre desenvolvimento e baseando-se no grande banco de dados da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS), Inglehart argumentou que o processo de modernização de uma sociedade provoca mudanças culturais e, como consequência, transformações políticas. A ideia central é a de que a diminuição das restrições materiais à sobrevivência – resultado não só do aumento da riqueza, mas da urbanização, caracterização do trabalho etc. – faria com que as preocupações e valores individuais se tornassem menos ligados às esferas tradicionais e materiais, e mais próximas de percepções seculares. Isto posto, as sociedades passariam de uma estrutura tradicional/religiosa, cuja principal preocupação está relacionada à sobrevivência física, para uma estrutura mais racional, pautada por questões como liberdade civil e de gênero, direitos humanos e meio ambiente (Inglehart, 1977, 1981; Inglehart e Welzel, 2006).

Contudo, essa substituição de valores não aconteceria de repente. Seria, na verdade, resultado de um lento processo de reposição intergeracional à medida que novos grupos fossem socializados em contextos de maior ou menor desenvolvimento socioeconômico. O argumento aqui se sustenta na percepção de que crescentes níveis de riqueza, educação e acesso à informação tornam as pessoas mais independentes materialmente, ampliando a esfera de escolha e autonomia humana e permitindo que metas de autoexpressão possam emergir. Langsæther, Evans e O’Grady (2021) também reforçam que fatores como mobilidade de classe afetam somente valores econômicos; ao passo que a socialização seria o elemento central para explicar a correlação entre classe e valores ligados às esferas sociais e políticas.

O resultado político do processo de substituição de valores no tempo seria a busca e a

defesa da democracia, visto que este regime seria aquele que melhor garantiria o acesso e o alcance destas novas aspirações. Logo, os valores pós-materialistas – conceito desenvolvido por Inglehart durante os anos 1970 – desempenhariam um papel crucial na estabilidade e manutenção das instituições e do regime democrático em uma sociedade. A lacuna entre a democracia formal e a efetiva seria preenchida pela ampliação da escolha e autonomia humana, garantindo um regime duradouro e de qualidade.

É preciso frisar, no entanto, que Inglehart e Welzel (2006) reconhecem que sua teoria é uma “tendência à média”, ou seja, ela captura tendências mundiais de longo prazo, necessitando de testes em contextos nacionais específicos. Desta forma, com a repercussão mundial da teoria de Inglehart e a crescente inclusão de novas sociedades no questionário do WVS, cientistas de diversos países passaram a testar a aplicabilidade de tal abordagem em suas próprias sociedades. No caso brasileiro, Ribeiro (2008) desenvolveu um estudo pioneiro, buscando a existência – ou não – de uma “cultura pós-materialista” e, consequentemente, como esta estaria relacionada aos valores democráticos e às demandas sociais dos brasileiros.

Com ressalvas, o autor foi capaz de apontar um crescimento do nível de pós-materialismo e uma influência moderada sobre as atitudes democráticas. Entretanto, a pesquisa de Ribeiro já data de mais de duas décadas. De sua realização até o período atual, o Brasil vivenciou diversos mandatos de diferentes presidentes e, consequentemente, passou por muitas mudanças em suas políticas econômicas e sociais, impactando diretamente a vida de sua população. Um dos exemplos mais importantes e que, de acordo com a teoria de Inglehart, poderia ter impactos na cultura política do país, foram as políticas de transferência direta de renda e a redução da fome e da pobreza extrema. Houve também períodos de crise, com declínio do PIB nos anos de 2015 e 2016, seguido de um fraquíssimo crescimento posterior. Diante de tantas transformações envolvendo tanto períodos de estabilidade e prosperidade quanto de turbulência e retrocessos, as teorias sobre legitimidade democrática se colocam à prova, desafiando o que se sabe cientificamente até o momento e indicando a necessidade de atualizações.

Logo, este artigo buscará trazer nova luz aos estudos já iniciados por autores como Ribeiro, atualizando os dados com a rodada mais recente de aplicação do WVS no Brasil. Além de compreender como os valores pós-materialistas dos brasileiros afetam sua percepção do regime democrático, nos preocupamos em analisar se há diferenças ou similaridades entre as diferentes faixas etárias e regiões, visto que são duas dimensões importantes na teoria desenvolvida por Inglehart. A regionalidade é um fator crucial pois, segundo o autor norte americano, diferentes níveis de modernização e desenvolvimento socioeconômico podem influenciar na percepção e valores de uma sociedade, que pode manter-se mais ligada ao

tradicionalismo ou à secularização. Além disso, as gerações são importantes pois Inglehart parte do princípio de que o período de socialização de um indivíduo influencia a visão de mundo que carregará durante toda sua vida (com pequenas alterações, dependendo do contexto e período que vive cada sociedade).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 A pesquisa survey e o WVS

A abordagem da cultura política, como definida por Almond e Verba (1964), busca entender o padrão de distribuição das orientações políticas de uma sociedade. Assim, as pesquisas vão no sentido de entender como as pessoas dão sentido à vida política, por meio de suas crenças, valores, atitudes e comportamentos. Para tal, as Ciências Sociais utilizam o survey, com amostras representativas e coleta criteriosa de respostas.

Inglehart e seus colaboradores estão inseridos neste campo. E, assim como tais autores, em nossa pesquisa buscamos padrões probabilísticos e respostas representativas de um universo, e não meramente individuais (Babbie, 2001). Também como Inglehart, utilizamos a base de dados do World Values Survey - WVS. Este, como mencionado, é um dos mais importantes programas de pesquisa internacional, aplicando questionários periodicamente em diversas sociedades e buscando compreender seus valores e atitudes no que diz respeito à política, religião, cultura e economia. Os questionários são aplicados a cada 5 anos, em ondas que agregam novas informações ao banco. Aqui utilizamos os resultados mais recentes, referentes à sétima onda, que aconteceu entre os anos de 2017 e 2022.

Para que todos tenham a mesma chance de serem selecionados para participar do survey, o WVS utiliza amostras probabilísticas sobre populações com idade igual ou superior a 18 anos. Em casos de impedimentos, o WVS permite também a utilização de amostras representativas aleatórias baseadas em seleção estratificada, dividindo a população em subgrupos selecionados com base em sua proporção dentro do grupo em questão. Depois, através de amostragem aleatória simples, são selecionados membros dentro de cada subgrupo. E, apesar de permitir o debate e implementação de certas modificações por país, o modelo de amostra do WVS-7 deve seguir certos critérios básicos: os surveys devem cobrir todos os residentes maiores de 18 anos do país, o limite inferior de idade pode ser modificado contanto que o tamanho mínimo da amostra para a população maior de 18 anos seja alcançada; a amostra obtida deve ser representativa da população total. Em relação ao tamanho da amostra, países com menos de 2 milhões de habitantes podem utilizar uma amostra com 1000 respondentes. Já aqueles com

populações mais robustas, o projeto exige ao menos 1500 respondentes.

Em 2020, o WWSA divulgou as primeiras informações sobre a sétima onda. Até aquele momento, o survey englobava 77 países e sociedades ao redor do globo. Além disso, 129.000 pessoas foram entrevistadas e vários novos territórios passaram a fazer parte da pesquisa. De acordo com o relatório, todos os países participantes utilizaram amostragem aleatória e representativa cujo tamanho variou entre 1000 e 3200 respondentes. No caso brasileiro, o trabalho de campo aconteceu entre maio e junho de 2018. A população-alvo foram os residentes maiores de 16 anos e a amostra-alvo contava com 2000 elementos. Com exceção de bairros muito perigosos e áreas remotas de difícil acesso (totalizando menos de 0,05%), todo o país foi incluído no processo. No primeiro estágio de amostragem, através das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram selecionadas aleatoriamente 200 porções do território, sendo estas as unidades primárias da amostra. Para tal, o procedimento utilizado foi o modelo de probabilidade proporcional. Assim, todas as áreas urbanas e rurais possuíam a mesma chance de serem selecionadas considerando sua extensão. Em um segundo momento, foram selecionadas moradias dentro de cada porção, partindo de um ponto aleatório como ruas ou avenidas. O entrevistador selecionou aleatoriamente uma residência em $x/10$, onde x representa o número de residências da porção. Por fim, a pessoa selecionada para responder ao questionário era aquela cujo aniversário fosse o próximo em relação a data da primeira visita de sucesso. O número total de endereços iniciais era 2000. Em 80 casos não foi possível estabelecer contato nos endereços selecionados e em 158 houve recusa. Por fim, foram realizadas 1762 entrevistas produtivas, isto é, plenamente aplicadas.

2.2. Variáveis e técnicas de pesquisa

Nesta pesquisa, tivemos como objetivo compreender o impacto dos valores pós-materialistas sobre as atitudes democráticas dos brasileiros. Além disso, também buscamos analisar como essa relação acontece em diferentes contextos regionais e entre gerações distintas. Para tal, nossa variável dependente, ou seja, aquilo que buscamos explicar, foram as atitudes democráticas. A principal variável independente, a que explica, são os valores pós-materialistas. Temos também duas variáveis intervenientes, isto é, que se relacionam e moldam o efeito da principal variável independente, são elas: a região e as gerações. Além destas, também utilizamos variáveis de controle, para garantir que as relações observadas não fossem meramente espúrias, isto é, influenciadas por aspectos terceiros não observados (Kellstedt e Whitten, 2015). Neste caso, utilizamos variáveis sociodemográficas e econômicas como sexo, renda, escolaridade, raça,

moradia e região urbana ou rural, bem como variáveis individuais, como o interesse por política, o auto posicionamento ideológico e o capital social.

As análises foram realizadas por meio de técnicas descritivas, análises inferenciais e modelos de regressão multivariada de dados. As análises descritivas consistem, basicamente, em frequências simples das variáveis, tanto em termos absolutos (números totais) quanto relativos (percentuais). Nesta etapa, encontramos quantos brasileiros são ou não pós-materialistas, quantos possuem atitudes de apoio ao regime democrático, bem como os percentuais das variáveis relacionadas ao status socioeconômico e individual dos respondentes. Em seguida, testes de inferência foram realizados para observar a existência da relação entre duas variáveis, no caso das variáveis de região e faixas geracionais.

Os testes inferenciais simples, no entanto, têm uma grave limitação: os efeitos espúrios. Segundo Kellstedt e Whitten (2015, p. 152), quando se observa a relação entre duas variáveis apenas, “não se sabe ao certo se uma terceira variável não observada pode estar afetando o efeito das duas primeiras”. Nesse caso, atribuímos um efeito causal onde ele não existe. Para minimizar esse problema (embora ele só seja solucionado completamente em pesquisas experimentais), é necessário adicionar controles estatísticos ao modelo, ou seja, possíveis variáveis que possam influenciar a relação entre a variável dependente e independente. A técnica adequada nesse caso, é a regressão multivariada, podendo ser uma regressão linear (para variáveis dependentes contínuas) ou logísticas (para variáveis dependentes binárias).

Vale destacar que os modelos de regressão também foram utilizados, tanto por Inglehart (1977), Inglehart e Welzel (2006), quanto por Ribeiro (2008). Trata-se, portanto, da técnica mais adequada quando se trabalha com a metodologia survey. Para construção do indicador de pós-materialismo, seguimos o mesmo procedimento realizado por Ribeiro (2008), que é, basicamente, o mesmo utilizado também por Inglehart e Welzel (2006). Para a elaboração das variáveis de atitudes democráticas, nos baseamos nas pesquisas de Fuks, Casalecchi, Quaresma e David (2016) e Casalecchi (2016), que levam em consideração tanto as perguntas de apoio direto à democracia, como também perguntas relacionadas aos “princípios subjacentes” à democracia, como, por exemplo, a tolerância às minorias e à oposição, a participação política não convencional, o respeito às normas, aos Direitos Humanos e ao Estado de Direito.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

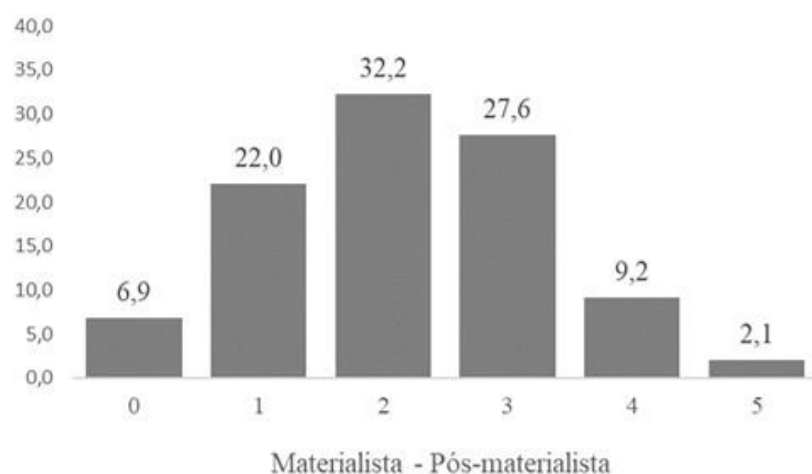
Inglehart previu que uma importante transformação estaria em curso. A ideia central afirma que, conforme diferentes sociedades apresentam características pós-industriais, há uma inclinação cada vez mais forte em relação a valores pós-materialistas, deixando para trás preocupações materialistas. Assim, o autor desenvolveu não só o conceito de pós-materialismo, mas também um índice para definir a presença desses valores entre as pessoas.

Com a aplicação dos questionários do WVS foi possível estabelecer uma bateria de questões capaz de medir quais as prioridades dos respondentes em relação ao seu país e governo. Assim, os entrevistados devem selecionar alguns objetivos em ordem de prioridade: qual consideram mais importante e qual seria o segundo mais importante. As respostas, então, podem demonstrar maior ou menor inclinação para um ou outro extremo do índice (visto que cada prioridade se relaciona com uma postura mais materialista ou pós-materialista).

As questões giram em torno de preocupações econômicas, de defesa da ordem, participação política, combate aos impostos, liberdade de expressão, combate à criminalidade, entre outras. No questionário aplicado ao Brasil, foram apresentados 3 conjuntos de questões, com 4 afirmativas em cada um. Assim, por exemplo, em um dos conjuntos o respondente deveria apontar suas duas maiores prioridades entre “uma economia estável”, “progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal”, “progresso em direção a uma sociedade na qual as ideias têm mais valor que o dinheiro” e “combate à criminalidade”. De acordo com as respostas, foi possível estabelecer o índice – o índice de pós-materialismo – que varia de 0 (mais materialista) à 5 (mais pós-materialista).

O caso brasileiro, apresentado no gráfico 1, mostra poucos materialistas e poucos pós-materialistas nas extremidades. Com uma curva normal, é possível afirmar que a média é intermediária: a maioria dos casos estão concentrados no centro do gráfico, não indicando uma inclinação forte para nenhum dos extremos. Contudo, é possível encontrar uma tendência mais materialista na população brasileira, visto que os itens 0, 1 e 2 (mais próximos aos valores materialistas) concentram mais da metade do total de entrevistados, com 61,1%. Também é interessante notar que há mais pessoas no item 0 do que no item 5.

Gráfico 1 - Índice de pós-materialismo no Brasil

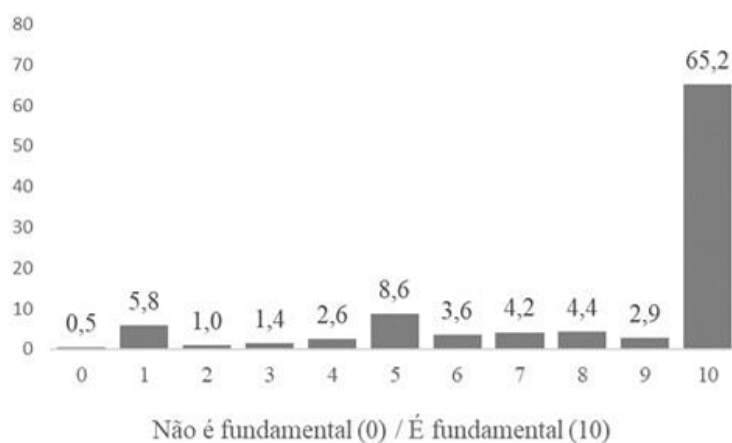


Fonte: Autora, a partir do WVS

Já no caso do gráfico 2, é possível observar uma tendência clara: a maioria dos brasileiros afirma que uma característica fundamental da democracia é a existência de eleições em que o povo possa escolher seus representantes; ou seja, que sejam livres. Mais da metade dos respondentes (65,2%) estão concentrados no último item da escala, enquanto os demais encontram-se diluídos entre os outros itens, todos com porcentagem baixas.

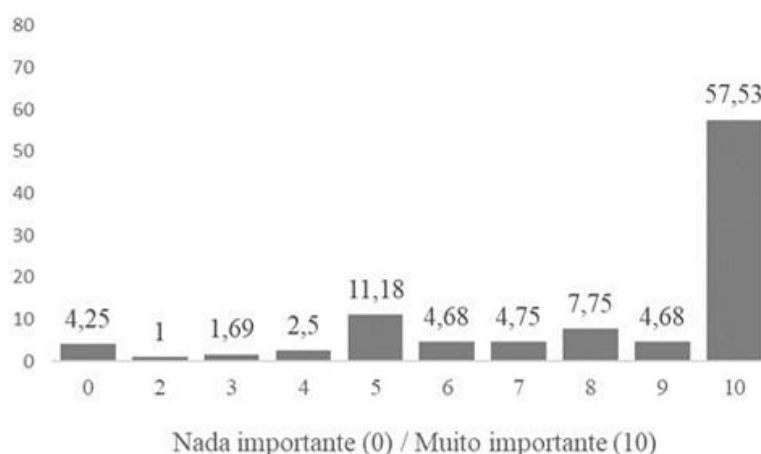
O gráfico 3 apresenta a mesma distribuição: a maioria dos brasileiros afirma ser “totalmente importante” que vivamos em um país governado de maneira democrática (57,53%). Assim como a tendência observada no gráfico 2, aqui os entrevistados demonstraram alto índice de apoio formal ao regime. Também é possível notar em ambos uma pequena porcentagem de respondentes concentrados no meio dos gráficos (item 5).

Gráfico 2 - Importância de eleições livres no Brasil



Fonte: Autora, a partir do WVS

Gráfico 3 - Importância de se viver em uma democracia no Brasil



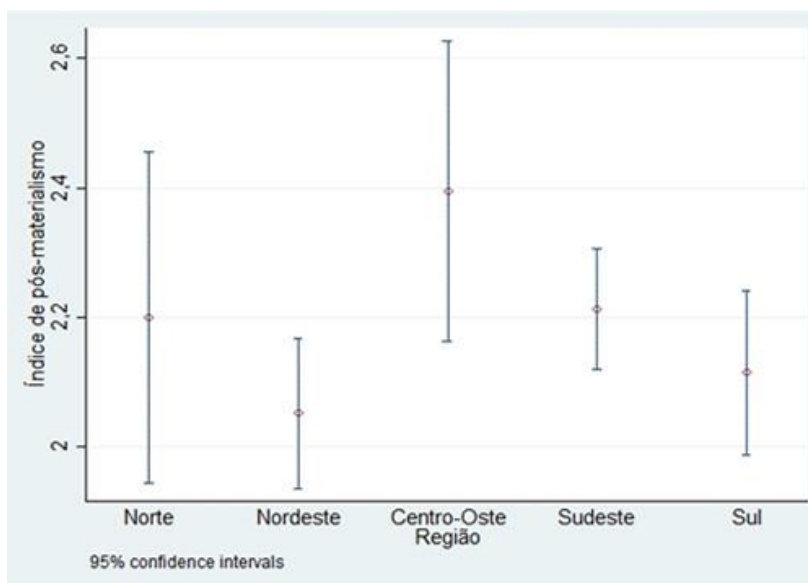
Fonte: Autora, a partir do WVS

Além de mapear o índice de pós-materialismo e os valores democráticos no Brasil, queremos entender como eles são distribuídos em torno de clivagens populacionais, particularmente as regiões do país e as faixas etárias (gerações).

Nos gráficos abaixo apresentamos as médias dos indicadores com suas respectivas margens de erro. As estimativas por intervalos apresentam um limite inferior e um superior em torno da média amostral. Entre estes, é possível encontrar o valor real do parâmetro.

No gráfico 4, utilizando este instrumento, é possível traçar algumas conclusões. Pode se apontar uma diferença entre Nordeste e Centro-Oeste, com este último apresentando maior nível de pós-materialismo do que o primeiro. Também é possível afirmar que o Nordeste é mais materialista do que o Sudeste, havendo pouca sobreposição de intervalos. É importante frisar, contudo, que os intervalos representados pelas regiões Norte e Centro-Oeste são amplos, indicando menor precisão do que aqueles referentes aos demais estados.

Gráfico 4 - Índice de pós-materialismo por região

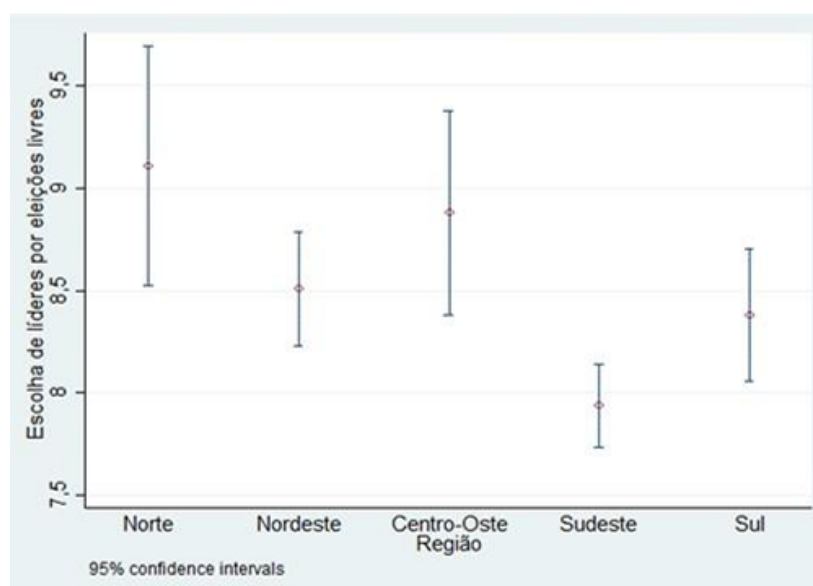


Fonte: Autora, a partir do WVS

O gráfico 5, por sua vez, mostra que a região Sudeste é aquela que atribui menor importância à escolha de líderes por eleições livres. Além disso, é bastante significativa estatisticamente, visto que seu intervalo é curto e não coincide com o de nenhuma outra região, apenas minimamente em relação à região Sul. Já entre Norte e Centro-Oeste, há uma sobreposição quase completa, com suas médias flutuando dentro de uma ampla margem de erro. Nordeste e Sul, apesar de maior confiabilidade, apresentam comportamento similar.

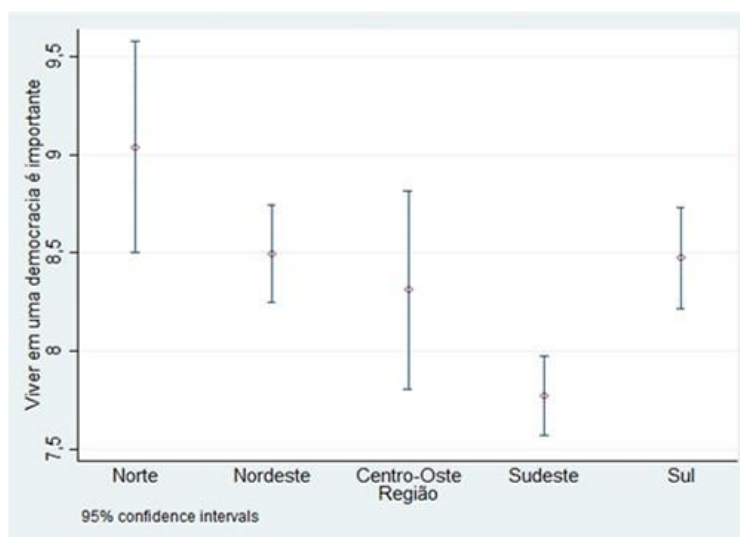
Por fim, em nossa última análise sobre as regiões, o gráfico 6 apresenta a importância dada pelos brasileiros ao fato de vivermos ou não em um regime democrático. Aqui, Sul e Nordeste apresentam as médias mais próximas, com intervalos relativamente pequenos. O Sudeste, assim como no gráfico 5, demonstra os valores mais baixos em relação aos demais. Também é a região com o intervalo de maior confiança estatística.

Gráfico 5 - Importância de eleições livres por região



Fonte: Autora, a partir do WVS

Gráfico 6 - Importância de se viver em uma democracia por região

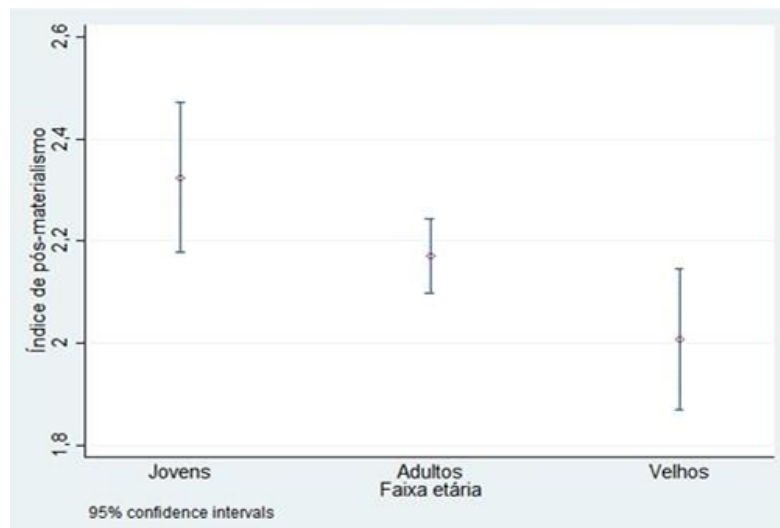


Fonte: Autora, a partir do WVS

Já no gráfico 7, é possível notar tendências mais precisas e claras acerca do índice de pós-materialismo entre as diferentes faixas etárias. A análise deixa evidente que os jovens são mais pós-materialistas do que os velhos, sem sobreposição de intervalos e indo de encontro com as previsões de Inglehart. Os adultos apresentam valores intermediários, com possibilidade de

encontro com os valores que representam jovens e velhos.

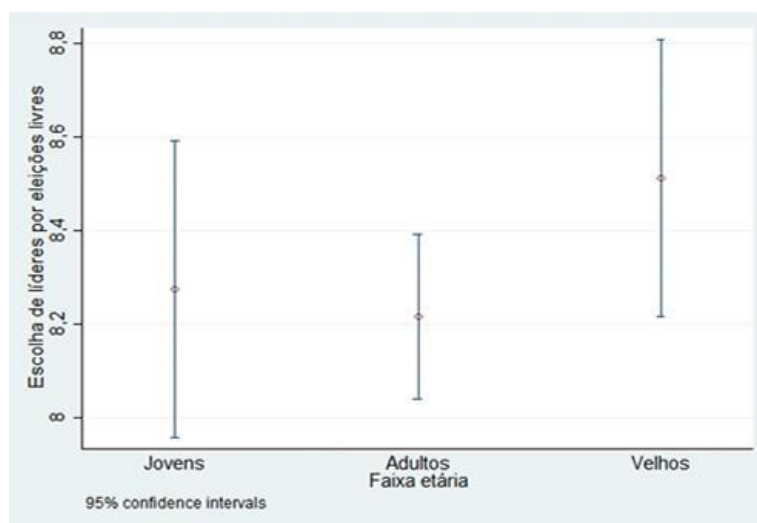
Gráfico 7 - Índice de pós-materialismo por faixa etária



Fonte: Autora, a partir do WVS

No gráfico 8 encontramos amplos intervalos novamente. Há grande sobreposição entre todas as faixas etárias, apesar de os velhos atribuírem uma importância possivelmente maior às eleições livres do que os demais. Adultos e jovens, por sua vez, apresentam oscilações muito próximas. É interessante lembrar que Inglehart (2009) previu que os jovens, conforme se aproximassem de valores pós-materialistas, optariam por alternativas mais ativas de participação e representação política, como no caso de manifestações, abaixo-assinados e boicotes. Ao passo que os mais velhos se manteriam mais fiéis às formas convencionais de participação, como no caso das eleições. Esta análise, no entanto, foge ao escopo desta pesquisa.

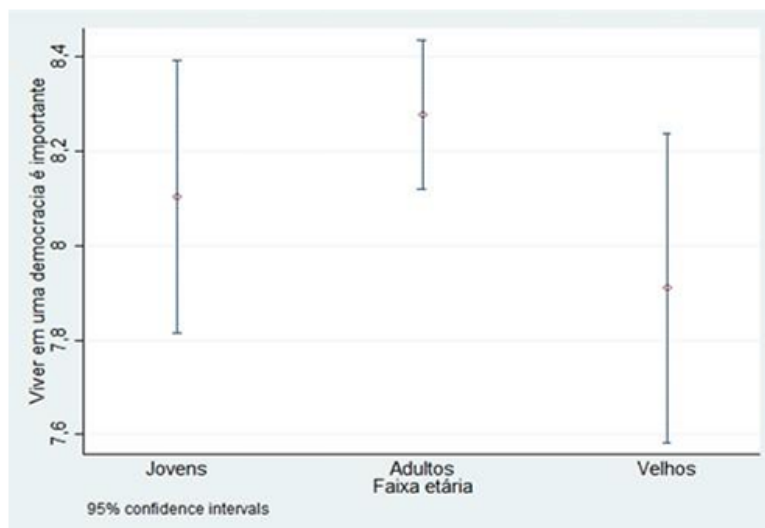
Gráfico 8 - Importância de eleições livres por faixa etária



Fonte: Autora, a partir do WVS

Por fim, o gráfico 9 representa a importância atribuída pelos brasileiros, de acordo com a faixa etária, à opção democrática. Aqui, novamente, a comparação entre jovens e adultos não é significativa estatisticamente. Contudo, é possível apontar maior preferência dos jovens e adultos pelo regime do que os velhos, que relativamente apresentam os valores mais baixos.

Gráfico 9 - Importância de se viver em uma democracia por faixa etária



Fonte: Autora, a partir do WVS

Os testes realizados até aqui são inferências simples, bivariadas. Esses testes, no entanto, podem sofrer do problema da correlação espúria. Isto porque existem variáveis que não são consideradas no modelo que podem estar impactando as que são consideradas. Por exemplo, encontramos um efeito relativo ao Nordeste. Porém, existem variáveis que podem afetar tanto o

Nordeste quanto o índice de pós-materialismo, como no caso da renda. Para termos certeza de que é a região que está associada ao pós-materialismo e não a renda, temos que considerar todas as variáveis em um modelo estatístico único. Essa é a função da regressão.

Para variáveis contínuas e com distribuição normal, como é o caso do índice de pós-materialismo, podemos utilizar a regressão linear, também chamada de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A tabela 1, abaixo, apresenta a regressão e comprova que um adulto é menos (-0,26) pós-materialista do que um jovem. De maneira similar, um velho é menos (-0,36) pós-materialista do que um jovem. Ambos apresentam significância estatística, com $p < 0,001$. Além disso, quem vive no Centro-Oeste é mais (0,34) pós-materialista do que quem vive no Nordeste. Quem vive no Sudeste também é mais (0,14) pós-materialista do que quem vive no Nordeste. Apesar de ambos apresentarem significância estatística, o Sudeste se encontra no limite, com $p > 0,07$. Além destas variáveis, também vale ressaltar que quanto maior a escolaridade e o interesse por política, maior o índice de pós-materialismo.

Tabela 1 - Regressão linear. Determinantes do pós-materialismo

	Beta	Erro Padrão	Significância
Jovens	Ref.	Ref.	Ref.
Adultos	-0,261	0,088	0,003
Velhos	-0,362	0,110	0,001
Nordeste	Ref.	Ref.	Ref.
Norte	0,173	0,156	0,269
Centro-oeste	0,347	0,128	0,007
Sudeste	0,141	0,078	0,070
Sul	0,042	0,093	0,650
Cidade pequena	Ref.	Ref.	Ref.
Cidade média	-0,391	0,133	0,003
Cidade grande	-0,137	0,129	0,289
Metrópole	-0,105	0,126	0,405
Homem	-0,087	0,062	0,162
Baixa renda	Ref.	Ref.	Ref.
Média renda	-0,029	0,066	0,664
Alta renda	-0,160	0,138	0,244
Até Ens. Fund.	Ref.	Ref.	Ref.
Até Ens. Médio	0,128	0,071	0,072
Superior ou mais	0,387	0,095	0,000
Católico	Ref.	Ref.	Ref.
Evangélico	-0,086	0,073	0,241
Sem religião	-0,045	0,087	0,605
Outras religiões	-0,053	0,132	0,686
Interessado por política	0,276	0,064	0,000
Constante	2,350	0,161	0,000

Fonte: Autora, a partir do WVS. N = 1.319. R2 Ajustado = 0,07

A Tabela 2 e a Tabela 3 apresentam os resultados de uma regressão logística. Optamos por utilizar esse modelo porque as variáveis de importância da democracia e das eleições não possuíam uma distribuição normal dos dados, inviabilizando a regressão linear. Nesse sentido, transformamos as variáveis em binárias separando quem respondeu de 0 a 9 = democracia/eleições não são tão importantes e 10 = democracia/eleições são importantes. Trata-se de um corte “rigoroso” que só considera quem atribuiu a nota máxima. Essa opção, no entanto, se justifica, pois a maioria dos brasileiros atribuiu a nota máxima às duas perguntas.

De maneira geral, os resultados confirmam as relações encontradas anteriormente. Não encontramos qualquer relação entre as faixas etárias e a percepção de importância das eleições para a democracia. No que tange a importância da democracia, os adultos têm 35% a mais de

chance de considerar que é importante viver em uma democracia do que os jovens ($p < 0,05$). A região Centro-Oeste tem mais chances de considerar as eleições importantes do que a região Nordeste, ao passo que o Sudeste tem menos chances do que o Nordeste. O Sudeste também tem menos chance que o Nordeste de considerar importante a vida em uma democracia.

Tabela 2 - Regressão logística. Determinantes da importância das eleições

	Razão de Chance	Erro Padrão	Significância
Jovens	Ref.	Ref.	Ref.
Adultos	0,992	0,161	0,962
Velhos	1,208	0,246	0,354
Nordeste	Ref.	Ref.	Ref.
Norte	1,876	0,672	0,079
Centro-oeste	2,066	0,598	0,012
Sudeste	0,504	0,074	0,000
Sul	0,847	0,152	0,357
Cidade pequena	Ref.	Ref.	Ref.
Cidade média	0,575	0,146	0,029
Cidade grande	0,859	0,213	0,540
Metrópole	0,717	0,172	0,166
Homem	0,983	0,113	0,882
Baixa renda	Ref.	Ref.	Ref.
Média renda	0,683	0,085	0,002
Alta renda	0,386	0,095	0,000
Até Ens. Fund.	Ref.	Ref.	Ref.
Até Ens. Médio	0,970	0,126	0,815
Superior ou mais	1,374	0,250	0,081
Católico	Ref.	Ref.	Ref.
Evangélico	0,798	0,108	0,095
Sem religião	1,155	0,192	0,387
Outras religiões	0,968	0,225	0,889
Interessado por política	1,023	0,122	0,850
Constante	4,395	1,373	0,000

Fonte: Autora, a partir do WVS. N= 1470.

Tabela 3 - Regressão logística. Determinantes da importância da democracia

	Razão de Chance	Erro Padrão	Significância
Jovens	Ref.	Ref.	Ref.
Adultos	1,357	0,209	0,048
Velhos	1,318	0,256	0,155
Nordeste	Ref.	Ref.	Ref.
Norte	1,987	0,652	0,037
Centro-oeste	0,966	0,229	0,886
Sudeste	0,603	0,084	0,000
Sul	0,730	0,124	0,064
Cidade pequena	Ref.	Ref.	Ref.
Cidade média	0,735	0,170	0,182
Cidade grande	1,026	0,231	0,909
Metrópole	0,903	0,197	0,640
Homem	1,036	0,115	0,746
Baixa renda	Ref.	Ref.	Ref.
Média renda	0,699	0,083	0,002
Alta renda	0,764	0,186	0,269
Até Ens. Fund.	Ref.	Ref.	Ref.
Até Ens. Médio	1,152	0,144	0,256
Superior ou mais	1,995	0,349	0,000
Católico	Ref.	Ref.	Ref.
Evangélico	1,050	0,136	0,708
Sem religião	1,386	0,220	0,040
Outras religiões	1,655	0,384	0,030
Interessado por política	1,163	0,133	0,184
Constante	1,311	0,370	0,338

Fonte: Autora, a partir do WVS. N = 1.471.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ronald Inglehart fez parte de uma onda de pesquisadores e estudiosos que trouxe uma nova discussão sobre a ideia de desenvolvimento no mundo. Antes atrelada apenas à realidade econômica de cada país, com o PIB sendo o principal indicador, a percepção sobre bem-estar passou a contar com novas dimensões. A noção economicista deu lugar a um olhar mais humano, envolvendo indicadores importantes como acesso à educação e saúde e a conquista de direitos civis, políticos e sociais. Neste contexto, contribuindo também para o campo da cultura política, Inglehart trouxe à tona a ideia de desenvolvimento humano: quando sociedades ao redor do mundo experienciam crescentes índices de segurança material, maior acesso à educação e informação e podem, então, ampliar o escopo de sua autonomia e escolha, então os valores destas sociedades se transformam. De preocupações materiais ligadas à sobrevivência física, os indivíduos passariam a se preocupar com questões relacionadas à autoexpressão, ampliação de direitos, meio ambiente etc. De acordo com Inglehart, a consequência política deste movimento seria a escolha e o apoio real ao regime democrático, pois este seria o mais adequado para a defesa e manutenção das aspirações pós-materialistas.

Seguindo o caminho trilhado por Inglehart e outros colaboradores, e munidos dos dados disponibilizados pelo World Values Survey, autores como Ednaldo Ribeiro deram o pontapé inicial para que esta nova teoria do desenvolvimento humano fosse testada em contextos nacionais específicos, como no caso do Brasil. Ribeiro, com os dados referentes aos anos 90 da aplicação do WVS no país, encontrou um movimento ainda tímido dos brasileiros na direção de uma sociedade mais pós-materialista e de valores democráticos.

Nesta pesquisa, buscamos não só atualizar alguns achados de Ribeiro, mas também focar em recortes importantes para a teoria de Inglehart. Com a análise dos dados referentes às regiões brasileiras e as diferentes faixas etárias, foi possível dar continuidade ao trabalho deste campo. Em suma, não foi possível encontrar grande significância estatística nos dados referentes às regiões. Apesar de diferenças sutis entre algumas, houve médias muito próximas entre regiões com níveis socioeconômicos distintos. Tal achado parece ir na contramão do que foi teorizado por Inglehart. Para o autor, diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico significam que diferentes grupos teriam vivido seus anos de socialização política em contextos distintos. Assim, cada contexto e nível de modernização implicaria em diferentes níveis de segurança física e material, influenciando a maneira como as pessoas aderem a valores materialistas ou pós-materialistas. O presente trabalho não encontrou significância entre as diferentes regiões do país, marcadas por níveis socioeconômicos muito distintos.

A análise das faixas etárias parece mais próxima da tendência apontada pela teoria. Foi possível notar um recorte geracional importante em relação a presença ou não de valores pós-materialistas. Os jovens, assim como afirmado por Inglehart, ao viverem períodos de maior segurança material (fruto, provavelmente, das mudanças políticas, sociais e econômicas que vivenciamos nos últimos tempos no Brasil), foram socializados de maneira distinta das gerações anteriores. Com a ampliação do acesso à educação e informação, maiores índices de urbanização e menos insegurança em relação à sua sobrevivência física, os jovens e adultos respondentes da onda 7 do WVS voltaram sua atenção às questões mais ligadas à autoexpressão. É possível notar, então, uma tendência de substituição geracional no Brasil, com a transformação dos valores de nossa sociedade à medida que novas coortes assumem posições menos materialistas e mais preocupadas com o meio ambiente, a ampliação e manutenção de direitos e a crescente autonomia humana, ou seja, valores pós-materialistas.

Além disso, jovens e adultos deram mais importância de se viver em uma democracia do que os velhos. Tal postura vai na direção prevista por Inglehart, de que o distanciamento em relação aos valores materialistas resultaria em maior apreço pela alternativa democrática, visto que o regime em questão seria o mais adequado para garantir a concretização das prioridades que se formam com o processo de desenvolvimento humano. No entanto, os mais velhos demonstraram maior apreço pelas eleições livres, aspecto este essencial para a democracia, como mencionado por Dahl.

Por fim, é importante frisar que a Pesquisa Mundial de Valores e os estudos iniciados por Inglehart e testados nacionalmente por autores como Ribeiro precisam de constante atualização. É essencial que pesquisadores de diferentes partes do mundo possam aplicar os conhecimentos já existentes e acrescentar novas descobertas ao rico campo da cultura política, dando continuidade e demonstrando os pontos fortes e/ou as limitações da teoria.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G. A discipline divided: schools and sects in political science. Newbury Park: Sage, 1990.
- ALMOND, G. "The intellectual history of the civic culture concept." In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.). The civic culture revisited. Newbury Park: Sage, 1989.
- AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: Uma análise da crise de 2013-2018. *Novos São Paulo*, n. 2, p.273-289, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/c3T5mk68ngn7PQ5chVkbhrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. 1. ed.: Editora UFMG, 1999.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G.; GONÇALVES, G.; DAVID, F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s. l.], 28 jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/4gpFcKSDsMVXg9JjHYZw3Cg/?lang=pt>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- GODEFROIDT, A. How Terrorism Does (and Does Not) Affect Citizens' Political Attitudes: A Meta-Analysis. *American Journal of Political Science*, [s. l.], 19 jan. 2022. DOI <https://doi.org/10.1111/ajps.12692>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajps.12692>. Acesso em: 2 dez. 2022.
- IBGE. Canais IBGE. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19638&catid=2850#:~:text=O%20Brasil%20é%20um%20dos,Canadá%2C%20Estados%20Unidos%20e%20China. Acesso em: 2 dez. 2022.
- INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 1, 1, p. 9–67, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640907>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. Modernização, mudança cultural e democracia: A sequência do desenvolvimento humano. 1. ed. [S. l.]: Francis, 2009.
- KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política. Edgard Blucher, 2016.
- LANGSÆTHER P.; EVANS G.; O'GRADY T. (2021). Explaining the Relationship Between Class Position and Political Preferences: A Long-Term Panel Analysis of Intra Generational Class Mobility. *British Journal of Political Science* 1–10. <https://doi.org/10.1017/S0007123420000599>. Acesso em: 2 dez. 2022.
- LEVITSKY, S; ZIBLAT, D. Como as democracias morrem. 1. ed.: Zahar, 2018.
- LIMA, M. E. O. et al. Materialist and Post-Materialist Concerns and the Wish for a Strong Leader in 27 Countries. *Journal of Social and Political Psychology*, [s. l.], 2021. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/48243/1/ICS_RCLOpes_Materialist.pdf. Acesso em: 4 dez. 2021.

PAULINO, R. Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 89. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8BN3G/1/disserta_o_rafael_oliveira.pdf. Acesso em: 8 nov. 2021.

PNUD. IDHM UF 2010 | PNUD Brasil, 2021. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf2010.html>. Acesso em: 2 dez. 2022.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, p. 7192, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-45/486-teoria-dacultura-politica-vicios-e-virtudes/file>. Acesso em: 8 nov. 2021.

RIBEIRO, E. Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Sociologia. Curitiba, p. 300. 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/17740/Valores%20Pós-materialistas%20e%20Cultura%20Política%20no%20Brasil%20Ednaldo%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SELIGSON, M. A. The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy?. *Comparative Politics*, [s. l.], 1 abr. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4146954?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

SIMÕES; ALKMIM; SANTOS (2017). Passado, Presente e futuro da produção e análise dos Indicadores Sociais no IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022.

WVS. WVS Database, 2020. Programa internacional de pesquisa. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em WVS Database e pode ser acessado em <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.

CAPÍTULO 8

ATUALIDADE DO CONCEITO DE AÇÃO EM ARENDT E O NEOSSUJEITO: APROXIMAÇÕES COM O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Lucas Romano López¹

ORCID: 0000-0002-7361-0067

Email: lksftw@gmail.com

Doutorando UFSCAR PPG/Pol, São Carlos, São Paulo, Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6839736719525300>

Resumo: Este artigo visa relacionar os conceitos da Vita Activa de Arendt (labor, trabalho e ação) com o conceito de neossujeito desenvolvido por Dardot e Laval. Esperamos que para isso, seja necessário um esforço de interpretação no que diz respeito às fases do capitalismo em que as obras foram escritas, apesar de Arendt não ter escrito na fase do neoliberalismo entendemos que seus conceitos são muito úteis para se fazer uma crítica ao neoliberalismo, assim como os conceitos desenvolvidos por Dardot e Laval. Do ponto de vista teórico, buscamos aproximar o conceito de ação em Arendt com o conceito de participação popular (sem intermédio de instituições), para assim, fazer uma crítica ao momento atual de desenvolvimento do capitalismo. A primazia da concorrência tem impactos significativos para o neossujeito (como mostram os autores franceses), resta saber até que ponto essa primazia tem impactos para as categorias pensadas por Arendt e para o conceito de ação como um todo.

Palavras-chave: Ação, Participação, Neossujeito, neoliberalismo. Democracia.

CURRENT RELEVANCE OF THE CONCEPT OF ACTION IN ARENDT AND THE NEW SUBJECT: APPROACHES TO THE CONCEPT OF POPULAR PARTICIPATION.

ABSTRACT:

This article aims to relate the concepts of Arendt's Vita Activa (labor, work and action) with the concept of neo-subject developed by Dardot and Laval. We hope that this will require an effort of interpretation regarding the phases of capitalism in which the works were written. Although Arendt did not write in the neoliberal phase, we understand that

¹Graduado e Mestre em Políticas Públicas pela UFABC, atualmente doutorando na UFSCar no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e membro do grupo de pesquisa VOX coordenado pelo Prof. Dr. Gabriel Avila Casalecchi. Interesse por temas como Teoria Democrática, Valores Democráticos, Participação Política, Ativismo, Opinião Pública e investigações quantitativas sobre adesão à democracia.

her concepts are very useful for criticizing neoliberalism, as are the concepts developed by Dardot and Laval. From a theoretical point of view, we seek to approximate Arendt's concept of action with the concept of popular participation (without the intermediation of institutions), in order to criticize the current moment of development of capitalism. The primacy of competition has significant impacts on the neo-subject (as shown by the French authors); it remains to be seen to what extent this primacy has an impact on the categories conceived by Arendt and on the concept of action as a whole.

Keywords: Action, Participation, Neo-subject, Neoliberalism, Democracy

Introdução

O presente artigo é teórico-conceitual e a pergunta que o orienta é a seguinte: seria a participação política o último resquício da Ação Arendtiana? Como a ação se dá no capitalismo atual? O Neossujeito se relaciona com a ação? Essas perguntas são de difícil resposta, porém, esperamos que possam ser elucidadas ao longo do artigo e da abordagem escolhida. Para compreendermos o pensamento de Hannah Arendt devemos nos ater às questões específicas que a motivaram a escrever sobre as três atividades humanas fundamentais (a saber: labor, trabalho e ação) e a retomar o ideal antigo de que há uma hierarquia dessas atividades. Porém, a inovação (ou o ineditismo) do pensamento de Arendt está relacionado com o fato de a autora inverter a ordem hierárquica dessas atividades e excluir uma delas (a contemplação). Se antes, na Idade Média, a contemplação era vista como a principal e mais virtuosa atividade humana, em Arendt, ela não faz mais sentido de ser classificada dessa maneira e inclusive, ser vista como atividade digna de menção na modernidade. Inicialmente, Arendt propõe olharmos para hierarquia da seguinte forma:

1ª atividade: ação

2ª atividade: trabalho

3ª atividade: labor

Porém, devido às características da Era Moderna e os três eventos que contribuíram para a alienação do mundo (a saber: a descoberta da América, a Reforma e a invenção do telescópio), a ordem hierárquica das categorias ação e labor se inverteram, constituindo o que Arendt chama de “vitória do animal laborans”. Nesse contexto, a primazia da necessidade sobre a liberdade é uma realidade e, a atividade eminentemente política (a ação) passa a ter local de destaque negativo dentro da hierarquia. Para Arendt isso não surpreende por conta do advento do capitalismo e da instrumentalização econômica (e a glorificação do labor enquanto trabalho para as necessidades básicas), dessa forma a autora se mostra crítica em relação a primazia do econômico sobre o político e abre um intenso debate sobre o significado de pressupostos econômicos no sujeito, debate este, retomado de forma sólida em Dardot e Laval (2018), mas dessa vez olhando para o neoliberalismo e seu pressuposto fundador: a concorrência.

A “descoberta” do ponto de vista arquimediano e o advento da dúvida cartesiana tem impactos profundos na chamada alienação do mundo. Sobre o ponto de vista arquimediano Arendt (2007, página 270-271) considera:

Além disso, a novidade da descoberta de Galileu foi deslustrada por sua íntima relação com antecedentes e precursores. Não apenas as especulações filosóficas de Nicolau de Cusa e de Giordano Bruno, mas a imaginação de astrônomos como Copérnico e Kepler, inspirados na matemática, haviam posto em dúvida a noção de um universo finito e geocêntrico que os homens conservavam desde os tempos mais remotos. Os filósofos, e não Galileu, foram os primeiros a abolir a dicotomia entre a Terra e o céu que a cobria, promovendo-a, como eles pensavam, à categoria de estrela nobre e dando-lhe um lugar num universo eterno e infinito. E ao que tudo indica, os filósofos não precisavam de um telescópio para afirmar que, ao contrário de toda a experiência dos sentidos, não era o Sol que se movia em torno da Terra, mas a Terra que girava em torno do Sol.

O que importa aqui é que o pensamento de Copérnico e Kepler só foi possível graças ao advento da dúvida cartesiana e ao uso do instrumento que revolucionou a ciência para sempre: o telescópio. O ponto de vista arquimediano refere-se à possibilidade de se estabelecer critérios racionais, parâmetros. Do ponto de vista da Teoria da Ciência, o telescópio propiciou o estabelecimento de tais critérios, juntamente com o racionalismo dos filósofos que duvidou da experiência dos sentidos e postulou a possibilidade de a Terra girar em torno do Sol. A relação entre racionalismo e empirismo não é objeto desta pesquisa, essa passagem serve apenas para ilustrar o ponto de vista arquimediano no pensamento de Arendt, o advento da dúvida cartesiana e suas contribuições para o que a autora chama de alienação do mundo.

De acordo com Resende (2016 p.26) a perda do espaço privado no mundo juntamente com a perda do espaço político determinada pela expropriação moderna e pela divisão da sociedade em classes sociais. A modernidade, ao associar riqueza com propriedade, torna incontornável a alienação do mundo da maior parte da população. Isso ocorre porque o labor torna-se urgente, questão de primeira ordem, fazendo com que a liberdade (a condição humana da ação) e a pluralidade se tornem um luxo.

A seguir vejamos em mais detalhe as três atividades fundamentais da *Vita Activa* para a autora:

Para Arendt (2007, p. 15):

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O processo do labor corresponde à própria vida e suas necessidades biológicas, Arendt retoma a clássica dicotomia entre liberdade versus necessidade. É estritamente necessário mencionar que o desprezo dos antigos pelo labor estava relacionado com sua associação à vida do escravo (como o próprio nome já diz, o escravo era o indivíduo que vivia pela necessidade biológica, “escravo da necessidade”). Arendt relaciona o labor com atividades que tenham como principal característica envolver a produção de insumos básicos de consumo como: pão, comida etc. A principal questão aqui é que esta produção não tem a durabilidade característica do trabalho (ou obra): a produção de um mundo de coisas duráveis.

Arendt (2007, p.98) diferencia labor e trabalho da seguinte forma:

Em outras palavras, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo contém, embora evitada de preconceito, a distinção mais fundamental entre trabalho e labor. Realmente, é típico de todo labor nada deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido. E, no entanto, esse esforço, a despeito de sua futilidade, decorre de enorme premência, motiva-o um impulso mais poderoso que qualquer outro, pois a própria vida depende dele.

A diferença fundamental entre labor e trabalho para Arendt está na questão da durabilidade do produto final dos dois processos: no primeiro não há durabilidade, já no segundo há durabilidade e a constituição de um mundo de coisas, além da constituição do artifício humano. Arendt (2007, p.105) é didática na relação entre labor e trabalho, sobretudo em sua diferença, vejamos:

Parece que a distinção entre labor e trabalho, que os nossos teóricos tão obstinadamente desprezaram e nossas línguas tão aferradamente conservaram, torna-se realmente apenas uma diferença de grau quando não se leva em conta o caráter da coisa produzida – sua localização, sua função, e a duração de sua permanência no mundo. A distinção entre um pão, cuja longevidade no mundo dificilmente ultrapassa um dia, e uma mesa, que pode facilmente sobreviver a gerações de convivas, é sem dúvida muito mais óbvia e decisiva que a diferença entre um padeiro e um carpinteiro.

O *homo faber* é visto então, como um artesão, um fabricante que produz objetos duráveis no mundo. Essa durabilidade não é absoluta, ao usar os objetos produzidos pelo *homo faber*, eles se desgastam e vão aos poucos perdendo sua durabilidade. Sobre a composição do artifício humano, Arendt (2007, p. 149) destaca:

O trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo – o *homo faber* que faz e literalmente trabalha sobre os materiais, em oposição ao *animal laborans* que labora e se mistura com eles – fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas são objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade, do valor de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana.

O *homo faber* produz coisas a partir de insumos pegos na natureza, os materiais que foram trabalhados são retirados da natureza num processo de violação e violência (conforme Arendt, 2007 p.152). O trabalho da fabricação é orientado por um modelo segundo o qual se constrói o objeto, esse modelo pode ser uma imagem mental do fabricante ou um esboço desenhado. Esse modelo não desaparece, ele orienta o trabalho para várias formas, essa multiplicação potencial difere da simples repetição que envolve o labor. É interessante notarmos que Arendt (2007, p. 157-158) fala da relação entre os dois sujeitos dentro de sua tipologia: *homo faber* e *animal laborans*, vejamos:

As frequentes queixas que ouvimos quanto à perversão de meios e fins na sociedade moderna, de homens que se tornam escravos das máquinas que eles mesmo inventaram e são adaptados às necessidades dessas máquinas, ao invés de usá-las como instrumentos para a satisfação das necessidades e carências humanas, têm suas raízes na situação fatual do labor. Nesta situação, na qual a produção consiste basicamente ao preparo para o consumo, a própria distinção entre meios e fins, tão típica das atividades do *homo faber*, simplesmente deixa de ter sentido, e portanto, os instrumentos que o *animal laborans* perdem o seu caráter instrumental assim que são usados por este último. Dentro do processo vital, do qual o labor permanece como parte integrante e ao qual jamais transcende, é ocioso fazer perguntas que pressupõem categorias de meios e fins.

A questão aqui é que o *homo faber* possui a capacidade de olhar para o mundo pela ótica dos meios e fins, ao passo que o *animal laborans* não consegue fazer o mesmo, ele fica fadado à uma vida de consumo sem qualquer tipo de questionamento (a analogia utilizada por Arendt ao se referir ao *animal laborans* é que ele vive assim como os animais domésticos). O *homo faber* utiliza os instrumentos para um fim específico: o produto. Durante o processo de trabalho, tudo é julgado em termos da adequação e serventia em relação ao fim desejado, e nada mais.

O *homo faber* tem a capacidade de criar uma morada para os homens mortais, Arendt (2007, p. 186-187) mostra que:

O mundo de coisas feito pelo homem, o artifício humano construído pelo *homo faber*, só se torna uma morada para os homens mortais, um lar cuja estabilidade

suportará e sobreviverá ao movimento continuamente mutável de suas vidas e ações, na medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para uso. A vida em seu sentido não biológico, o tempo que transcorre entre o nascimento e a morte do homem, manifesta-se na ação e no discurso, que têm em comum com a vida o fato de serem essencialmente fúteis.

O Conceito de Ação:

A ação e o discurso são consideradas as duas atividades essencialmente humanas e políticas por excelência, tem como particularidade a questão da revelação e da imprevisibilidade. Arendt (2007, p.191) entende que:

Se existe relação tão estreita entre ação e discurso é que o ato primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: Quem és? Esta revelação de quem alguém é está implícita tanto em suas palavras quanto em seus atos, contudo, a afinidade entre discurso e revelação é, obviamente, muito maior do que a afinidade entre ação e revelação, tal como a afinidade entre ação e início, é maior que a afinidade entre discurso e início, embora grande parte, senão a maioria, dos atos assumam forma de discurso. De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer, em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis.

Assim, a ação é vista como indissociável do discurso. O discurso tem seu papel fundamental na questão da revelação, na resposta a pergunta Quem és? Ao passo que a ação tem maiores relações com a ideia de início e imprevisibilidade. A ação e o discurso têm como principal característica a fluidez e a incerteza, elas ocorrem entre os homens e fazem com que eles compartilhem histórias e a teia de relações humanas, sobre esta questão Arendt (2007, p.195):

A ação e o discurso ocorrem entre os homens, na medida em que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente objetivo, voltado para o mundo de coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Estes interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que interessa, que está entre as pessoas e que, portanto, as relaciona e interliga. Quase sempre a ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, refere-se a alguma realidade mundana e objetiva. Como esta revelação do sujeito é parte integrante de todo intercurso, juntamente com os seus interesses, é revestida e, por assim dizer, sobrelevada por outra mediação inteiramente diferente, constituída de atos e palavras, cuja origem se deve unicamente ao fato de que os

homens agem e falam diretamente uns com os outros. Esta segunda mediação subjetiva não é tangível, pois não há objetos tangíveis em que se possa materializar: o processo de agir e falar não produz esse tipo de resultado. Mas, a despeito de toda sua intangibilidade, essa mediação é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a esta realidade o nome de teia de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade, de certo modo intangível.

O conceito de ação arendtiano é assaz importante quando pensamos em sua atualidade e relevância para a filosofia política, visto que a ideia arendtiana de que a ação é a atividade humana por excelência e sua relação com a política (o fato dos homens se reunirem para conversar, trocar experiências e terem desavenças de cunho “ideológico”) faz parte da experiência humana de vida em sociedade e a oposição é vista como algo natural da democracia (contrariando vertentes mais extremistas atuais). A autora se refere sempre à política aristotélica e por isso, a ação e o discurso são sempre associados: na Ágora grega todos os cidadãos tinham voz e oportunidade de interferir nos rumos da cidade (evidente que o conceito de “cidadão” aqui pode ser problematizado, mas não o faremos neste momento).

A teia de relações humanas pode ser vista em qualquer lugar onde os homens vivam juntos, os processos desencadeados pela ação podem ser imprevisíveis e não necessariamente atingir seus objetivos, mas é também por isso que a ação é real e produz histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. As histórias podem ser contadas, recontadas e registradas em documentos, fazendo com que virem objetos de uso. As histórias têm a capacidade de serem realidades vivas.

Os conceitos abordados por Arendt são especialmente relevantes para se pensar no capitalismo atualmente visto que, tais categorias apresentadas pela autora mostram como os sujeitos estão vivendo no capitalismo. Porém, há de se considerar uma nova categoria de sujeitos formulada inicialmente por Dardot e Laval (2014): o neossujeito. Esta pesquisa visa mostrar que os conceitos abordados por Arendt combinados com os conceitos abordados por Dardot e Laval são especialmente importantes para entendermos a fase atual do capitalismo, seu impacto nos sujeitos e também sua relevância para entendermos sua relação com a democracia participativa. A temática do neoliberalismo e sua relação com a democracia já foi abordada por pesquisas anteriores (ver VERBICARO, 2021), porém, a autora analisou as contradições entre o conceito de democracia e o neoliberalismo. O que se propõe aqui é olharmos para a democracia participativa como um modelo a ser

implementado, modelo este que tem profundas relações com a qualidade da democracia (ou uma democracia de alto impacto).

Ao mesmo tempo que nos aproximamos de Dardot e Laval (2014), iremos nos distanciar num ponto central: os autores não consideram a democracia participativa como uma alternativa viável para se enfrentar as mazelas do neoliberalismo. Propomos uma revitalização do conceito de democracia participativa através do diagnóstico que a democracia liberal pode ter chegado a um momento crítico (não consideramos sua falência como em Dardot e Laval (2014), mas apenas que estamos numa fase crítica do desenvolvimento do neoliberalismo e sua relação com a democracia).

A abordagem de Dardot e Laval

A genealogia do liberalismo proposta por Dardot e Laval (2014) possui características marcantes: a principal delas é que o liberalismo clássico inglês do século XVII-XVIII, não tem relação alguma com a radicalização do discurso e as reformas neoliberais executadas na década de 1980 (com a crise do petróleo e a conjuntura internacional desfavorável para uma recuperação econômica). Os autores chegam a essa conclusão elaborando um extenso relato sobre as origens do liberalismo contemporâneo passando pelo Colóquio Walter Lippmann e os ordoliberais germânicos. É interessante notarmos que o liberalismo clássico ou *laissez-faire* tinha como principal característica a premissa de que o mercado de trocas era uma coisa “natural”, influência dos fisiocratas franceses como Quesnay por exemplo. O neoliberalismo é visto como uma “superação” aos pressupostos naturalistas do liberalismo clássico e tem como principal inovação a questão da Teoria do Valor Subjetivo proposta por Hayek e corroborada por Von Mises.

Em linhas gerais, a Teoria do Valor Subjetivo supõe que o valor de um bem não pode ser explicado pela racionalidade da teoria do valor anterior: o trabalho envolvido na confecção do bem é tido como um dos custos, mas há um componente subjetivo na composição do valor final de um bem: o “status” ou em termos mais “técnicos” a falta que o bem faz na vida do consumidor, esse é o componente subjetivo na composição do valor final de um bem e isso explica por que alguns bens podem ser vendidos com preços que não tem qualquer relação com o seu custo de produção, a teoria do valor-trabalho foi eminentemente abandonada.

Vejamos agora como Dardot e Laval (2014 p. 321-322) definem o neossujeito:

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal”, ou simplesmente neossujeito. Não estamos falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder. Não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo, trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional.

Há de se considerar que o neossujeito então é o homem empresarial, o homem empreendedor e, isso se deve ao desejo de ser bem-sucedido no trabalho ou o sentido da realização no trabalho: uma dualidade sucesso/fracasso perigosa que tem impactos significativos na vida das pessoas e na maneira como elas se veem na sociedade. Os autores consideram (2014, p. 322) que as novas técnicas da empresa pessoal contribuem significativamente para a alienação ao pretender suprimir o sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao outro que fala em voz baixa dentro de nós. Isso ocorre porque hoje temos técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo nas empresas. Interessante notar que os autores utilizam o mesmo conceito de Arendt para se referir ao momento atual: Alienação. Os conceitos e pressupostos por trás do conceito são distintos, mas nota-se algum grau de aproximação no uso do mesmo conceito.

É interessante ressaltar que Dardot e Laval consideram que a concorrência é a nova regra para se entender o capitalismo, os quadros institucionais deram lugar a um quadro empresarial segundo a lógica da eficácia e isso, na visão dos autores, tem profundos impactos na subjetividade do neossujeito. Nas palavras dos autores (2014 p.352):

Tal sujeito encontra sua verdade no veredito do sucesso, submete-se a um “jogo da verdade” em que prova seu ser e seu valor. O desempenho é, muito precisamente, a verdade tal como o poder gerencial a define. Esse dispositivo de conjunto produz efeitos patológicos aos quais ninguém escapa completamente. Através da abundante literatura clínica contemporânea, podemos distinguir alguns sintomas. Eles têm um ponto em comum: podem se referir ao definhamento dos quadros institucionais e das estruturas simbólicas nos quais os sujeitos encontravam seu lugar e sua identidade. Esse definhamento é uma consequência direta da substituição manifesta e geral da instituição pela empresa ou, mais exatamente, da mutação da instituição em empresa. Hoje é a empresa que tende a ser a principal instituição distribuidora de regras, categorias e proibições legítimas.

No excerto acima fica nítido que a empresa passa agora a ter um papel “normatizador” na vida do sujeito: dita regras, categorias e proibições, antes regidas e “confeccionadas” institucionalmente. O definhamento das estruturas simbólicas a que se referem os autores, está relacionado com um movimento específico de valorização do trabalho, mas ao mesmo tempo de enfraquecimento dos sindicatos e das estruturas que antes regulavam o trabalho (leis trabalhistas). O significado do trabalho mudou ao longo do tempo, com o neoliberalismo, o trabalho passa a ser visto sob a égide da concorrência e da competição e ao mesmo tempo, passa a ser visto como a única fonte de satisfação para o neossujeito, mesmo que muitas vezes se trate de um trabalho alienante como para o *animal laborans* em Arendt. A intensificação do ritmo de trabalho e suas consequências já podem ser vistas nas sociedades atuais como por exemplo: o aumento dos casos de suicídio no local de trabalho, o aumento do número de assédios e estresse no trabalho. Isso é causado pelas exigências cada vez maiores de produtividade dos assalariados.

A neogestão é a principal culpada por essa corrosão dos direitos trabalhistas e esta, tem profundas relações com a racionalidade neoliberal, nas palavras de Dardot e Laval (2014, p.323-324):

A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instilada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores em relação aos empregadores. Foi esse contexto de medo social que facilitou a implantação da neogestão nas empresas. Nesse sentido, a “naturalização” do risco no discurso neoliberal e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores.

Esse excerto exemplifica de maneira bastante explícita as considerações dos autores sobre o mercado de trabalho e seus impactos na vida do neossujeito. Do ponto de vista dos direitos, os trabalhadores se encontram numa situação semelhante à do *animal laborans* de Arendt, fadados a um consumo rápido, sem sentido e sem critérios. A neogestão naturalizou os riscos e associou-os aos trabalhadores, fortalecendo a dependência destes em relação a seus empregadores, fazendo com que os trabalhos se tornem alienantes (da perspectiva de Arendt).

Para os autores, a esquerda não pode se contentar com dar novo fôlego a sistemas decadentes como por exemplo a democracia participativa combinada com pressupostos da

democracia representativa. Os autores consideram que a cisão entre cidadão e burguês é coisa do passado (conforme página 381). Não se pode mais fazer a distinção entre liberalismo político e liberalismo econômico, visto que o neoliberalismo já há muito tempo deixou de ser puramente econômico. Do ponto de vista político, consideramos que a democracia participativa é um modelo a ser implementado e por isso, nos afastamos da visão dos autores no que diz respeito à sua eficácia para combater o neoliberalismo e os pressupostos de concorrência. É necessário que haja uma revitalização deste conceito e uma valorização da democracia de alta intensidade.

A participação popular:

Consideramos a participação como um fim em si mesmo (semelhante à como Arendt vê a ação). A participação tem algumas semelhanças com o conceito de ação arendtiano, essa relação é bastante cara para este trabalho, na próxima seção nos ateremos a tais semelhanças.

Os sentidos da participação enquanto categoria da teoria democrática são expostos por Laval (2011 p.36) vejamos:

Por sua vez, como categoria da teoria democrática, a trajetória e sentidos da participação são outros e têm suas próprias raízes. No terreno da teoria democrática, a categoria participação foi utilizada basicamente em teorias orientadas para a crítica interna da democracia, isto é, desempenhou papel crucial no desenvolvimento de modelos de democracia que objetivavam criticar as compreensões minimalistas sem abandonar a defesa da própria democracia. Por muito tempo, durante os 43 anos do período da Guerra Fria, a crítica interna da democracia foi operação delicada, pois os autores que a ensinavam corriam o risco de ser “jogados” do lado do comunismo.

A colocação de Laval é interessante pois mostra que a participação (quando olhada como categoria da teoria democrática), servia como meio para crítica interna da própria democracia. O sentido da crítica variou muito ao longo dos anos, mas geralmente os autores apostavam na participação como motor das virtudes cívicas do cidadão e no senso de pertencimento que esta pode gerar, além disso, poderia contribuir para a legitimação das instituições participativas em um sentido mais amplo. Do ponto de vista do controle social, a participação tem valor fundamental para o aumento da eficiência das políticas públicas. A colocação do autor mostra ainda que no passado, os autores da vertente americana tinham especial atenção à crítica da democracia sem quererem ser

taxados de socialistas ou comunistas por seus críticos (o que acabou por confundir e limitar o debate da época), muitos autores passaram a defender uma vertente mais minimalista da democracia, como alternativa para escapar dessa crítica comunista.

O conceito de democracia para Arendt remonta o pensamento de Aristóteles e é marcado por uma visão positiva do debate público e da ação (práxis). Do ponto de vista teórico, Arendt considera a ação como um fim em si mesmo, capaz de fazer os homens experimentarem a vida humana por excelência, próximos uns dos outros e ativos (no sentido de estarem presentes e debater). A ação é vista então como a atividade mais importante da *Vita Activa*, propõe-se aproximarmos tal conceito com o conceito de participação sob a seguinte perspectiva: consideramos a participação como valiosa em si (conforme Lavalle, 2011 p.37), entendemos que sua relação com a democracia é direta, pois está intimamente ligada a autodeterminação e a inclusão. Entendemos que a democracia desde os antigos gregos sempre esteve associada a um princípio de inclusão. Arendt considera que a ação é reservada a poucos, seguindo nossa perspectiva, pode-se dizer que ao aproximar a participação do conceito de ação, estamos falando de experiências para poucas pessoas, visto que tais experiências não são valorizadas da forma que deveriam pelos governos (salvo algumas exceções).

Um argumento a favor da participação que está em linha com o pensamento de Arendt seria o exposto a seguir conforme Lavalle (2011 p.38):

A participação como escola da cidadania, capaz de cultivar o civismo e de elevar o egoísmo à compreensão do bem público, é uma tese clássica. Incrementos na autoconfiança ou na autopercepção do senso de eficácia do cidadão é outro efeito de índole psicológica associado à participação. Nesses dois efeitos, os positivos seriam capazes de deflagrar círculos virtuosos em que a participação gera mais participação – ora pelo engajamento cívico ou pela autoconfiança. Ainda dentro dos efeitos de socialização e psicológicos, supõe-se também que o engajamento participativo incrementa o senso de pertencimento do cidadão à sua sociedade. Nesse sentido, a participação não apenas fortaleceria a formação de identidades políticas amplas, mas contribuiria para a legitimação das instituições políticas.

Fortalecimento do senso de pertencimento e legitimação cívica são conceitos que estão na contramão do que Arendt entende por alienação, visto que para ela a alienação decorre do individualismo e do ser humano lançado para dentro de si com o advento da dúvida cartesiana e a “descoberta” do ponto de vista arquimedianos. A ação seria o único remédio para não se cair numa alienação ao estilo *animal laborans*, porque é a única atividade que se exerce na companhia dos homens. Para nossa perspectiva, é possível ver uma

aproximação dos dois conceitos (participação e ação) que não é ociosa: trata-se de um caminho possível para combater a alienação presente na sociedade que Arendt analisou e, consideramos um caminho possível para combater a nova razão do mundo (neoliberalismo), ao contrário de Dardot e Laval que entendem que essa luta deve ser travada sob a égide do que eles chamam de Comum.

A participação para ser considerada herdeira do conceito de ação de Arendt, poderia se desvencilhar da opção institucional que muitos teóricos a defendem. Propõe-se então uma visão específica de participação que não tem vínculos institucionais previamente definidos e também rejeitamos a sua distinção entre participação social e popular (onde na primeira participam instituições como sindicatos, representantes de alguma entidade, e na segunda participam os cidadãos sem intermédio de ninguém). Do ponto de vista conceitual, a participação popular é a que mais se aproxima dos pressupostos de Arendt e sua visão de política. Lembramos que a Democracia Participativa é um modelo a ser implementado e pode-se dizer que nunca chegou a atuar plenamente.

Atualidade da discussão e perspectivas futuras:

A discussão conceitual proposta por Arendt é bastante atual, graças ao esgotamento da democracia liberal observada por Dardot e Laval (2014). O surgimento do neoliberalismo pode ter significado uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo em que a concorrência se torna regra geral de organização da sociedade, o neossujeito se torna o homem empreendedor, sempre buscando uma nova oportunidade de negócio. Este neossujeito não se encaixa nas categorias das atividades humanas propostas por Arendt, a saber: labor, trabalho e ação, dessa forma, a discussão sobre o impacto do neoliberalismo na vida dos sujeitos está ainda em desenvolvimento. É importante ressaltar que a análise de Arendt se deu em um momento anterior ao desenvolvimento do neoliberalismo e por isso, tem relação parcial com os conceitos desenvolvidos por Dardot e Laval (2014).

As diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo serão explorados a partir da obra de Dardot e Laval (2014), resumidamente podemos dizer que os autores clássicos tratavam o sistema de trocas na economia como algo natural, essa “naturalidade” foi substituída por um sistema racional de organização da economia, fortemente influenciada pelo pensamento de Hayek, Von Mises e Friedman. Para eles, o estado deve

ser forte em seu aparato jurídico-institucional, mas não deve intervir de maneira ativa na economia (misturando um *laissez-faire* com estado forte). A racionalidade neoliberal se tornou uma hegemonia de pensamento reproduzida a nível global, até as esquerdas se tornaram reféns da instrumentalização econômica dos debates.

Os impactos dessa racionalidade neoliberal na vida do sujeito ainda não estão resolvidos: Dardot e Laval (2014) sugerem que a regra da concorrência tem efeitos nocivos para a questão da solidariedade entre os sujeitos. Do ponto de vista teórico, estamos vivendo uma situação um pouco pior do que Arendt analisou, além de estarmos sem ação (ação no sentido que a autora propõe, relacionado com os discursos e a atividade política), estamos assistindo uma instrumentalização econômica da vida no sentido amplo, uma situação em que até a atividade mais fundamental da vida humana, o labor, é “contaminada” por discursos de racionalização (tornar-se mais eficiente, agir como uma empresa). Apesar de estar se referindo ao processo biológico da própria vida, Arendt considera o labor como aqueles trabalhos em que são produzidas coisas de consumo básico, como por exemplo, pão, doces etc. (consumo local e venda do excedente). Assim, o discurso neoliberal entra e é visto até nas atividades mais fundamentais.

A reflexão de Arendt choca por sua precisão e atualidade: a primazia da necessidade sobre a liberdade. Isso só foi agravado com o advento do neoliberalismo, visto que, muitas famílias sequer conseguem atingir um nível de consumo básico para a manutenção da própria subsistência. Este é o reflexo do desmonte do sistema de proteção social.

A democracia participativa e o conceito de ação para Arendt podem ser relacionados sob a seguinte perspectiva: pode-se olhar a participação como um fim em si mesmo, um processo educativo de virtudes cívicas, nas quais o cidadão compartilha suas opiniões e “vive a democracia”. A ação como conceito arendtiano é tida como uma atividade eminentemente política e é realizada na companhia de outros homens, a ideia de compartilhamento de histórias, discursos e pontos de vista é extremamente importante aqui, a “teia de relações humanas” tem um papel fundamental, (assim como a participação política porventura tem a mesma noção de compartilhamento, não é possível participar sozinho, é necessário que se esteja na companhia de outros para que a participação se realize plenamente).

Consideramos que sim, a participação popular é um resquício do conceito de ação arendtiano por suas características de valorização do diálogo e primazia da palavra, um cenário onde qualquer um pode participar, independente da classe social, raça e outras

condicionantes. O espaço reduzido que cabe à ação no capitalismo atual se dá justamente por conta do neossujeito e a primazia da concorrência sob todas as outras formas de se pensar a condição humana. O neossujeito esvazia o conceito de ação proposto por Arendt e o faz graças a sobrevalorização da concorrência e não da cooperação entre os sujeitos. A falta de cooperação entre os sujeitos pode nos levar à crises mais profundas e remontar a velha e temida ideia de que os homens sempre estão a um passo da guerra de todos contra todos, remontando Hobbes e o Selfish System.

O conceito de Comum apresentado por Dardot e Laval (2017) é uma prática, um princípio que orienta a ação coletiva, uma maneira de organizar a sociedade. Pode estar relacionado com a ideia de participação e, portanto, de ação arendtiana visto que supõe que as pessoas podem se autogerirem e decidir conjuntamente sobre os assuntos sociais. Os autores fazem uma distinção entre o Público, o Privado e o Comum, cabe a nós identificar que o Comum é algo gerido coletivamente de forma horizontal com regras definidas democraticamente pelos participantes. A ideia de Comum e a ideia de Ação para Arendt estão preocupados (em essência) com a mesma problemática: o poder alienante do neoliberalismo. O Comum como revolução permanente significa uma prática política que tem como objetivo não tomar o poder substantivo do Estado, mas sim descentralizar o poder, estimular a participação direta e a autogestão.

A relação entre os conceitos de Ação e Comum é interessante visto que ambos pressupõem uma visão positiva da participação do cidadão na política e mais do que isso, enxergam a participação como remédio para a alienação do sistema neoliberal. Com pressupostos diferentes os autores conseguiram (à sua maneira) defender a participação política e o diálogo democrático a fim de transformar a sociedade sob o ponto de vista da política. A velha discussão sobre o Público e o Privado é muito importante para ambos e reflete um avanço em relação à literatura econômica e a visão “instrumental” da relação Público/Privado. O Comum como “revolução permanente” remete ao pensamento de autores como Marcuse e Trotsky, em certo sentido, o conceito de Ação para Arendt é também uma práxis social, algo como uma visão específica de política que está relacionada com o “modo de fazer” a política.

Referências

ARENDT, Hannah A condição humana 2007 10ª edição Rio de Janeiro Editora Forense Universitária. Disponível em:

https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf

ARENDT, Hannah Entre o passado e o futuro 2016 8ª edição Editora Perspectiva Disponível em:

<https://docero.com.br/doc/8n58180>

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo) liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 227-284, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kKNBtT4w5565CjN37BtNm8q/?format=html>

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal 2014 São Paulo Editora Boitempo. Disponível em:

<http://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Dardot,%20Pierre/A%20nova%20razao%20do%20mundo%20-%20Dardot,%20Pierre.pdf>

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian Comum: Ensaio sobre a revolução no Século XXI Tradução Mariana Echalar. São Paulo Editora Boitempo 2017.

LAVALLE, Adrian Gurza. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 13-23, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Debora-Almeida-5/publication/323667582_A_ANALISE_DA_DELIBERACAO_DEMOCRATICA_PRINCIPIOS_CONCEITOS_E_VARIAVEIS_RELEVANTES/links/5aa301880f7e9badd9a79356/A-ANALISE-DA-DELIBERACAO-DEMOCRATICA-PRINCIPIOS-CONCEITOS-E-VARIAVEIS-RELEVANTES.pdf#page=34

MARCON, Telmo; SCOLARI, Adriel; MEZADRI, Neri José. Educação para a democracia no contexto neoliberal: desafios para superar a subjetividade concorrencial. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, p. e022007-e022007, 2022 Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8658379/26869>

RESENDE, Maria Carolina. O conceito de alienação do mundo no pensamento de Hannah Arendt. **ConTextura**, v. 8, n. 8, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistacontextura/article/view/3784/pdf>

VERBICARO, Loiane Prado. Reflexões acerca das contradições entre democracia e neoliberalismo. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Loiane-Verbicaro/publication/352714929_Reflexoes_Acerca_das_Contradicoes_entre_Democracia_e_Neoliberalismo_Reflections_on_the_Contradictions_Between_Democracy_and_Neoliberalism_Reflexiones_sobre_las_Contradiciones_entre_Democracia_e_Neoliberalismo/links/60d4d748299bf1ea9ebaae9c/Reflexoes-Acerca-das-Contradicoes-entre-Democracia-e-Neoliberalismo-Reflections-on-the-Contradictions-Between-Democracy-and-Neoliberalism-Reflexiones-sobre-las-Contradicciones-entre-Democracia-e-Neoliberalismo.pdf

CAPÍTULO 9

ÍNDICE DE DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO EM RIBEIRÃO PRETO

Antonio Augusto Surian Cera Filippini¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7629-9238>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5556049428422086>

antoniofilippini02@gmail.com

Discente da UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

Maria Teresa Miceli Kerbaudy²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0622-1512>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762029784021248>

teresa.kerbaudy@gmail.com

Docente da UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo aplicar o Índice de Democracia de Vanhanen em nível municipal na cidade de Ribeirão Preto, analisando as eleições entre 2000 e 2020. A pesquisa mensura o grau de democracia com base nos índices de participação e competição política em eleições majoritárias (prefeito) e proporcionais (vereadores). Utilizando dados das eleições e fórmulas adaptadas, o estudo avalia como fatores externos, como a Operação Sevandija (2016) e a pandemia de Covid-19 (2020), influenciaram o comportamento eleitoral e a democracia local. Os resultados mostram uma maior democracia nas eleições proporcionais, com uma média de 56,51, em comparação com 47,14 nas majoritárias. Além disso, observou-se uma correlação fraca (-0,097) entre o índice de democracia e a taxa de reeleição de vereadores, sugerindo que a continuidade no poder não está fortemente associada à democracia no caso específico estudado. A pesquisa deve contribuir para um entendimento mais adequado das dinâmicas políticas em Ribeirão Preto e sugere que eventos locais e nacionais afetam a participação e competitividade eleitoral.

Palavras-chave: democracia local, índice de democratização, Ribeirão Preto, política local, democracia.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Áreas de interesse: Políticas Públicas, Gestão Pública, Governo Local, Comportamento Eleitoral e Partidos Políticos.

² Dra. em Ciências Sociais pela PUC/SP. Pós Doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Iberoamerica Salamanca/Espanha. Docente dos programas de Pós graduação do programa de Ciências Sociais. UNESP/FCLAR. Campus de Araraquara. Áreas de interesse: Políticas Públicas, Gestão Pública, Governo Local, Comportamento Eleitoral e Partidos Políticos. Bolsista Produtividade CNPq 1C.

DEMOCRACY INDEX: A CASE STUDY IN RIBEIRÃO PRETO

ABSTRACT: This research aimed to apply Vanhanen's Democracy Index at the municipal level in the city of Ribeirão Preto, analyzing elections between 2000 and 2020. The study measures the degree of democracy based on the indices of participation and political competition in majoritarian (mayor) and proportional (city council) elections. Using election data and adapted formulas, the research evaluates how external factors, such as Operation Sevandija (2016) and the Covid-19 pandemic (2020), influenced electoral behavior and local democratization. The results show greater democracy in proportional elections, with an average of 56.51, compared to 47.14 in majoritarian elections. Furthermore, a weak correlation (-0.097) was observed between the democracy index and the re-election rate of councilors, suggesting that continuity in power is not strongly associated with democracy in the specific case studied. The research aims to contribute to a better understanding of political dynamics in Ribeirão Preto and suggests that local and national events affect electoral participation and competition.

Keywords: local democracy, democratization index, Ribeirão Preto, local politics, democracy.

INTRODUÇÃO

Segundo Diamond (2017), desde o início do milênio, ocorreram ao menos 25 rupturas democráticas, desde golpes de Estado até degradações graduais para regimes autoritários ou iliberais. As instituições perdem legitimidade ao se mostrarem ineficazes, gerando afastamento dos cidadãos e apatia democrática (Silva, 2020).

O índice de democracia da revista *The Economist* aponta um retrocesso global desde 2006, quando registrou 5,51 pontos, caindo para 5,44 em 2019. O índice considera 60 indicadores distribuídos em categorias como processo eleitoral, liberdades civis e participação política (*The Economist*, 2020).

Até 1940, os fenômenos políticos eram analisados de forma especulativa e formalista (Peres, 2008). A Guerra Fria trouxe foco para ações dos atores políticos e funcionamento das instituições. Com a expansão democrática, surgiram índices para medir e comparar regimes. Nas décadas de 1970 e 1980, os primeiros índices tinham concepções rígidas sobre democracia, mas avanços tecnológicos ampliaram os indicadores avaliados.

Entre os principais índices estão o Democracy Index (EIU), Freedom in the World (FH), Varieties of Democracy (V-Dem) e o Índice de Democracia Local do Instituto SIVIS. Cada um adota métodos diferentes para mensurar a democracia. Lopes (2014) destaca que valores político-culturais variam entre sociedades, influenciando a análise desses índices.

Os estudos sobre democracia local ganharam relevância, pois a proximidade dos cidadãos com decisões políticas fortalece o engajamento (Bulmer, 2017. Elstub, 2008). Almeida e Lopez (2014) ressaltam que os vereadores desempenham um papel crucial na mediação entre população e governo local.

A Constituição de 1988 consolidou a descentralização administrativa, ampliando a autonomia dos municípios, um processo iniciado antes com a reforma tributária de 1965 e a Lei Orgânica dos Municípios de 1967 (Kerbaui, 2016). Assim, os municípios adquiriram maior independência política e fiscal para gerir políticas públicas (Silva, 2007. Kerbaui ; Rocha, 2014).

Dahl (2012) argumenta que democracias modernas são melhor classificadas como poliarquias, caracterizadas por ampla participação e competição política. Vanhanen (2003) aplicou essa ideia ao criar o Índice de Democracia (ID), medindo competição e participação política (Cervi; Neves, 2019).

Esta pesquisa aplica o ID na cidade de Ribeirão Preto entre 2000 e 2020, nos anos eleitorais

municipais, analisando variações do índice e seus possíveis determinantes sociais, políticos e econômicos. Cervi e Neves (2019) calcularam o ID para todos os municípios brasileiros em 2016, enquanto este estudo foca em Ribeirão Preto, analisando seis eleições municipais.

As questões norteadoras foram: Qual é o ID de Ribeirão Preto no período analisado? Como variou? Quais fatores influenciaram suas mudanças? A cidade, com mais de 711 mil habitantes e 439 mil eleitores em 2020, tem no setor de serviços e agronegócio suas bases econômicas, fatores que justificam sua escolha como estudo de caso.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL

As eleições municipais no Brasil ocorrem a cada quatro anos, estando intercaladas com as eleições federais e estaduais. Seu funcionamento demonstra similaridades com as escalas federais e estaduais, envolvendo escolha de candidatos, formação de coalizões partidárias, campanhas e resultado para cargos do Legislativo municipal (vereadores) e Executivo municipal (prefeitos), além de um recente entendimento elaborado por Lavareda e Telles (2022) que as eleições municipais serviriam de barômetro para os desempenhos das siglas partidárias nos pleitos subsequentes:

A despeito das relações personalistas e das idiossincrasias das disputas nesse plano, apresentamos aqui um inédito enquadramento teórico que evidencia que as eleições municipais são, sim, capazes de oferecer um entendimento sistêmico sobre a política brasileira. Especificamente, argumentamos que tais pleitos captam ex ante o mood ideológico das eleições gerais que os sucedem, sinalizando tendências sobre a competitividade dos diferentes espectros nas disputas estaduais e na corrida presidencial subsequentes (Lavareda; Telles, 2022, p. 62-63).

Cervi e Neves (2019) argumentam de forma similar que os pleitos locais seriam prévias para a disputa eleitoral que devem ocorrer dois anos depois. Por mais que existam dificuldades para encontrar uma tendência nacional dos partidos, devido às dimensões continentais e a grande variação socioeconômica do Brasil, as siglas nacionais permitem a existência do interesse das lideranças locais com um sistema multipartidário integrado, além de conexão entre as lideranças horizontais e verticais, devido a sua organização e representação por partidos nacionais. Neste contexto, as eleições municipais serviriam de Proxy para medir elementos como a distribuição geográfica dos votos nos partidos e a força eleitoral dos mesmos.

No Brasil, o papel do município se desenvolveu de forma diferente quando comparado a outros lugares do mundo, pois como ente federativo dá aos prefeitos e vereadores mais poder institucional do que em outros países. O município possui autonomia fiscal e política, sendo o responsável por áreas como a execução de políticas públicas, vincular políticas com os outros entes

federados (Estado e União) nas áreas de saúde, transporte, educação, assistência social, além de legislar com exclusividade sobre a regulação e uso de solo (Brambor; Ceneviva, 2012).

O vínculo entre as esferas municipal, estadual e nacional é bem definido e presente dentro de nosso sistema representativo, que oferece aos prefeitos e vereadores uma importância que vai além dos interesses partidários locais. Devido sua autonomia política e fiscal, além de gerir os recursos próprios e executar políticas públicas, gera no município um processo de militância política local em relação a estrutura partidária nacional. Esse processo de descentralização deu maior ênfase no controle e avaliação de programas sociais sob a esfera municipal, como o “Bolsa Família”, além de nas últimas décadas, os municípios também passaram a ser responsáveis pela implantação desses programas (Cervi; Neves, 2019).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa, foi necessário uma adaptação do Índice de Democracia, tendo em vista que sua aplicação e desenvolvimento original por Vanhanen (2003) realizou um estudo comparativo entre países, e aqui foi abordado apenas um município e sua variação ao longo de 20 anos. Em seus estudos, o autor considera que a democracia pode ser medida a partir dos comportamentos dos atores, os políticos que realizam uma organização partidária e eleitoral a fim de conseguirem mais votos, e os eleitores que possuem opções distintas, como se devem participar do pleito ou não, ou então em qual partido/candidato escolher. Com esse processo chega-se a dois fatores que explicam o nível de democracia do país, a competição entre os políticos e partidos, e a participação eleitoral (Cervi; Neves, 2019).

Quanto maior for a taxa de participação, mais forte é a democracia. A forma mais simples de encontrar esse dados é através da abstenção eleitoral, que foi retirada diretamente do site do Tribunal Superior Eleitoral. Quanto mais pessoas participando do processo eleitoral, maior a atenção à democracia eleitoral naquele país, e quanto menor for a participação, maior a concentração de poder e manutenção em um só grupo dominante. Já a competição política entre atores e partidos o entendimento é que quanto maior a pluralidade de escolhas eleitorais, além de uma maior diluição dos votos nos partidos, mais democrático é o sistema eleitoral. A forma de medir essa competição é pela quantidade de votos nos menores partidos/candidatos, se o partido vencedor do pleito conseguir uma diferença alta de votos dos demais partidos, menos democrático é o sistema, devido à concentração de poder em um único partido, porém se a quantidade de votos for mais homogênea,

maior é a distribuição de poder e de cargos entre os demais partidos (Cervi; Neves, 2019).

Cervi e Neves (2019) utilizaram o índice de Vanhanen contextualizando-o à realidade das eleições municipais brasileira. O princípio é calcular dois índices, um relacionado às eleições proporcionais (vereadores) e outro para as majoritárias (prefeitos) em Ribeirão Preto, nos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, anos em que houveram eleições municipais. Com isso, será possível identificar diferentes tipos de participação e competição nas eleições municipais e como variam ao longo do tempo estabelecido.

O cálculo final do Índice de Democracia foi utilizada a proposta original de Vanhanen (2000):

$$ID = \frac{compID \times PartID}{100}$$

Sendo:

ID = índice de democracia;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação

As adaptações da proposta original estão presentes nos indicadores de competição e participação. Para identificar a participação usamos:

$$PartID = \frac{compar}{eleitor} \times 100$$

onde:

PartID = indicador de participação;

compar = comparecimento eleitoral;

eleitor = total de eleitores registrados no município.

Para medir a competição, foi usado a seguinte fórmula:

$$compID = \frac{(compar - votelei)}{(compar - 1)} \times 100$$

onde:

compID = indicador de competição;

compar = comparecimento em número de eleitores;

votelei = total de votos no partido/candidato eleito.

Vale ressaltar que todos os dados foram obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O comparecimento considera todos os eleitores que participaram do pleito, ou seja, votaram em um candidato, partido, votaram em branco ou anularam o voto. No caso das eleições para prefeitos, foram considerados os votos no primeiro turno do partido eleito, já no caso dos vereadores, foram considerados os votos nominais a todos os candidatos eleitos.

Para calcular a correlação entre o índice de democracia no legislativo com a reeleição dos vereadores foi utilizado a correlação de Pearson, que mede a relação linear entre duas variáveis, independentemente das unidades. Um valor alto (próximo de 1 ou -1) indicaria uma forte relação linear, enquanto um valor próximo de 0 indicaria pouca ou nenhuma relação linear. Para seu cálculo

foi utilizado a seguinte fórmula:

$$r = \frac{\sum (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum (X_i - \bar{X})^2 \sum (Y_i - \bar{Y})^2}}$$

onde:

X_i e Y_i são os valores individuais das duas variáveis;

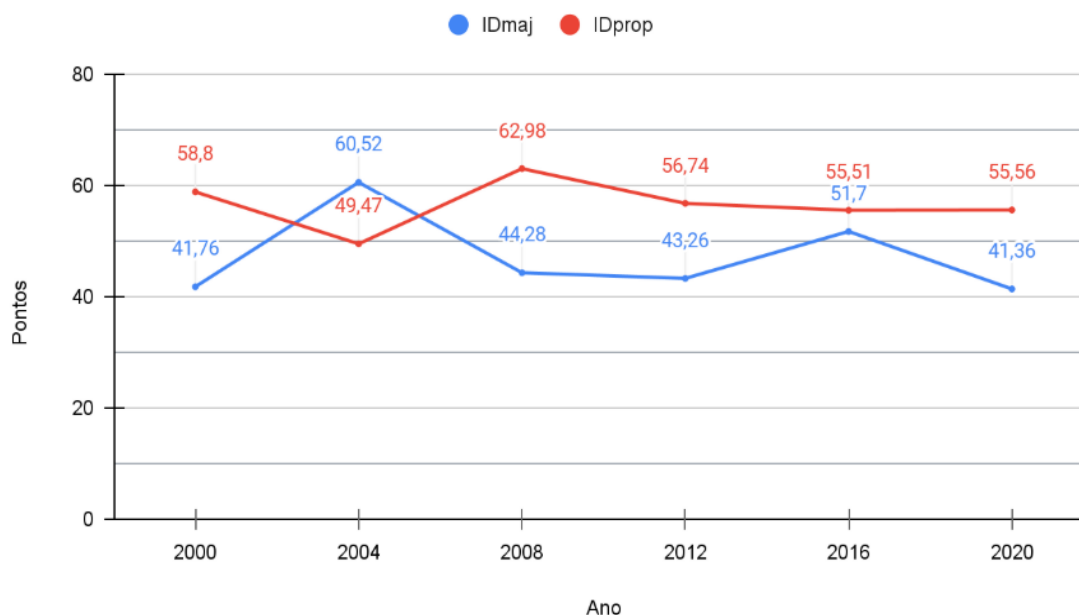
$\bar{X}$ e $\bar{Y}$ são as médias de X e Y , respectivamente;

$\sum$ indica a soma sobre todos os pontos de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico abaixo ilustra a variação do índice de democracia na esfera do legislativo e executivo municipal ao longo dos anos de eleição, de 2000 a 2020. A análise do gráfico permite observar a evolução democrática eleitoral e participação política em diferentes momentos do município de Ribeirão Preto, capturando as tendências de democracia em momentos-chave do processo eleitoral. Ao comparar as mudanças nos índices do legislativo e executivo, é possível analisar como esses dois poderes têm se comportado em termos de inclusão e pluralidade ao longo das últimas duas décadas, fornecendo uma visão ampla das dinâmicas políticas locais. Uma tabela foi também elaborada, que exibe os mesmos indicadores do gráfico, porém com a adição da diferença entre o índice de democracia no legislativo e no executivo, além do desvio padrão, que permite uma maior visualização da diferença entre os indicadores e suas variações.

Figura 1. ÍNDICE DE DEMOCRACIA NO MUNICÍPIO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas do ID no município.

Ano	IDmaj	IDprop	Diferença
2000	41,76	58,8	-17,04
2004	60,52	49,47	11,05
2008	44,28	62,98	-18,7
2012	43,26	56,74	-13,48
2016	51,7	55,51	-3,81
2020	41,36	55,56	-14,2
Média	47,14	56,51	-9,37
Desvio Padrão	6,576	4,112	2,464

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os dados do gráfico e da tabela revelam que a média do Índice de democracia nas eleições proporcionais (56,51) supera a das eleições majoritárias (47,14). Apenas em um ano as eleições majoritárias foram mais democráticas que as proporcionais. O desvio padrão também difere: 4,112 nas proporcionais e 6,576 nas majoritárias, indicando maior variação nas disputas para o Executivo. Embora ambos os índices tenham oscilado ao longo do tempo, não apresentaram tendência clara de queda ou crescimento, sinalizando estabilidade no processo democrático.

O ano de 2004 se destaca por uma inversão incomum: o índice de democracia dos vereadores foi menor que o dos prefeitos. Apesar do recorde de votos somados para vereadores eleitos, os votos se concentraram em poucos nomes — especialmente em Dárcy Vera (PFL), que obteve 27.787 dos 125.768 votos, contribuindo para a queda do índice.

Além disso, a eleição para prefeito de 2004 exigiu dois turnos, diferentemente de 2000 e 2008. A fórmula usada para calcular o índice considera apenas os votos no primeiro turno do candidato eleito, o que influenciou negativamente o resultado. Três candidatos se destacaram no primeiro turno: Gasparini (PSDB) com 86.066 votos, Baleia Rossi (PMDB) com 66.622, e Gilberto Maggioni (PT) com 62.356 — essa divisão acentuada de votos refletiu-se no índice historicamente baixo daquele ano.

Em 2020, o índice no Executivo manteve-se similar ao de 2016, mas a abstenção foi expressiva: 35,6% em Ribeirão Preto, acima da média nacional de 29,5%. A pandemia de Covid-19 é apontada como fator-chave para esse aumento (Carreirão, 2022).

Houve ainda duas mudanças importantes no sistema eleitoral. A primeira foi o fim da "verticalização" em 2006 (Emenda Constitucional nº 52), que liberou os partidos para formarem coligações diferentes em cada esfera. Segundo Reis (2014), esse modelo anterior restringia a autonomia das alianças locais.

A segunda mudança veio com o fim das coligações proporcionais nas eleições de 2020, por meio da Emenda Constitucional nº 97 (2017). Desde então, partidos só podem disputar cargos proporcionais (como vereador) com candidaturas próprias. Passadore e Forigo (2021) avaliam que a mudança reduziu a competição e favoreceu partidos "catch-all", além de aumentar a distância entre eleitor e representante.

Quando analisamos o Índice de Democracia de Ribeirão Preto, percebemos que a análise citada anteriormente se deu no caso do município. O ano de 2020 registrou o menor Índice de Democracia na esfera do Executivo com 41,36 na escala, e o Legislativo se manteve praticamente o mesmo comparado a 2016.

REELEIÇÃO NO MUNICÍPIO

A reeleição é um tema recorrente na ciência política, tratado por Brambor e Ceneviva (2012) como parte da incumbência do mandato. A Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, promulgada durante o governo FHC, instituiu a reeleição para chefes do Poder Executivo, permitindo que prefeitos, governadores e o presidente disputassem um segundo mandato consecutivo.

Segundo Brambor e Ceneviva (2012), os defensores da reeleição afirmam que ela melhora a capacidade decisória dos eleitores, permitindo premiar bons gestores e punir maus. Já os críticos apontam que ela fere o princípio da alternância no poder e dá vantagens indevidas ao incumbente, como maior visibilidade na mídia, facilidade de arrecadação de recursos e uso da máquina pública.

Barreto (2009) analisou as eleições municipais de 2000, 2004 e 2008 em 62 cidades brasileiras com mais de 200 mil eleitores, constatando que 72,5% dos prefeitos que tentaram reeleição foram bem-sucedidos, índice que chegou a 89% em 2008. Isso indicaria uma vantagem significativa dos incumbentes frente aos adversários.

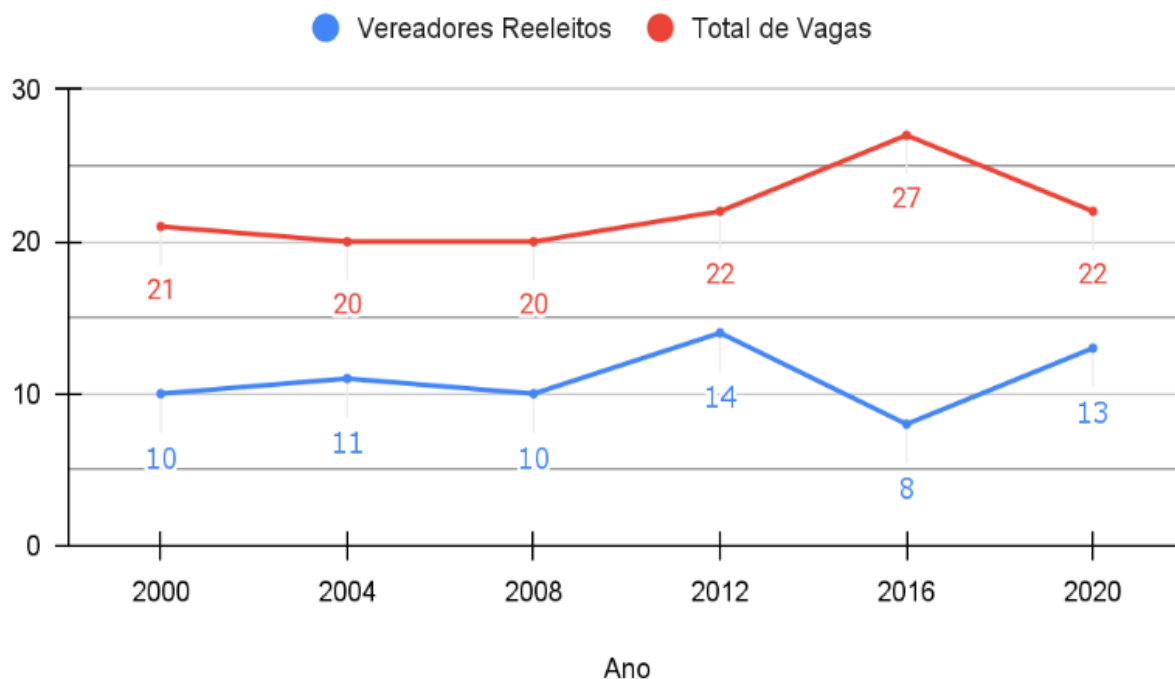
Contudo, Brambor e Ceneviva (2012) criticam essa conclusão, apontando limitações metodológicas no estudo de Barreto, como a amostra restrita (62 dos 5.560 municípios) e a ausência de variáveis importantes como carisma, força partidária local e propaganda. Em sua própria análise

das eleições municipais entre 2000 e 2008, os autores concluem que não há vantagem significativa para os prefeitos em busca da reeleição — ao contrário, observam uma queda média de 4% na margem de votos dos incumbentes.

Em Ribeirão Preto, entretanto, todos os prefeitos eleitos no período analisado conseguiram se reeleger: Dárcy Vera (DEM), eleita em 2006 e reeleita em 2012; Duarte Nogueira (PSDB), eleito em 2016 e reeleito em 2020. Outros prefeitos exerceram o cargo antes da emenda de 1997 e retornaram ao poder posteriormente, como Antonio Palocci (PT), eleito em 1992 e 2000, e Welson Gasparini, com mandatos em 1963, 1972, 1988 e 2004 — somando 17 anos no cargo, o mais longo no município.

A pesquisa também analisou a reeleição no Legislativo, onde não há limite de mandatos. A permanência de vereadores, deputados e senadores reflete fatores como apoio popular, desempenho parlamentar e eficácia de campanha. A taxa de reeleição permite observar tendências de estabilidade ou renovação no cenário político local, comparando a força dos candidatos incumbentes aos novos concorrentes. O gráfico a seguir mostra esses dados para os vereadores de Ribeirão Preto entre 2000 e 2020.

Figura 2. VEREADORES REELEITOS E TOTAL DE VAGAS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Com o Índice de Democracia, é possível analisar a influência da incumbência política, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Para os prefeitos, consideraram-se os anos de reeleição, mesmo com intervalo entre mandatos — como nos casos de Palocci e Gasparini. No Legislativo, analisou-se a proporção de vereadores reeleitos em relação à legislatura anterior. Os anos de reeleição de prefeitos, segundo esses critérios, foram 2000, 2004, 2012 e 2020.

O gráfico mostra que, em média, 50,81% dos vereadores foram reeleitos nos seis pleitos analisados, sugerindo vantagem para quem já ocupa o cargo. Em 2016, essa taxa caiu para 29,62%, o menor índice do período, reduzindo a média geral — que seria 55,04% sem esse ano. Esse pleito também teve um número elevado de cadeiras disponíveis e foi o que menos reelegeu vereadores.

Desde 2012, havia propostas para ampliar de 22 para 27 as cadeiras na Câmara. Após manifestações e disputas judiciais, o STF decidiu em 2017 pela volta às 22 cadeiras, mas a mudança só foi aplicada em 2020, conforme decisão do ministro Dias Toffoli que respeitou o resultado das urnas de 2016.

Outro fator decisivo foi a Operação Sevandija, iniciada em setembro de 2016, que investigou desvios de R\$ 256 milhões em contratos fraudulentos envolvendo Executivo, Legislativo e empresas ligadas à Coderp. A operação resultou na condenação de 21 pessoas, incluindo 9 dos 22 vereadores da legislatura 2013–2016. Muitos apoiavam a prefeita Dárcy Vera (PSD), dificultando investigações sobre corrupção.

A operação expôs um esquema de reciprocidade entre políticos e servidores, refletindo relações clientelistas (Duenas; Moya, 2015, apud Almeida, 2020). Para Almeida (2020), a democracia depende da limitação e distribuição do poder, com transparência, participação e freios institucionais. A corrupção mina esses princípios, afetando a representação e o engajamento político.

Pinto (2011) destaca a vulnerabilidade dos municípios à corrupção, dada a concentração de poder, baixa qualificação burocrática, fraco controle legislativo e pouca transparência. A Constituição de 1988 deu mais autonomia aos municípios, mas isso também ampliou os riscos de má gestão, especialmente orçamentária (Almeida, 2020).

A Operação Sevandija influenciou fortemente as eleições de 2016: dos nove vereadores condenados, apenas um não concorreu, e dos oito que disputaram, só Capela Novas (PPS) foi reeleito — mas impedido de tomar posse. Os demais tiveram queda expressiva de votos em relação à eleição anterior, evidenciando a perda de apoio popular.

Esse pleito também marcou o início da queda na participação eleitoral: em 2012, houve 336.780 eleitores e 22,07% de abstenção; em 2016, 325.618 eleitores e 27,6% de abstenção; e em

2020, 298.508 eleitores com abstenção de 32,4%.

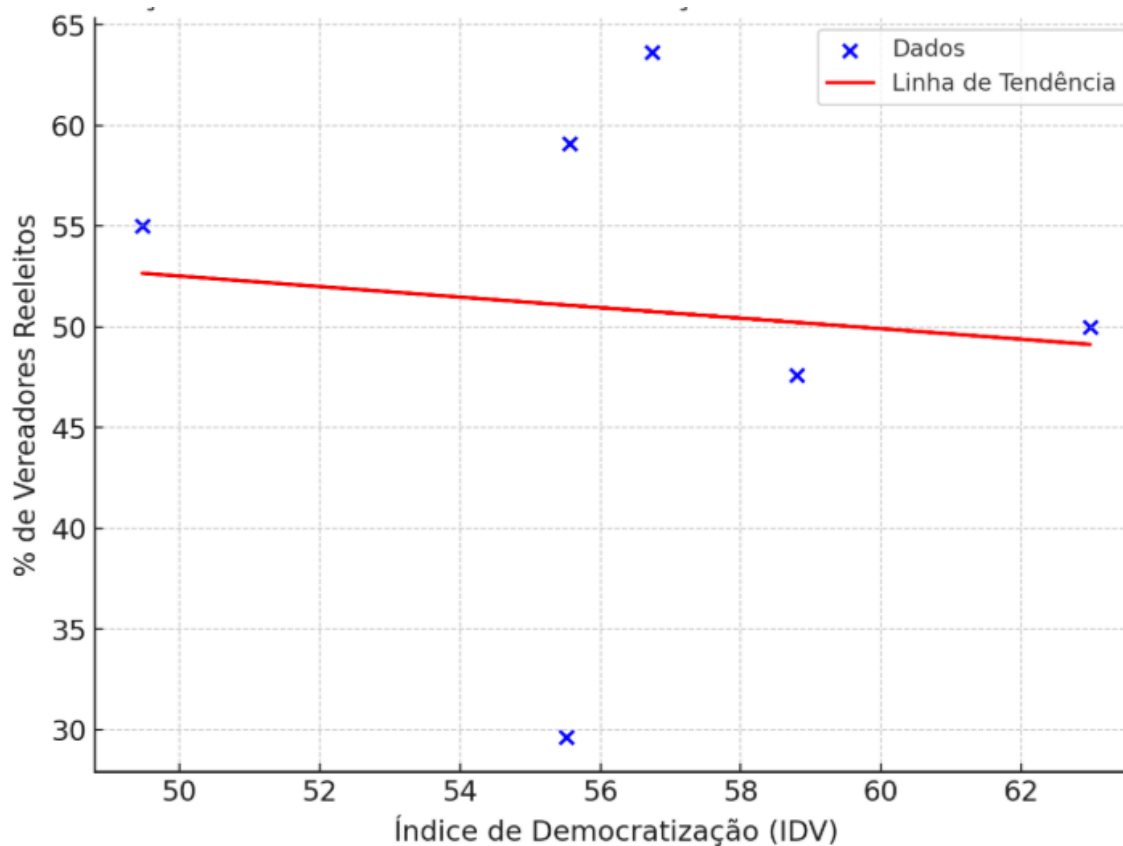
Segundo Oliveira (2008), a corrupção provoca descrença generalizada nos líderes políticos, afetando especialmente os municípios e desestimulando a participação política — fator que pode explicar a queda do Índice de Democracia .

A relação entre taxa de reeleição e democracia revela aspectos importantes da política local. Altos índices de reeleição podem indicar satisfação popular ou a permanência de elites, enquanto taxas baixas sugerem maior renovação e engajamento político (Little; Meng, 2024. Geddes, 2024). A qualidade democrática influencia esses padrões: sistemas mais democráticos tendem a favorecer a competição, enquanto a estabilidade institucional pode reforçar a confiança nos incumbentes (Mauk, 2021. Lacher; Wamsley, 2023).

Considerando os pontos acima mencionados, correlacionar o índice de democracia com a reeleição de vereadores não apenas permite examinar o impacto que a abertura política tem sobre a continuidade das lideranças, mas também ajuda a avaliar até que ponto a renovação ou a permanência no poder está vinculada ao grau de amadurecimento democrático de uma cidade.

A relação entre as duas variáveis mencionadas anteriormente, foi calculada através da Correlação de Pearson, que mede a relação linear entre duas variáveis, independentemente das unidades. Ela fornece um valor entre -1 e 1, onde 1 indica uma correlação positiva perfeita, -1 indica uma correlação negativa perfeita e 0 indica que não há correlação linear. O resultado da correlação entre Índice de Democracia com a reeleição de vereadores no período de 2000 até 2020 foi de aproximadamente -0.097. O resultado obtido, por ser muito próximo de 0, indica que não há uma relação linear forte entre as variáveis estabelecidas, em outras palavras, as variações no índice de democracia não parecem estar associadas de maneira consistente com as variações na taxa de reeleição de vereadores ao longo desses anos.

Figura 3. Correlação entre Índice de Democracia e % de Vereadores Reeleitos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Os pontos que representam cada ano estão amplamente dispersos, o que indica que não há uma relação linear clara entre o índice de democracia e a porcentagem de vereadores reeleitos. A linha de tendência no gráfico sugere uma leve inclinação negativa, reforçando o valor da correlação de Pearson, que foi próximo de $-0,097$. Esse valor baixo indica que, ao longo dos anos, não há uma relação forte entre o índice de democracia e a reeleição. Um aumento no índice de democracia dos vereadores tende a estar fracamente associado a uma leve queda nas taxas de reeleição, mas essa relação não é significativa o bastante para ser considerada consistente.

Analisando ano a ano, observamos que as variações nas taxas de reeleição dos vereadores não correspondem diretamente às variações no índice de democracia. Um exemplo disso é 2016, quando, apesar de o índice de democracia ser semelhante ao de 2020, as taxas de reeleição foram drasticamente diferentes, possivelmente influenciadas por fatores externos, como a Operação Sevandija. Esses resultados indicam que o índice de democracia não é um fator decisivo para prever a reeleição, sugerindo que aspectos locais, problemas socioeconômicos e o desempenho individual dos vereadores podem ter maior impacto, tornando a relação entre democracia e reeleição complexa.

e não linear.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos dessa pesquisa foi a comparação dos resultados obtidos em Ribeirão Preto com a tendência nacional calculada por Cervi e Neves (2019) nas eleições municipais de 2016, tendo em vista que os autores categorizam os municípios baseados em faixas populacionais, sendo o maior grupo aqueles que contêm acima de 200 mil habitantes, num total de 132 municípios no Brasil, Ribeirão contou com 698 mil habitantes no censo de 2022 do IBGE e se enquadra dentro dessa categoria estabelecida.

O estudo referenciado de Cervi e Neves (2019), que abordou apenas o pleito municipal de 2016, contou com um Índice de democracia , nas cidades com mais de 200 mil habitantes, nas eleições majoritárias de 49,79 pontos, e nas proporcionais 61,26 pontos, enquanto Ribeirão Preto, fazendo uma média em todo o período analisado, pontuou 47,14 nos pleitos majoritários e 56,51 nos proporcionais, evidenciando que as eleições médias dos municípios de grande porte do Brasil são mais democráticas quando comparado às do município de Ribeirão Preto, tantas nas esferas do Legislativo quanto do Executivo.

Uma comparação mais precisa, seria apenas dando luz ao ano de 2016 no município em questão, que contou com 55,51 pontos para as eleições proporcionais, e 51,7 nas majoritárias. Nesse cenário em específico, Ribeirão Preto contou com um processo eleitoral mais democrático na eleição para Prefeitura em relação à média nacional, já para a escolha dos Vereadores, a cidade se mostrou menos democrática. No entanto, os índices da cidade se mostraram de acordo com a tendência nacional. Em todos os anos analisados, com exceção de 2004, o índice de democracia das eleições proporcionais foram superior aos das eleições majoritárias, o mesmo foi verificado numa tendência nacional, principalmente nas cidades de grande porte, essa diferença, no caso de Ribeirão Preto, foi mais notável.

O objetivo desta pesquisa foi aplicar o Índice de Democracia de Vanhanen à cidade de Ribeirão Preto e examinar sua evolução de 2000 a 2020. Os resultados mostraram uma variação pontual no índice ao longo das eleições majoritárias e proporcionais; isso reflete momentos em que a competição e a participação política aumentaram ou diminuíram. A análise da pesquisa apontou que, em média, o processo eleitoral proporcional (vereadores) foi mais democrático do que o processo eleitoral majoritário (prefeito). Isso corrobora os estudos nacionais que mostram uma tendência

semelhante nas eleições municipais de grande porte no Brasil.

A pesquisa também destaca que eventos políticos e sociais, como a Operação Sevandija e o impacto da pandemia de Covid-19, influenciaram diretamente o comportamento eleitoral e a participação democrática, evidenciando a relação entre fatores externos e o processo de democracia local. A alta abstenção registrada em 2020, por exemplo, sugere que o contexto de crise pode afetar de maneira significativa a confiança dos eleitores nas instituições políticas.

No entanto, o cálculo da correlação entre o índice de democracia e a taxa de reeleição dos vereadores demonstrou que não há uma relação linear significativa entre essas variáveis. Isso sugere que outros fatores, como o desempenho individual e as dinâmicas socioeconômicas, podem afetar a continuidade do poder local.

Os achados deste estudo contribuem para o entendimento da democracia em nível local, sugerindo que, embora Ribeirão Preto apresenta um processo eleitoral relativamente estável, há espaço para melhorias na competitividade e participação política. Como proposta para pesquisas futuras, sugere-se a análise de outros municípios com características populacionais e econômicas similares, a fim de verificar se as tendências observadas em Ribeirão Preto podem ser generalizadas, ou apenas ocorreu no contexto específico do município.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix. Representação política local e clientelismo. In KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da (Orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2014. p. 159 – 189.
- ALMEIDA, Tailon Rodrigues. Corrupção no âmbito Municipal: O Caso Sevandija em Ribeirão Preto. Dissertação Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). Revista Debates, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 97-115, jul./dez. 2009.
- BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. Revista Novos Estudos Cebrap, n. 93, p. 9-21, 2012.
- BULMER, E. Local democracy. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2017.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Abstenção eleitoral, voto facultativo e obrigatório, In, Eleições Municipais na Pandemia. Rio de Janeiro: FGV, 2022.
- CERVI, Emerson ; NEVES, Daniela. Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais no Brasil de 2016. Revista Sociedade e Estado, v. 34, n.2. 2019.
- DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp. 2012.
- DIAMOND, L. (ED.). Para entender a democracia. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2017.
- ELSTUB, S. Towards a deliberative and associational democracy. Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press, 2008.
- DUENAS, Gabriel ; MOYA, Emilio. Las relaciones sociales que possibilitan la corrupción en municipios: un estudio de dos casos. In Revista Transparencia & Sociedad, no 3. 2015. p. 13-28.
- GEDDES, Barbara. O que causa a democratização? In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Eds.). The Oxford handbook of comparative politics. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199566020.003.0014>. Acesso em: 12 set. 2024.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A morte dos coronéis: política e poder local. Curitiba: Editora Appris. 2016.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da. (Orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2014.
- LAVAREDA, Antônio; Telles, Helcimara (org.) Eleições Municipais na Pandemia. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

LACHER, Hannes; WAMSLEY, Dillon. Democratization, development, and inequality: the limits of redistributive models of democracy. *Theory and society*, v. 52, n. 6, p. 1031–1065, 2023.

LITTLE, A. T.; MENG, A. Measuring democratic backsliding. *PS, political science & politics*, v. 57, n. 2, p. 149–161, 2024.

MAUK, Marlene. Quality of democracy makes a difference, but not for everyone: How political interest, education, and conceptions of democracy condition the relationship between democratic quality and political trust. *Frontiers in political science*, v. 3, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Na operação Sevandija do GAECO, 21 são condenados por corrupção e outros crimes. Portal do MPSP, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://mpsp.mp.br/w/na-opera%C3%A7%C3%A3o-sevandija-do-gaeco-21-s%C3%A3o-condenados-por-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-outros-crimes>. Acesso em: 17 set. 2024.

OLIVEIRA, Manoel Berclis de. O fenômeno da corrupção na esfera pública brasileira. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

PERES, Paulo Sergio. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23 no 68. São Paulo: ANPOCS, out. 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>

PASSADORE, Bruno de Almeida; FORIGO, Camila Rodrigues. Fim das Coligações Proporcionais e Seus Efeitos no Legislativo Municipal Brasileiro: Uma Análise a Partir do Resultado eleitoral de 2020. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, SC, v. 25, n. 00, p. e0129, 2021. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v25i1.129. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/129>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PINTO, Celi Regina Jardim. A Banalidade da Corrupção: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. O ativismo judicial no Brasil: o caso da verticalização. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.2.2017.tde-09082017-160419. Acesso em: 2024-08-26.

SENADO FEDERAL. Especialistas analisam abstenção recorde nas eleições de 2020. Portal do Senado Federal, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, D. de M. APRESENTAÇÃO - DEMOCRACIA LOCAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.4322/tp.v29i2.816. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/816>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SILVA, Nivaldo Correia da. O lugar da corrupção: deficiências e formas de controle na gestão de

governo municipal. 2007. 173 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF mantém 22 cadeiras para vereadores em Ribeirão Preto. Portal do STF, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361212>. Acesso em: 17 set. 2024.

THE ECONOMIST Democracy Index 2019. A year of democratic setbacks and popular protest. Disponível em <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>. Acesso em 27 Abril. 2023.

VANHANEN, Tatu. Democratization: a comparative analysis of 170 countries. London: Routledge, 2003.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pode ser acessado em: <https://www.tse.jus.br/#/>.

CAPÍTULO 10

O FRACASSO DO PSDB NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018: OS EFEITOS DA POLARIZAÇÃO NA CANDIDATURA DE GERALDO ALCKMIN

ZORZI, André Carlos

<https://orcid.org/0000-0001-9205-7669>

Mestrando em Ciência Política (UFSCar), Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (USP)
e Comunicação Social - Jornalismo (PUC-SP). São Paulo (SP), Brasil.

<andre.carlos.pesquisa@gmail.com>

SOUZA, Alexandre Nogueira de

<https://orcid.org/0009-0009-7942-6445>

Doutorando em Ciência Política (UFSCar), Mestre em Ciência Política (UFSCar),
Pós-graduado em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia (PUC-RS) e bacharel
em Relações Internacionais (UFU). São Carlos (SP), Brasil.

<alexandre.ns97@icloud.com>

NUNES, Gabriel Baldan

<https://orcid.org/0009-0004-4164-4774>

Mestrando em Ciência Política (UFSCar), Bacharel em Ciências Sociais
(Unesp-Araraquara). São Carlos (SP), Brasil.

<gabriel.hbnunes@gmail.com>

RESUMO: A polarização política é algo que se faz presente no cotidiano dos cidadãos brasileiros. A preferência irrestrita por um determinado candidato ou o fato de aderir a uma ideologia política específica são questões que predominam no ethos político do Brasil. A polarização impede as múltiplas vozes de ressoar, limitando a disputa apenas entre dois espectros opostos, antagônicos e, por vezes, radicais. Diante disso, este capítulo objetiva compreender como a polarização ocorrida nas eleições presidenciais de 2018 prejudicou a candidatura de Geraldo Alckmin, que se posicionou como uma terceira via em um cenário polarizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e por Jair Bolsonaro, utilizando como metodologia a análise de dados e o embasamento em literatura específica da área do comportamento político. Conclui-se que o PSDB, sem um candidato com discurso agressivo e num cenário de crise política, perdeu espaço e força no cenário político nacional. A polarização entre PT e Bolsonaro contribuiu para a derrocada do PSDB.

Palavras-chave: Polarização política, Geraldo Alckmin, PSDB, PT, Bolsonaro.

THE FAILURE OF THE PSDB IN THE 2018 PRESIDENTIAL ELECTION: THE EFFECTS OF POLARIZATION ON GERALDO ALCKMIN'S CANDIDACY

ABSTRACT: Political polarization is something that is present in the daily lives of Brazilian citizens. The unrestricted preference for a particular candidate or the fact of adhering to a specific political ideology are issues that predominate in Brazil's political ethos. Polarization prevents multiple voices from resonating, limiting the dispute to just two opposing, antagonistic, and sometimes radical spectrums. In view of this, this chapter aims to understand how the polarization that occurred in the 2018 presidential elections harmed the candidacy of Geraldo Alckmin, who positioned himself as a third way in a scenario polarized by the Workers' Party (PT) and Jair Bolsonaro, using data analysis and specific literature in the area of political behavior as a methodology. It is concluded that the PSDB, without a candidate with an aggressive discourse and in a scenario of political crisis, lost space and strength in the national political scene. The polarization between PT and Bolsonaro contributed to the downfall of the PSDB.

Keywords: Political polarization, Geraldo Alckmin, PSDB, PT, Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

A polarização política é vista como algo presente no cotidiano dos brasileiros, que pode limitar a disputa entre dois espectros opostos e antagônicos. Este artigo busca compreender como a polarização das eleições presidenciais de 2018 no Brasil impactou a candidatura de Geraldo Alckmin, que se posicionou como “terceira via” em cenário polarizado pelo PT e por Jair Bolsonaro.

Alckmin buscou uma ampla rede de apoio partidário, tentando usar as instituições democráticas em seu favor, com nove partidos políticos e o maior tempo de televisão. Havia ainda o retrospecto histórico de, desde 1994, PT e PSDB terem disputado o 2.º turno das eleições. Isso foi interrompido em 2018, com a ascensão de Bolsonaro. Em termos de comportamento político, uma parcela significativa dos até então eleitores do PSDB migraram para o discurso de Bolsonaro. Elementos como a personalização da política e um aparente abalo da máquina partidária, mesmo num cenário com alta rejeição a Fernando Haddad (PT) e Bolsonaro (PSL), fizeram com que Alckmin e o PSDB não conseguissem passar sequer de 5% dos votos. O cenário político se mudou rapidamente e alguns atores souberam aproveitar isso melhor, enquanto outros não se reinventaram.

Há fatores exógenos e endógenos fundamentais para a derrocada do PSDB. Para analisar esses pontos, este capítulo busca atrelar o caso da candidatura de Alckmin-2018 a uma bibliografia de Comportamento Político e outros textos sobre o tema. Em seguida, relembremos o surgimento, evolução e declínio do PSDB, numa metodologia que facilita o entendimento dos múltiplos fatores que explicam o fracasso do PSDB nas eleições de 2018. O capítulo conclui que o PSDB não soube se reinventar em uma era em que a personalização da política está atrelada mais ao candidato do que aos partidos.

O problema de pesquisa é abordado pelo método qualitativo, com a abordagem científica de estudo de caso. O capítulo contribui para a Ciência Política contemporânea ao oferecer um estudo sobre as estratégias do PSDB nas eleições em que esteve presente, e também ao Comportamento Político ao indicar como uma parte dos eleitores abandonou o partido em 2018 após uma relação de 20 anos. Por fim, justifica-se o capítulo com os poucos estudos sobre o PSDB após seu crepúsculo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E CORRELAÇÃO COM A TEMÁTICA

O artigo “Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil” (Fuks, Marques, 2022), objetiva compreender a polarização política no Brasil. Ao dividir o fenômeno em “polarização ideológica” e “polarização afetiva”, os autores buscam desvendar os significados de cada termo, analisando a forma em que ocorrem no país, contextualizando o debate sobre polarização no Brasil, como de caráter assimétrico, recente e de foco na imagem das lideranças.

Nos últimos anos, vê-se um expressivo aumento da polarização política no Brasil e, na interpretação de Fuks e Marques (2022), a polarização afetiva é predominante por estar ligada diretamente aos líderes políticos. O caráter personalista da política brasileira e o traço imagético de lideranças faz com que uma parcela considerável dos eleitores vote em pessoas e não em partidos, de modo que a plataforma política e o componente ideológico fiquem em segundo plano.

Todavia, essa polarização ocorrida possui um formato assimétrico. Na exegese de Fuks e Marques (2022), a esquerda caminhou para o centro do espectro político com discursos e práticas moderadas, enquanto a direita foi em direção à extremidade, recoberta pelas vestes do radicalismo. Houve o surgimento de uma nova direita nas ruas, no parlamento, na imprensa e na internet.

A polarização segue uma dinâmica internacional, o caso brasileiro não é exclusivo. Nos EUA, cada vez mais os principais partidos (Democratas e Republicanos) se diferenciam em termos de ideologia e agenda política. A polarização, por outro lado, não está relacionada apenas a partidos ou a ideologias políticas, pode estar associada a um determinado evento ou tema capaz de dividir as opiniões dos cidadãos, como a Independência da Catalunha e o Brexit (Fuks, Marques, 2022).

Vimos que a polarização é um fenômeno amplamente difuso, capaz de adentrar aos mais variados debates presentes no âmbito político. Voltando à realidade brasileira, é válido ressaltar que, a partir das eleições de 2018, os eleitores começaram a se identificar em maior escala com as noções de direita e esquerda, de modo que o componente ideológico impactasse no voto, mesmo que os líderes

continuassem mais conhecidos que seus partidos — isso comprova a existência do que Fuks e Marques (2022) denominam de “polarização afetiva”. Além disso, ressaltam que a

direita assumiu uma posição mais extremista do que a esquerda nesse contexto de polarização, e esse argumento serve tanto para os candidatos quanto para os eleitores.

Quando os autores comparam o distinto cenário político de 2018 com o de 2014, percebem os eleitores de Bolsonaro mais à direita do que os de Aécio. Já na esquerda, o tom foi parecido entre Dilma e Haddad/Lula, que se deslocaram apenas levemente à esquerda em 2018.

Diante dessas análises, Fuks e Marques (2022) atrelam a inquietante ascensão da polarização brasileira ao atual contexto político e à história recente do país. De forma sintética, demonstram no excerto abaixo as descobertas iniciais sobre a polarização no Brasil:

1) Há um aumento da polarização, mas é uma polarização predominantemente afetiva e mais intensa em relação aos candidatos; 2) embora já se observe alguns indícios em 2014, essa polarização afetiva só adquire contornos mais claros em 2018; 3) na dimensão simbólica da ideologia, não há claros indícios de polarização, mas sim de um crescimento e radicalização da direita. Nesse sentido, temos, no máximo, um estágio inicial de polarização ideológica; 4) na dimensão operacional da ideologia, embora os brasileiros estejam mais divididos hoje em relação a assuntos públicos, isso não assume a forma de clivagem partidária (Fuks e Marques, 2022, p. 567).

Ademais, Fuks e Marques (2022) afirmam que o brasileiro, de modo geral, possui baixo interesse por política. Apenas 8,44% se interessam por política (LAPOP, 2019). A grande maioria dos eleitores não possuem vínculos partidários. "Indivíduos com identidade partidária têm 126,4% e 354,1% mais chance de estarem polarizados em relação aos líderes e partidos e 74,4% mais chances de serem ideologicamente extremistas." (Fuks e Marques, 2022, p. 578).

As lideranças políticas são referências mais evidentes do que os partidos. Essa é a tônica de um sistema partidário fragmentado, instável e com uma frágil base social (Fuks e Marques, 2022). Alguns autores evidenciam que a polarização política produz um efeito positivo, pois aumenta o engajamento dos eleitores. Todavia, os autores do texto mencionado expressam a ideia de que a polarização pode ser nociva para a democracia, uma vez que pode levar os eleitores a apoiarem medidas autoritárias propostas pelas lideranças políticas.

O texto "Democracy in America? Partisanship, Polarization and the Robustness of Support for Democracy in United States", publicado por Graham e Svulik, embora esteja focado na análise do processo norte-americano, também consegue contribuir para o entendimento de outros casos. Afinal, a polarização é um fenômeno de dimensão global, ou ao menos ocidental. Sendo assim, apresenta significados repletos de semelhança nos

locais onde eclode.

Para Graham e Svolik (2020), a polarização causa efeitos maléficos para a democracia, pois mina a capacidade do público de punir os políticos por subverter o processo democrático. Na atual fase das democracias liberais do ocidente, percebe-se que, quando há de um lado um candidato anti-democrático que converge em termos de ideias e interesses com parte do eleitorado, e no espectro oposto um segundo candidato que valoriza as instituições democráticas mas diverge no que condiz ao posicionamento político, uma fração significativa dos eleitores pode sacrificar os princípios democráticos para eleger um candidato que contemple os anseios do eleitor no que condiz aos valores políticos. E esse tipo de comportamento apresenta riscos para as instituições democráticas.

Em um cenário polarizado, até mesmo os eleitores favoráveis à democracia, em diversas ocasiões, agem primeiro como partidários e depois como democratas. Na concepção de Graham e Svolik (2020), eleitores e candidatos polarizados são danosos para a democracia.

Em contraposição aos extremistas políticos, Graham e Svolik (2020) afirmam que eleitores moderados e centristas são bons para o processo democrático, uma vez que valorizam as instituições, o processo político e o "rule of law" acima de qualquer preferência ideológica. Os autores consideram os centristas como a principal força pró-democracia, isso se deve ao fato de que os eleitores e candidatos que se posicionam na via média têm como principal argumento o anti-extremismo.

Os autores, após uma longa pesquisa, concluem que a democracia se encontra em crise no mundo todo, instabilidades estão cada vez mais presentes. Diante disso, Graham e Svolik (2020) recorrem ao legado de Alexis de Tocqueville e de Robert Dahl a fim de embasar o entendimento sobre a democracia, bem como para relembrar os cidadãos a importância de eleições livres, de mecanismos de freios e contrapesos e das liberdades civis. Por fim, deixam uma pergunta bastante intrigante: o que podemos esperar dos cidadãos no que diz respeito à defesa da democracia?

Já no texto de Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), destaca-se que a polarização no comportamento político no Brasil costuma estar ligada a questões sobre temas morais, como o divórcio, o aborto e os direitos LGBT. Destaca-se a necessidade de algumas diferenças em relação aos estudos sobre comportamento político feitos nos Estados Unidos, uma vez que, lá, há identidades ideológicas (liberal e conservadora) e partidária (democrata e republicana) bem definidas, enquanto no Brasil há um sistema partidário

fragmentado. No Brasil, não há um claro alinhamento entre as pessoas que se identificam como “direita” ou “esquerda” e temas socioeconômicos, por exemplo. Essa diferenciação existe justamente nos temas morais já citados (Ortellado et al., 2022).

O estudo feito pelos autores é baseado em questionários englobando opiniões políticas em temas como “direito da população LGBT”, “autonomia sexual e reprodutiva”, “suicídio e eutanásia” e “corrupção”, que fazem parte das “guerras culturais” nos anos antecedentes à pesquisa, e também temas clássicos como “desigualdade social”, “papel do Estado e meritocracia”. Os resultados alcançados indicaram que quanto maior a idade e/ou menor a escolaridade, mais polarizada é uma identidade política com a qual as pessoas se identificam. Ainda há trecho que cita a questão de identificação positiva ou negativa com diversos grupos políticos em que cita-se especificamente que “o único grupo cuja hostilidade na população em geral varia entre quem adota identidades esquerda/direita é o de pessedebistas” (Ortellado et al., 2022, p. 83).

A conclusão de Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022) à pergunta se “há polarização política no Brasil?” é de que ela existe nos sentidos delimitados pela literatura já existente que amparou o estudo. Também destacam que há polarização das opiniões políticas de massa no Brasil, em especial nos temas morais, com um caráter geracional importante, em que as mudanças nos costumes mais recentes acabaram por “reforçar” o conservadorismo de gerações antigas. Ao mesmo tempo, a polarização entre as identidades de esquerda e direita no Brasil cresceu a partir de 2014 (Ortellado et al., 2022), ou seja, pouco depois das Jornadas de Junho de 2013 e num momento de eleição que envolveu o PSDB.

Por fim, na análise de Fuks, Ribeiro e Borba (2021) sobre o impacto dos votos de eleitores antipetistas e antipartidários, que visa explicar a vitória de Bolsonaro, considerado um candidato com discurso incendiário, pouca cobertura midiática, pouco reconhecimento entre o público geral e que se recusava a fazer concessões, em um partido político pequeno. Fuks, Ribeiro e Borba (2021) destacam, com base na literatura pregressa, que, quando se aborda o sentimento dos brasileiros perante partidos políticos, os sentimentos negativos têm importância semelhante aos sentimentos positivos, ou seja, acaba sendo tão relevante para fins eleitorais alguém ser antipetista ou petista. Ao mesmo tempo, no Brasil de 2018, o antipartidarismo era visto como muito próximo ao antipetismo por si só - ainda que muitos antipetistas rejeitassem os partidos políticos como um todo.

Contudo, os autores destacam que até então boa parte da literatura sobre o tema não levava em conta o fato de que um contexto envolvendo crise política somada à

polarização política pode levar à intolerância de grupos convencionais, especialmente de partidos políticos. Por isso, no Brasil de 2018, os partidos considerados mais tradicionais e moderados, com mais de 25 anos de existência, ou seja, o PT, o PSDB e o PMDB, acabaram se tornando o alvo principal de eleitores brasileiros que buscavam soluções disruptivas (Fuks et al., 2021).

Os resultados do estudo indicaram que o antipartidarismo, no geral, era um fenômeno mais abrangente que o antipetismo nas eleições de 2018. Comparados a eleitores favoráveis aos partidos, os grupos identificados como antipetistas tolerantes e antipetistas intolerantes teriam, respectivamente, 352% e 181% mais probabilidade de votar em Bolsonaro, números bastante expressivos, e que indicam que foi Bolsonaro, e não Alckmin, que conseguiu captar o voto antipetista em 2018 (Fuks et al., 2021).

2. O SURGIMENTO DO PSDB E O DESENVOLVIMENTO DO PARTIDO NA ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Segundo Vieira (2012), a origem da formação do PSDB remete aos anos de 1987 e 1988, num contexto pós-ditadura militar em que o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), herdeiro do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido que fez oposição à ditadura, ainda abarcava políticos de abrangência ideológica muito ampla. Durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), algumas questões causaram divisões internas, como por exemplo a defesa do modelo parlamentarista ou presidencialista, e a duração de mandato presidencial de quatro ou cinco anos.

O PSDB surgiu como um partido de base parlamentar, sem grandes vínculos com movimentos sociais, adotando uma estratégia eleitoral catch all em busca de um eleitorado de posições centrais que estivesse descontente com o governo do então presidente José Sarney e ao mesmo tempo não se identificasse com nenhum outro partido. Em seus primeiros documentos publicados, era possível observar também tendências social-democratas nas políticas sociais e a defesa do liberalismo de mercado nas políticas econômicas (Vieira, 2012).

Ainda, Celso Roma (2002) em “A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999”, analisou que ao longo de sua história, o PSDB sempre esteve propício a rachas dentro do partido devido sua estrutura organizacional. Para o autor

(...) o pragmatismo que caracterizou a origem do PSDB redundou em um tipo de estrutura organizacional com pouca democracia interna e com concentração de poder de decisão em suas lideranças, variando hierarquicamente esta concentração de acordo com o âmbito das

questões em pauta – municipal, estadual ou nacional. (...) A análise das estratégias do partido mostrou o deslocamento de suas alianças políticas no espectro ideológico. Este deslocamento não encontrou obstáculos internos. Embora parte de seus membros tenha manifestado discordância, o que prevaleceu foi a orientação de suas lideranças, cuja visão em torno de um programa de governo estava mais próxima dos partidos da direita do espectro ideológico. Esta decisão tomada por suas lideranças significou a adoção de uma estratégia que combinasse os objetivos de chegar ao poder político e de implementar seu programa de governo. A conclusão possível de ser deduzida é a de que a fraca organização partidária do PSDB favoreceu a tomada racional de decisão de suas lideranças, produzindo maior eficiência eleitoral e maior capacidade governamental. Mantendo fracos vínculos com a sociedade civil, demonstrada pela origem exclusivamente parlamentar e pela falta de articulação e organização dos interesses de associações representativas, suas lideranças podem atuar na arena governamental e na competição eleitoral com maior autonomia decisória (Roma, 2002, p. 87).

Desde sua criação, o partido disputou todas as eleições presidenciais. Em 1989, Mario Covas ficou na 4ª colocação, com 11,52% dos votos válidos, atrás de Collor, Lula e Brizola. Nas duas eleições seguintes, Fernando Henrique Cardoso, aproveitando a popularidade do Plano Real, venceu Lula (PT), ambas no 1º turno: 54,3% x 27% (1994) e 53% x 32% (1998). Em 2002, José Serra perdeu para Lula: 23,2% x 38,7% (1.º turno) e 39% x 61% (2.º turno). Geraldo Alckmin foi o escolhido na eleição de 2006, adotando "estratégia eleitoral que incluía a defesa de um choque de gestão na administração pública e críticas à corrupção detectada no governo Lula" (Brustlein et al., 2009. p. 240), e tendo como resultados: 41,6% x 48,6% (1.º turno) e 39,1% x 60,8% (2.º turno). Destaca-se, porém, um fato único até hoje nas eleições presidenciais brasileiras: Alckmin teve uma quantidade menor de votos no 2º turno em relação ao 1º, passando de 39,9 milhões a 37,5 milhões. Em 2010, Serra foi derrotado por Dilma Rousseff (PT): 32,6% x 46,9% (1.º turno) e 33% a 56% (2.º turno). Aécio Neves foi o primeiro candidato a presidente de fora de São Paulo (mineiro) a concorrer à presidência, e alcançou 33,5% x 41,6% (1.º turno) e 48,36% x 51,64% (2.º turno). Apesar da derrota, tanto Aécio Neves como o PSDB adotaram um discurso de que o partido saía das eleições fortalecido (Macedo, 2014), ideia acompanhada por setores da grande imprensa (Amorim, 2014; Lima, 2014).

A ascensão pôde ser percebida em especial no ano de 2016 (Neto, 2022), quando o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) fez com que seu vice, Michel Temer (PMDB), ocupasse o cargo. Com isso, o PSDB passou de oposição a situação e ganhou cargos já no primeiro corpo ministerial divulgado por Temer, com Bruno Araújo (Ministro das Cidades), José Serra (Ministro das Relações Exteriores) e Alexandre de Moraes (Ministro da Justiça e Cidadania). Além disso, o PSDB foi o grande vencedor das eleições de 2016 (Alves, Martins, 2022, p. 60), quando aumentou suas prefeituras de 686 a 793, incluindo a de João Doria, na capital de São Paulo.

A posição de destaque e o alinhamento ao Governo Federal, porém, se deterioraram especialmente no primeiro semestre de 2017, quando surgiram informações da Lava-Jato atrelando escândalos aos nomes de Aécio Neves (PSDB) e Michel Temer (PMDB). Aécio Neves foi acusado pela Procuradoria-Geral da República de pedir R\$2 milhões em propina a Joesley Batista, empresário da JBS, com intuito de financiar custos de sua defesa na investigação. Uma irmã e um primo de Aécio foram presos, e pouco depois ele precisou se afastar temporariamente de seu cargo de senador e da presidência do PSDB (Zero Hora, 2018).

Um dos pontos de maior impacto na imagem de Neves foi a divulgação e ampla repercussão midiática de um trecho da conversa entre Aécio e Joesley no qual o então senador afirma: "Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer a delação. Vai ser o Fred com um cara seu. Vamos combinar o Fred com um cara seu, porque ele sai de lá e vai no cara" (Zero Hora, 2018b). Fred, no caso, seria Frederico Pacheco de Medeiros, seu primo e um dos coordenadores de sua campanha em 2014.

Outros nomes fortes dentro do PSDB também ganharam repercussão no noticiário por pedidos de investigação no decorrer da Operação Lava-Jato. Geraldo Alckmin, que seria o candidato do partido em 2018, chegou a ser citado por delatores da Odebrecht que afirmaram ter repassado cerca de R\$10 milhões via "caixa dois" à sua campanha nas eleições de 2010 e 2014 (Macedo, 2018). Também ganharam destaque citações a José Serra, Aloysio Nunes, Bruno Araújo, Sérgio Guerra, Antonio Anastasia, Beto Richa e Duarte Nogueira (Reverbel, 2017).

O PSDB sempre focou na construção da imagem somente de seus líderes, que estariam acima de partidos (1994, 2010, 2014) e a favor da união nacional (1994, 2014). Dessa maneira, a perda de credibilidade de suas lideranças impactaria diretamente na imagem de um novo presidenciável do PSDB. [...] Não seria tão fácil para outro líder do PSDB ocupar novamente esse espaço, tendo em vista que a imagem de Aécio sofreu desgastes e que este lugar também foi construído como metonímia do combate à corrupção. Se o PSDB também havia sido atingido pela Lava-Jato, como dizer-se efetivamente anti-PT? (Alves e Martins, 2022. p. 66).

GERALDO ALCKMIN NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

A campanha eleitoral de 2018 teve início oficialmente em 16 de agosto, com um fator atípico: o nome de Lula, então preso e inelegível, foi registrado pelo PT para a disputa. Ele teve seu pedido indeferido em 1º de setembro, tempo suficiente para quase

duas semanas de campanha como candidato oficial. Seu então vice, Fernando Haddad, passou a ser o candidato oficial do partido, enquanto Manuela D'Ávila (PC do B) passou ao posto de vice. O pedido de registro da candidatura dos novos nomes foi feito em 11 de setembro de 2018 e aprovado em 25 de setembro do mesmo ano (TSE, 2018). Na primeira pesquisa Datafolha G1, 2018), Alckmin já aparecia como a 4.^a força, atrás de Lula, Bolsonaro e Marina Silva, mais próximo dos candidatos ao fim da fila.

Com base no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) é possível encontrar a matriz das estratégias discursivas de Alckmin na campanha de 2018 (Alves e Martins, 2022). O candidato tentou mostrar uma alternativa viável às candidaturas de Bolsonaro e do PT (Lula, que estava preso, e Haddad). Alves e Martins (2022) destacam que "Alckmin acabou se colocando como o "anti-anti", contra o PT e contra o Bolsonaro, mas a imagem de uma oposição moderada acabou por ser rejeitada".

AS TRÊS FASES DA CAMPANHA DE ALCKMIN EM 2018

Para Alves e Martins (2022), a campanha de Geraldo Alckmin em 2018 pode ser dividida em três fases diferentes, cada uma com sua estratégia principal. Na 1^a fase, a adoção de um "antipetismo racional", canalizando o sentimento de indignação nacional, mas focado no equilíbrio de Alckmin, e não na agressividade de Bolsonaro. Na 2^a fase, o investimento na imagem de Alckmin como "terceira via" eleitoral, pedindo que os eleitores "recusassem a polarização do ódio, do radicalismo, unindo PT e Bolsonaro em um único mal" (Alves e Martins, 2022). Em sua 3^a e última fase, a campanha de Alckmin em 2018 buscou vender a ideia de que Bolsonaro não seria capaz de superar a votação de Haddad, candidato do PT, no segundo turno. Alckmin era, portanto, um candidato elevado como o melhor nome para conseguir tal feito. O argumento da campanha estava calcado nas vitórias que Alckmin havia conquistado no passado em suas disputas para o cargo de governador de São Paulo, o que lhe credenciou, segundo a campanha, como "especialista em derrotar o PT" (Alves e Martins, 2022). A presença de propostas, agenda política e da capacidade de gestão do candidato do PSDB, então, passam a dar lugar a uma campanha ao estilo de "última cartada" para tentar chegar ao 2º turno, já aparentemente muito distante.

No final do 1º turno, Bolsonaro (46%) e Fernando Haddad (29,3%) foram os

escolhidos do eleitorado para a disputa do 2º turno. Alckmin não emplacou sequer como a “terceira via”: teve 5.096.349 votos válidos (4,76% do total), quase um terço dos 13 milhões obtidos por Ciro Gomes (12,5%), que ficou à sua frente No 2º turno das eleições de 2018, o PSDB nacional não tomou partido entre Haddad e Bolsonaro e liberou seus diretórios estaduais para tomarem as próprias escolhas (Garcia, 2018). A polarização entre Bolsonaro e Haddad, representando o PT, acabou por formar uma espécie de ‘racha’ entre filiados do PSDB, que teria impactos na postura do partido nos anos seguintes.

De maneira surpreendente, algumas das mais relevantes seções estaduais da sigla e seus respectivos líderes se associaram explicitamente a Bolsonaro, a começar por João Doria em São Paulo e Eduardo Leite no Rio Grande do Sul. Ou seja, um partido que havia nascido com orientação social-democrática - e que, depois, se tornara a nau capitânia da direita democrática - aceitou apoiar e ir a reboque de um político de extrema-direita e defensor ardente de ditaduras (Neto, 2022, p. 23).

BOLSONARISMO: ELEIÇÕES DE 2018 E 2022

Autores como Leal e Vieira (2009) e Martin Wattenberg (1991, p. 3) identificaram a emergência de uma dinâmica política centrada na figura dos candidatos. A partir de uma análise histórica das principais correntes teóricas sobre o comportamento eleitoral — que vai desde a abordagem sociológica, atravessa interpretações de cunho psicológico voltadas ao comportamento individual e culmina nas formulações de base econômica — Wattenberg (1991) caracteriza a contemporaneidade como uma “era da política centrada nos candidatos”. Esse contexto é marcado pela predominância de fatores conjunturais, em especial os de ordem econômica, como determinantes nas escolhas eleitorais.

Para o autor, o eleitor contemporâneo não se encontra rigidamente vinculado a variáveis sociodemográficas nem a identificações partidárias duradouras. Ao contrário, é concebido como um agente individual que avalia racionalmente seus interesses no momento da decisão eleitoral. A esse cenário soma-se o enfraquecimento do controle partidário sobre as candidaturas, o aumento da volatilidade eleitoral e o protagonismo da mídia como principal arena de disputa simbólica e política. Nesse ambiente, a visibilidade midiática torna-se uma variável central para a consolidação de capital político, o que contribui para o fortalecimento de tendências personalistas no processo político-eleitoral.

Em “The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections”, Lucio Rennó busca esquematizar o que sustentou os votos no então candidato do Partido Liberal Social (PSL) à presidência da república, Jair Bolsonaro.

O autor utilizou um survey de opinião pública para compreender se a oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), ou como ficou conhecido, o “antipetismo”, é suficiente para explicar a eleição de Bolsonaro.

De acordo com Rennó (2020), candidatos no mundo todo conseguiram se eleger por se aproveitarem de um ressentimento crescente contra a política e as elites por parte dos eleitores. A partir do uso de mídias sociais e da retórica do “nós contra eles”, líderes criaram uma dicotomia que os centraliza positivamente em oposição a partidos políticos, elites urbanas progressistas e o maquinário político, reportados de maneira negativa e nociva à vontade da população.

Essa lógica do “nós contra eles” afetou todos espectros políticos: a esquerda retrata as elites como exploratórias, inimigas do povo, além de favoráveis às desigualdades. Já a direita possui um discurso entrelaçado ao nacionalismo, com receio dos impactos na segurança nacional e na economia perante os movimentos migratórios. Também, por parte da direita, há uma reação cultural contrária ao caráter progressista de mudança de valores, relacionado aos movimentos de esquerda.

Segundo Rennó (2020), a realização desse processo dicotômico está interligada com a culminação de uma mudança de padrão dos líderes de diversos países do mundo, ou seja, diversas nações se aproximaram do espectro político de direita, elegendo assim, líderes conservadores, alguns populistas e outros não. No Brasil, alguns motivos além do antipetismo podem ter influenciado a eleição de Bolsonaro, como por exemplo o alto nível de descontentamento com o sistema democrático em geral (fenômeno recorrente na Europa e nos Estados Unidos em anos recentes), e os esquemas de corrupção que envolviam partidos tradicionais do país, como o PSDB e o MDB.

No entanto, Rennó (2020) se atenta a uma questão que acredita ser essencial no entendimento do processo eleitoral ocorrido em 2018: é possível que temas políticos tenham impactado a opção de voto em Bolsonaro, visto que, as eleições de 2018 marcaram um amplo alinhamento de votos em um candidato conservador.

Vale ressaltar que ocorreram mudanças no sistema eleitoral para as eleições de 2018, as diferenciando de eleições anteriores. Para Rennó (2020), dado o fato dessas terem acontecido durante a operação Lava-Jato (2014-2021), um conjunto de operações que visou investigar esquemas de lavagem de dinheiro no país, a competição eleitoral foi marcada pela tentativa de se reduzir gastos e custos com as campanhas: proibição de doação de fundos advindos de empresas e da expansão do financiamento público, a

redução do período de campanha de 90 para 45 dias, além de um teto de gastos com as campanhas são alguns dos exemplos disso.

Antes da Lava-Jato, as campanhas eleitorais já eram vistas por parte da população como propícias a esquemas de corrupção, e as reformas políticas eram demandadas desde as crises econômica e política que contextualizam o cenário brasileiro nos anos recentes.

As manifestações de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2015 que ocasionou o eventual enfraquecimento do PT, e as consequências da Lava-Jato que assolaram tanto Michel Temer e seu partido, o MDB, quanto Aécio Neves e o PSDB, foram decisivas em “selarem o destino dos três partidos nas eleições de 2018. PSDB e MDB tiveram um desempenho muito abaixo nas eleições presidenciais (Rennó, 2020, p. 5). Devido a reputação manchada desses três partidos que possuem um grande impacto nas eleições desde 1994, uma brecha foi aberta para políticos outsiders ganharem força nas eleições presidenciais.

Além disso, a prisão do ex-presidente Lula e a insistência do PT em continuar a apoiá-lo foram essenciais na corrida presidencial, visto que, segundo Rennó (2020), Lula continuou sendo a preferência do partido mesmo depois de encarcerado, o que inviabilizou ainda mais a identificação da população diante de seu substituto, Fernando Haddad, até então desconhecido pela maior parte do eleitorado no país.

Antes um deputado considerado como excêntrico, Jair Bolsonaro passou a ser visto como uma opção viável pelo eleitorado em momentos mais acirrados da corrida eleitoral, muito devido ao seu uso estratégico das redes sociais para espalhar sua retórica antipetista e conservadora, e também por ter conseguido popularizar seu processo de campanha de maneira ininterrupta.

Em um período em que os principais atores políticos e instituições estavam fragilizados, Bolsonaro “emergiu como um líder carismático e com a proposta messiânica de salvar o país da incompetência e corrupção das elites tradicionais, ou seja, o PT e a esquerda” (Rennó, 2020, p. 7). Novamente, a lógica do “nós contra eles” se fez presente em uma via alternativa ocupada por um candidato conservador.

O discurso de Bolsonaro, para Rennó (2020), não apenas criticava a esquerda ao associá-la a uma ameaça comunista no Brasil, mas também por transgredir valores da família tradicional. Boa parte de pautas defendidas por Bolsonaro eram explicitamente contrárias a ideais progressistas, como políticas envolvendo questões de gênero e, em particular, o movimento feminista. Portanto, sua concepção de família era restrita e

abertamente influenciada por valores religiosos, o que excluía as relações de pessoas do mesmo sexo.

Além disso, pregava por punições severas contra o crime e corrupção, sendo um grande apoiador de um movimento que buscava o afrouxamento de regras do uso de armas por civis. Para o autor, isso ressoou de maneira positiva com os cidadãos que vivem em áreas suburbanas com altos índices de pobreza em grandes cidades brasileiras, com as classes trabalhadoras, dado o fato de serem testemunhas diárias da criminalidade no país, além de ter influenciado as elites, receosas pelas notícias que viam na televisão.

Segundo Rennó (2020), é interessante notar que, ao contrário do que se analisa no contexto europeu, onde a maioria dos conservadores são homens que estão na faixa etária acima dos 40 anos de idade, no Brasil, Bolsonaro conseguiu mobilizar o apoio de uma porção jovem de conservadores.

Para além do conservadorismo, uma das hipóteses trazidas pelo autor é que Bolsonaro também captou a atenção de liberais, ao nomear como seu futuro (caso eleito) Ministro da Economia, Paulo Guedes, um economista a favor de privatizações e da abertura de mercados. Assim, o candidato defendia a não intervenção do Estado em assuntos econômicos, contradizendo os movimentos de direita na Europa e nos Estados Unidos, isto é, líderes conservadores nestes Estados pregavam pelo protecionismo e pela bandeira antiglobalização. Para Rennó: “os eleitores de direita na América Latina são tradicionalmente contrários à intervenção do Estado na economia” (2020, p. 7).

Portanto, pode ter ocorrido um possível alinhamento de um conservadorismo moral e social, do liberalismo econômico e a escolha de voto no Brasil. Para Rennó (2020), Bolsonaro se tornou uma voz para uma parte considerável da população que se declarava descontente com assuntos de corrupção, criminalidade, crises econômicas, e uma alegada incompetência administrativa.

Com isso, as hipóteses de Lúcio Rennó precisavam ser comprovadas a partir de perguntas feitas para eleitores em “três ondas distintas”. Acadêmicos da UFMG, IESP, UNICAMP E UnB em associação com o Instituto da Democracia se utilizaram do BEPS (Brazilian Electoral Panel Study) para montar um survey com perguntas que buscava categorizar a probabilidade de cidadãos votarem ou não em Jair Bolsonaro. A primeira onda de entrevistas para as eleições de 2018 aconteceu antes das campanhas começarem; a segunda depois das nomeações dos candidatos, mas antes das propagandas eleitorais na televisão e no rádio; a terceira onda se deu após o primeiro turno. As hipóteses do estudo

para nomear os determinantes que elegeram Bolsonaro são: 1) reação a dilemas morais como aborto, direito LGBTQIA+ e religiosidade em temas públicos; 2) Apoio a punições severas a crimes; 3) Reação à corrupção; 4) Discurso pró-economia liberal; 5) Rejeição ao PT; 6) Oposição a Políticas Sociais (Rennó, 2020, p. 8).

O estudo envolvia perguntas acerca de temas políticos que envolviam aborto, proibição das armas, o ensino religioso nas escolas e etc. Os resultados demonstraram que as eleições de 2018 estavam favoráveis a candidatos de extrema-direita, pois não só opiniões sobre os diversos temas se mostraram alinhados com os defendidos por Bolsonaro, como também houve uma consistência nas respostas dos entrevistados durante as três ondas, ou seja, ideologias já presentes nos eleitores foram decisivas para a definição do voto.

O survey concluiu que os eleitores eram predominantemente conservadores no que diz respeito ao aborto, o porte de arma e ao ensino religioso nas escolas. Para Rennó (2020), Bolsonaro se assimilou com o “humor” da população, e se sobrepôs a outros candidatos de direita, que por sua vez, não conseguiram assimilar o quão profundo o conservadorismo está enraizado no Brasil.

Dessa maneira, eleitores de Bolsonaro, também conhecidos como bolsonaristas, sustentam as hipóteses levantadas: são mais conservadores que outras alas da direita no que se refere a problemas morais e sociais; são a favor de punições mais severas a crimes; são liberais na economia, pois defendem privatizações; além de serem muito preocupados com a temática que envolve corrupção. Vale notar que controles demográficos e socioeconômicos não se apresentaram relevantes, o que demonstra a amplitude do suporte de Bolsonaro, advindo de várias idades, níveis de educação distintos, renda, gênero e até religiosidade.

Portanto, para Rennó (2020), os temas são importantes para distinguir aqueles que votaram em Bolsonaro dos que não votaram. Após seu artigo de 2020 que categoriza Jair Bolsonaro como um líder de extrema direita e categoria o perfil do eleitor bolsonarista e a ressonância que estes fazem com os temas defendidos por Bolsonaro, Rennó enfatiza boa parte dessa literatura ao analisar as configurações acerca das eleições de 2022. Bolsonaro tentava se reeleger após ser vitorioso em 2018, e seu principal adversário era uma figura conhecida no cenário político brasileiro, Lula.

Para o autor, Bolsonaro não é resultado de marketing como foi Collor, mas sim um “legitimador de posições sobre temas políticos”, ou *political issues*. Dessa maneira, o que

para alguns críticos de sua governabilidade pode ser visto como uma forma de desgoverno, dada suas ações e políticas, na verdade é um projeto consistente e conciso, que mira justamente a ruptura com os governos anteriores.

Antes de adentrar de fato na discussão sobre as eleições de 2022, Rennó (2022), a partir de seus trabalhos anteriores, define as categorias de alinhamento, ativação, realinhamento e conversão. Alinhamento diz respeito a eleitores que antes estavam desmobilizados ou independentes, e que passam a se agrupar acerca de uma nova agenda, em um intervalo de tempo contínuo e a longo prazo, o que acaba por afetar vários períodos eleitorais. Enquanto isso, ativação seria a mesma coisa, mas a curto prazo, e acompanha, por exemplo, somente um período eleitoral, o que faz com que essa categoria responda sobre a porção do eleitorado que é mais volátil e indeciso.

Já o realinhamento se refere a mudança de posicionamento ao longo do tempo, e a conversão é a troca de posicionamento/candidato em um único ciclo eleitoral, quando um eleitor muda seu voto no decorrer da campanha. Assim, a conversão está entrelaçada com “um processo mais intenso de persuasão política, de convencimento para a mudança, do que o que ocorre com a ativação” (Rennó, 2022, p. 149).

Com isso, Rennó (2022) declara que o bolsonarismo se traduz em um alinhamento conservador de direita. Antes, movimentos de direita só apoiavam agentes políticos que se demonstrassem capazes de enfrentar o PT nas eleições, sem necessariamente convergir de maneira consistente às posições políticas desses agentes e a um perfil ideológico, voltado para posições sobre temas políticos.

O movimento bolsonarista, por sua vez, possui dimensões postas e consistentes, com grande apoio de parcelas da população que concordam e aderem aos posicionamentos políticos e ideológicos que, durante a pandemia, por exemplo, incluíram uma gama de teorias conspiratórias em torno da pandemia do corona vírus, além da defesa de soluções autoritárias e antidemocráticas.

Apesar de não ser homogêneo o grau de concordância entre todos os eleitores de Bolsonaro, visto o caráter multidimensional do bolsonarismo, esses eram pessoas que antes não se movimentavam de modo “orgânico e consistente”, mas agora o fazem. É por esse motivo que Rennó (2022) define o agrupamento de eleitores de Bolsonaro, antes dispersos, como alinhamento, e não realinhamento, ou seja, não há nada emocional sobre o bolsonarismo, é estruturado e tem tendência ao longo prazo.

Rennó (2022) garante que essa não é a primeira vez na história do Brasil em que

houveram movimentos de alinhamento ideológico de direita, ainda que tenham ocorrido de forma menos intensa e com menor alcance. Gláucio Soares em 1965 e Pierucci em 1987 já apresentavam estudos que destacavam movimentos apoiadores do lacerdismo e da nova direita paulista, respectivamente. Os paralelos que esses movimentos possuem com o bolsonarismo é inegável, visto que, no lacerdismo, por exemplo, o alinhamento significava uma convergência personalista de posicionamentos entre líder e liderados, com temas que abarcavam questões socioeconômicas e culturais, como o não intervencionismo e o apoio ao capital estrangeiro.

No caso da nova direita paulista, havia, entre os indivíduos que se identificavam com Maluf, por exemplo, uma rejeição às políticas de direitos humanos, um forte papel da religião, aversão aos criminosos e presos, que não deveriam ser portadores de direitos, e também, uma defesa dos valores tradicionais. Segundo Rennó: “o bolsonarismo é um amálgama do lacerdismo carioca com o malufismo paulista – conjuga elementos antes dispersos no elenco de valores, atitudes e opiniões da direita” (2022, p. 151). A diferença, portanto, para Lucio Rennó (2022) entre o bolsonarismo e os movimentos anteriores de direita no Brasil é sua capacidade de ampliar o alinhamento de posições ideológicas entre as pessoas em âmbito nacional.

Diante disso, Lucio Rennó (2022) questiona quais são os impactos do bolsonarismo nas eleições de 2022, após passar pelo período de pandemia e de um desgaste econômico devido a esta crise de saúde mundial. As eleições de 2022, segundo o autor, foram marcadas pelos constantes ataques de Bolsonaro às instituições democráticas, desgastando-as com questionamentos sobre a transparência de todo processo eleitoral. Lucio Rennó então adverte que diante desse cenário, caso não fosse eleito, Bolsonaro e seus apoiadores teriam um cenário propício para questionar e rejeitar os resultados, assim como fez Donald Trump nos Estados Unidos.

Vale ressaltar que, a partir do uso de dados coletados utilizando a pesquisa “A cara da Democracia”, Rennó (2022) apontou para a defesa de atitudes antidemocráticas, autoritárias e críticas à democracia por parte da população em alguns casos, como por exemplo, o apoio ao golpe militar se eleva quando em situação com altos índices de corrupção e crimes. Somado à “desconfiança das instituições democráticas, (...) e uma grande insatisfação com o funcionamento do regime democrático e temos uma receita bastante indigesta para a democracia no país” (Rennó, 2022, p. 154).

Segundo os dados trazidos por Lucio Rennó (2022), ao questionar as urnas

eletrônicas, o sistema de computação e contagem dos votos, Bolsonaro tem seu posicionamento amplificado por 30% da população. Para citar mais alguns dados, em 2022, a insatisfação com a democracia, entre os entrevistados, era de 66%, e a desconfiança nos partidos políticos era 53%. Para o autor, isso reafirma que nada sobre o bolsonarismo está em um “vácuo atitudinal”.

Com isso, nas eleições de 2022, Bolsonaro chegou da maneira que governou: disruptivo. Suas atitudes durante e após a pandemia foram típicas de um líder outsider, e que para Rennó (2022), acentuou sua lógica populista ao criar um ambiente político que favorece a dicotomia, ou seja, o “nós contra eles”. Assim, Bolsonaro acabou encontrando, além do PT, temas como ciência, organizações de saúde, governadores, STC e China (Rennó, 2022).

Para o autor, a governabilidade de Bolsonaro se distanciou ainda mais de boa parte da população, ao mesmo tempo que reiterava e aprofundava suas relações com os bolsonaristas core, ou seja, as pessoas fiéis ao seu governo e ao presidente. Tanto seus seguidores quanto Bolsonaro continuaram alinhados e mobilizados com suas posições, essas não sendo afetadas pelo período de pandemia.

No que se refere a parcela da população contrária a Bolsonaro, a pandemia foi crucial. Conforme o número de óbitos crescia, a popularidade do governo diminuía concomitantemente. Com isso, as intenções de voto também foram afetadas, e durante 2021, com a derrocada no apoio, Lula assumiu a liderança nas pesquisas, e só não se distanciou de modo exacerbado devido a desistência de Sérgio Moro de se candidatar à presidência, fazendo com que os eleitores da terceira via se alinhassem à Bolsonaro, pois ainda que críticos ao então presidente, os eleitores moristas eram principalmente antipetistas.

Para Rennó (2022), outro ponto que deu força para uma possível reeleição de Bolsonaro foi o segundo fracasso eleitoral seguido da centro-direita moderada, representada pelo PSDB e MDB, que por sua vez falharam em se estabelecerem como uma terceira via, muito disso dado o fato de menosprezar o bolsonarismo e sua força, tal como ocorreu em 2018. Nesse sentido, Rennó afirma que: “(...) não há espaço, ainda, para uma terceira via no Brasil, seja à direita, seja à esquerda. A polarização do sistema e a ausência de lideranças moderadas à Lula e Bolsonaro não permitem, por hora, o surgimento de alternativas críveis e viáveis” (2022, p. 159).

Portanto, as eleições de 2022, segundo Lucio Rennó (2022) são mais sobre o

retrospecto de Lula e Bolsonaro e como cada um governou, do que sobre o futuro da nação, ou seja, a dimensão retrospectiva sobrepõe a prospectiva. Para o autor, a exclusão da terceira via como força eleitoral, e a atual situação política altamente polarizada, faz com que seja ainda mais crucial analisar e compreender os impactos de temas políticos e questões ideológicas.

Bolsonaro seria, para Rennó (2022), atacado por seu adversário com questões que envolvem a pandemia, não só por ter politizado a situação, mas por ter “menosprezado a doença”. Entretanto, Bolsonaro poderia se defender utilizando da mesma para justificar o desempenho econômico negativo do governo.

Além disso, segundo Rennó (2022), Bolsonaro, por meio dos seus questionamentos diante do funcionamento do processo eleitoral, tentou aplicar mudanças como a adesão do voto impresso, mas sem sucesso. Também, contestou de maneira contínua a transparência de todo processo de contagem dos votos, já que, de acordo com o presidente, a propensão à manipulação era alta, fazendo com que seus seguidores apoiassem a deslegitimação e suspeitas envolvendo o sistema.

Com isso, Rennó relembra os ocorridos de 2014, quando o “PSDB de Aécio Neves inaugurou esse discurso, pedindo a recontagem e auditoria dos votos (...). O próprio PSDB hoje, com base em sua experiência frustrada de questionar o sistema e que comprovadamente confirmou a lisura do processo, é forte defensor das urnas eletrônicas (...)” (Rennó, 2022, p. 160).

Na conclusão de seu texto, Lucio Rennó (2022) alerta para que as forças democráticas não subestimem, mais uma vez, a força do bolsonarismo, e que se atentem para os possíveis ataques e questionamentos de Bolsonaro e seus apoiadores, pois a permissibilidade dessas narrativas só deterioram e infringem o regime democrático brasileiro.

Bolsonaro foi derrotado e Lula foi eleito para cumprir seu terceiro mandato como presidente do Brasil, trazendo consigo, Geraldo Alckmin, outrora seu rival, agora o vice presidente eleito, em uma coalizão realizada para fazer força diante de Bolsonaro e da direita. O receio de Lucio Rennó e outros autores sobre Bolsonaro nas eleições de 2022 não se provaram em vão, pois os ataques de seus seguidores deixaram o plano ideológico e culminaram em invasões ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso no dia 8 de janeiro de 2023, causando assim, segundo dados de jornais e revistas, danos que resultaram num prejuízo estimado em mais R\$ 20 milhões de reais.

Os impactos desses ataques no cenário político ainda estão sendo analisados. É de extrema importância que estudos como o de Lucio Rennó acerca da democracia, da qualidade de sistemas democráticos, e do comportamento político ao redor do mundo continuem para que extremismos e movimentos antidemocráticos possam ser evitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou compreender os fatores que levaram o PSDB ao ostracismo. Questões conjunturais foram abordadas no intuito de promover um maior entendimento acerca do objeto de pesquisa, visto que diversos fenômenos de diferentes naturezas contribuíram para o recente enfraquecimento do PSDB.

Percebe-se que o partido perdeu espaço e força no cenário político nacional, especialmente após o fracasso da candidatura de Geraldo Alckmin no pleito de 2018. O PSDB não soube se reinventar, o que dificultou sua conservação enquanto um partido nacionalmente relevante. Novos tempos trouxeram consigo novas demandas, e isso exigia uma postura modificada dos atores políticos. Diante de um ambiente repleto de transformações, é cabível dizer, estabelecendo um paralelo com um clássico da política, que os tucanos não acompanharam os ventos cambiantes da "fortuna", faltou ao partido aquilo que Maquiavel denomina de "virtú", ou seja, capacidade para se adaptar às circunstâncias e atingir os objetivos traçados (Maquiavel, 1996).

A eleição presidencial de 2018 ocorreu em meio a uma crise política e econômica, o que ajudou a gerar um contexto de descontentamento generalizado contra a classe política e as instituições democráticas. Fatos ocorridos no período de cinco anos anteriores podem ajudar a explicar o ambiente tumultuado, como as manifestações de junho de 2013. A eleição de 2014, já polarizada, de certa forma, entre PSDB e PT, o impeachment de Dilma, em 2016, e a posse de Temer, que levou o PMDB e o PSDB à posição central do governo federal, marcaram as mudanças ocorridas no período. Junto às investigações promovidas pela Operação Lava Jato, tais fatos impulsionaram o surgimento de um antipartidarismo generalizado, além do mero antipetismo.

Com base nessa conjuntura, um candidato com discurso agressivo e crítico às elites políticas e instituições democráticas teve mais capacidade de obter uma quantidade grande de votos do que candidatos de partidos mais tradicionais, em especial os que não têm base eleitoral tão grande quanto o PT - no caso, o PSDB, de Geraldo Alckmin, e o MDB, de

Henrique Meirelles. Nesse sentido, Bolsonaro conseguiu atrair mais o eleitorado devido seu caráter personalizado, em oposição a Geraldo Alckmin, um político de “partido”.

Tendo em vista o recorte temporal do artigo e o objeto analisado, é possível dizer que o poderio político e a capilaridade eleitoral do PSDB minou nos últimos anos. Como fator exógeno, pode-se afirmar que a polarização entre PT e Bolsonaro deixou os tucanos à deriva na preferência dos eleitores. De forma complementar, fatores endógenos também contribuíram para a derrocada do PSDB, uma vez que o partido, em tempos de crise, não conseguiu renovar os quadros e, muito menos, ressignificar o sentido da social-democracia brasileira.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. Conheça os 23 ministros da equipe de Michel Temer. Agência Brasil. 12 de maio de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/conheca-os-23-ministros-da-equipe-de-michel-temer>. Acesso em: 29 jun. 2023.

AMORIM, Sílvia. PSDB: atuação em 2014 fortalece Aécio para nova disputa. O Globo. 27 de outubro de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/psdb-atuacao-em-2014-fortalece-aecio-para-nova-disputa-14370058>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ALVES, Mércia; MARTINS, Joyce Miranda Leão. De protagonista a coadjuvante: O declínio do PSDB na eleição de 2018. (Compólítica 2019). Disponível em: http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/gt2_Alves_Martins.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

COSTA, Fabiano. Aécio é eleito presidente do PSDB com 97,3% dos votos do partido. G1. 18 de maio de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/aecio-neves-e-eleito-presidente-do-psdb-com-973-dos-votos-do-partido.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.

G1. Pesquisa Datafolha: Lula, 39%; Bolsonaro, 19%; Marina, 8%; Alckmin, 6%; Ciro, 5%. G1. 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GARCIA, Gustavo. PSDB decide não apoiar Bolsonaro nem Haddad e libera diretórios para fazer a escolha que quiserem. G1. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/psdb-decide-nao-apoiar-bolsonaro-nem-haddad-e-libera-diretorios-para-fazer-a-escolha-que-quiserem.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2023.

GRAHAM, M. & SVOLIK, M. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, pp. 392–409, 2020.

FUKS, M. & MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, p. 560, 2022.

FUKS, M., Ribeiro, E. A. & BORBA, J. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for Bolsonaro. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, p. 1-28, 2021.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; VIEIRA, Mário Braga Magalhães Hubner. O Fenômeno da Personalização da Política: Evidências Comunicacionais das Campanhas de Dilma e Serra em 2010. *Teoria e Cultura, Juiz de Fora*, v. 4, n. 1 e 2, p. 41–50, jan./dez. 2009.

LIMA, Bruno. Apesar de derrota nas urnas, PSDB sai fortalecido de eleições e deve fazer oposição mais forte. R7. 26 de outubro de 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/apesar-de-derrota-nas-urnas-psdb-sai-fortalecido-de-eleicoes-e-deve-fazer-oposicao-mais-forte-27102014>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MACEDO, Danilo. Aécio Neves diz que sai fortalecido da campanha. Agência Brasil. 27 de outubro de 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2014-10/aecio-neves-diz-que-sai-fortalecido-da-campanha>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MACEDO, Isabella. Alckmin escapa da Lava-Jato em São Paulo após perder foro privilegiado no STJ. Congresso em Foco. 11 de abril de 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/alckmin-escapa-da-lava-jato-em-sao-paulo-apos-perder-foro-privilegiado-no-stj/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Editora Nova Cultura Ltda. 1996.

NETO, Octavio Amorim. A Crise do PSDB. *Boletim Macro*. nº 132. Junho 2022. Disponível em: <https://www18.fgv.br/mailling/2022/ibre/boletim-macro-junho/22/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

ORTELLADO, P., Ribeiro, M. & ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, 2022.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, 2022.

RENNÓ, L. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, 2020.

REVERBEL, Paula. O que há contra o PSDB na Lava Jato? Você perguntou e a BBC Brasil responde. BBC. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39299007>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 71–92, jun. 2002.

TSE. TSE aprova registro de candidatura de Fernando Haddad a presidente da República. 25 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-aprova-registro-de>

candidatura-de-fernando-haddad-a-presidente-da-republica. Acesso em: 30 jun. 2023.

VIEIRA, Soraia Marcelino. O Partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e ideologia. UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/12408>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WATTENBERG, Martin. The Rise of Candidate-Centered Politics – Presidential Elections of the 1980s. Cambridge, Harvard University Press, 1991.

WENDLAND, Keltryn. As representações das candidatas à vice-presidência da República na campanha eleitoral de 2018 no jornal Folha de S. Paulo. 2020. Dissertação para obtenção do título de mestre em jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0159-D.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ZERO HORA. Temer denunciado, executivos presos e Aécio réu: um ano do vazamento da delação da JBS. Gaúcha Zero Hora. 16 de maio de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/temer-denunciado-executivos-presos-e-aecio-reu-um-ano-do-vazamento-da-delacao-da-jbs-cjh9sfcbx08yv01qoovkosw1k.html>. Acesso em: 27 jun. 2023.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CAPÍTULO 11

O PAIGC APÓS VIIIº CONGRESSO: UMA ANÁLISE SOBRE AS DISPUTAS INTRAPARTIDÁRIA (2015-2019)

Eduardo Boni Nanque¹

Resumo: O artigo busca compreender como as disputas internas no PAIGC após o seu VIIIº congresso contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional. Em 2014, o PAIGC após um congresso interno bem disputado, participou nas eleições gerais realizadas no mesmo ano e saiu como vencedor. Em seguida, o país foi assolado pela crise política e institucional que inviabilizou o funcionamento normal das instituições. Diante disso, este trabalho busca responder a seguinte pergunta: como as disputas internas no PAIGC contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional? Adotamos a abordagem qualitativa de caráter descritiva e análise documental. Assim, constatou-se que as disputas no PAIGC afetaram o país, devido a fragilidade das instituições do Estado, também, porque a Constituição da República outorgou muitos poderes ao Presidente da República, inclusive, o poder de destituir o governo.

Palavras-chave: PAIGC, VIIIº Congresso, Disputas internas, Guiné-Bissau. Partido político.

Abstract: The article seeks to understand how internal disputes in the PAIGC after its VIIIth congress contributed to placing the country in political-institutional instability. In 2014, PAIGC, after a well-fought internal congress, participated in the general elections held in the same year and emerged as the winner. Then, the country was hit by the political and institutional crisis that made the normal functioning of institutions unfeasible. Given this, this work seeks to answer the following question: how did internal disputes in the PAIGC contribute to placing the country in political-institutional instability? We adopted a qualitative, descriptive approach through documentary analysis. Thus, it was found that the disputes in the PAIGC affected the country, due to the fragility of State institutions, also, because the Constitution of the Republic granted many powers to the President of the Republic, including the power to dismiss the government.

Keywords: PAIGC, VIIIth Congress, Internal disputes, Guinea-Bissau. Political party.

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Email: eduardo7@aluno.unilab.edu.br. Membro do Grupo de Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latinos-Americanos (NEPPLA).

INTRODUÇÃO

O artigo busca compreender como as disputas internas no Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) após o seu VIIIº congresso contribuíram para colocar o país numa instabilidade político-institucional. O PAIGC é a maior organização partidária da Guiné-Bissau, fundada no dia 19 de setembro de 1956 com intuito de lutar contra a colonização portuguesa.

Após protagonizar a independência de Guiné-Bissau² e Cabo-Verde³, ambos desvincularam-se em 1980, depois do golpe de Estado que destituiu no poder o então Presidente da República, Luís Cabral (cabo verdiano). O PAIGC continuou na gestão administrativa de Guiné-Bissau enquanto Partido-Estado até 1991, período em que aderiu ao multipartidarismo e que se concretizou com a realização das primeiras eleições em 1994.

Assim, em 2014, depois de dois anos de exílio em Portugal do presidente de partido, Carlos Gomes Júnior, por consequência do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, um acontecimento no qual, os militares, conforme observa Sousa (2013) ocuparam rádio, televisão pública, sede do partido e levaram preso o Presidente interino do país, Raimundo Pereira, o PAIGC, reuniu entre os dias 30 de janeiro a 3 de fevereiro, os 1.200 delegados na cidade de Cacheu, norte do país, no seu VIIIº congresso para eleger a nova estrutura e debater as leis internas.

Após esse processo, o partido participou nas eleições gerais: legislativas e presidenciais, onde saiu com uma maioria absoluta dos parlamentares para a Assembleia Nacional Popular (ANP), isto é, num universo de 102 deputados/as, PAIGC elegeu 57 e conseguiu também eleger José Mário Mário Vaz, Presidente da República. Todavia, as disputas intrapartidárias resultaram numa clivagem interna e colocaram o país numa situação de instabilidade política e institucional.

Tchau Tsi (1952) afirma que as disputas internas são imprescindíveis à organização nas organizações, sobretudo, nos partidos políticos. Mediante a isso, este trabalho buscou responder à seguinte pergunta: Como as disputas internas no PAIGC após VIIIº Congresso, transcenderam o aspecto político intrapartidário e colocaram o país numa situação de instabilidade político-institucional?

Para responder essa questão, elegemos as abordagens de enfoque organizacional a partir das contribuições dos cânones dos estudos sobre os partidos políticos, nomeadamente: Roberts Michels com a sua obra “Sociologia dos partidos políticos”, um trabalho clássico que coloca em

² A Guiné-Bissau é um país situado na parte oeste do continente africano. Faz fronteira ao Norte pela República de Senegal e ao Sul pela República de Guiné Conakry. está dividida em três províncias: norte, leste, sul e mais um setor autónomo, Bissau.

³ Cabo-Verde conseguiu conquistar a sua independência no 5 de julho de 1975 proclamou a independência.

pauta a questão da democracia intrapartidária; Também, o Panebianco (2005) com a sua obra “Modelos do partido: organização e poder nos partidos políticos”, assim como alguns estudiosos nacionais que de uma certa forma, nos servem de embasamento teórico para compreensão desse fenômeno.

Semedo (2009) assevera que o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) é o que mais possui histórico de conflitos internos. Desde a sua criação tem sido recorrente as tensões políticas a nível da sua estrutura. O PAIGC é a organização partidária que mais ganhou as eleições, isto é, num universo de sete eleições, ganhou seis, porém nenhum do seu governo conseguiu fechar os seus quatro anos de mandatos. Isso, deve-se muitas vezes, às disputas internas que acabam perpassando a questão intrapartidária e interferem nas instituições do Estado ou nos órgãos de soberania: Presidência da República, Governo, Assembleia/Legislativo e Supremo Tribunal de Justiça.

A título de exemplo, em 2005, as disputas internas no partido fizeram com que o então Presidente da República, Nino Vieira, destruísse o governo liderado por Carlos Gomes Júnior e Martinho Ndafo Kabi e mergulhou o país numa situação de instabilidade política e institucional (Kosta, 2016).

Em 2015, o problema de um partido político afetou o funcionamento das instituições do país. Esse fenômeno tem sido recorrente também nas outras organizações partidárias. No momento existem partidos com duas direções. De salientar que, apesar de existirem alguns estudos sobre partidos e sistema partidário guineense, pouco tem se dedicado para compreender como as disputas no seio dos partidos impactam negativamente a estabilidade governamental do país, fatos que justificam a relevância deste estudo, tanto para o campo da Ciência Política, quanto para a Sociologia Política, pois nos deu a possibilidade de compreender como as disputas intrapartidárias na estrutura de poder afetam instituições do Estado. Ademais, nos permitiu avaliar o comportamento dos atores políticos e a forma como funciona a democracia interna nos partidos políticos.

Trata-se, portanto, de uma análise descritiva dos eventos políticos que marcaram esse período, assim como a revisão bibliográfica da literatura nacional, comentada e discutida com respaldo da teoria internacional dos partidos políticos para compreender as disputas intrapartidária, acentuadas nas relações antagônicas dentro da estrutura de poder. A pesquisa foi feita através de consulta de artigos, livros, monografias nos bancos de dados de google acadêmico, Scielo, repositório da Unilab, e também no site oficial do PAIGC. Também, foram feitas coletas de informações nos jornais nacionais e internacionais, nomeadamente: Jornal o Democrata da Guiné-Bissau e Agência Lusa –DW.

Identificamos vários trabalhos nos bancos de dados consultados e usamos como critério de seleção os trabalhos que se adequam ao nosso objeto de estudo ou que apresentam debate conceitual que, de certa forma, nos ajuda a responder o problema dessa investigação. Assim, após o processo de triagem, selecionamos algumas literaturas nacionais e internacionais. Ademais, analisamos os seguintes documentos: Constituição de República, Estatuto do PAIGC e Regimento da Assembleia Nacional Popular (ANP).

O trabalho está estruturado em quatro tópicos, além da introdução e considerações finais: Num primeiro momento, versamos sobre a história política do PAIGC, desde a sua fundação até a perda do seu estatuto como Partido-Estado. Na segunda parte, discorremos sobre o VIIIº Congresso do partido que também foi antecipado pelas conferências de bases. Num terceiro momento, destacamos a participação do partido nas eleições gerais que marcaram a IXª legislatura. Por fim, versamos sobre a clivagem no PAIGC e a crise da IXª legislatura.

Breve História Política do PAIGC: De fundação a democratização da Guiné-Bissau

O século XX foi marcado pelos eventos que mudaram a configuração geopolítica do mundo. Os acontecimentos como as duas grandes guerras mundiais, a guerra fria, a queda do muro de Berlim, assim como a emergência dos movimentos sociais, o pan-africanismo⁴ e os demais movimentos que de certa forma, influenciaram a formação do nacionalismo⁵ africano.

Naquele período, muitos países africanos estavam sob domínio colonial. Todavia, a conjuntura internacional influenciou o início do processo de mobilização, a partir dos nacionalistas, mormente, os da colônia portuguesa, que, na altura, estavam estudando em Portugal, entre os quais: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Alda do Espírito Santo (Semedo, 2009, Candé Monteiro, 2013).

O PAIGC surgiu nesse contexto, criado na Guiné-Bissau pelo Amílcar Cabral e mais alguns camaradas, quando foi delegado pela autoridade portuguesa enquanto engenheiro agrônomo para efetuar mapeamento agrícola no país. Durante a sua estadia na Guiné-Bissau, Cabral aproveitou o momento, conforme observa Coutinho (2017), para manter contatos com as

⁴ O pan-africanismo é uma ideologia política criada fora do continente africano pelos grandes pensadores da diáspora, entre os quais William Du Bois, Marcus Garvey, Aimé Césaire, Frantz Fanon, e precisava que a diáspora e a África tinham destino comum, que é a emancipação dos afro americanos, que não podia ser desvinculada dos povos do continente ancestral, vice-versa (Moore apud Candé Monteiro, 2013, p.19).

⁵ Do ponto de vista sócio-histórico, concretamente na primeira metade do século XX, a abordagem do nacionalismo estava atrelada a uma comunhão de destino, a um território e cultura comum, a uma unidade com forte ênfase nos conceitos de liberdade, integridade, cidadania (Candé Monteiro, 2013, p. 29).

massas populares em todo território nacional, criando assim, as estruturas, através das associações esportivas e traçou os planos estratégicos para enfrentar os colonizadores.

Influenciado pela ideologia pan-africanista, que se lançou na altura como um projeto de libertação e da integração do continente africano, Cabral defendia a ideia de confederação entre Guiné e Cabo-Verde, algo necessário do ponto de vista estratégico de luta armada, devido à situação geográfica das ilhas cabo-verdianas, tidas como base armada portuguesa. Contudo, era inviável, considerando a peculiaridade sociocultural dos dois países. Ou seja, era notório que a união dos dois países daria problema depois, como se pôde observar no decorrer desse texto.

O primeiro aspecto dessa inviabilidade, deve-se à heterogeneidade da sociedade guineense, um país caracterizado pela diversidade étnica e cultural, o que já era um enorme desafio uni-los para a luta de libertação. Aliás, a acomodação dessa diversidade binacional foi apontada como uma das possíveis causas da morte de Amílcar Cabral, como pode ser observado no trecho que se segue:

o facto de o grupo de homens armados envolvidos no atentado serem todos bissau-guineenses fazia supor que o assassinato de Cabral poderia estar ligado às tensões entre cabo-verdianos e bissau-guineenses no seio do partido. Os autores materiais do crime, todos do PAIGC, foram logo detidos, julgados e fuzilados (Lopes, 2013 apud Barros e Lima, 2018,p.241).

Importa frisar que a real causa e os autores da morte de Cabral continuam ainda irreveláveis, todavia as tensões étnicas e binacional eram descartáveis, visto que, na altura, as clivagens étnicas, conforme assevera Anós Té e Candé Monteiro (2023), eram explícitas, contudo, tratadas de uma forma disfarçadas, fazendo parecer que o projeto da unidade binacional estava correndo conforme planejado.

Por outro lado, é de salientar que Portugal tratou de forma desigual as suas colónias. Cabo-Verde era privilegiada em detrimento da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, consideradas como “não assimiladas” conforme aponta Cabral (Cabral apud Tavares, 2009), através do estatuto de indigenato – uma legislação que ponha em causa a liberdade desse povo, inclusive, o direito à escola. Isso, de certa forma, impactou de uma forma negativa o processo de construção do Estado da Guiné-Bissau.

Assim, após menos de onze anos de uma luta armada iniciada no dia 23 de janeiro de 1963, em resposta aos *modus operandi* da colonização portuguesa, mormente, o assassinato de centenas estivadores no porto de Pindjiguiti, no dia 3 de agosto, foi conquistada a independência de Guiné-Bissau e conseqüentemente, proclamada a primeira Assembleia Nacional Popular no dia 24 de setembro 1973 (Semedo, 2009; Carvalho, 2014).

Em seguida, Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) assumiu a presidência da República. Importa frisar que nesse período, os Estados eram personalistas e os partidos que protagonizaram as independências africanas beneficiaram dos estatutos do “Partido-Estado” (Bijagós, 2017,p.219). A adoção do regime unipartidário deve-se ao fato dos líderes africanos pensarem que isso possibilitaria a “construção e fortalecimento da identidade nacional a partir da união das diversidades” (Ki-zerbo apud Suma, 2023,p.26-27).

No caso particular da Guiné-Bissau, Jaura (2005) argumenta que havia um consenso dentro da elite intrapartidária que a instauração do partido único poderia garantir a unidade nacional. A adoção do unipartidarismo “tem a ver com a preocupação de manter a unidade nacional, temendo os riscos de que o multipartidarismo estimule o tribalismo num contexto sociocultural muito heterogêneo” (Nóbrega apud Suma, 2023,p.27).

Esse argumento deve ser considerado até certo ponto, conforme observam Candé Monteiro e Anós Té (2023), pensando o contexto sócio-político pós-independência e os desafios de construção do Estado, mas não foi suficiente para assegurar a estabilidade política governamental e arquitetar a unidade nacional. Ou seja, a institucionalização do regime unipartidário não foi capaz de dar resposta a todos os problemas do país.

O PAIGC, enquanto partido-estado, assumiu a gestão do país durante duas décadas (1974-1994) e no decurso desse período, foram instaladas disputas no quadro de estrutura do poder entre elites luso-africanas e etno-rurais. Os luso-africanos ou crioulos é um grupo concebido por

indivíduos originários das famílias miscigenadas e urbanizados, fruto, por conseguinte, de cinco séculos do colonialismo. Esse grupo compõe 5% da população total do país, utiliza a língua crioulo como materna e portuguesa na sua comunicação; apesar de minoritário percentualmente, é o grupo que detém de fato o poder político, econômico e social do país (Jaura, 2005,p.122).

Diante disso, percebe-se que esse grupo formava aquilo que o cientista político italiano, Angelo Panebianco (2005) considera como uma “coalizão dominante”, quer isto dizer, um grupo ínfimo, isto é, os 5% detém o poder de controle sobre os 95% etno rurais.

Os luso africanos eram compostos por um número significativo de cabo-verdianos que, devido a escolarização, conseguiam aproveitar da falta de conhecimento “técnica, legislativa e jurídica da maioria para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis, todo o ordenamento jurídico do país, as diretrizes orçamentárias e estratégia de desenvolvimento” do país (Jaura, 2005, p.124).

Durante a governação de Luís Cabral, os cabo-verdianos ocupavam altos cargos administrativos e um deles nomeado embaixador, isso gerou revolta por parte da ala guineense,

que exigiam um nacionalismo estreito, isto é, “Guiné para o guineenses e Cabo-Verde para os cabo-verdianos” (Anós Té e Candé Monteiro, 2023).

Diante disso, percebe-se que o *modus operandi* daquele governo não agradava a ala guineense do partido, que se queixava tanto da desigualdade social, ou seja, da forma como eram tratados em detrimento dos cabo-verdianos. Além disso, Jaura (2005) afirma que o bloco guineense ficou incomodado com a nova reforma constitucional— uma constituição única feita para os dois países, mas que apresentava algumas diferenças políticas suscetíveis. Os elementos da discórdia foram seguintes:

primeiro, a constituição cabo-verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade, e, segundo, a constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena. Essas diferenças levantaram suspeitas dos guineenses sobre a intenção de Luís Cabral de institucionalizar o domínio de Cabo-Verde sobre a Guiné-Bissau e de usar medidas repressivas para mantê-lo (Jaura, 2005,p.128).

Essas e mais outras razões subjacentes justificaram a destituição de Luís Cabral no dia 14 de novembro de 1980 por um grupo que se autointitulava de “movimento reajustador”, liderado pelo comandante João Bernardo Vieira, que, na altura, desempenhava a função de comissariado, um cargo político equivalente ao de primeiro-ministro atualmente.

O referido golpe de Estado eliminou o projeto binacional, pois os cabo-verdianos abandonaram o PAIGC e criaram o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo-Verde). Era evidente a inviabilidade da confederação, diante das peculiaridades e sensibilidades políticas dos dois países.

Com a destituição de Luís Cabral, João Bernardo Vieira (Nino) assumiu a liderança tanto do partido como do país. Ora, será que o movimento reajustador que se engendra pela mudança do status quo, conseguiu efetuar reformas necessárias para transformação social e econômica do país? Na verdade não conseguiu, pois “trata-se de mecanismo de justificar o golpe, e não a mudança do *Status* das coisas, pois, na prática, nada mudou com a ascensão do novo regime liderado por Nino Vieira” (Anós Té, Candé Monteiro, 2023,p.10).

Posto isto, percebe-se que a intenção da cúpula guineense do PAIGC não era propor mudanças no que concerne a implementação das políticas públicas para transformação econômica e social do país, mas sim, assumir o controle absoluto do Estado, isso passaria necessariamente pela eliminação do projeto binacional.

João Bernardo Vieira (Nino) apesar do seu histórico como um dos carismáticos líderes da luta de libertação nacional, Jaura (2005) postula que ele não conseguiu estabelecer um clima agradável de governabilidade, pelo contrário, intensificou a instauração das clivagens no seio do partido. Outrossim, as diferenças étnica e tribal que haviam sido superadas em nome da unidade

nacional, ressurgiram. A situação que vivia na altura pode ser compreendida em três dimensões: política, social e econômica.

No âmbito político, importa ressaltar que, em 1984 foi aprovada a nova Constituição da República e, conseqüentemente, formado um novo governo liderado por João Bernardo Vieira (Nino). Após a sua ascensão ao poder, Jaura (2005) afirma que Nino Vieira detinha todo poder de monopólio a nível do partido e do país. O modus operandi da sua gestão é caracterizado pela conspiração e perseguição aos adversários políticos e os dirigentes do partido que tiveram posicionamento antagônico. No mesmo ano, Vitor Saúde Maria, que até então desempenhava a função de Primeiro-ministro, foi demitido e preso por ter sido acusado da tentativa de golpe de Estado.

Além dele, foram acusados também o então Ministro da Justiça, Paulo Correia, o Procurador Geral da República, Viriato Pã, e mais outras 50 pessoas de tentativa de golpe de Estado e tribalismo. Tanto Paulo Correia quanto Viriato Pã e alguns prisioneiros foram condenados e executados no dia 16 de outubro de 1986, enquanto os outros foram submetidos a tortura (Jaura, 2005).

Na altura, foi instalado aquilo que Robert Michels (1982) classifica como a luta pelo poder. Nóbrega (2015) afirma que após a independência, a nova elite política assumiu a gestão do Estado e instaurou o sistema oligárquico, onde apenas um ínfimo grupo de pessoas controlavam o poder.

É preciso salientar que, por outro lado, a conjuntura política que se vivia na altura, transcendia o quesito da disputa na estrutura do poder intrapartidário e envolvia a questão étnica. Tanto que a maior parte das figuras políticas condenadas e executadas pertenciam ao grupo étnico balanta. Um grupo cuja presença é muito significativa na força armada. As tendências étnicas e religiosas continuam explicitamente sendo um imbróglcio para a governabilidade do país.

No que concerne a dimensão social, importa sublinhar que havia monitoramento policial em toda esfera da sociedade. Ou seja, o PAIGC enquanto partido-Estado sob comando do Presidente da República e ao mesmo tempo Primeiro-ministro, Nino Vieira vetou fluxos de;

comunicação bidirecional ao instalar política de terror, censura, vigilância e autovigilância na sociedade. Quando o assunto se tratava de matéria política, esse fluxo de comunicação bidirecional tomava uma direção oposta- ele passava a ser feito pelos dirigentes do partido-Estado, explicado e elogiado aos que estavam nas reuniões do partido de base que acabavam consciente ou inconscientemente por adotar a política de *tudo está bem*. (Anós Té & Candé Monteiro, 2023,p.11 Grifo do autor).

A sociedade estava perante um regime autoritário, as forças armadas que se diziam revolucionárias do povo foram instrumentalizadas a serviço do partido, havia censura nos dois

órgãos públicos de comunicação social: a Rádio de Difusão Nacional (RDN) e a Televisão da Guiné-Bissau (TGB). Essa situação suscitou uma revolta social tanto no país quanto na diáspora, conforme assevera Bijagó (2017). Vale ressaltar de acordo com Anós Té e Cande Monteiro (2023), que havia, na cúpula no partido, os que não concordavam com o *modus operandi* daquele regime e se somaram à sociedade civil para exigir a mudança do status quo.

No que tange à dimensão econômica, Jaura (2005) afirma que o governo de Luís Cabral herdou a lógica do processo de desenvolvimento urbano-industrial como mecanismo para alcançar o socialismo econômico e viu isso ser totalmente comprometido pelo o que autor classifica de “Bissau lobby”, isto é, um grupo comandado pela pequena burguesia comercial associada à burocracia e afastou o projeto natural de Amílcar Cabral que se fundamentava no desenvolvimento rural.

Esse viés de desenvolvimento foi alvo de muitas críticas do bloco guineense do PAIGC e foi alegado pelo *Movimento Reajustador* como um dos motivos do golpe de 1980. Nino Vieira, após a sua ascensão ao poder, prometeu desviar desse caminho e seguir o projeto original de Amílcar Cabral, tanto que defendeu o argumento econômico, conforme enfatizam Anós Té e Candé Monteiro (2023), como instrumento relevante para modernização e para o planejamento da prosperidade econômica.

Todavia, esse argumento foi uma falácia, ou seja, era meramente usado para sustentar a ideia de golpe e desviar atenção da população face a desgovernança. Visto que o governo de Nino Vieira, apesar de se agarrar à bandeira do socialismo e se aproximar mais do bloco Leste nos seus primeiros quatro anos, Jaura (2005) afirma que vai se afastando e deslocando politicamente para o bloco ocidental, em busca de recursos, abandonando o sonho socialista e adotando assim medidas radicais de liberalização econômica e alinhou incondicionalmente aos novos riscos de “Bissau lobby”, viés por ele antes rejeitado.

Posto isto, percebe-se que o regime de Nino Vieira seguiu a lógica do governação de Luís Cabral, isto é, foi aplicada a política econômica liberal de desenvolvimento, só que, esse programa de desenvolvimento não deu certo, conforme observam Anós Té e Candé Monteiro (2023), visto que não conseguiu criar estabilidade socioeconômica do país, em contraste, abriu horizonte para diversos problemas socioeconômicos.

Por outro lado, importa sublinhar que, a escolha desse modelo de desenvolvimento deve-se a dois fatores apresentados pelo Cardoso (1995,p.260):

a ajuda recebida dos países socialistas e particularmente da então União Socialista Soviética tinha que de ser de alguma forma reconhecida, ao mesmo tempo que se deviam criar as condições internas para que, através de um relacionamento econômico de “novo tipo”, se pudessem preservar os “aliados naturais”. Por outro lado, tinha se

constatado que os países que tinham ensaiado um modelo de desenvolvimento de tipo liberal viram as suas estratégias fracassadas.

Diante disso, percebe-se que, com o colapso da antiga União Soviética, um parceiro direto da Guiné-Bissau, o governo tinha dificuldade de seguir com a agenda de desenvolvimento primordial que norteava a luta pela independência.

Outrossim, Cardoso (1995) afirma que o regime seguiu o viés de desenvolvimento modernista abandonando assim, as estruturas tradicionais de produção agrícola e artesanato. Todavia, a aplicação desta estratégia teve consequências negativas, nomeadamente: a redução gradativa de alimentos, êxodo rural, a subordinação externa descontrolada e a crise econômica.

De salientar que o modelo de partido único não deu certo em muitos países africanos. A Guiné-Bissau foi exemplo desse desastre. Um país que depois da independência viu a sua reserva econômica ser dilapidada, conforme postula Mendy (1996).

Mediante a crise econômica, o país se encontrou numa situação de falência tanto que endividou muito, assim sendo, Jaura (2005) ressalta que o governo não teve outra alternativa senão adotar a economia de mercado, através de Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma estratégia que foi aplaudida pelo bloco reformista ou liberais do partido, uma ala que se posicionava contra o *modus operandi* do regime de Nino Vieira.

Será que o governo não tinha outra saída diante daquela situação? Talvez a coisa certa a se fazer na altura fosse retomar o projeto original de desenvolvimento, isto é, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial. O fato é que o país teve dificuldade de restabelecer as indústrias no período pós-independência.

Cardoso (1995) assevera que, apesar de adoção do Plano de Desenvolvimento através de Programa de estabilização econômica em 1983, adicionado ao Programa de Ajustamento Estrutural em 1987 com intuito de criar condições sólidas face à situação econômica e financeira, assim como, liberalizar o comércio e também racionalizar o uso da ajuda externa e controlar a economia, nada surtiu efeito.

O partido estava cada vez mais fragmentado e o Nino Vieira, conforme afirma Jaura (2005), tinha o monopólio do poder. Um grupo dos antigos alunos “pilotos” ou *mínimos de luta*, iniciaram protesto interno e exigiram de uma forma intransigente os princípios de Cabral. Ademais, surgiu a “carta dos 121”, um documento assinado por 121 membros do partido em protesto, criando assim, cisão interna entre três grupos blocos: *conservadores*— que defendiam a manutenção do status quo, *reformistas* — composto na sua maioria pelos jovens que se alinhavam a favor da mudança *do* regime e *liberais*— que não obstante estarem

favoráveis à abertura política e ao pluralismo, preferiam a criação de tendências dentro do PAIGC, num sistema de partido único, mas com uma prática mais democrática, argumentando de que não existia uma oposição digna desse nome e que o ideal era melhorar o que existia, trocando as principais figuras do quadro político guineense e renovando as estruturas e métodos de funcionamento. O seu esquema previa que este tipo de democracia interna permitia ao país desenvolver-se, mantendo a estabilidade actual. (Cardoso, 1995,p. 269 **Grifo do autor**).

Esse grupo, apesar de constatar que o argumento usado para instauração do regime unipartidário tinha falhado, insistia para que o partido não abrisse mão dos seus poderes para permitir liberdade política e social. Uma postura antagônica à perspectiva dos reformistas que se propunha a abertura para permitir competição com as outras organizações partidárias. As disputas internas se intensificaram e se somaram à pressão da sociedade social até 1991, período no qual, o partido decidiu conforme assevera Cardoso(1995) e Jaura (2005) convocar o seu IIº congresso extraordinário.

Um congresso emblemático, pois foi nesse evento que ficou registrado a ruptura do regime, isto é, marcou o fim do monopartidário e abriu horizonte para a implementação de multipartidarismo, através da reforma constitucional e consequentemente, a elaboração das inúmeras legislações, entre os quais: lei quadro dos partidos políticos, legislação eleitoral, a despartidarização das forças armadas e demais leis que enquadram no funcionamento dos princípios democráticos (Cardoso, 1995).

Em 1994, foram realizadas as primeiras eleições gerais, onde Nino Vieira foi eleito presidente da República, enquanto o PAIGC obteve maioria absoluta das cadeiras parlamentares, isto é, num universo de 100 deputados/as, conseguiu eleger 64 parlamentares.

É importante ressaltar que algumas agremiações que participaram naquelas eleições, como foi o caso de FLING, surgiram antes da luta de libertação. A semelhança do PAIGC, eram considerados como movimentos emancipalistas até 1991, período em que foram oficializados através da legislação 2/91. Também, com a exceção de RGB/MB – fundado na diáspora em 1986, por um grupo de estudantes guineenses que se encontravam em Portugal, Mendy (1996) afirma que os outros partidos que participaram naquelas eleições, foram resultado das rachas dentro do PAIGC.

É de salientar que os partidos de oposição não foram capazes de conter a continuidade do PAIGC no poder, ou seja, em vez de mobilizarem em torno de uma frente única para acabar com a hegemonia do PAIGC, Cardoso (1995, p.274) afirma que a posição estava bastante fragmentada durante todo processo de transição. O autor observa ainda que, até nas vésperas das eleições, os doze partidos da oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objetivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária.

Isso, de certa forma, explica, de um lado o sucesso eleitoral do partido no poder, e por outro lado, pode ser observada a conjuntura política na qual decorreu aquele processo eleitoral. É importante lembrar que aquelas eleições foram realizadas devido às pressões exógenas dos parceiros internacionais e da sociedade civil contra o *modus operandi* daquele regime.

A renúncia do sistema unipartidário e a adoção da democracia liberal mediante condicionantes exógenos nos leva a questionar o seguinte: Será que a sociedade guineense estava preparada para conviver na base dos princípios democráticos? A intenção aqui não é questionar a (in)viabilidade da democracia, pois, apesar de não ser perfeita, continua sendo melhor que outros regimes autoritários, conforme postulam alguns clássicos de teoria política. Todavia, olhando para a realidade guineense, percebe-se que alguma coisa falhou.

Alguns estudiosos guineenses, nomeadamente: Cande Monteiro (2013), Bijagó (2017) Anós Té e Cande Monteiro (2021) afirmam que não houve debate interno para implementação da democracia no país. Posto isto, percebe-se que a democracia enquanto um regime foi instaurada no país sob pressão externa e interna. Diferentemente dos outros países, como Cabo-Verde, a democracia guineense ainda está no processo de consolidação.

Uma democracia consolidada é aquela, na qual, o “partido ou o grupo que assumiu o poder na eleição inicial, o período de transição {para democracia} perde a eleição seguinte e passa o poder aos vencedores, se estes, por sua vez, passam o poder pacificamente aos vencedores de uma eleição posterior” (Huntington, 1994). Embora não seja a única característica de uma democracia eficiente, todavia a Guiné-Bissau não foi imune dessa perspectiva, pois após abertura política multipartidária, não houve transição do poder, ou seja, o partido no poder manteve-se.

Diante das constantes crises políticas e institucionais, percebe-se que a sociedade guineense têm dificuldades de se conviver na base dos princípios democráticos e os atores políticos carecem de cultura política. A própria sociedade tem uma percepção “minimalista” de democracia.

A pesquisa de opinião feita em 2018 pela ONG “Voz da Paz” revela isso. Foram aplicados questionários para 1.184 entrevistados, entre os quais 53% mulheres e 47% homens. Perguntadas sobre as suas percepções sobre o que é a democracia, 48% afirmaram que a democracia tem a ver com liberdade; 26% entendem como vontade popular; 6% dizem que é paz e apenas 5% afirmam que a democracia permite a escolha dos líderes, enquanto que 33% não têm ideia do que é a democracia.

Ainda, perguntados sobre a necessidade ou não de pluralidade de partidos políticos para uma democracia, 33% acham que os partidos políticos são desnecessários visto que criam divisão social. Enquanto que 61% aprovam a necessidade de criação dos partidos; 5% não sabem e não

responderam enquanto que 2% são neutros. Esses dados demonstram o quanto existe um enorme desafio para a sociedade guineense compreender que a democracia enquanto um regime vai além da sua percepção.

BREVE APRESENTAÇÃO DO VIIIº CONGRESSO DO PAIGC

Nesta seção, procuramos fazer abordagem descritiva sobre o VIIIº congresso do partido, tendo como suporte teórico a obra do intelectual guineense, João Bernardo Vieira, intitulado “Memórias do VIIIº Congresso do PAIGC, Cacheu”, publicado em 2014. Assim, destacamos o desenrolar desse processo, que foi antecipado pelas conferências de base, buscando identificar a força de cada grupo/liderança, os critérios de seleção interna e o desdobramento desse processo.

O congresso partidário na Guiné-Bissau, conforme Vieira (2014), é um momento democrático, em que os partidos elegem os seus órgãos, organizam as suas estruturas, definem as suas agendas eleitorais e governamentais. Assim sendo, o PAIGC, após seu então presidente, Carlos Gomes Júnior, também primeiro-ministro, ter passado dois anos de exílio em Portugal (por ter sido destituído pelos militares no dia 12 de abril 2012), reuniu entre os dias 30 de janeiro a 3 de fevereiro, 1.200 delegados na cidade de Cacheu, norte de país, no seu VIIIº congresso para eleger a sua nova estrutura e debater as leis internas.

Esse congresso foi um dos momentos mais marcantes da história política do país. Não só pela história política do PAIGC, por ser um partido de massa, segundo a denominação de Duverger (1980), mas também, devido ao capital político dos atores que estiveram na corrida para a liderança do partido.

Estiveram na disputa as figuras políticas de renomes no país, que, na sua maioria, fazia parte do Comitê executivo do partido, dentre os quais, destacavam-se: **Carlos Correia**, antigo combatente, engenheiro de formação e a única pessoa até então a desempenhar quatro vezes a função de primeiro-ministro. **Cipriano Cassamá**- então membro do Comitê central do partido, engenheiro, já tinha sido ministro em várias ocasiões, participou pela segunda vez na corrida à liderança do partido. **Domingos Simões Pereira** - engenheiro, cientista político, então ministro das obras públicas, desempenhou a função de Secretário Geral da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Também, **Adja Sato Camara Pinto**, antiga combatente de luta de libertação, também fazia parte do comitê executivo do PAIGC, considerada como “Dama de ferro” devido a sua coragem e determinação, já assumiu inúmeros cargos públicos e administrativos do país. **José Mário Vaz (Jomav)**, economista, então presidente da Câmara Municipal do país, ministro das

finanças. **Braima Camará**, empresário, membro do comitê central do partido, na altura, Presidente da Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau-CCIAS (Vieira, 2014).

Apesar disso, a atenção era voltada a dois candidatos: Domingos Simões Pereira e Braima Camará que, em termos de projeção, eram tidos como favoritos à liderança do partido. Domingos Pereira apresentou o projeto “Maior Coesão do partido um futuro melhor para a Guiné-Bissau” e Braima Camará apresentou o projeto “Liderança Democrática e Inclusiva” e fizeram com que a corrida eleitoral se transformasse em dois pólos.

É importante destacar, conforme observa Vieira (ibidem), que a dimensão do PAIGC e dos candidatos a sua liderança, mormente, as duas figuras destacadas anteriormente, em detrimento dos demais candidatos, fizeram com que a campanha eleitoral transformasse o país numa atmosfera, isto é, a função pública estava funcionando a meio gás, visto que a atenção dos guineenses estava virada para Cacheu e número significativo dos funcionários público das principais instituições do país integravam as listas dos delegados para o congresso.

A disputa pela liderança do partido começou nas conferências de base, que é um processo em que são escolhidos os delegados para participarem no congresso. Assim, os militantes que queiram participar como delegados no congresso para eleger o presidente do partido

devem-se apresentar nessas conferências submetendo-se à escolha dos militantes do partido. Isto implica que o militante que se apresenta deve ser um indivíduo influente na sua *tabanca* ou área de residência para ser escolhido. Quem for escolhido passa automaticamente conferência de seção, depois de sector e por fim de região (Vieira, 2014,p.18).

A probabilidade de um candidato ser eleito presidente do partido é verificada a partir dos números de delegados conseguidos nas assembleias de base. Por isso, essas conferências foram marcadas pelas disputas internas, pois estava em jogo não apenas a escolha dos delegados, mas, também, do presidente da comissão política regional – uma figura muito importante, pois é quem coordena todas atividades do partido na região, ou seja,

é o representante máximo do partido na Região, que coordena e assegura a orientação permanente das estruturas do PAIGC na Região. Velando pelo seu funcionamento harmonioso e pela aplicação das deliberações dos órgãos nacionais e regionais do Partido (Artigo 74, inciso I, 2018).

Sendo assim, Vieira (2014) afirma que cada candidato à liderança do partido queria eleger pessoa de confiança para ocupar esse cargo, sendo que este poderia usar a sua influência para eleger número significativo de delegados para o congresso e lhe daria mais chance de ser eleito.

Os problemas nas assembleias de base, principalmente na região de Biombo e Bafatá se acentuavam, conforme observa Vieira (2014) no critério de votação. É importante ressaltar que o artigo 5 *inciso g*) de estatuto do partido orienta o seguinte “eleições dos restantes órgãos colegiais de Região, Setor, Secção e de Base em listas nominais solidárias, mediante votação pública, nas perspectivas Conferências Regionais, Sectoriais, de Secção e de Assembleias de Base”.

Essa modalidade de votação, conforme observa Vieira (*ibidem*), foi alvo de muitas críticas, por ser considerado algo ultrapassado e inadequado para as organizações, como partidos políticos, pois dá margem à subordinação dos votantes. Só que, nesse caso, o artigo 5 *alínea g*) foi interpretado de forma equivocada, pois a votação de mão levantada só poderia acontecer, conforme aduz Vieira (*ibidem*), mediante a inexistência de listas dos concorrentes, o que não foi o caso desse processo eleitoral.

Diante disso, Vieira (*ibidem*) afirma que a Comissão Preparatória apresentou e aprovou novo regulamento de votação que descartou a possibilidade de votação da mão levantada, algo que gerou inconformismo de alguns candidatos.

A conferência de região de Biombo, que deveria acontecer na própria sede regional, foi transferida para o diretório central do partido. Houve confrontos entre os participantes de diferentes frentes políticas. Houve acusações de indícios de sabotagens, clientelismo e compra de votos durante o processo. Não só, mas também havia infiltração, conforme aponta Vieira (*ibidem*) das pessoas que nem eram militantes e nem tinham direitos de participar no processo.

Ademais, Vieira (*ibidem*) afirma que a referida conferência foi realizada cinco vezes, mas foi considerada inválida pela Comissão Nacional Preparatória, uma decisão considerada pelo autor como tendenciosa. A última vez que foi realizada, o candidato a presidente da comissão política que havia sido vencedor por cinco vezes, perdeu.

Importa frisar que o partido estava sendo liderado interinamente pelo Comandante Manuel Saturnino da Costa, que também se concorria a liderança do partido e liderava a plataforma “Aliança” – um fórum que reunia os demais candidatos que não se alinhavam tanto ao bloco de Domingos Simões Pereira quanto ao de Braima Camará.

À semelhança de Biombo, as tensões políticas ganharam outras dimensões na conferência regional de Bafatá. As disputas transcenderam a questão política-ideológica e envolveram as agressões físicas tanto dos conferencistas quanto das pessoas alheias ao processo. Vieira (2014) afirma que, não obstante a presença de força de segurança na sede do partido em Bafatá

centenas de arruaceiros aproximaram-se do recinto, muitos escondendo garrafas, paus e materiais contundentes. Estávamos quase em estado de sítio. Vieram propositadamente de Bissau e Gabu para se juntar aos Bafatá, preparados para a confusão e a desordem. Se é verdade que pela primeira vez os jovens que nunca tinham participado num processo político, estavam agora a fazê-lo, não é menos verdade que a forma como

estavam a manifestar o seu apoio a um ou outro candidato à presidente de comissão política regional violava todas as regras do processo democrático (Vieira, 2014,p.25).

Esse trecho nos permite formalizar dois argumentos de análise: o primeiro aspecto tem a ver com a forma como esses atores políticos estavam dispostos a ganhar a eleição sem importar com “as regras do jogo”. Por outro lado, o envolvimento das pessoas alheias ao processo demonstra o quanto o PAIGC possui influência na sociedade guineense e quanto esse congresso teve impacto social.

Realmente foi um dos congressos mais disputados na história do partido, lembro que, nesse período, ainda estava no meu último ano do ensino médio. Esse evento era um dos assuntos mais comentados na escola, mesmo para aqueles indivíduos que se abstenham do debate político. As informações ecoavam nos meios de comunicação social, nas rádios, televisões, nos jornais nacionais e internacionais.

Com o fim das conferências de base, as alianças foram estabelecidas. A “Plataforma Aliança” e o coletivo de apoio a candidatura de Adja Sato Camará se juntaram a candidatura de Domingos Simões Pereira, líder do projeto político “Maior Coesão do partido, Futuro melhor para a Guiné-Bissau” e formaram um fórum denominado “Aliança para a Unidade e Coesão”.

Assim, após três dias de atraso, o VIIIº congresso começou com as divergências a volta da revisão do estatuto. Importa frisar que o estatuto vigente na altura, conforme afirmam Vieira (2014), defendia a existência de um secretário nacional com funções administrativas e o presidente passaria apenas a dirigir o partido e a encabeçar a lista do partido às eleições legislativas, situação na qual, a ala de Braima Camará queria que mantivesse. Em contrapartida, o bloco de DPS defendia que o partido passasse a ter um secretário geral e que este passasse a ser cabeça de lista nas eleições, enquanto o presidente passaria a ocupar apenas a função de presidir o partido.

Com a assinatura dessa aliança e considerando a dimensão e o capital político dos seus aliados, falava-se tanto da probabilidade de DSP sair como vencedor. Contudo, o cenário era outro, ou seja, a disputa eleitoral foi implacável, tanto que esse congresso foi considerado como o mais disputado da história do partido.

Realmente os dois candidatos eram equilibrados, duas figuras políticas que fizeram todas as suas carreiras no PAIGC. Por um lado, Domingos Simões Pereira, ex-secretário geral da CPLP e ministro de obras públicas, e por outro lado, Braima Camará, empresário de renome no país e presidente da Câmara de Comércio, Indústrias e Artesanatos. Os dois possuíam aspirações de liderar o partido e propor mudanças. Entende-se isso, em um dos discursos de Domingos Simões Pereira após assinatura de aliança, onde disse o seguinte:

estamos num momento crucial, senão determinante para a vida do partido. Estamos às vésperas do nosso VIIIº congresso, marcado para a cidade centenária de Cacheu. Os militantes do PAIGC, todos os atores políticos nacionais, a sociedade em geral e a Comunidade Internacional aguardam com expectativa que essa reunião magna do partido produza a coesão necessária por forma a proporcionar aos guineenses uma alternativa de governação, que seja credível e viável, capaz de apaziguar a sociedade, reconciliar os atores desavindos, pacificar o país e promover o desenvolvimento (Vieira, 2014,p.29-30).

Esse discurso revela não apenas a aspiração de um candidato que queira assumir a liderança da maior organização partidária do país, mas também, transmite a ideia de que o partido precisava sair fortalecido internamente para garantir estabilidade e governabilidade do país, pois as evidências apontavam para uma vitória do partido tanto nas eleições legislativas quanto presidencial.

Apesar das tensões políticas que marcaram todo esse processo, Domingos Simões Pereira foi eleito presidente do PAIGC, deixando para trás os seus oponentes, Braima Camará e Aristides Ocante da Silva como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 3: Distribuição de votos dos três primeiros candidatos à presidência do partido

Número total dos congressistas votantes -1167			
Nº	Candidatos	Número de votos	%
1º	Domingos Simões Pereira	707	60,58%
2º	Braima Camará	436	37,36%
3º	Aristides Ocante Da Silva	15	1,29%

Fonte: Vieira (2014), adaptado pelo autor.

Além disso, foram eleitos também outras figuras para compor a direção superior do partido, nomeadamente: Carlos Correia – 1º vice-presidente do partido, Adja Sato Camará Pinto – 2º vice-presidente e Baciro Djá – 3º vice-presidente. Todos foram aliados de Domingos Simões Pereira no congresso.

Apesar dos candidatos derrotados terem aceitado publicamente os resultados, Luizinho Cá (2023) afirma que o partido saiu do congresso fragmentado, tanto que não houve a inclusão do bloco derrotado nos órgãos deliberativos do partido.

Por outro lado, é necessário levar em conta o argumento da confiança política, que é um instrumento fundamental para uma governabilidade sólida. Todavia, considerando aquela

conjuntura política, a inclusão dos oponentes na gestão, poderia ser viável para suprimir tensão no seio do partido, embora, não necessariamente.

Importante salientar que as disputas para a liderança do partido já chamavam atenção de alguns guineenses atentos a aquela conjuntura, tanto que alguns já previam que o partido sairia dividido. Numa declaração feita à Agência Lusa de Notícias DW (2014) João de Barros já havia alertado que “se Braima Camará ganhar haverá ruptura, se Simões Pereira ganhar também haverá ruptura”. Dito e feito, visto que os problemas pendentes do congresso, conforme sublinha Luizinho Cá (2023), dividiram o partido em dois polos: de um lado, Domingos Simões Pereira e do outro lado, Braima Camará.

PARTICIPAÇÃO DO PAIGC NAS ELEIÇÕES DA IXª LEGISLATURA

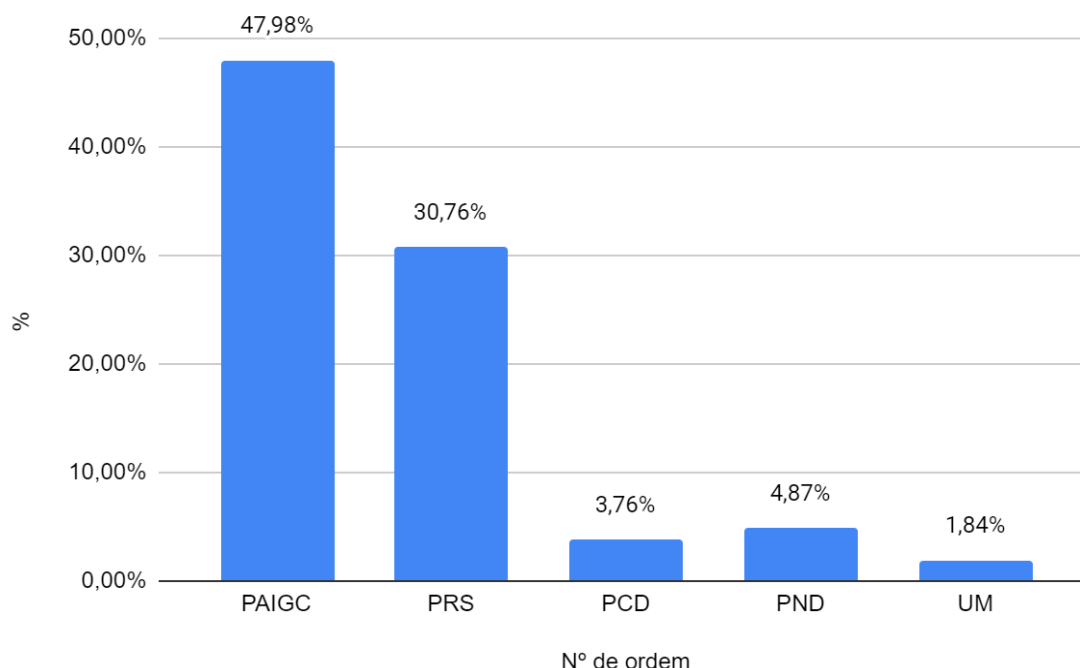
Após o congresso, no qual Domingos Simões Pereira foi eleito o novo presidente do Partido, o partido deixou a cidade de Cacheu e se preparou para participar nas eleições legislativas e presidenciais que marcam o início de uma nova legislatura⁶. Diante disso, foi realizada primária para composição da lista fechada dos candidatos aos cargos de deputado e escolher o candidato à presidência da República.

Foram submetidos às primárias duas figuras do partido. De um lado, Mário Lopes da Rosa que já havia sido candidato à presidência da República nas eleições de 2005, e por outro lado, José Mário Vaz (Jomav), ex-ministro das finanças e presidente da Câmara Municipal de Bissau, foi aliado de Braima Camará no congresso. Este último, apesar de não ter sido o preferido de líder do partido, venceu a primária como candidato do Partido às eleições presidenciais.

Percebe-se que, as disputas internas do congresso entre os dois blocos prevaleciam, pese embora, o partido mobilizou a sua estrutura e saiu como vencedor das eleições legislativas com 57 parlamentares num universo de 102 deputados para Assembleia Nacional Popular (ANP) como pode observar no gráfico 1. O partido conseguiu também eleger, no segundo turno, o Presidente da República, José Mário Vaz com 61,9% de votos contra 38,1% de Nuno Gomes Na Biam (União Europeia, 2014).

⁶ O termo legislatura é empregado na Guiné-Bissau para referir um período determinado pela lei para o exercício do poder político por um grupo político dirigente (Cá, 2023).

Gráfico: Distribuição das cadeiras parlamentares por partido na Assembleia Nacional Popular (ANP) nas eleições que marcam a IX^a legislatura



Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE), elaborado pelo autor.

Os dados demonstram que o Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) venceu com uma maioria absoluta, o que lhe daria possibilidade, conforme observa Luizinho Cá (2023), de aprovar os seus instrumentos de governação, assim como, qualquer projeto de lei sem precisar de outros aliados políticos. Pese embora tivesse que assegurar a oposição, principalmente, a segunda força política - o Partido de Renovação Social (PRS) que obtinha 41 parlamentares.

Após empossamento do novo Presidente da República pela Assembleia Nacional Popular, este por sua vez, convidou o PAIGC enquanto partido com maior número dos parlamentares para indicar o novo primeiro-ministro, conforme orienta a Constituição de República no seu artigo 68º inciso *g*).

O partido, por sua vez, indicou Domingos Simões Pereira ao cargo de Primeiro-ministro conforme orienta o artigo 42º inciso *1*) do estatuto. Em seguida, o novo primeiro-ministro formou um governo de inclusão com a integração de todos os partidos com assentos parlamentares. A composição de um governo inclusivo, conforme disse o primeiro-ministro, foi no sentido de criar “um diálogo interpartidário ou um diálogo inclusivo a fim de se aproximar não só aos outros partidos, mas também da sociedade guineense” (União Europeia, 2014,p.13).

O argumento usado para formar o governo de coalizão é considerável, dado o contexto, pois aquelas eleições eram cruciais “para o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e para plenamente reintegrar-se na comunidade internacional”(União Europeia, 2014,p.11). Posto isto, qualquer aliança poderia ser justificada para garantir a estabilidade governamental.

Todavia, a criação de aliança governamental incomodou algumas pessoas no partido. Ou seja, muitos se sentiram traídos por não integrarem o governo ou não serem nomeados nos cargos preferidos. Esse descontentamento pode ser percebida quando João Bernardo Vieira afirma o seguinte:

{...} ao longo destes dez anos, vimos uma liderança mais preocupada em se vangloriar com as vitórias eleitorais, deixando de lado o poder que advém dessas eleições. A gestão do poder oriundo de um processo eleitoral requer a adoção de estratégias sólidas que passam necessariamente pelo primar do interesse do partido e dos seus órgãos internos. Em 2014 após um congresso fracturante, o partido precisava de uma liderança reconciliadora que pudesse trabalhar no sentido aglutinar as diferentes sensibilidades em torno dos interesses do partido. Infelizmente e à semelhança do que acontece agora, o atual líder resolveu enveredar-se pela estratégia inversa de procurar alianças fora do partido com o único propósito de liquidar opositores internos (Jornal o Democrata, 2024).

Realmente, essa observação é muito contundente, visto que, o PAIGC, enquanto maior força política do país, não conseguiu assegurar o poder atribuído nas urnas pelo povo guineense. Isso mostra, de certo modo, a incapacidade da liderança desse partido de criar coesão interna e de estabelecer relação parlamentar para garantir a sua governabilidade.

Todavia, é importante lembrar que João Bernardo Vieira é parte integrante dessa liderança, inclusive foi um dos membros do governo. Sendo assim, a sua crítica parece estar imbuída de tendência, a partir do momento em que, ele vem criticando a gestão na qual faz parte e se lançando como candidato à liderança do partido.

É importante sublinhar que a composição de um governo vai além da questão de confiança política e envolve os acordos políticos que, às vezes, passam necessariamente pela indicação das figuras internas ou externas do partido ao cargo público. Assim, o caminho proferido pela liderança de partido em estabelecer as alianças com outras formações políticas como forma de garantir a governabilidade não deu certo, como será ilustrado no decorrer desse texto.

Percebe-se que a liderança do partido não observou aquilo que o cientista político italiano, Angelo Panebianco considera como “sistema de incentivo” ou “distribuição de incentivos organizados”. Quer isto dizer que, em qualquer organização, é importante dar atenção aos militantes que defendem a causa do partido para incentivá-los. Esse incentivo pode ocorrer através da promoção do status do próprio militante. Uma vez que, a sobrevivência de uma

organização depende da distribuição dos incentivos seletivos para “alguns de seus membros (cargos de prestígios, possibilidades de carreiras internas)” (Panebianco, 2005,p.101).

Essa perspectiva deve ser observada com certa nuance, considerando o contexto e observando a questão da democracia intrapartidária. Lembrando também que, a atribuição de certos privilégios a um grupo de pessoas não garante necessariamente estabilidade interna do partido.

Contudo, percebe-se que, a não integração de certas figuras do partido naquele governo, reforçou ainda, conforme aduz Luizinho Cá (2023), a polarização interna, pois o Braima Camará, apesar de ter perdido todas as disputas internas (derrotado no VIIIº congresso assim como na disputa a presidência de ANP), conseguiu agregar uma grande parcela dos militantes e dirigentes que se sentiram traídos pela direção superior, inclusive, pessoas que apoiaram a candidatura de DSP para liderança do partido.

Assim, é importante enfatizar que o PAIGC, enquanto vencedor das eleições presidenciais e legislativas, tinha tudo para garantir um clima profícuo de governabilidade, conforme sublinha Luizinho Cá (ibidem) e Kosta (2016) considerando que o Primeiro-ministro, Presidente de República e Presidente de ANP eram da mesma família partidária. Todavia, tudo desmoronou, a partir do momento em que o chefe de Estado (aliado direto do bloco derrotado no congresso), dissolveu a ANP e conseqüentemente o governo do seu próprio partido. Após esse ocorrido, o país entrou numa crise política e institucional que interrompeu completamente aquela legislatura. O assunto a ser abordado na seção subsequente.

CLIVAGEM INTERNA NO PAIGC E A CRISE POLÍTICA E INSTITUCIONAL DA IXª LEGISLATURA GUINEENSE

Sangreman et al (2019) e Luizinho Cá (2023) afirmam que os desdobramentos das disputas intrapartidária que vinham decorrendo desde o VIIIº congresso, transcenderam os fóruns do partido e afetaram as instituições do país e a sociedade guineense em geral, a partir do momento em que o Presidente da República, José Mário (aliado direto de Braima Camará), demitiu no dia 15 de agosto de 2015 através do decreto presidencial nº5/2015 o governo liderado pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira.

Não obstante o governo ter aprovado no parlamento os seus dois instrumentos de governação: Programa de governo e o Orçamento Geral de Estado (OGE), o Presidente de República derrubou o governo e fundamentou sua decisão, na base dos artigos 69, *inciso a)*

conjugado com o artigo 104, inciso 2) da Constituição de República, como se pode observar no trecho seguinte:

competete ao Presidente da República: dissolver a Assembleia Nacional Popular, e em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição”; O Presidente de República pode demitir o Governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular (CRGB, 1996,p.30 e 45).

Todavia, será que o país estava perante uma grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições do país antes mesmo da destituição daquele governo? Com certeza, inúmeros guineenses fizeram a mesma pergunta na altura. O que se verificava era disputa interna dentro da estrutura de um partido.

Assim, é de salientar que o argumento da “grave crise política”, foi usado pelo Presidente da República como pretexto para destituir um governo liderado por Domingos Simões Pereira, assim como, já foi usado inúmeras vezes pelos outros presidentes para derrubar os governos eleitos democraticamente. Isso nos leva a pensar sobre a necessidade de efetuar uma reforma constitucional, pois a Guiné-Bissau, tem um sistema semi-presidencialista, mas com pendor presidencialista, pois a constituição vigente outorga muitos poderes ao Presidente da República, que de certa forma, são usados pelos presidentes, conforme observa Kosta (2016) para tirar proveitos políticos criando situações de instabilidade política e institucional, como foi o caso da IXª legislatura.

Momentos antes da queda daquele governo, Luizinho Cá (2023) afirma que havia rumores sobre a falta de confiança, assim como, a existência de clima hostil entre Presidente da República e o Primeiro-ministro, tanto que, o chefe de governo, depois de uma reunião com corpos diplomáticos credenciados no país, declarou o seguinte “há uma intenção deliberada de provocar uma crise para justificar a decisão de destituição do governo {...} Todos os mecanismos e dispositivos legais e democráticos serão mobilizados para preservar a ordem e evitar a interrupção desta caminhada do país rumo à paz e ao desenvolvimento” (DW apud Cá, 2023,p.12).

O pronunciamento do chefe do governo veio à tona mediante conjunto de pressões que o governo sofria, ou seja, o chefe de Estado já havia ordenado a remodelação do elenco governamental, alegando que havia pessoas no governo com pendências na justiça. Ademais, os dois não se comunicavam, mesmo quando se tratava dos assuntos institucionais. Outrossim, acusou o governo de ter cometido “corrupção, peculato, nepotismo e falta de transparência na

adjudicação de contratos públicos” (Monteiro, 2015, p.101; Cá, 2023). No entanto, não conseguiu apresentar provas das acusações proferidas ao governo.

É importante lembrar que tanto o programa de governo quanto o Orçamento Geral de Estado já haviam sido aprovados duas vezes pelos parlamentares, conforme orienta o Regimento de ANP, no seu artigo 141º, e o país estava, conforme postula Kosta (2016) em uma nova fase de encontrar o caminho viável para transformação social, mediante a implementação das políticas públicas. Considerando também que o governo havia acabado de apresentar em

duas mesas redondas de doadores em Bruxelas e em Acra em Março de 2015, respectivamente, um programa assente numa visão ambiciosa que tinha como inovação tornar a biodiversidade como o eixo central do desenvolvimento do país- Terra Ranca como simbolicamente foi denominado o Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 - e um Programa de governo- Sol na Iardi- para 2014-2018, com esses documentos, com a presença do Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira- e do Presidente- José Mário Vaz- em Bruxelas, o governo recolheu promessas e compromissos em valor muito elevado para o expectável. A Assembleia Nacional Popular aprovou por uma unanimidade em dois de abril de 2015, resolução nº 9/2015, louvando o governo pela “qualidade da organização e realização da mesa redonda”, ação em Bruxelas, e reafirmando a confiança política no Primeiro-ministro (Sangremah, et al, 2019,p. 13-14).

Diante disso, percebe-se que o argumento usado pelo Presidente da República para derrubar o governo não passava da sua má relação com o primeiro-ministro. A mesma dificuldade de relacionamento foi verificada também, conforme aponta Luizinho Cá entre a “aliança política interna do PAIGC que apoiava a liderança de DSP no PAIGC e no governo demitido e a aliança do PAIGC que apoiava JOMAV na Presidência da República” (CÁ, 2023,p. 13).

Depois de derrubar o governo, o Presidente da República nomeou Baciro Dja (3º vice-presidente do partido e membro daquele governo, apesar de ter renunciado ao cargo momento antes). A decisão do Presidente conforme afirmam Kosta (2016), Sangreman et al (2019) foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) através de acórdão 1/2015, visto que a mesma descompriu o artigo 68 *inciso g*) da Constituição de República, no qual consta o seguinte “compete ao Presidente da República nomear e exonerar o Primeiro-ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular”

Quer isto dizer que, após destituir o governo, o chefe de Estado tinha que permitir o PAIGC, enquanto partido vencedor das eleições, indicar o novo Primeiro-ministro. Mediante a decisão do STJ, o PAIGC por sua vez, mandou de novo o nome de DSP, e pela segunda vez foi vetado pelo Presidente. A não aceitação de DSP pela segunda vez, demonstra o quanto a relação antagônica entre as duas figuras perpassou a questão política, embora, o Presidente nunca tentou

atrelar isso aos problemas pessoais, conforme observa Luizinho Cá (ibidem). O que foi revelado no decreto é a questão de incompatibilidade, como pode ser observado no trecho subsequente

Estou ciente de que, apesar dos significativos esforços desenvolvidos, o Primeiro-Ministro e o Presidente da República não conseguirão ultrapassar as incompatibilidades das relações institucionais e que, ao não regular o funcionamento das instituições, causaram danos irreparáveis ou prejuízos difíceis de reparar às instituições do Estado, à consolidação da democracia constitucional e ao estabelecimento de um bloqueio exigirá uma conjugação de esforços para concretizar dois desígnios nacionais (Cá, 2023,p.14).

Diante disso, o partido fez alguns arranjos e indicou o primeiro vice-presidente, Carlos Correia. Este por sua vez, formou o seu governo. Apesar da nomeação de novo Primeiro-ministro, o clima de antagonização prevalecia no seio do partido. Tanto que um grupo de 15 deputados⁷ liderado pelo Braima Camará se juntaram aos partidos de oposição e votaram contra o programa e Orçamento Geral de Estado do governo liderado por Carlos Correia.

Diante disso, o chefe de Estado usou as suas prerrogativas constitucionais e destituiu o governo na base do artigo 85º inciso 5), no qual consta o seguinte: “a não aprovação de uma moção de confiança ou a aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta implicam a demissão do governo” (Constituição, 1996).

Em resposta a atitude dos parlamentares, o Conselho Nacional de Jurisdição (CNJ) do partido aplicou sanções aos mesmos, e, em seguida, entrou com o processo no Supremo Tribunal de Justiça (um órgão que resolve também os problemas eleitorais, pois o país não possui tribunal eleitoral como no Brasil) para solicitar a suspensão de mandatos dos parlamentares, conforme o artigo 21º inciso f) de estatuto do partido, com a alegação de que, os deputados teriam violados o artigo 16º, inciso b,d e j), nos quais constam os seguintes deveres dos (as) militantes:

b) manter total fidelidade e lealdade aos princípios do partido e firme determinação na defesa da democracia; d) lutar pela realização do Programa do partido; j) Observar a disciplina partidária cívica, contribuindo assim para a defesa da unidade e coesão do Partido e da legalidade democrática” (Estatuto, 2018 **Grifo do autor**).

Não vamos entrar no mérito dessas legislações, mas o fato é que os referidos deputados foram fundamentais para as suas efetivações. Após votarem contra o Programa e Orçamento do próprio partido, os referidos parlamentares denunciaram a postura autoritária do presidente do partido e ausência da democracia intrapartidária. Destarte, a não aprovação dos dois instrumentos de governação do partido deve-se ao facto dos mesmos não terem sido discutidos primeiramente no fórum do partido antes de serem encaminhados para plenária.

⁷ Abel da Silva Gomes, Braima Camará, Amido Keita, Bacai Sanhá Júnior, Eduardo Mama, Adulai Djaló (Nhiribui), Tchernó Sanhá, Tumane Mané, Aurora Sanó, Rui Diã de Sousa, Manuel Nascimento Lopes, Isabel Buscardini, Adja Satu Camará, Soares Sambu e Baciro Djá ((Sangremah et al, 2019.p.15 Cá, 2023).

Importa frisar que, Braima Camará, apesar de ter perdido a corrida para a liderança do partido e para a Assembleia Nacional Popular (ANP) exercia muita influência dentro do partido – conseguiu arrastar um número significativo de militantes e dirigentes que se alinhavam com a sua perspectiva. Ou seja, era perceptível que Braima Camará

já liderava uma franja considerável dos militantes do PAIGC antes do início da nona legislatura. Esta liderança teria influenciado a decisão dos 15 deputados que se transformaram os seus direitos constitucionais em relação a liberdade de votar em abstenção contra ou a favor do Programa de Governação e do Orçamento Geral do Estado na Assembleia Nacional Popular (ANP) num instrumento de protesto não contra o PAIGC, mas contra a liderança de Eng. Domingos Simões Pereira, considerado rival político de Braima Camará desde o oitavo congresso dos libertadores em Cacheu (Cá, 2023,p.18).

Assim, importa frisar que os 15 parlamentares entraram com o processo no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) contra o partido. O STJ através do acórdão 4/2016 tendo como fundamento o artigo 82º *inciso 1)* da Constituição da República, onde consta o seguinte: “nenhum deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício do seu mandato”. A decisão do STJ demonstrou uma incongruência, pois de um lado afirmava que os mesmos não podiam perder os seus mandatos, por outro lado, recomendou a observância do estatuto do partido.

No sistema político guineense não existe deputado independente, ou seja, todos os parlamentares estão na base de um partido político, dito isso, a partir do momento que os 15 deputados foram suspensos do partido, seriam automaticamente substituídos, como o partido fez. Mas os mesmos compareceram na sessão parlamentar criando clima hostil. Muitas sessões foram interrompidas devido às tensões instaladas e o parlamento ficou disfuncional por muito tempo, ou seja, a “suposta maioria resultante da aliança do PRS com o grupo dos deputados dissidentes do PAIGC, conhecido por Grupo dos 15, não tinha maioria na comissão permanente, órgão do Parlamento que agenda as plenárias (Martins apud Nanque, 2022, p.16).

Diante daquela conjuntura, Sangreman et al (2019) afirmam que nenhum dos governos que se seguiram após a destituição do governo liderado por Domingos Simões Pereira, conseguiu fazer aprovar tanto o Programa de governo quanto o Orçamento Geral de Estado. Lembrando que só naquela legislatura foram nomeadas mais de cinco Primeiros-ministros.

Não obstante a internacionalização da busca de solução para aquela crise, com a inserção da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), onde foram assinados dois acordos, nada surtiu efeito, ou seja, as instituições de Estado, principalmente, a ANP continuava bloqueada. Em 2018, os 15 parlamentares resolveram criar os seus próprios partidos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi levantada a questão sobre como as disputas internas no PAIGC após o seu VIIIº congresso realizado na cidade de Cacheu, norte do país, foram determinantes para a crise política e institucional que abalou o país durante a IXª legislatura.

Assim, no decorrer desta investigação, constatou-se mediante a análise descritiva dos acontecimentos que marcaram esse período e da bibliografia especializada que as disputas internas no PAIGC afetaram o país devido à fragilidade das instituições do Estado. De salientar que, apesar da relevância das organizações partidárias para o funcionamento da democracia, em um país onde existem instituições fortes, o problema de um partido político não pode/consegue inviabilizar o funcionamento normal das instituições do Estado.

Além disso, observou-se que a Constituição da República foi um dos elementos fundamentais para a crise, pois a própria carta magna outorga muitos poderes ao chefe de Estado. O artigo 104, inciso 2) afirma que o Presidente da República pode “demitir o governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular”.

Esta legislação apresenta ambiguidade, ou seja, é passível de diversas interpretações e, o seu problema é sobre o que pode ser considerado como uma “grave crise”. Kosta (2016) afirma que quando o legislador utiliza o termo “grave crise”, mas não explica o que pode ou não ser considerado de grave crise, está dando o poder absoluto para quem o detenha usar quando bem entender.

O estudo revelou que o Presidente da República, José Mário Vaz (JOMAV), aproveitou dessa prerrogativa constitucional para tirar proveito da sua relação antagônica estabelecida no partido com Domingos Simões Pereira e os seus aliados. Assim, o desdobramento da divergência no partido, afetou as instituições do Estado. Após a destituição dos governos de PAIGC, os subsequentes governos não conseguiram nem se quer agendar o Programa e OGE para serem aprovados no parlamento, pois a Comissão Permanente, um órgão responsável para aprovar propostas da ordem do dia, conforme consta no artigo 48º, inciso h), era composta por uma maioria parlamentar da ala de DSP.

O país possui um sistema semipresidencialismo, mas com pendor presidencial, visto que a constituição atribui muitos poderes ao chefe de Estado. Isso tem inviabilizado a estabilidade governamental do país, tanto que, desde a realização das primeiras eleições em 1994, Kosta (2016) afirma que nenhum governo eleito democraticamente conseguiu fechar os quatro anos de

governança, devido à destituição dos Primeiros-ministros. Esse fenômeno tem sido mais recorrente no PAIGC, um partido que ao longo da sua história tem enfrentado conflitos internos a nível da sua estrutura de poder, que acabam perpassando o fórum partidário e afetando as instituições do Estado. Aqui, listo alguns casos: em 1984, devido ao conflito interno, o então Presidente da República João Bernardo Vieira exonerou o Primeiro-ministro, Vitor Saúde Maria. Em 2005, o mesmo Presidente destituiu o governo de Carlos Gomes Júnior e Martinho Ndafo Kabi. Em 2014, José Mário chegou a nomear até 7 Primeiros-ministros. Também, teve o caso do então Presidente da República, Kumba Yala que chegou a ter 5 Primeiros-ministros no intervalo de 3 anos.

Tendo em vista isso, urge a necessidade de uma reforma constitucional, isto é, reduzir os poderes do Presidente da República, sobretudo, lhe impossibilitar de destituir os governos eleitos democraticamente. Isso seria um primeiro passo para viabilizar um clima de governabilidade e garantir a intranscendencialidade das crises partidárias ao ponto de afetar as instituições do Estado.

Outrossim, observou-se nesse estudo a existência de uma tendência oligárquica no partido. Michels (1982) demonstra a impossibilidade da democracia nas organizações tão complexas como o PAIGC, um partido de massa segundo a caracterização de Duverger (1980). Ademais, constatou-se a incapacidade da direção eleita no VIIIº congresso de lidar com os grupos de interesse intrapartidário. Isso ficou evidente, a partir do momento que a ala derrotada no congresso não foi integrada na estrutura do partido e no primeiro governo da IXª legislatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. 2017.
- CÁ, Luizinho Jorge. **Instabilidade Governativa na Guiné-Bissau: o Caso de Crise Política e Institucional da Nona Legislatura**. 2023.
- CARVALHO, Celisa dos Santos Pires. **Guiné-Bissau: instabilidade como Regra**. {Dissertação}. Ciência política cidadania e Governança pela Universidade Lusófona de humanidades e tecnologia). Lisboa, 2014.
- GUINÉ-BISSAU. [Constituição (1996)]. Constituição da República da Guiné-Bissau de 1996.
- COUTINHO, Ângela Benoliel. **Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980**. Edição da Universidade de Coimbra. 2017.

- CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en afrique lusófonos. p.259-282.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959- 1994)**. Tese de Doutorado-Salvador, 2013.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. 2ª edição. Rio de Janeiro: co-edição da Zahar Editores da Editora da UNB, 1980.
- DW. **Congresso do PAIGC Mergulhado em Crises**. 2014.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda: A democratização no final do século XX**. 1994.
- JAURÁ, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**. 2005.
- KOSTA, Aníran Ykey Pereira Kafft. **A problemática do sistema de Governo na Guiné-Bissau**. {Dissertação}. Coimbra, 2016.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 1,n. 2, p.43-56. 2017.
- MICHELS, Roberts. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Editora. Universidade de Brasília. 1982.
- MONTEIRO, Lesmes. **As Armas de Cacheu: Conspiração política**. Editor: Euedito. 2015.
- MARTINS, Geraldo. **Desilusão: Governação e exercício político durante a IX legislatura na Guiné-Bissau**. Edição do autor. Portugal, 2019.
- NÓBREGA, Álvaro. **Guiné-Bissau: Um Caso de Democratização Difícil (1998-2008)**. 2015.
- PAIGC. **Estatuto**. 2018.
- SANGREMAN, Carlos; MARTINS, Luís Vaz; PROENÇA, Fátima. **Guiné-Bissau, notas sobre o presente e o futuro**. In: Guiné-Bissau: A Evolução da Situação Política de 2010 a 2018. Edição: CESA-Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e 23 Gestão da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2019.
- SEMEDO, Rui Jorge. **Ativismo político-social e Crise institucional na Guiné-Bissau: caso do MCCI, Bassora di Povu, o Cidadão e Voz do Cidadão do mundo**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Bissau, 2020.
- SUMA, Nando Paulo. **Democracia e comportamento eleitoral na Guiné-Bissau: um estudo sobre a influência da etnicidade nas eleições presidenciais de 2019**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- SEMEDO, Rui Jorge. **PAIGC: A Face do Monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974-1990)**. 2021.
- TE, Paulo Anós; CANDÉ, Monteiro Artemisa Odila. **Regime de Partido Único na Guiné-Bissau: o que falhou (1973-1991)**.

TCHAU-TSI, Liu. **A luta interna no partido**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória. 1952.

UNIÃO EUROPEIA: **relatório final de comissão de observação eleitoral: eleições presidenciais e legislativas**. Bissau, 2014.

VIEIRA, João Bernardo. **Memórias do VIII Congresso do PAIGC, Cacheu**. 2014.

TAVARES, Fernando Jorge. **Limiares crítico da Educação na África Lusófona**. In: I Congresso Internacional de Filosofia e Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. São Paulo. Uninove. 2009.

CAPÍTULO 12

ELITES E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS: POR UMA REVISÃO DO ELITISMO E SUA UTILIZAÇÃO NA INTERPRETAÇÃO DOS ORGANISMOS PARTIDÁRIOS

Julio Cesar Donadone¹

<https://orcid.org/0000-0002-2129-0129>

julio@dep.ufscar.br

Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar e
coordenador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças- NESEFI

Gregório Henrique Silva Duarte²

<https://orcid.org/0009-0006-5478-5298>

gregoriosociologia@gmail.com

Doutorando em Ciência Política pela UFSCar, São Paulo, Brasil.

RESUMO: O ensaio ora apresentado propõe uma revisão do elitismo clássico e do elitismo renovado em suas utilizações na interpretação dos partidos políticos. Buscando ênfase no suporte teórico metodológico da teoria das elites, o presente ensaio tem como objetivo discutir as possibilidades e os limites das categorias analíticas e do método proposto por essa vertente do pensamento político na interpretação da vida orgânica dos partidos políticos. Metodologicamente ancorados no materialismo histórico e dialético, esboçamos uma revisão de três escolas da teoria das elites: o elitismo clássico, com destaque para as contribuições de Mosca (1992), Pareto (1964) e Michells (1982); do elitismo renovado, com centralidade na contribuição de Mills (1959); no marxismo elitista a partir das contribuições de Bottomore (1974) e Miliband (1972); e a escola francesa, a partir da contribuição de Bourdieu (2005). Pôr fim realizamos um quadro apontando as possibilidades de interpretação no campo dos partidos políticos.

PALAVRAS CHAVE: Elites; Partidos políticos; Elites dominantes; Oligarquias

ELITES AND PARTY ORGANIZATIONS: FOR A REVIEW OF ELITISM AND ITS USE IN THE INTERPRETATION OF PARTY ORGANIZATIONS.

ABSTRACT: The essay presented here proposes a review of classic elitism and renewed elitism

¹Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar e coordenador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças _NESEFI. Foi pesquisador visitante na University of California Berkeley (1998 e 2018) e na EHESS -École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris 2005. Bolsista produtividade 2 do CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: intermediários, financeirização e dinâmica dos campos.

²Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças - NESEFI. Investiga a luz da teoria das elites a relação entre as elites econômicas e políticas e os recursos naturais no Brasil.

in their uses in the interpretation of political parties. Seeking emphasis on the theoretical methodological support of elite theory, this essay aims to discuss the possibilities and limits of the analytical categories and the method proposed by this aspect of political thought in interpreting the organic life of political parties. Methodologically anchored in historical and dialectical materialism, we outline a review of three schools of elite theory: classical elitism, with emphasis on the contributions of Mosca (1992), Pareto (1964) and Michells (1982); of renewed elitism, with a central focus on the contribution of Mills (1959); in elitist Marxism based on the contributions of Bottomore (1974) and Miliband (1972); and the French school, based on the contribution of Bourdieu (2005). Finally, we create a table pointing out the possibilities of interpretation in the field of political parties.

KEYWORDS: Elites; Political parties; Dominant elites; Oligarchies

INTRODUÇÃO: O QUE ENTENDEMOS COMO TEORIA DAS ELITES

A teoria das elites perpassa o estudo das ciências sociais, sendo portanto parte da agenda de pesquisa da ciência política e da sociologia³, considerando sobretudo a forma pela qual historicamente se organizou a sociedade e as próprias divisões internas intrínsecas a cada agrupamento social a teoria das elites é uma ferramenta para compreensão e elucidação dos conflitos, tensões, fracionamentos e disputas em torno dos atores sociais⁴.

Conforme própria formulação do campo epistêmico que tem como centralidade a atuação de grupos e frações sociais, pretendemos abordar quatro escolas que interpretam o fenômeno da política⁵ sob a luz epistêmica da teoria das elites. Nosso esforço nesse sentido se ancora no intuito de revisa-las teórico e epistemologicamente, como dado de mediação para avaliarmos as possibilidades e os limites destas concepções para utilização na interpretação dos organismos partidários.

Temos, portanto, como objetivo geral: compreender a possibilidade da utilização dos paradigmas postos pela teoria das elites, como parte de um arcabouço teórico para compreensão das teorias da organização no âmbito da lógica de funcionamento interno dos partidos políticos.

Cabe considerar que o esforço presente neste ensaio se coloca na dimensão de uma revisão bibliográfica.

Nesse sentido o nosso objeto de estudo reside na relação entre as concepções de elite e o âmbito organizativo dos partidos políticos, sistematizadas a partir da seguinte pergunta de partida: Em que medida é possível compreender o âmbito organizacional dos Partidos políticos pelo viés da teoria das elites? E, mais: dado o grau e nível de complexidade das relações entre os agentes e as instituições/organizações, a teoria das elites, em suas mais variadas vertentes de compreensão do mundo, oferece um ferramental teórico capaz de elucidar essas relações?

As três escolas que trabalharemos permearam o campo teórico do pensamento da teoria das elites, sendo as principais tendências desta subárea da ciência política. Iniciaremos o movimento de apresentação e análise dessas com o que é considerado o elitismo clássico, a partir das contribuições de Pareto e Mosca; em seguida trabalharemos as contribuições de Michels; como o elitismo renovado⁶ vertente vinculada ao marxismo elitista produz uma contribuição para a teoria das elites e finalizaremos com a perspectiva associada ao campo do poder, parte da escola francesa.

Quando entendemos que o esforço de vinculação entre a teoria das elites e uma provável interpretação do funcionamento e das disputas em torno dos organismos partidários, nos deu a noção que o fundamento léxico e teórico da relação, significa, objetivamente, que a intencionalidade da apropriação teórica não se limita a mera utilização das categorias cunhadas e

³ Cabe ressaltar que a utilização da teoria das elites, para além de agenda de pesquisa, se constitui como uma derivação do campo epistêmico das ciências sociais.

⁴ A busca pelas contradições e conflitos no âmbito interno dos partidos é parte da proposição deste ensaio

⁵ Estamos considerando o fenômeno “política” a partir da noção marxiana, em que passa a ser percebida como a prática que expressa as contradições presentes na sociedade e a arena em que se encontram as soluções, sempre provisórias, para elas. (MIGUEL. F. Luis. 2018)

⁶ O chamado elitismo renovado tem essa classificação a partir da publicação da obra *The Power Elite* (1959) de Wright Mills, quando há um deslocamento na noção de maioria e minoria.⁷ Exemplificamos a partir da contribuição de Michels em seus estudos acerca do Partido Social Democrata da Alemanha.

citadas por esse campo do pensamento, mas, para além disso, como a partir das determinações teóricas e apropriações metodológicas torna-se possível compreender desde o limiar dos conflitos, disputas e princípios organizativos dos partidos políticos, possam ser compreendidos pelo âmbito da concepção de elites. Dado que é recorrente na agenda de pesquisa da ciência política.

O elitismo clássico:

Neste tópico, abordaremos a discussão com base na perspectiva de Vilfredo Pareto (1964), utilizando como suporte analítico a obra de Grynszpan (1999), com ênfase na abordagem de uma sociologia histórica das elites.

O surgimento histórico do debate em torno das elites acompanha, de maneira significativa, o processo de formação e consolidação das ciências sociais, especialmente ao longo do século XIX. Foi nesse contexto que as reflexões sobre as transformações estruturais da sociedade moderna adquiriram novos contornos e passaram a reivindicar uma teoria que, inicialmente, se configurava sob o rótulo de elitismo. Nesse sentido, Grynszpan (1999, p. 11) afirma:

Em que pese as especificidades dos autores reconhecidos como seus principais formuladores - os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Seu argumento central, apresentado como descoberta científica, era o de em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigido a maioria.

Outro ponto relevante para compreender as escolhas teóricas e o percurso metodológico adotado por Pareto refere-se à sua trajetória pessoal, ou seja, à maneira como sua experiência de vida dialoga diretamente com sua construção teórica. De modo geral, como sublinha Grynszpan (1999), o pertencimento aristocrático da família de Pareto molda sua visão de mundo e, consequentemente, fundamenta sua orientação política.

Ao longo do desenvolvimento de suas formulações teóricas, esse conjunto de influências — incluindo sua visão de mundo, suas relações interpessoais e os ambientes que frequentava — foi decisivo na maneira como Pareto passou a conceber a sociedade. À medida que ele analisa as direções que a sociedade de sua época tomava, torna-se possível perceber tanto as tensões internas de sua visão — de inspiração liberal — quanto a força política e intelectual que sua origem aristocrática imprime em sua análise. Nesse aspecto, Grynszpan (1999, p. 144) observa que:

Observemos:

As classes ricas tiveram em todos os tempos, e mesmo sob os regimes democráticos, uma influência notável sobre o governo do país. A maneira pela qual essas classes são recrutadas, quer dizer, o modo como se faz o recrutamento dos titulares das rendas é, portanto, fortemente importante na determinação dos fenômenos sociais. As qualidades que fazem o homem vencer a luta contra as forças da natureza não são as mesmas que asseguram a vitória contra as artimanhas e as emboscadas que emprega a espoliação.

A noção que o autor parte de classes ricas é contraditória, por considerar apenas a história como fenômeno dado, digerido e ocorrido, ou seja, não compreende que a história é síntese de processos, conflitos e disputas. Além de contraditória, por um equívoco teórico, é,

ainda, vinculada a uma noção de ciência estática, isto é, não considera a dinâmica dos processos.

Ao tentar associar os detentores de renda à determinação dos fenômenos sociais, Pareto (1964) esbarra novamente em uma limitação conceitual: sua perspectiva, enraizada em uma visão aristocrática, assume um caráter estático e determinista que, de fato, não permite — nem busca — compreender a dinâmica das transformações sociais.

Na tentativa de justificar o recrutamento dos grupos superiores — passo necessário para fundamentar sua teoria das elites, entendida como a distinção entre dominantes e dominados —, acreditamos que Pareto (1964) comete um erro significativo: a simplificação e consequente redução dos mecanismos democráticos.

Consideramos esse o principal equívoco presente em sua concepção de elites. Além disso, outro ponto crucial para uma crítica consistente à sua abordagem está no fato de que o autor transpõe, para a análise política, conceitos e métodos oriundos de sua formação original nas ciências exatas. Não se trata de uma reprodução mecânica ou acrítica da realidade, mas sim de um uso intencional desses referenciais como forma de legitimar uma lógica de dominação.

Grynszpan (1999, p. 164) compartilha dessa interpretação ao afirmar que:

Em outros termos, da perspectiva de Pareto, e como já vimos dá de Mosca também, o liberalismo, a democracia, a igualdade haviam sido, simplesmente, armas da burguesia na sua luta pelo poder, armas que havia abandonado, ato contínuo, em proveito de práticas características do Antigo Regime, as mesmas que antes condenava. À diferença de seu contemporâneo siciliano, porém, o Pareto do *Cours d'économie politique* via nas mazelas vividas o resultado do abandono dos princípios liberais, e não suas consequências lógicas, inevitáveis.

A fragilização dos valores democráticos — especialmente pela desvalorização do fenômeno democrático tanto no plano individual quanto na organização social — torna-se ainda mais evidente quando Pareto (1964), ao discutir a intersecção entre ciência e política, expõe essa tendência à racionalização extrema e à naturalização das hierarquias sociais.

Embora a crítica formulada por Pareto (1984) e Mosca (1992) sobre o afastamento da burguesia — enquanto classe revolucionária após a Revolução Francesa — de seus ideais originários tenha fundamentos relevantes, o enquadramento da democracia como instrumento de uma classe em disputa pelo poder ocupa papel central em suas análises. Compreender a democracia como um fenômeno universal faz parte do esforço metodológico de Pareto (1984), que parte do pressuposto de que a análise dos fenômenos sociais deve se basear em um método lógico-experimental. Esse método atua como uma espécie de confronto entre o mundo objetivo e os fatos manifestos na ação social.

Outro aspecto relevante na obra de Pareto (1984), reforçado pela citação mencionada, é a separação dicotômica entre verdade e utilidade. O autor tende a desprezar a busca pela verdade científica quando está, ao considerar suas múltiplas nuances, pode não contribuir para a manutenção do equilíbrio social.

Feitas essas observações, é possível perceber que o conceito de democracia, na teoria das elites de Pareto, assume um papel secundário — funcionando mais como pano de fundo, arena simbólica ou elemento estático. O núcleo central de sua análise da sociedade — e, por

consequente, das elites — reside no deslocamento da ação como chave interpretativa para aquilo que ele denomina de "derivações subjetivas".

Em síntese, pode-se afirmar que a teoria das elites em Pareto está baseada na concepção de que as elites constituem um dado natural da sociedade, independentes da vontade e da escolha coletiva. Assim, a separação entre uma minoria dirigente e a maioria governada seria uma constante inevitável nas diferentes configurações sociais.

GAETANO MOSCA

A teoria das elites formulada por Gaetano Mosca (1992) tem como base o rompimento com as utopias coletivistas e a rejeição da possibilidade de construção de uma justiça universal.

Para compreender a teoria das elites sob a ótica de Mosca, é necessário, em nossa visão, retomar seu ponto de partida: a ideia de que o predomínio de determinados grupos decorre da evolução histórica dos elementos econômicos, políticos e sociais. Utilizando o método histórico-comparativo, Mosca parte da clássica dicotomia entre governantes e governados, onde a classe política se configura como um grupo minoritário que detém o monopólio dos recursos do poder.

Nesse sentido, a massa aparece como um conjunto de indivíduos submetidos e orientados por uma estrutura social centralizada, na qual minorias politicamente organizadas exercem a dominação. Além disso, destaca-se em sua obra o papel dos princípios autocráticos, especialmente no que diz respeito à transmissão da autoridade. A classe política, nesse contexto, é caracterizada por duas tendências fundamentais: uma de caráter aristocrático e outra de inclinação democrática.

A síntese da concepção de Mosca reside na formulação de uma "lei social", segundo a qual toda sociedade se divide entre uma minoria que governa e uma maioria que é governada. Compreender a teoria das elites em Mosca implica rejeitar a noção de circulação das elites, bem como ignorar os fluxos provenientes de diversos grupos sociais. Em última instância, trata-se da incorporação dos indivíduos em uma estrutura rígida e pouco permeável.

As influências do modelo e do pensamento de Mosca, no primeiro momento, como destaca Bianchi (2016, p.168), como herdeiro da *Destra Stoica*, ou seja, como influência do grupo que realizou o processo de unificação da Itália.

Expôs em suas primeiras obras uma aguda crítica, quando não uma simples recusa, de democracia parlamentar. Já nos últimos anos do século XIX essa crítica tornou-se mais matizada, e Mosca, embora permanecesse “um conservatore galantuomo”, como foi chamado certa vez por Piero Gobetti, e um adversário do sufrágio universal, dos sindicatos e do socialismo, passou a identificar-se cada vez mais com o liberalismo italiano e, mais tarde, tornou-se opositor do governo de Benito Mussolini (1883- 1945).

Se a trajetória de Mosca aponta os elementos para a forma pela qual o autor coloca a sua concepção de ciência política, a sistematização metodológica também emerge como dado

importante na obra do autor. Nesse sentido, a concepção metodológica de Mosca⁷, a partir de Bianchi(2016, p.177),aponta que:

O método histórico assumiria para o estudo da política a mesma posição ocupada pelo método experimental nas ciências sociais. Do mesmo modo como este último teria permitido à física, à química e à biologia libertarem-se da astrologia, da alquimia e da teologia, o método histórico permitiria à ciência política afastar-se de modelos preconcebidos de organização social. Não apenas o impacto desses métodos sobre o conhecimento seria análogo como também seus resultados. Ambos teriam como consequência a coleta de um grande número de dados e informações capazes de permitir o teste das hipóteses científicas.

O caminho metodológico sugerido por Mosca condiciona o pesquisador, ou seja, o cientista político a dimensionar o olhar para as instituições apenas, sobretudo no âmbito jurídico e administrativo.

A noção de incorporação de pessoas e fluxos de elite⁸ já emerge no horizonte da teoria das elites de Mosca. No entanto, cabe destacar que o ponto de partida do autor é exatamente a noção do predomínio a partir da evolução da sociedade, ou seja, do elemento econômico, político e social. Nesse sentido, através do método histórico comparativo⁹, a classe política se coloca como uma minoria que monopoliza os recursos do poder.

Na prática, trata-se do processo de dominação a partir das classes políticas e sobretudo da separação entre governantes x governados, entendendo o conjunto da população, sob a categoria *massas* como atores e indivíduos dominados. Buscamos a síntese da sua teoria das elites, a partir da nota de Gimenes (2014, 127):

Os estudos de Mosca lhe permitiram constatar que em todas as sociedades existiriam duas classes distintas de indivíduos: os governantes, que conduziriam as sociedades e seriam chamados classe política ou classe dirigente, e os governados, que seriam conduzidos e chamados de massa. Assim, a classe política seria uma minoria organizada que monopolizaria os recursos de poder e os utilizaria em benefício próprio, além de exercer todas as funções políticas e utilizar seu controle para influenciar decisões políticas, enquanto a massa seria constituída por indivíduos dominados, que não disporiam da posse dos meios de governo e se constituiriam em uma maioria desorganizada.

Considerando os aspectos aqui elencados da concepção de Mosca, percebemos a concordância e alinhamento do autor naquilo que concerne às bases da própria concepção de Pareto, ou seja, há a predominância de entendimento na permanência da noção de massas e dominadores, o que, obviamente, assume um contorno essencial na compreensão do elitismo clássico.

Para além disso é fundamental ainda destacar a sapiência na percepção de maioria

⁷ Em que pese participarem da mesma “escola” de teoria das elites, é importante destacar a contribuição de Mosca e como passa a compreender determinados fenômenos que não é possível encontrar na teoria das elites em Pareto. A exemplo do conceito de fluxo de elites, o que mais a frente será compreendido a partir da noção de circulação de elites.

⁸ O que é diferente do conceito de circulação de elites.

⁹ Método que tem como centralidade a capacidade de comparar, dado o grau e nível de particularidades de cada região/espaco os fenômenos a partir da política.

desorganizada, dado que considerando o contexto em que o elitismo clássico emerge e toma centralidade, o ideário de separação social por intermédio das classes e atores sociais, têm uma nova roupagem, pelo âmbito das elites, a partir da noção teórica de maioria desorganizada.

Em essência a premissa da concepção de maioria desorganizada é a base pela qual se assegura a própria noção de elite. Em que pese o elitismo clássico não realizar essa leitura, nos lançamos nesse movimento para afirmar que a maioria desorganizada é a negação, em forma de mediação dialética, da própria formulação de elites, ou seja, a existência de uma, requer, obrigatoriamente, a necessidade histórica da existência da outra.

ROBERT MICHELS

Analisar a contribuição de Robert Michels para a teoria das elites implica retomar sua obra clássica *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982), na qual o autor examina a estrutura organizacional do Partido Social-Democrata Alemão. Iniciamos esta reflexão destacando como Michels compreende uma relação central: massas versus lideranças.

Nosso objetivo, neste momento, é abordar de forma pragmática as características dessa relação entre as massas e seus dirigentes. A esse respeito, Michels (1982, p. 39) afirma:

Os Além da indiferença política das massas e da necessidade de serem dirigidas e guiadas, um outro fator, de qualidade moral mais relevante, contribui para assegurar a supremacia dos chefes: é o reconhecimento das multidões pelas personalidades que falam e escrevem em seu nome. [...] Esses homens, que adquiriram, com frequência, uma espécie de auréola de santidade e de martírio, só pedem, em troca dos serviços prestados, uma única recompensa: o reconhecimento. Essa exigência chega, às vezes, até os anais oficiais do partido. A massa também demonstra sua gratidão com grande

O ponto que buscamos ressaltar está justamente na afirmação da indiferença política das massas e da suposta necessidade de serem conduzidas. Um dos focos centrais deste trabalho é compreender a relação entre as elites e a sociedade civil e, a partir da obra de transposição das águas, observar como se configuraram essas relações.

O que Michels define como indiferença política das massas está, segundo ele, no campo da moralidade — um aspecto que, em nossa análise, não é essencial para compreender o fenômeno político, tampouco suficiente para explicar uma relação tão complexa quanto a existente entre massas e elites.

Apesar de parte da tradição política tratar o campo moral como uma categoria analítica, buscamos, em textos anteriores, separar epistemologicamente os domínios da moral e da política. Nesse sentido, entendemos a moral como uma concepção liberal da política. A esfera política a que nos filiamos, conforme Boito (2007, p. 24), é aquela que entende o processo político como uma disputa de ideias, valores e projetos.

Dessa forma, o que Michels descreve como indiferença ou desprezo — aspectos tratados moralmente — corresponde, a nosso ver, a uma manifestação derivada das condições materiais de existência da população. Em contextos de precariedade, essas condições se expressam no plano das ideias. O conflito, portanto, emerge da desigualdade no acesso a recursos fundamentais — como a água — e não de uma suposta natureza apática das massas.

A principal divergência entre nossa abordagem e a de Michels está na centralidade conferida ao aspecto moral na avaliação política. Ao responsabilizar os sujeitos isoladamente, sem considerar as estruturas sociais, Michels ignora as contradições, descontinuidades e, principalmente, o caráter conflitivo da relação entre elites e massas. Sua análise resulta numa concepção estática e mecanicista dessa relação.

Essa perspectiva se torna ainda mais problemática quando Michels aprofunda sua análise da dominação entre elites e massas e passa a interpretar o comportamento coletivo com base em traços psicológicos. Essa postura colide com uma leitura dialética da realidade e reforça uma justificativa ideológica para a dominação. Segundo essa lógica, como afirma Perissinotto (2009, p. 88):

[...]Se as massas têm uma necessidade inata de ter chefes, se elas se prendem mais a espetáculos do que a discussões sérias, se elas sentem uma necessidade, também inata, de venerar o seu chefe, é evidente que, num partido político que congrega uma multidão de filiados, o discurso e a qualidade retórica são atributos essenciais para subjugar-las.

Até aqui, delineamos o objeto de Michels — os partidos políticos e suas relações internas — e, a partir dessa configuração, estabelecemos uma conexão com a relação entre elites e massas. Na citação anterior, Gimenes (2014) amplia o escopo da análise de Michels, ao sugerir que o partido reproduz a dinâmica da sociedade e que esta, por sua vez, também se manifesta dentro do partido.

Essa observação confirma que o esforço analítico que propomos aqui encontra paralelos na releitura teórica feita por Gimenes. Reconhecida essa semelhança, dirigimos nossa atenção, já nos encaminhando para o encerramento deste tópico, à concepção de democracia em Michels.

O argumento de Michels reforça a ideia de que a política é um fenômeno fechado, limitado à dominação de um grupo sobre outro — mais especificamente, no caso citado, à relação entre elites e massas. Como destaca Gimenes (2014, p. 139):

Por fim, é necessário ressaltar que Michels afirmava que o exercício da administração seria também uma forma de poder e defendia ainda a democracia possível, que consistiria num regime não de autogoverno das massas, mas de como sistema que permitisse aos governados defender seus interesses e controlar as oligarquias, de modo a viabilizar a renovação lenta e segura da classe política e evitar a formação de uma aristocracia fechada e destinada à degeneração.

A proposta de Michels, ao tratar da democracia, está centrada no controle das oligarquias. No entanto, a crítica que fazemos à tradição teórica que ele representa diz respeito à limitação de sua proposta: a simples substituição de uma oligarquia por outra, sem alterar a estrutura política subjacente. Historicamente, tal abordagem resulta apenas na transferência de poder entre grupos, sem mudanças significativas nas bases sociais.

Em essência, os fundamentos da teoria de Michels se apoiam em alguns pontos principais: parte da premissa de que o mundo social é imutável, o que se evidencia em sua concepção estática da realidade; nega a viabilidade do pleno exercício democrático, justificando isso pela complexidade organizacional da sociedade; e, por fim, assume um ideal de coesão social que exclui o conflito, confundindo a ausência de confrontos com a inexistência de disputas — um equívoco já apontado por diversos intérpretes críticos de sua obra.

O marxismo elitista e o elitismo renovado:

Uma primeira consideração precisa ser feita para orientar nossa revisão no tema em questão: Se para o elitismo clássico a dicotomia minoria política/elites é instrumento central de análise, na perspectiva marxista, diferentemente do elitismo que concebe a existência de elites e, portanto, de minorias politicamente ativas Martuscelli (2009, p.2) “[...] como um fenômeno universal, permanente e eterno”.

O ritual de passagem para o chamado elitismo renovado tem origem através da publicação de *The power elite* (1959) de Wright Mills, quando o autor analisa o processo de concentração do poder nas esferas econômicas, políticas e militares nos Estados Unidos. O dado da renovação do elitismo encontrado por Mills reside na transformação do público, ou seja, transformou-se em massas. Nesse sentido, destaca o autor que a opinião pública perdera poder ativo no processo decisório da sociedade, tal processo, compreendendo que não há vacância em poder, passou-se a concentrar-se por uma minoria, cujo autor denomina como elite. Tal abordagem considera a concentração do poder através das cúpulas, isto é, a cúpula militar, econômica e política.

Observando os Estados Unidos no recorte temporal de lançamento da obra e investigação do autor, percebemos que as cúpulas na prática seriam: os grandes empresários representando a vertente econômica; o alto escalão militar, no que diz respeito a cúpula militar; os representantes do alto comando do governo no braço político.

Com base nessa análise emerge o conceito de *Elite do poder*, segundo Martuscelli (2009, p.3) “[...] “Para Mills (1959), embora esses três domínios configurem três esferas autônomas de poder, os ocupantes do alto escalão de tais domínios têm em comum: a origem social, a carreira e os critérios de admissão, a promoção, o louvor e a honra, o que possibilitaria a formação de uma unidade de interesses entre eles e, portanto, a constituição de uma elite unificada ou elite do poder.”

O ponto de partida para a análise do marxismo elitista reside na noção de que elites e classe dominantes não se excluem, ou seja, trata-se de noções que se complementam. Os principais expoentes dessa vertente são Miliband (1972) e Bottomore (1974), vejamos como cada um dos autores compreendem a relação entre elites e classes dominantes.

Miliband (1972) no desenvolvimento de sua obra *O estado na sociedade capitalista* compreende a pluralidade de elites, sobretudo as várias elites econômicas que compõem o estado capitalista, por exercer o controle do poder econômico integram a classe dominante. Cabe destaque para o fato de que na abordagem do autor não é possível dissociar classe dominante de elite.

Bottomore (1974) entende que as noções de classe dominante e elite podem ser usadas conjuntamente, como também podem ser utilizadas de forma separada, distinguindo-se da abordagem de Miliband, o que definirá a utilização do conceito será a particularidade de cada sociedade. O fato é que em Bottomore a noção de elite se expressa na forma política, como ferramenta explicativa do exercício do poder nos processos políticos. Enquanto a noção de classe dominante terá maior centralidade, para o autor, em outras formatações sociais, dirá Martuscelli (2009. P.4)

Para o autor, o conceito de classe dominante só se adequaria plenamente a dois tipos de sociedade: o feudalismo europeu no qual havia uma classe guerreira que detinha a posse da terra, da força militar e da autoridade pública de uma poderosa Igreja; e os primórdios do capitalismo nos quais a ascensão da burguesia na esfera econômica se deu concomitante à aquisição de novas

posições de poder e prestígio na sociedade. No desenvolvimento das sociedades capitalistas, o uso da noção de classe dominante perderia força, pois a burguesia não seria tão coesa como teria sido num momento inicial, ou como fora a nobreza feudal. Segundo ele, haveria dois elementos centrais que explicariam essa falta de coesão ou desvio desta noção: 1) a classe dominante nas sociedades capitalistas goza de poder econômico, mas não de um poder sem contestações e irrestrito que lhe permita manter seus direitos de propriedade ou transmiti-los intactos de geração à geração; 2) o modelo classe dominante-classes dominadas pode perder sentido quando um grupo que detém poder na sociedade não se constituir como classe: exemplo, camada de intelectuais, burocratas e chefes de partidos políticos.

Entendendo e imaginando que não há homogeneidade nas relações humanas, apontar homogeneidade em classe social é um equívoco, que tanto Miliband, quanto Bottomore incidem.

Equívoco teórico que historicamente foi superado, para explicitarmos as relações interclasses, ou seja, os conflitos, interesses, aproximações e distanciamentos dos grupos alocados no interior das classes sociais, para tanto utiliza-se a noção conceitual de classe social. Ou seja, a posição que o ser social passa a assumir, no que diz respeito às classes sociais, está condicionada ao lugar que ele ocupa na esteira da produção.

Sendo a contradição essencial do capitalismo a produção da riqueza como campo de construção coletiva e a apropriação desse bem privada, a separação antagônica e dicotômica entre os grupos se dá também não apenas no campo da propriedade, mas encontra sua expressão política e social na separação das classes.

Portanto a ideia estática de classe social proposta por Milliband(1972) e Bottomore(1974), com a falsa associação conceitual entre classe dominante e elites, reproduzem uma separação esvaziada de sentido para a tradição do pensamento marxista.

A escola francesa e o campo do poder:

No tópico que se inicia, vamos abordar a contribuição do pensamento de Pierre Bourdieu para o campo da teoria das elites, a partir de uma chave conceitual: a noção de campo, *habitus* e a movimentação das capitais na esfera social. A escolha por revisar a metodologia sugerida por Bourdieu (2005) nos permite começar a problematização a partir da forma que o próprio pensador delimitava a noção da pesquisa, como destaca Scartezini (2011 p.27): “A primeira ideia que deve ser arrolada sobre a metodologia de Bourdieu é a de apreender a pesquisa como uma atividade racional e não como uma espécie de busca mística.”

Nosso esforço de síntese nas laudas que seguirão estará resumido na discussão das categorias analíticas: campo, *habitus* e capitais. À primeira vista, a ideia de campo em Bourdieu nos aparece como uma construção que vai pouco a pouco dando o suporte prático da pesquisa, ou seja, a noção de campo vai apontando um campo relacional entre o objeto da pesquisa, a própria prática e o desenvolvimento da pesquisa. Com relação à essa formulação que estamos tratando, Scartezini (2011. p.32), diz que:

Com as noções de campo e *habitus*, Pierre Bourdieu dá à sua metodologia de pesquisa um aparato conceitual que a torna ainda mais densa. O autor aponta que a noção de campo é uma construção que vai comandar ou orientar todas as opções práticas da pesquisa.

Essencialmente, o que a comentadora diz a respeito da noção de campo muito se aproxima com a formulação que destacamos no início do parágrafo anterior. Nesse sentido, a

noção de campo são os espaços estruturados de posições, dada a condição relacional dos fenômenos sociais, onde atuam e se manifestam o mundo social. Como adiantou Bourdieu (2002, p.28) “Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional.” Quando passamos a considerar essa noção de campo, estamos pensando todo o processo social de forma relacional, bem como as relações de conflito que vão intermediando o andamento dos processos. Salientando, também, que esse processo de disputa se dá tanto no âmbito objetivo, ou seja, da disputa real entre os agentes, quanto no âmbito subjetivo.

A maneira que os agentes vão lidando com as estruturas que também são estruturantes é a chave para pensarmos conceitualmente a síntese de *habitus* em Pierre Bourdieu (2002). A movimentação de oposição, resistência e aceitação de uma série de dispositivos que estão presentes na força do campo se constitui como sendo o próprio conceito. Ou seja, Scartezini (2011 p.35): “O *habitus* é um conjunto de conhecimentos adquiridos, são disposições incorporadas ao longo do tempo.”

O último conceito que tomaremos emprestado de Bourdieu (2002) e revisaremos neste tópico são as noções de capitais no pensador. Trabalhando em forma de síntese, entendemos que capitais são dispositivos de/para exercício de poder, isto é, são formas culturais, econômicas e sociais, que os agentes se apropriam, se utilizam e passam a se mover no campo.

Abordando inicialmente o capital social como dispositivo de poder¹⁰ tomaremos como premissa dessa noção a rede de relações que o agente social consegue mobilizar, nesse sentido mencionamos a passagem de Bourdieu (2003, p. 67):

Para Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de lutas onde os agentes (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital. O capital econômico, na forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e longo prazo.

A noção de capital cultural vem a partir de outra chave, ou seja, de como o ditame da apropriação da cultura de uma determinada sociedade interfere no próprio processo de desenvolvimento do agente. E, sobretudo, de como os agentes se utilizam dessa noção de apropriação como mecanismo de poder. Segundo Bourdieu (1979, p.76), a definição de capital cultural é:

O capital cultural pode existir em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado, e sua acumulação inicial começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural.

É, portanto, a base central do argumento teórico e metodológico de Monique de Saint-Martin. A especificidade do estudo de caso com ênfase no estudo da reconversão de um capital relacional. Seja no âmbito do capital burocrático reconvertido a partir de uma série de relações em que o capital econômico é a principal tentativa de um modelo explicativo de reconversões.

Nesse sentido o estudo das elites a partir da perspectiva Bourdiesiana, significa se apropriar dos capitais como mecanismos de circulação de poder, análise de trajetórias e

¹⁰ Trata-se de um dispositivo por incorporar a possibilidade de ativação contínua dos mecanismos de circulação de poder.

sobretudo percepções para fenômenos como reconversões e reclassificações. Sobretudo como os capitais vão sendo mobilizados e circulando no campo.

Cruzando raios: As perspectivas da teoria das elites em xeque como variável analítica dos partidos políticos.

A nossa proposta neste momento está fundamentalmente no cruzamento entre as perspectivas teórica do campo das elites e as formas pelas quais é possível compreender e abordar as formas de organização dos partidos políticos.

Se para o campo da teoria das elites clássicas a máxima entre dominador e dominado, com a separação de minoria política ativa emerge no elitismo renovado, as noções de classe dominante e elites políticas e econômicas desponta no horizonte da perspectiva marxista e as dominações simbólicas, econômicas e políticas, sob o ferramental dos capitais é centralidade na escola francesa, de matriz e orientação Bourdiesiana, indagamos: de que maneira esse léxico categorial auxilia na interpretação das nuances dos partidos políticos?

Vejamos a descrição:

Quadro 1- ESCOLA ABORDAGEM MÉTODO SÍNTESE

Elitismo clássico	Massas e governantes	Histórico/ Lógico experimental	Elites e oligarquização
Renovado Marxismo	Minoria politicamente ativa e massas Classe dominante e subalternos	Método posicional Materialismo histórico e dialético	Centralidade nas posições ocupadas pelos atores Conflitos como cerne da relação

Escola Francesa	Dominadores e dominados	Método relacional	Campos e disputas de poder entre os agentes
-----------------	-------------------------	-------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

A partir das noções elencadas acima, a responderemos a questão que é nosso objeto de debate neste ensaio:

Para o elitismo clássico, em que pese não haver uma sistematização da noção de partido político, uma análise desse organismo, por intermédio da teoria das elites clássica se dá a partir das seguintes bases: a permanência da lógica de uma minoria que controla e domina o partido, por intermédio da influência das lideranças em um exercício de controle, não havendo, portanto, outra maneira de transformar essa relação. Vejamos:

QUADRO 2 - ELITES CLÁSSICAS

PARETO	MOSCA	MICHELS
--------	-------	---------

Por intermédio do método lógico experimental, os partidos podem ser vistos como mecanismos de controle e dominação de um pequeno grupo, não havendo mutação dessa relação;

A partir da utilização do método histórico e comparativo, os partidos podem ser compreendidos a partir da

Fonte: Elaboração própria

observação dos fatos, seguindo a nuance de Pareto, com a manutenção da estrutura de elites e massas;

Por intermédio da análise do Partido Social democrata alemão, Michels propõe a lei de ferro das oligarquias, ou seja, os partidos podem ser analisados a partir do seu âmbito

organizativo, em que a democracia interna e as vertentes alocadas no partido podem alternar disputas, mas sempre mantendo a lógica de controle e oligarquização das minorias/elites em detrimento das massas.

Para o elitismo renovado, sobretudo a partir das ponderações de Mills (1954), as organizações partidárias podem ser compreendidas através das noções conceituais de cúpula, observemos:

- a) *Cúpula política;*
- b) *Cúpula econômica;*
- c) *Cúpula social.*

Em que pese o autor, na clássica obra *Elites do poder* (1954) tratar a cúpula militar, em se tratando de uma análise em que considere a atuação e disputa interna nos Partidos Políticos, a noção de cúpula, como aprofundamento da perspectiva de elites, epistemologicamente tratando, permite novas ponderações. Sobretudo por considerarmos que cúpula é uma abordagem distintiva de Elites, considerando a participação em menor escala de uma minoria politicamente ativa e, por entender que as posições que são assumidas pelos agentes da cúpula estão aglutinadas em torno da lógica posicional, isto implica afirmar que cúpula/elite é sempre uma posição, quando comparada a atuação de outros agentes.

Na concepção Marxista, uma análise dos partidos políticos, passaria primeiro pela própria concepção de partido político, no qual aponta que (Iasi 2011, p.4) [...]De maneira geral, o partido político é enfatizado pelos teóricos marxistas para marcar o acúmulo ou salto organizativo da classe trabalhadora que marca a passagem de uma forma de organização da classe em si para a classe para si e suas formas correspondentes de consciência.

O fato é que na própria sistematização de Marx não há um conceito fechado de partidos políticos, no entanto as bases para interpretação caminham em dois sentidos: classe em si e classe para si¹¹

Tal noção conceitual trata exclusivamente do processo de luta e conscientização das massas proletárias, cabe destacar.

Com base no “elitismo marxista”, uma análise dos organismos partidários podem ser efetuadas a partir de um princípio metodológico com a utilização das seguintes categorias:

¹¹ A noção de classe em si e classe para si, diz respeito ao nível de conscientização necessária do conjunto dos trabalhadores e sua manifestação política. Seria uma espécie de desvendar a realidade de exploração e opressão, que segundo a tradição marxista se dá a partir da atuação, organização e luta, sobretudo na organização através dos Partidos políticos e entidades de classe.

QUADRO 3- DIFERENCIAÇÃO CONCEITUAL

Miliband	Bottomore
Materialismo histórico dialético	Materialismo histórico dialético
Elites e Classe dominante como conceitos que não se separam e devem ser utilizados conjuntamente	Elites não é obrigatoriamente um conceito atrelado à noção de classe dominante.

Fonte: Elaboração própria.

A diferenciação conceitual entre Bottomore e Miliband oferta as condições para o desenvolvimento de uma análise interna dos partidos, sobretudo por lançar luz para os princípios do centralismo democrático, a forma pela qual os diferentes grupos sociais, ou seja, elites e classes dominantes, ambas como detentoras do poder econômico e político podem e conseguem se organizar por intermédio das ações coletivas. Em essência, a utilização do princípio marxista para análise dos partidos do políticos podem considerar:

- a) unidade e a luta interna no âmbito organizacional dos partidos;
- b) o conflito interno entre as classes dominantes e suas frações;
- c) a contradição como motor da luta política.

As três vertentes citadas acima podem ser utilizadas como balizas para interpretação do princípio organizativo, seja no âmbito interno dos partidos e até mesmo como instrumento para verificação da própria lógica geral de expressão política, na medida em que o centralismo democrático exige uma unidade interna, o que não anula a luta no interior do partido; do mesmo modo o conflito entre frações políticas, internas e externas ao núcleo do partido, tendo como elemento central a contradição, como motor da luta política.

Para a escola francesa, a partir da contribuição de Bourdieu (2005), os partidos políticos, podem ser compreendidos a partir da noção de habitus e campo, considerando, na análise os seguintes aspectos:

QUADRO 4 - OS CAPITAIS

Capital social	Capital econômico	Capital simbólico	Capital político
Como os agentes e suas redes de contato social mobilizam ferramentas de poder no interior dos partidos	Como a variável do poder econômico se expressa, posta a dimensão de disputa nos partidos.	Como o elemento cultural e simbólico, variável de dominação pode definir e interferir na seleção de candidatos.	Como o poder político é uma ferramenta de dominação na democracia interna e como se expressa socialmente, a exemplo das eleições.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado nos propusemos a realizar um movimento de releitura e revisão da bibliografia considerada como o campo da teoria das elites, considerando toda a contribuição da escola clássica, perpassando a renovação do elitismo, debatendo com a perspectiva marxista e finalizando com a noção do campo do poder.

Em síntese destacamos o necessário cruzamento entre a teoria das elites e os demais campos da ciência política, enfatizando a importante relação de apropriação teórica e metodológica dos princípios desta teoria em sua utilização nas outras vertentes do nosso campo de pesquisa.

Como, dotados de uma teoria e de um método específico, consegue-se abordar as bases de outros campos de pesquisa, tomando-os como objeto de estudo, sob a luz de uma vertente teórica e epistemológica.

Consideramos que a teoria das elites como uma vertente da ciência política é capaz de produzir consideráveis análises no que diz respeito à vida orgânica e organizativa dos partidos políticos.

Dado que já foi realizado por Michells, quando, apropriado de uma noção de elites, lançou-se na análise do Partido social-democrata alemão. Em que pese as limitações teóricas e políticas do pensador clássico, o proceder teórico e metodológico utilizado pelo mesmo, em nossa avaliação, ainda é capaz de apontar as possibilidades e os limites dos organismos partidários, além de obter, com base em outras escolas da teoria das elites, possibilidades de captar dinâmica, participação, disputas, conflitos, interesses dos grupos alocados no interior dos partidos políticos.

Em que pese essa breve sistematização, reconhecemos a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas nesse campo, o que fortaleceria a discussão e ampliaria o debate para o conjunto dos pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

- Bianchi, A. Pareto. Mosca e a metodologia de uma nova ciência política. Revista Brasileira de Ciência Política, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, pp. 167- 197.
- Bonamino, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. Revista Brasileira de Educação (Impresso), v. 15, p. 487-499, 2010.
- Bottomore, T.B. As Elites e a Sociedade, Zahar, 1965.
- Bourdieu, P. As estruturas sociais da economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- Bourdieu, P. O campo econômico. Política e Sociedade, vol. 6, p. 15- 57, 2005
- Bourdieu, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo:Edusp., 2007.
- Bourdieu, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: Bourdieu, P. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a. p.59-73.
- Bourdieu, P. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: Bourdieu, P. O poder Simbólico. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. p.17-58.
- Bourdieu, P. Escritos de Educação. 5 ed.Petrópolis, RJ: Vozes. 2003
- Candido, S.E.A.; Soulé, F.V.; Assis, K.G. de. A sociologia econômica de Bourdieu:Entrevista com Frédéric Lebaron. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WzyDNpD4WKYMkGGVY7xFnrQ/?format=pdf&lang=>
- Ferrarezi, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas.Revista do Serviço Público, Ano 54,Número 4, Out-Dez 2003.
- Gimenes. É.R.: Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. In: Revista de discentes de ciência política da UFSCar. Vol. 2. N.2. 2014.
- Grynzspan, M. Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 255.p.
- Kluger, E.: Espaço social e redes Contribuições metodológicas à sociologia das elites. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 3. 2017.
- Lebaron, F.L’analyse géométrique des données dans un programme de recherche sociologique: le cas de la sociologie de Bourdieu.Modulad, 2010, 42: 102- 109
- Mattos, M.B. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista Em Pauta, N.20 – 2007.
- Michels, R.Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UNB, 1982.
- Miguel, Luis Felipe. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- Mosca, G. La classe política. México, Fondo de Cultura Económica, 1992
- Pareto, V. Cours d’économie politique. 2 ed. Geneve, Droz, 1964 (Ouevres Complètes de

Vilfredo Pareto, 1)

Poulantzas, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

Saint Martin, M. de. Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. *Análise Social*, vol. xxx (134), 1995 (5.º), 1023-1039. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223389034F9vBA2bc9Cp29OZ5.pdf>.

Saint Martin, M. de. A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol 10, No. 26, Set-Dez/2022, p. 222-235. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.910>.

Scartezini, N. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 14 e 15, 2010-2011.

CAPÍTULO 13

COMPORTAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO: UMA ANÁLISE DOS VOTOS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS GOVERNOS LULA I E BOLSONARO I.

Haron Barberio Francelin¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2271-7734>

haron540@hotmail.com

RESUMO: O artigo se propõe a analisar o comportamento dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal nos primeiros mandatos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Para tanto, primeiramente aplicará através do método de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) a constituição do perfil desses Ministros. Ato contínuo, em análise das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) não majoritárias, explora o comportamento individual de cada ministro, escolhe tal instância deliberativa, pois, é nos controles de constitucionalidade que se expõe com mais clareza as tensões de accountability entre o legislativo/executivo e Judiciário. Para isso, propomos a utilização do método de estimação de pontos ideais. Nossa hipótese primária é que exista uma transformação no comportamento dos ministros, que conferem aos mesmos maior convergência quanto a suas trajetórias sociais e seu comportamento, ou seja, um paralelismo entre condições de existência e vocação deliberativa. Como hipótese secundária, é que as trajetórias sociais, não são condicionantes e os ministros têm alta volatilidade no seu posicionamento nas votações de controle de Constitucionalidade. Os resultados serão explorados mediante a frequência e previsibilidade que se estima pelo método de pontos ideais. Majoritariamente a literatura ortodoxa reduz que o recrutamento presidencial é a variável independente que afeta o comportamento dos Ministros do STF, propõe-se nesta pesquisa uma nova chave interpretativa do comportamento político da Suprema Corte brasileira.

Palavras-chave: justiça; STF; comportamento; trajetória; constitucionalidade.

¹ Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), concluído em 2015. É também Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), com formação finalizada em 2022. Obteve o título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL), em 2023. Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar (PPGPOL). Sua linha de pesquisa concentra-se na análise do Supremo Tribunal Federal (STF), com foco na metodologia prosopográfica e nas dinâmicas de recrutamento institucional, especialmente no contexto do período pós-redemocratização.

Legal-Political Behavior: An analysis of the votes on Constitutionality Control in the Lula I and Bolsonaro I Governments.

ABSTRACT: The article aims to analyze the behavior of the eleven ministers of the Federal Supreme Court in the first terms of Presidents Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) and Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). To this end, it will first apply the Multiple Correspondence Analysis (ACM) method to create the profile of these Ministers. Continuous act, in analysis of the non-majority Direct Actions of Unconstitutionality (ADIN), explores the individual behavior of each minister, chooses such a deliberative instance, as it is in the constitutionality controls that the tensions of accountability between the legislative/ executive and judiciary. To achieve this, we propose the use of the ideal point estimation method. Our primary hypothesis is that there is a transformation in the behavior of ministers, which gives them greater convergence in terms of their social trajectories and behavior, that is, a parallelism between conditions of existence and deliberative vocation. As a secondary hypothesis, it is that social trajectories are not conditioning factors and ministers have high volatility in their positioning in constitutionality control votes. The results will be explored based on the frequency and predictability estimated using the ideal point method. Mostly orthodox literature suggests that presidential recruitment is the independent variable that affects the behavior of STF Ministers. This research proposes a new interpretative key for the political behavior of the Brazilian Supreme Court.

Keywords: justice; STF; behavior; trajectory; constitutionality.

INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o último nível hierárquico do Poder Judiciário no Brasil. Ele tem a capacidade de decisão, sobretudo no seu controle abstrato e concentrado de constitucionalidade de leis e atos normativos federais ou estaduais, bem como na consolidação jurisprudencial, no julgamento de certos agentes públicos com foro de prerrogativa, entre outras atribuições. Sua composição ministerial é formada em conformidade àquilo que está disciplinado no art. 101. da Constituição Federal de 1988:

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que comprovem pelo menos quinze anos de atividade jurídica (Brasil, 1988, p.20).

Sua trajetória é de uma instituição secular dentro do desenho institucional brasileiro, estruturada com o Decreto nº 1/1891 da Constituição do mesmo ano, ou seja, essa instância de poder jurídico e político cristalizou-se desde os primórdios do Estado brasileiro independente da coroa portuguesa.

Em vista dessa magnitude, existe uma pluralidade de recortes possíveis. Contudo, recentemente se tornou cristalina a constituição de protagonista do STF no espectro institucional, reverberando midiaticamente como uma espécie de ente público contínuo nos noticiários (Oliveira, 2017), além de desenvolver e estimular toda uma tradição de pesquisa sobre a judicialização da política (Avritzer, 2014), o ativismo do judiciário (Cittadino, 2004), a trajetória pessoal dos ministros (Engelmann, 2006; Da Ros 2012), a internacionalização da expertise jurídica (Dezalay; Garth, 2002).

Acresce a essa característica outro fenômeno que Turner e Prado (2009) perceberam nas nomeações aos ministros do STF: a importância que os chefes do Executivo dão ao indicado enquanto fonte de perpetuação de suas convicções políticas. Em outras palavras, a alternância de poder estabelecida pelo regime democrático fomenta esses espaços de indicação, em que o poder discricionário do governante pode perpetuar em certo sentido sua agenda, mesmo se este não for eleito. O STF na ótica das autoras, portanto, é um emaranhado de distintas e plurais correntes políticas.

Ainda nessa perspectiva, Alexandre de Carvalho e Maurício Palma (2020) constataram que, devido às transformações nos regimes políticos, majoritariamente se adota no formalismo democrático e republicano a submissão absoluta à Constituição. Esse fenômeno fomenta uma

espécie de concessão prática denominada “constitucionalização”, que seria, em síntese, essa delegação resolutiva dos conflitos ao poder das cortes, sobretudo após os anos 1980. Segundo os autores, “a expansão global da constitucionalização foi acompanhada de uma conjunção de interesses econômicos de uma elite, cujas preferências políticas incluíram a delegação de questões fundamentais sobre o Estado ao espaço confinado das cortes” (Carvalho; Palma, 2020, p. 5).

Diante desse cenário fenomenológico é plausível como itinerário de pesquisa ampliar as rubricas de apreensão deste objeto. A respectiva pesquisa tem a pretensão de instaurar o diálogo entre a trajetória social dos Ministros da Suprema Corte, com o posicionamento dos mesmos nas deliberações relativas às Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) é um instrumento jurídico previsto na Constituição Federal do Brasil, utilizado para questionar a constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais.

Propõe-se portanto investigar qual nível de correlação das trajetórias sociais dos Ministros da Suprema Corte com seu posicionamento político em material de análise de constitucionalidade.

Nossa hipótese primária é que exista uma transformação no comportamento dos ministros, que conferem aos mesmos maior convergência quanto a suas trajetórias sociais e seu comportamento, ou seja, um paralelismo entre condições de existência e vocação deliberativa. Como hipótese secundária, é que as trajetórias sociais, não são condicionantes e os ministros têm alta volatilidade no seu posicionamento nas votações de controle de Constitucionalidade.

Para tanto, divide o presente artigo em quatro seções interdependentes, sendo elas: a) Aporte teórico-metodológico; b) Materiais e métodos; c) Resultado e Análise; d) Considerações Finais.

O aporte teórico-metodológico.

Esta pesquisa situa-se no espectro da análise dos comportamentos políticos dos agentes públicos, nomeadamente, aqui, os ministros da suprema corte brasileira. Vasta literatura nacional e internacional investigam as causas das escolhas desses agentes. Bem verdade que o comportamento político de um agente público da alta corte do judicial é espinhoso no aspecto analítico, em razão segundo afirma Shapiro (1995) das camadas de neutralidade que preservam suas ações.

Pierre Bourdieu (2014) define que os agentes sociais que estão imbuídos das práticas jurídicas, tem um código intrínseco para o seu reconhecimento perante aos seus pares de campo², bem como dos demais campos, que é a ausência de particularização nos seus atos. Assim, os agentes do campo jurídico atuam em *nome de* alguém ou algo, seja uma personalidade física, jurídica, ou uma causa.

Na pesquisa em questão a análise se priva em um dos espectros do campo jurídico, a saber, os juristas públicos da alta cúpula. Essa faceta do campo jurídico tem nas palavras de Bourdieu a responsabilidade de criar e sustentar os paradigmas do que se define como *Estado* articulado dentro de um espectro espacial e linguístico, regido por tecidos legais que se comunicam em virtude de princípios bem delimitados por uma certa legitimação simbólica.

Ao conduzir a tensão dessas normas culturais, formalizadas em leis, os juristas reforçam aquilo que é universal e oficial, ao mesmo tempo que outorgam para si tal posição de agente legítimo que as define. Agindo em uma prática que retroalimenta a condição de possuidor e mobilizador de um acervo cultural legítimo. “O Estado é uma ficção de direito produzida pelos juristas que se produzem como juristas produzindo o Estado” (Bourdieu, 2014, p. 94).

Tais teóricas reflexões prévias imprimem ao objeto específico em questão a consciência que trata-se por essa via de agentes que têm forte acúmulo de poder. Em outras palavras, os Ministros do STF são responsáveis por deliberar a legitimidade e a forma de temas que afetam as relações sociais de toda uma sociedade como por exemplo os casamentos homoafetivos, o consumo de determinada substância, a forma da natureza reclusiva e afins.

No plano nacional pode-se ainda sublinhar que essa capacidade de intérprete do oficial e universal foi maximizada após a constituição de 1988 que reforçou e ampliou os poderes dos Ministros da Suprema Corte. O judiciário como um todo adquiriu maior autonomia no papel de regulador das diretrizes do pacto republicano, sobretudo a cúpula desse poder com instrumentos de jurisdição constitucional que estimulou o accountability horizontal (O'Donnell, 1998).

A expansão da capacidade material do poder judiciário, face aos outros poderes, resultou em um acervo de conceitos que aparelham a análise desse fenômeno. A judicialização da política

² Segundo Bourdieu (2007) o campo é um espaço de compartilhamento conjunto de valores materiais e simbólicos, que não necessariamente explicitados, dos quais, os agentes disputam entre eles as maiores posições inter-relacionais para tornarem-se possuidores legítimos das posições diferenciais.

(Vianna, 1999; Vianna. et.al 2007), por exemplo, encara essa capacidade como um avanço atípico do judiciário, atuando majoritariamente como um ente político que racionaliza suas práticas através de um ativismo de classe, que se sustenta em regulação desinteressada do jogo político.

Assim, é plausível ter consciência de que a amplitude do poder judiciário influencia, de certo modo, todo o ordenamento da própria classe. No limite, é possível acrescer em concorrência que nos grupos dirigentes tais relações de força são ainda mais nítidas. Por isso, é rentável combinar a noção de elite, enquanto classe social distintiva em matéria de produção e reprodução de recursos de poder (Saint Martin,2008) no estudo das Supremas Cortes.

Acresce que esse fenômeno de maximização de poder de uma determinada fração de elite não se apresenta de maneira isolada, pois, sustentam-se por um modelo institucional internacional (Dezalay, Garth, 2015;2016; Engelman,2006) O caso brasileiro está em constante posição refratária com uma *ethos* comportamental que atinge os estados democráticos de direito ocidentais, em que o judiciário tem papel crucial para o funcionamento da democracia.

Dessa forma, a investigação científica do comportamento desse seletor, poderoso e internacional grupo social é imprescindível para a compreensão dos limites das práticas sociais reconhecidas como legítimas no prisma legal dentro de uma determinada sociedade. Dois modos exploratórios podem ser traçados como caminhos investigativos. Destarte, quem são esses agentes, quais suas propriedades constitutivas. E, como agem, quais os códigos de comportamento adotam.

A primeira perspectiva, de ordem internalista, dá centralidade à trajetória social, política e econômica dos agentes do campo jurídico. Diversos trabalhos desenvolvem essa linha de apreensão do objeto (Engleman,2006;2008; Oliveira, 2012; Da Ros, 2012). Esses itinerários de pesquisa buscam traçar o perfil social dos agentes que figuram no campo jurídico, bem como as estratégias de reprodução e produção para se qualificar e manter-se nessa posição ocupada.

A segunda perspectiva, de ordem externalista, por sua vez, ocupa-se de explorar o campo de escolhas dos agentes, seja pelo instrumento utilizado -ADIN, APF, ADC, RE,³- ; seja pela maneira como foi escolhido e justificado - Análise de discurso, Análise de Conteúdo; seja pela

³ Cada processo de julgamento de constitucionalidade tem uma forma. Sendo as Ações Diretas, um instrumento jurídico utilizado para questionar a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo federal ou estadual. Já as RE um recurso que pode ser interposto para o STF contra decisões de instâncias inferiores que contrariam a Constituição. Assim, dependendo do material e das partes se utiliza um instrumento de validação constitucional.

estratégia de mobilização para a escolha - judicial politics- (Tate,1981; Slotnick, 1991; Epstein e Knight,1998)

É imperativo segundo Gibson (1983) suscitar que as instituições discriminam os limites das expressões comportamentais. Assim, um ministro de uma suprema corte e um juiz de primeira instância, por exemplo, embora, possam ter trajetórias sociais semelhantes, não têm o mesmo arbítrio institucional igual. Tal capacidade prática justifica ainda mais do ponto de vista institucional, a validade da investigação de agentes que possuem altos mandatos.

O foco desta pesquisa, inversamente do que foi apresentado como divergente, converge elementos desses dois recortes de apreensão comportamental, internalista e externalista. A rigor, pela via da simbiose entre essas prescrições teóricas, saciando elementos de ambas, procura uma nova chave interpretativa de correlação entre os percursos constitutivos dos agentes e suas decisões tomadas.

Para tal composição, contudo, para dar certo,é necessário gerar uma estrutura comparativa comum, no caso, a análise espacial. Tanto para a investigação das trajetórias sociais, quanto para as decisões deliberadas em ADIN os agentes jurídicos serão postados em um plano bidimensional. Evidentemente que os eixos reservaram particularidades com o escopo exploratório, todavia, a dimensão topográfica possibilita a sobreposição estatística.

A produção do posicionamento topográfico é uma chave interpretativa muito comum na produção sociológica francesa (Benzécri, 1992), porém pouco usada na literatura brasileira. As dimensões espaciais viabilizam níveis de aproximação e dispersão entre os agentes. Esse nivelamento de afinidades pode ser comparado em rubricas distintas entre as trajetórias sociais, por exemplo, e uma determinada forma de prática ou deliberação.

Materiais e métodos

A abordagem desta pesquisa é analítica e descritiva. Primeiramente, justifica o porquê de tal recorte temporal, a saber, o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e o também primeiro governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), bem como o porquê da escolha de tais presidentes, haja vista que no período de redemocratização poderiam ainda serem escolhidos outros chefes do executivo.

Optou pelos primeiros mandatos de Lula e Bolsonaro, em razão de certas convergências do ponto de vista empírico entre eles. Ambos tiveram seu primeiro mandato seguido de longos mandatos de seus antecessores, esses opositores no campo político. Tal característica qualifica os respectivos mandatos como um momento de descontinuidade, como afirma André Singer (2009) em relação a Lula e Cláudio Couto (2023) sobre Bolsonaro, o que para os autores comoveu novos paradigmas de administração para coisa pública.

Lula sucedeu aos oito anos do seu adversário, Fernando Henrique Cardoso. Enquanto Bolsonaro sucedeu dezesseis anos do Partido dos Trabalhadores (PT), principal adversário na arena política, salvo um curto período que Michel Temer (PMDB) ocupou a presidência. Além dessa característica de transitoriedade, ambos foram oriundos de um partido político que chegava pela primeira vez ao posto máximo do executivo.

Tal alternância partidária sustenta um cenário, em certo sentido, comum do ponto de vista institucional. Os reflexos no plano judiciário acontecem na medida em que o partido que agora ocupa o governo defende o tecido legal, ao passo que quando era oposição tinha a capacidade postulante de o atacar. A alternância na gestão executiva interfere diretamente na figuração dos litígios públicos, sobretudo em ações de constitucionalidade, objeto da pesquisa.

Delimitado o espaço temporal e o porquê de tal escolha é preciso nomear os Ministros da Suprema Corte em cada período, e o presidente que os indicou. A escolha presidencial parte de um cálculo de aceitabilidade que equaliza a compatibilidade de suas ideais e valores com o programa atual do governo, antevendo que sua nomeação será “ratificada”⁴ pelo senado (Oliveira, 2011)

Tabela 1 – Ministros do Supremo Tribunal Federal: Lula I (2003-2006) - Bolsonaro I (2019-2022).

Nome	Presidente	Partido
Alexandre de Moraes	Michel Temer	PMDB
André Mendonça	Jair Bolsonaro	PSL
Carmen Lucia	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Celso de Mello	José Sarney	PMDB

⁴ O termo ratificado foi adotado porque a sabatina do Senado é um ato público meramente protocolar, ao passo que nos mais de 100 anos de STF, apenas três ministros não foram aceitos pelo senado. Todos no governo Floriano Peixoto, o que confere mais de um século de reiteradas aprovações.

Dias Toffoli	Dilma Rousseff	PT
Edson Fachin	Dilma Rousseff	PT
Gilmar Mendes	Fernanda Henrique Cardoso	PSDB
Luís Roberto Barroso	Dilma Rousseff	PT
Luiz Fux	Dilma Rousseff	PT
Nunes Marques	Jair Bolsonaro	PSL
Marco Aurélio Mello	Fernando Collor	PRN
Ricardo Lewandowski	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Rosa Weber	Dilma Rousseff	PT

[...]

Nome	Presidente/Partido	Número de Adins
Ayres de Britto	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Carlos Velloso	Fernando Collor	PRN
Carmen Lucía	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Celso de Mello	José Sarney	PMDB
Cezar Peluso	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Ellen Gracie	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
Eros Grau	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Gilmar Mendes	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
Ilmar Galvão	Fernando Collor	PRN
Joaquim Barbosa	Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Marco Aurélio	Fernando Collor	PRN
Maurício Corrêa	Itamar Franco	PMDB
Moreira Alves	Ernesto Geisel	ARENA
Nelson Jobim	Fernando Henrique Cardoso	PSD
Ricardo Lewandowski	Luiz Inácio Lula da Silva	PT

Sepúlveda Pertence	José Sarney	PMDB
Sydnei Sanches	João Figueiredo	PDS

Os dados das trajetórias sociais desse universo de ministros do Supremo Tribunal Federal foi levantado através de informações contidas em seus curriculum vitae e da própria biografia disponível no site⁵ da instituição. É protocolar no processo de sabatina na câmara do senado, os ministros apresentarem seu currículo para avaliação dos senadores. Esse documento da trajetória social facilitou a sistematização das informações. Na Tabela 2, abaixo, sistematiza essas informações das trajetórias sociais dos ministros, através de onze variáveis categóricas.

Tabela 2 – Variáveis que compõem o desenho de pesquisa das trajetórias sociais.

Variáveis	Categorias	Descrição
Região	Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Variáveis que classificam em face do estado de origem do ministro a sua região.
Exerceu Advocacia	Sim/ Não	Variável dummy de classificação de quem exerceu a profissão de advogado.
Mestrado	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem possui a titulação de mestrado.
Doutorado	Sim/ Não	Variável dummy de classificação de quem possui a titulação de doutorado.
Internacionalização	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem cursou mestrado/doutorado/especialização fora do Brasil.
Magistério	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem exerce ou exerceu atividade de magistério.

⁵ Os curriculum vitae, bem como a biografia de cada ministro do STF pode ser acessada pelo site: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/ministro.asp?periodo=STF&consulta=ANTIGUIDADE>

Publicou obras Jurídicas	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem publicou livro/artigos na área jurídica.
Publicou obras de outras áreas de conhecimento	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem publicou obras seja de literatura ou científica em outras áreas de conhecimento.
Participou do Conselho de Classe	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem participou em alguma instância do Conselho de Classe.
Participou de ONGS, institutos de proteção de direitos	Sim/Não	Variável dummy de classificação de quem participou de organizações na defesa dos direitos.
Número de posições políticas pregressas ocupadas	Frequência. Baixa- Ocupou de 1 a 3 posições, Média- Ocupou de 4-6; Alta Ocupou de 6-10.	Variável de frequência para classificação quantitativa de cargos políticos ocupados antes do ingresso no STF.
Número de posições jurídicas pregressas ocupadas	Numérica. Baixa- Ocupou de 1 a 3 posições, Média- Ocupou de 4-6; Alta Ocupou de 6-10	Variável de frequência para classificação quantitativa de cargos jurídicos ocupados antes do ingresso no STF.

Majoritariamente, desenvolve as atribuições das propriedades sociais dos agentes observados, através de variáveis dummy (S-N), que implicam em códigos binários de pertencimento. Utiliza desse formato em virtude de não possuir ainda maior refinamento das informações levantadas. Quanto ao número de posições ocupadas pelos agentes antes do ingresso no Supremo, seja política ou jurídica, utiliza a variável quantitativa de frequência.

Luc Boltanski (1973) desenvolve que os agentes sociais carregam com eles as posições ocupadas na sua trajetória social pregressa. Assim, mesmo que não ocupe a posição no presente, sua imagem e sua previsão de conduta perante os demais é articulada em face da constituição histórica de sua trajetória social conhecida. Portanto, quanto maior o acervo multiposicional maior a sua legitimidade de pertencimento.

Yves Dezalay e Bruno Garth (2002) ao analisar o campo jurídico no Brasil, Argentina, México e Chile, observaram uma tendência de mudança no perfil da elite desse campo. O perfil que antes era ocupado por agentes polivalentes no sentido de sua trajetória social, isto é, com uma superfície social plural de vários campos -econômico, político, jurídico e cultural- deu lugar para trajetórias sociais restritivas, em que os atores têm exclusivamente trajetórias jurídicas.

Isto posto, para disposição estatística desses agentes no plano espacial foi aplicado o método de Análise de Correspondência Múltipla. A ACM posiciona os agentes em um plano cartesiano, esse subscrito por um par de eixos (x) e (y) preconcebido pela densidade estatística do pertencimento a um conjunto multicausal de variáveis. O posicionamento, portanto, revela a aproximação ou dispersão na trajetória social dos agentes quanto à sua posição geral.

O software “R-Studio” foi utilizado para operação estatística das variáveis selecionadas. Pelo pacote FactoMineR, que é especialmente útil para análises de dados multivariados, posicionou os agentes por suas propriedades sociais constitutivas. Os *scripts* desenvolvidos nos casos analisados estão disponibilizados no anexo desse trabalho para replicação, reitera-se que quanto maior o refino informacional, maior a precisão no plano bidimensional.

Quanto às ações diretas de inconstitucionalidade (ADINs), como resultado dessa pesquisa foram levantadas e catalogadas 2.202 votações, 1.677 no governo Bolsonaro e 525 no governo Lula. Sendo contido nesse base dados,⁶ Além das decisões de mérito, os embargos de declaração, os agravos regimentais e questões de ordem pública. Embora, levantados os dados quanto às outras votações, a pesquisa se centrou nas decisões de mérito não majoritárias como melhor será desenvolvido no capítulo futuro.

Escolheu as decisões de mérito porque tais deliberações versam sobre a validade jurídica das leis, essas quando questionadas por entes legítimos⁷. Declarada a inconstitucionalidade de determinada lei, a mesma perde a eficácia no plano material, não sendo absorvida mais na crivagem

⁶ Toda a base de dados levantada está disponibilizada em link anexo a esse trabalho.

⁷ O art. 103, da constituição federal dispõe de um rol taxativo de entes públicos legítimos a propositura das Ações de Inconstitucionalidade. Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência) I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

judicial das instâncias inferiores, em razão do efeito vinculante da decisão, o qual sedimenta o posicionamento do STF para todo o *corpus* jurídico.

Além da escolha das decisões de mérito, utilizou-se das votações que o resultado não foi unânime, isto é, aquelas decisões que não são de ordem unívoca entre os ministros. Tais decisões revelam interpretações controversas, as quais estão sujeitas a comportamentos políticos ambíguos, que manifestam preferências distintas entre os ministros. A unanimidade impossibilita mensurar agrupamentos e divergências e por óbvio são desconsideradas.

Para categorizar o tema de cada votação foi usado os parâmetros adotados por Werneck Vianna (1999) que divide cada ADIN tematicamente pelo objeto em questão que pode ser 1) *Administração Pública*, que são ações que versam sobre aspectos da organização e funcionamento das instituições; 2) *Político Partidária* que são ações que remetem a organização partidária e eleitoral; 3) *Economia Tributária* versam sobre a regulamentação econômica, monetária, salarial de tributos e afins; 4) *Sociedade Civil e Mundo do Trabalho* se relaciona com a organização privada, ao mundo do trabalho e questões ambientais e de direitos difusos.

A modelagem estatística que permite assentar essas votações não majoritárias é o método de análise de pontos ideais. Esse método psicométrico foi utilizado inauguralmente na ciência política por Keith Poole e Howard Rosenthal, sua capacidade é explorar a dinâmica deliberativa de um corpo de agentes, através de sua incidência posicional, sobretudo em deliberações binárias, como é o caso das votações do STF - deferimento, indeferimento- da constitucionalidade de uma lei.

Rodrigo Martins em sua tese de doutorado (2018) “Pontos de Divergência: Supremo Tribunal Federal e o comportamento judicial” sintetiza bem (p.26) como funciona tal metodologia.

“Para ilustrar a ideia subjacente à metodologia, podemos recorrer a um exemplo hipotético. Suponhamos que exista um colegiado de três juízes que precisam tomar uma decisão sobre uma ação sobre ação que diz respeito à autonomia estadual perante a federação. Considerando que um dos juízes vota para favorecer autonomia aos estados e os outros dois votaram por favorecer autonomia aos estados e os outros dois votaram por favorecer a esfera federal, a representação espacial do voto dos juízes será feita de tal forma que os dois juízes que votaram juntos ocupem o mesmo lado, em oposição ao juiz que ficou isolado.”

O método de pontos ideais, portanto, estabelece aglutinações relativas ao acervo de posicionamento dos agentes em análise, ou seja, a reincidência de determinada deliberação resulta em um padrão comportamental. É imperioso destacar que o método não possui a capacidade de

inferir o que determina tal dispersão, tão somente estabelece sua diagramação espacial, por isso a necessidade de associação a ACM com a trajetória social dos ministros.

Os pontos ideias utilizam do mesmo software de operação para sua modelação, a saber, R-Studio. No caso dos pontos ideias, Rodrigo Martins (2018) realizou um teste dos pacotes estatísticos⁸ que operam tal método, dos quais o que teve melhor aproveitamento foi o modelo Optimal Classification que obteve um maior aproximação entre os pontos votantes estimados e os pontos votantes simulados, bem como a porcentagem de classificações corretas e a redução proporcional agregada dos casos (RPEA).

Dessa forma, o modelo Optimal Classification foi utilizado, e a ACM das trajetórias sociais como razão de inferência para explicar o posicionamento dos agentes na interpretação normativa das ações direta de inconstitucionalidade. Acresce que a altura da pesquisa condiciona ainda uma maior maturação quanto à estabilidade da correlação entre os métodos escolhidos.

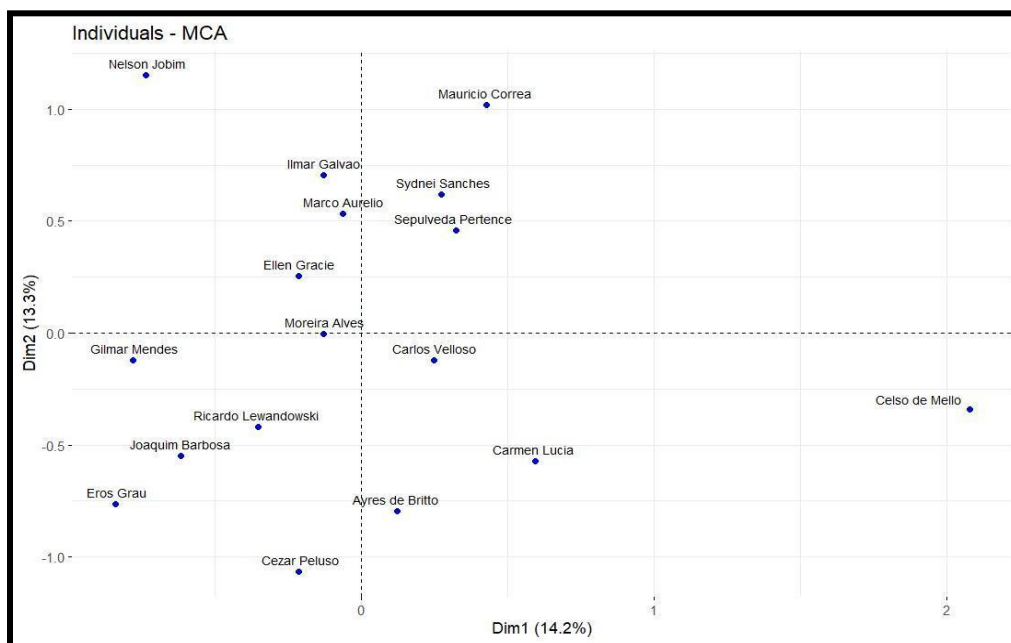
Resultado e Análise.

A trajetória social dos agentes foi analisada nos períodos do Governo Lula I (2003-2006); Bolsonaro I (2019- 2022). Portanto, um mesmo ministro pode ocupar posições topográficas distintas em cada ACM, haja vista aparecer nos dois períodos, seria necessário uma ACM integralizada de todos os períodos pós-democráticos, para revelar a posição global de cada agente, todavia, como a pesquisa em questão é uma análise comparativa, por ora tal itinerário não foi desenvolvido.

Para a primeira ACM criada pelo Governo Lula I é importante destacar certas condições históricas que marcaram esse período. Lula teve em seu primeiro mandato a possibilidade de indicação e renovação de seis postos da elite do judiciário, ou seja, mais de cinquenta por cento dos ministros foram nomeados por Lula em seu primeiro governo, isso reflete em uma capacidade de definir parâmetros e valores que correspondam em certo sentido com a agenda do governo (Da Ros,2012)

⁸ Ver mais em Martins (2018) p.28-32

Gráfico 1- Análise de Correspondência Múltipla (ACM)- Governo Lula I.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

A Análise de Correspondência Múltipla do governo Lula I permite levantar algumas inferências: a) o posicionamento espacial próximo entre os ministros indicados por Lula; b) a proximidade geral dos ministros do STF; c) a especificidades dos ministros marginalizados do gráfico.

Lula indicou seis ministros no seu primeiro mandato: Cezar Peluso, Ayres Britto, Eros Grau, Joaquim Barbosa, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. A ACM demonstra que todos esses ministros são próximos dentro dos quadrantes construídos, formando uma espécie de circuito de correspondência nas indicações. É possível inferir que os critérios objetivos de escolha, esses traduzidos pelas trajetórias pessoais dos mesmo, eram padronizados para um determinado tipo de agente. Assim, se vê um traço constitutivo de preferência nas indicações do presidente Lula.

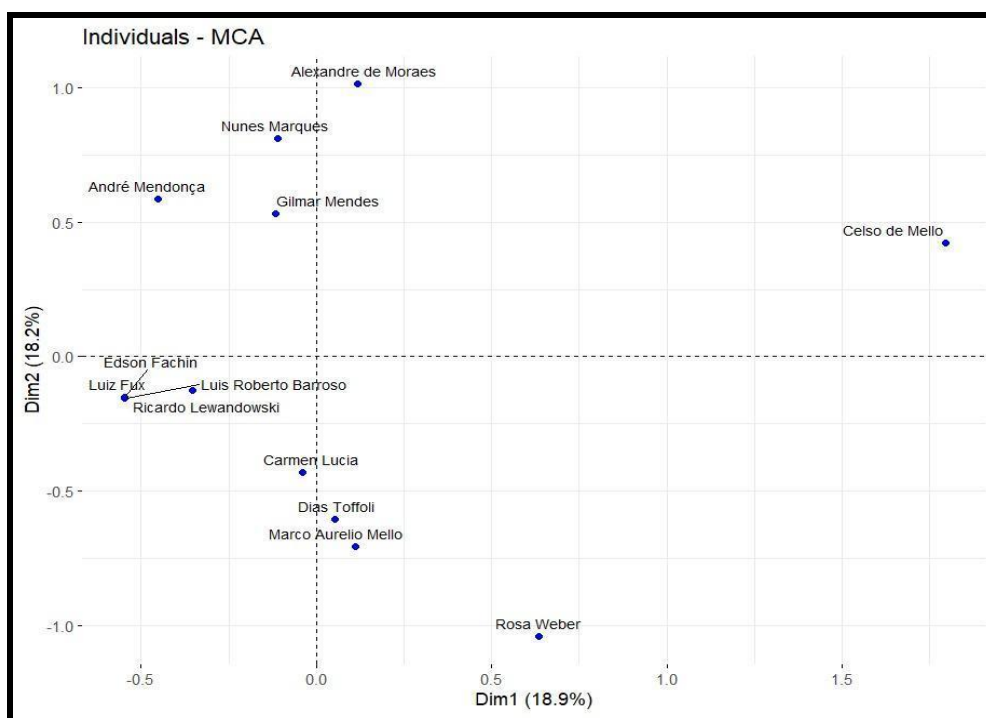
Outro apontamento que pode ser feito é a integração global dos ministros do STF, embora, pertencendo a períodos históricos e indicações presidenciais distintas, majoritariamente eles assumem posições próximas dentro do plano bidimensional. Isso pode ser traduzido como uma base de critérios comum que tem se percorridos para que se atinja a posição de ministro Supremo

Tribunal Federal, isto é, embora formalmente seja livre a indicação presidencial, na realidade, o que se percebe é um padrão de trajetória social que deve ser alcançada para ser legítimo ao cargo de elite do campo jurídico brasileiro.

Quanto aos ministros marginalizados desse núcleo, Nelson Jobim, Mauricio Corrêa e Celso de Mello, todos têm particularidades em suas trajetórias que os fazem distantes da razão comum das propriedades constitutivas dos agentes. Nelson Jobim e Maurício Corrêa, por exemplo, tem uma multiposicionalidade pregressa (Boltanski,1979) expressivamente política, o que infere a roupagem de externalidade ao campo jurídico, ambos ocupavam cargos no legislativo antes de se posicionarem no campo.

Já o ministro Celso de Mello, embora de carreira majoritariamente jurídica, não teve na sua trajetória o magistério antes de ingressar na Suprema Corte, assim como seus pares que associaram a prática da profissão jurídica com a profissão acadêmica. Yves Dezalay e Bruno Granth (2002) entendem que essa associação é uma forma de reforçar a legitimidade do agente , ao passo que a produção científica retroalimenta os fundamentos das decisões práticas através do acervo doutrinário que é a expressão do consenso jurídico.

Gráfico 2- Análise de Correspondência Múltipla(ACM)- Bolsonaro I.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

A ACM do presidente Jair Messias Bolsonaro revela certas condicionantes comuns com Lula e, outras particularidades do seu período que são: a) o posicionamento próximo entre os ministros indicados por Bolsonaro, assim, como o caso do líder petista. b) a expressão temporal das indicações com certo padrão de trajetória social; c) a formação de dois núcleos, com menos agentes marginalizados nos planos.

Bolsonaro diferente de Lula não teve a possibilidade de tanta interferência no Supremo Tribunal Federal, restou para ele a capacidade de indicar apenas dois ministros, André Mendonça e Nunes Marques, ambos como no primeiro caso apresentado tem proximidade no plano, o que revela que é um traço constitutivo das indicações presidenciais encontrar um perfil social padrão, que como afirmou (Oliveira, 2011) acolha em certo sentido os valores de agenda do seu governo. Portanto, na leitura desses dois estudos de caso é possível inferir que existe uma ordem de critérios sociais observados entre o líder do executivo e o ministro da suprema corte indicado.

No caso Bolsonarista inclusive é ainda mais forte esse efeito, haja vista que se observamos os outros ministros indicados no governo Dilma Rousseff (2011-2016) por exemplo todos têm uma proximidade ainda mais significativa, Edson Fachin, Luiz Fux e Roberto Barroso. Assim, existem recortes temporais que aglutinam os agentes em correspondência a quem era o líder executivo que o indicou.

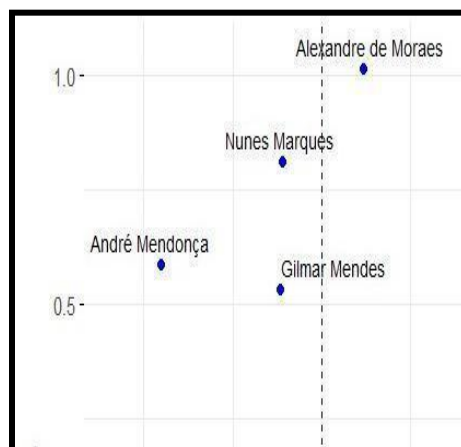
Nessa linha é possível pelo gráfico ver ainda uma clara cisão entre os ministros indicados pelo PT nos governos Lula e Dilma, salvo ministro Marco Aurélio⁹ no quadrante esquerdo inferior do plano e, os ministros indicados por outros partidos no quadrante superior esquerdo, André Mendonça e Nunes Marques: Bolsonaro (PL); Alexandre de Moraes: Michel Temer (PMDB); Gilmar Mendes: Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

⁹ O ministro Marco Aurélio como se verá no desenvolvimento desse artigo é um caso à parte que necessitaria de uma pesquisa própria para o entendimento de suas particularidades.

Gráfico 3- Ministros de Indicação Petista.



Gráfico 4- Ministro de outros partidos.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto aos ministros marginalizados no plano bidimensional do governo Bolsonaro, a saber, Celso de Mello e Rosa Weber. O primeiro pela ausência de magistério em sua trajetória social se encontra ainda mais distante dos demais que no período Lula, o que revela que nesse ínterim de tempo o capital simbólico relacionado a licenciatura foi ainda mais valorizado. Já Rosa Weber por sua vez guarda em sua trajetória a particularidade de não possuir mestrado, nem doutorado como majoritariamente possuem seus pares, além de não ter praticado o exercício da advocacia privada, o que confere a sua trajetória social uma maior especificidade.

Portanto, em termos globais pode através das ACMs inferir que exista um recorte de perfil social dos ministros relacionado com o presidente que os indica. Essa expressão estatística de um acervo comum partilhado reforça a autonomização do campo jurídico, ao passo que os agentes em conflito legitimam e procuram os mesmos recursos de validação.

Isto posto, abre em continuidade o diálogo com as ações práticas desse universo de ministros no que tange às ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN). No governo de Luiz Inácio da Silva (2003-2006) foi votado na casa da suprema corte brasileira, 525 matérias de inconstitucionalidade, incluindo ações de mérito -liminares ou definitivas- e recursos - embargos de declaração e agravos regimentais-.

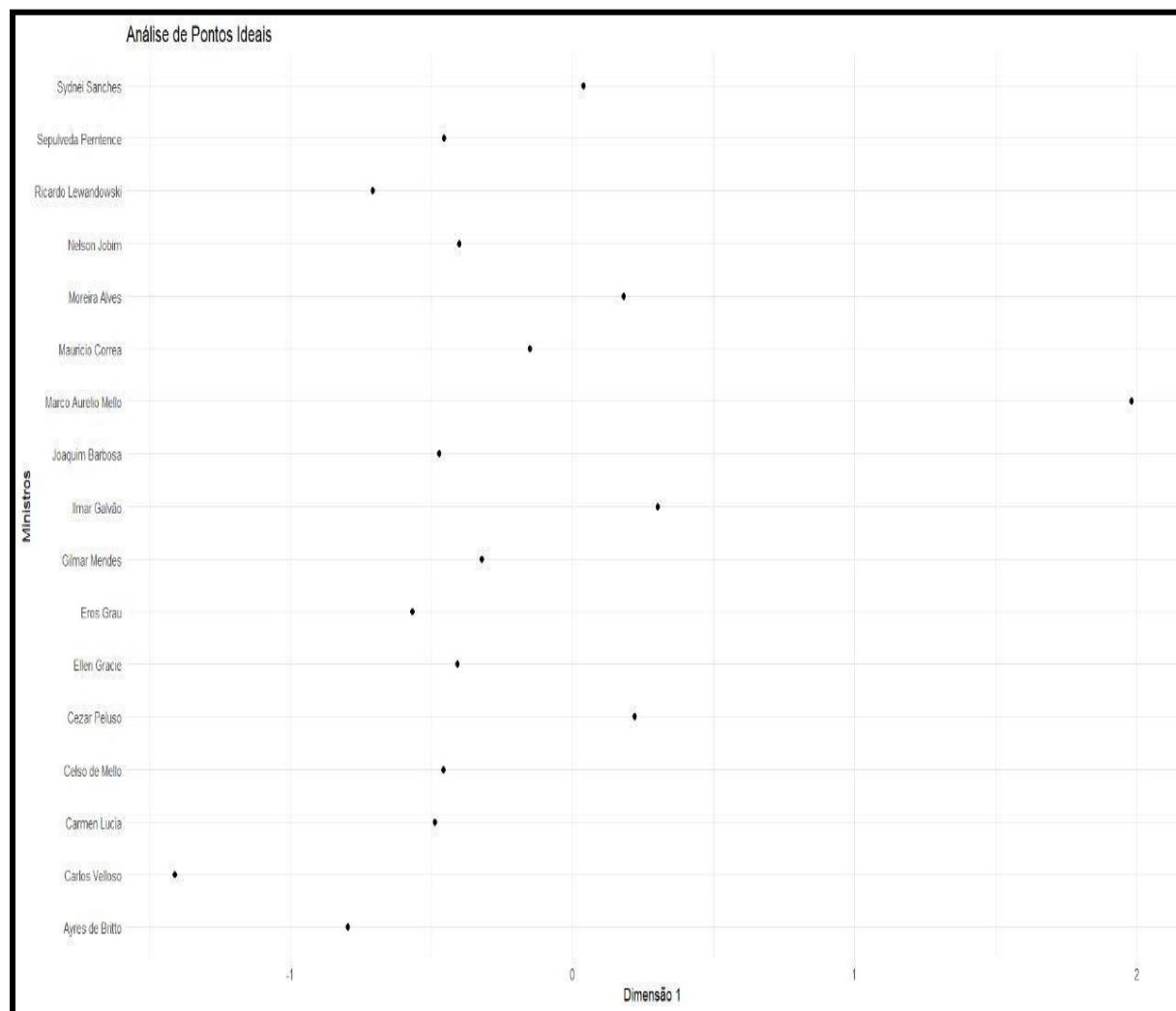
Tendo em vista o objetivo dessa pesquisa foi excluído da investigação os recursos, que somaram 37 deliberações, sendo dessas 14 não majoritárias. Já as decisões de mérito resultaram em 488, com 140 decisões não unânimes, 28%.

Em face do recorte desse universo de 140 decisões não majoritárias foi construído o plano espacial através do comportamento deliberativo de cada ministro pelo método de pontos ideais, sendo determinado aqueles que eram mais propícios ao deferimento, isto é, a declaração da inconstitucionalidade da lei, ou inversamente aqueles que votaram ao indeferimento da ADIN.

Tal modulação das decisões foi operacionalizada por variáveis binárias, nas quais o deferimento corresponde a (1) e o indeferimento a (0). Além disso, foi computado a ausência dos ministros em determinadas votações com a anotação (N/S). O plano dimensional na altura que se encontra desenvolvida essa pesquisa ainda se deu em um eixo somente horizontal, em que a reincidência de uma posição por exemplo o deferimento das ADINs faz com que o agente se posicione no extremo positivo do plano.

A aplicabilidade dos pontos ideais permite inferir o comportamento geral da suprema corte, ou seja, se mais disposta a deferir as adins ou não, bem como o comportamento individual de cada ministro, quando comparado com os demais pares. Pondera que a margem de discricionariedade de um ministro do STF é limitada, em razão de estar assentada em um alto grau de formalismo (Bourdieu, 2014). Em outras palavras, embora os ministros tenham liberdade de convicção não podem ir contra os preceitos constitucionais que sustentam suas decisões.

Gráfico 5- Análise de pontos ideais do governo Lula-I.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em termos analíticos é possível pelos pontos ideais do governo Lula-I, extrair três apontamentos: a) tendência geral ao indeferimento das ações diretas de inconstitucionalidade não majoritárias b) comportamento semelhante entre os agentes ilustrado pelo posicionamento aproximado c) comportamento marginalizado do ministro Marco Aurélio.

Os ministros, portanto, nesse período tinham uma tendência global nas ADINS a não não deferir a inconstitucionalidade das leis, isso revela um comportamento mais moderado de atuação. No mais a volatilidade do comportamento dos ministros não possui grande dispersão, o que confere

que o comportamento era passível de uma análise mais causal do próprio mérito da votação, do que de uma ação mais personalizada.

O ministro Marco Aurélio por sua vez, diferente dos seus pares, adota uma postura mais geral e personalizada na análise de mérito de suas deliberações, sendo nesse período aquele com uma postura mais ativa quanto ao deferimento da inconstitucionalidade das leis.

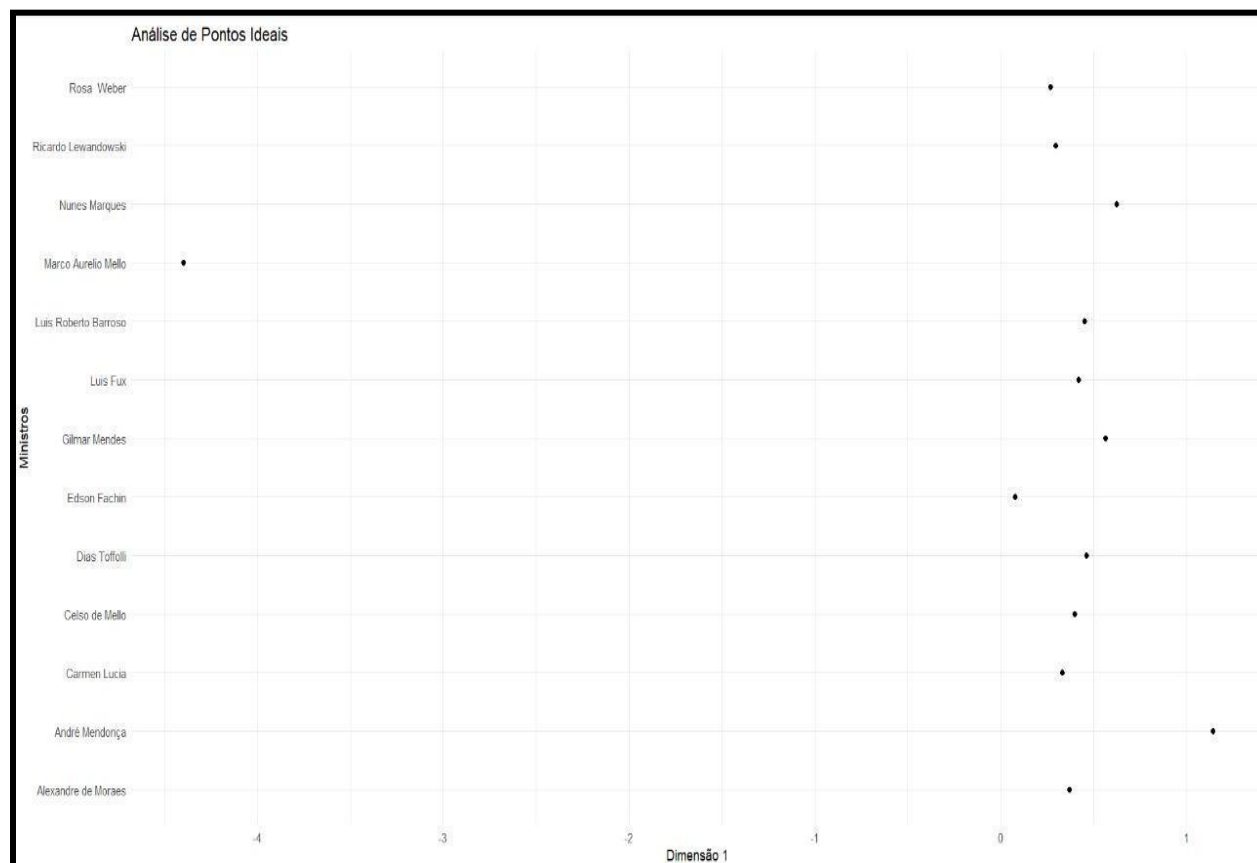
Comparando a dispersão da ACM com a de pontos ideias no caso Lula I é possível inferir que assim como na primeira diagramação espacial exista um núcleo comum com baixa volatilidade entre os ministros. Tal interpretação concorre com o conceito de *habitus* criado por Pierre Bourdieu (1996) que afirma que existe dentro dos agentes de um mesmo campo, códigos incorporados de ação, pensamento, atitude e sentimento, que levam-os a agir de determinada forma comum, face à circunstância material apresentada. Assim, os ministros mesmo que inconscientemente se comportam em correspondência a suas trajetórias materiais incorporadas, que como se revelou na ACM no caso de Lula é muito semelhante.

O segundo caso em análise do governo de Bolsonaro- I, tem uma informação passível de estudos causais para sua compreensão. No período bolsonarista foram deliberadas 1675 matérias constitucionais, incluindo decisões de mérito e recursos.

Esse número é o triplo do período de Lula, o que evidencia que o STF foi muito mais provocado no período bolsonarista, muitas causas podem ser vilipendiadas para explicar esse fenômeno, como o período pandêmico, os ataques às instituições pelo chefe do executivo, a liberação de recursos extraordinários, dentre outras, contudo, esse não é o núcleo investigativo desta pesquisa.

Dessas 1675 matérias constitucionais, 386 foram recursos e 632 votações não unânimes, 38%. Assim, além de uma maior provocação e atuação do STF houve também um aumento de 10% em deliberações com interpretação divergente, o que implica em uma Suprema Corte mais dividida. Portanto, como no caso de Lula, a aplicabilidade dos pontos ideias ilustra em certo sentido o comportamento não unívoco desses ministros no âmbito global, bem como individual.

Gráfico 6- Análise de pontos ideais governo Bolsonaro- I.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em termos analíticos é possível pelos pontos ideais do governo Bolsonaro I, extrair quatro inferências: a) a tendência geral mais ativa dos ministros da suprema corte quanto ao deferimento da inconstitucionalidade das leis; b) um comportamento semelhante dos ministros revelado pela posicionamento global; c) a expressão de proximidade, assim como na ACM dos ministros não indicados pelo PT; d) o comportamento marginalizado do ministro Marco Aurélio.

Nesse período diferente da época de Lula os ministros tiveram uma postura mais ativa, em termos de sancionar a inconstitucionalidade das leis. Isto revela uma forma de accountability horizontal (O'Donnell, 1998) mais atuante, que por efeito produz uma tensão entre as casas legislativas e a suprema corte. Acresce, dessa forma, que além de ser mais provocado, o STF é mais ativo no período bolsonarista.

Outra evidência que os dados demonstram é que assim como o período Lula os ministros tendem a se agrupar, isto é, deliberar da mesma forma. O que confere que seja para deferir, seja indeferir o *habitus de classe* (Bourdieu, 1996) permanece, apresentando uma forte tendência corporativa na Suprema Corte brasileira.

Embora a volatilidade possa ser considerada baixa de modo geral, se observarmos com maior precisão os ministros mais acentuados no plano de deferimento são: André Mendonça, Gilmar Mendes e Nunes Marques, esses ministros que formam o “cluster” de não indicados pelo PT na ACM, salvo o ministro Alexandre de Moraes.

Assim, em certo sentido existe uma correlação de comportamento ainda mais expressiva nos ministros de trajetórias sociais não indicados pelo PT e sua forma de deliberar. A explicação para tal posicionamento se deve a um sistema de disposições práticas com maior afinidade entre eles.

Análogo com que acontece no caso Lula- I o ministro Marco Aurélio é aquele que tem uma expressão deliberativa contra-intuitiva aos seus pares, seja para deferir ou indeferir. A sua especificidade por si só remete a um objeto de pesquisa próprio, as causas para tal comportamento fogem aos limites desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Dessa forma, através dessa pesquisa foi possível inaugurar em certo sentido uma chave interpretativa diferente, que soma elementos aos demais trabalhos que investigam o comportamento dos Ministros da Suprema Corte. Associou para tanto as trajetórias sociais dos ministros, essas objetivadas por suas posições ocupadas antes do ingresso na Suprema Corte, com a forma como os mesmos deliberaram em ações de controle de constitucionalidade.

Tal chave interpretativa é nova dentro das pesquisas dessa ordem no Brasil, portanto ainda necessita de maior maturação, qualificação e aprofundamento quanto às variáveis e a latitude dos métodos, ao passo que por exemplo as categorias cunhadas por Werneck (1999) não foram utilizadas quanto a diagramação dos gráficos, o que pode revelar um comportamento ainda mais preciso de cada agente.

Todavia, para um prefácio exploratório certos dados podem ser qualificados já como satisfatórios, a saber, a expressão comum dos ministros do STF seja no deferimento ou

indeferimento das leis. Além de uma clara expressão de um certo *habitus de classe* (Bourdieu, 1996) que manifesta um comportamento corporativo. Uma atuação mais ativa de accountability horizontal no período recente revelando uma Suprema Corte mais atuante. Além de uma clara correlação entre as trajetórias sociais dos agentes escolhidos e os valores e critérios das indicações presidenciais, o que confere uma proximidade entre ministros indicados por um mesmo presidente.

Isto posto, denota que essa pesquisa ainda se encontra em aberto a despeito do seu desenvolvimento, logo, o aparelhamento de outros períodos presidenciais, bem como outros ministros darão ainda maior estrutura quanto a investigação da correspondência entre as trajetórias sociais dos agentes e suas escolhas quanto matéria de inconstitucionalidade legal.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 15, p. 69-94, 2014.
- BENZECRI, J.-P. Correspondence analysis handbook. New York: Dekker, 1992.
- BOLTANSKI Luc. L'espace positionnel : multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. In: *Revue française de sociologie*, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- _____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, Alexandre Douglas Zaidan de; PALMA, Maurício. Juristas contra a democracia: usos do direito e desintegração democrática no Brasil pós-2014. *Rev. Urug. Cienc. Polít.*, Montevideo , v. 29, n. 1, p. 80-108, 2020.
- COUTO, C. G.. O BRASIL DE BOLSONARO: UMA DEMOCRACIA SOB ESTRESSE. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 28, p. e89859, 2023.
- CITTADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judicial e democracia. *Alceu*, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 105-113, 2004.
- DA ROS, Luciano. Juízes profissionais? Padrões de carreira dos integrantes das Supremas Cortes de Brasil (1829-2008) e Estados Unidos (1789-2008). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 149-169, 2012.
- DE SAINT MARTIN, M. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. *Revista TOMO*, n. 13, p. 43-74, 2008.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. La Mondialisation des guerres de palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique latine, entre notables du droit et. Paris: Seuil, coll., 2002.
- _____. GARTH, Bryant. 'Lords of the Dance' as Double Agents: Elite Actors in and around the legal field. In: *Journal of Professions and Organization* n. 2, p.188-206.2016
- _____. GARTH, Bryant. A construção jurídica de uma política de notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica. *Repocs – Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 12, n. 23, p. 37-60, 2015
- ENGELMANN, Fabiano. *Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2006.

EPSTEIN, Lee and KNIGHT, Jack, 1998, *The Choices Justice Make*. Washington CQ Press, 186, pp.

MARTINS, Rodrigo. Pontos de divergência: Supremo Tribunal Federal e comportamento judicial. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política).

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 44-98, p. 27-54, 1998.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Judiciário e política no Brasil contemporâneo: um retrato do Supremo Tribunal Federal a partir da cobertura do jornal Folha de S. Paulo. *Dados*, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 937-975, 2017.

_____. Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle de constitucionalidade das leis. Editora FGV. 2011.

SADEK, M. T. A. Fabiana Luci de Oliveira - Justiça, profissionalismo e política: o STF e o controle da constitucionalidade das leis no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 9, p. 257-259, set. 2012.

SINGER, A.. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos CEBRAP*, n. 85, p. 83-102, 2009.

SHAPIRO, Martin and SWEET, Alec Stone (2002). *On law, politics, and judicialization*, Oxford; New York: Oxford University Press.

SLOTNICK, E.E. (1991), "Judicial Politics", in Willian Crotty, *Political Science: looking to the future*, vol. IV, Evanston: Northwestern University Press.

TATE, C. Neal (1981), "Personal Attribute Models of the voting behavior of US Supreme Court Justice: liberalism in civil liberties and economics decisions, "1946-1978", *American Political Science Review* 75, 355-67 pp.

TÜRNER, Claudia; PRADO, Mariana. A democracia e o seu impacto nas nomeações dos diretores das agências reguladoras e ministros do STF. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 250, p. 27-74, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck et al. (1999). *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo & SALLES, Paula (2007). "Dezessete anos de judicialização da política". *Tempo Social*, v. 12, n. 2, p. 39-85.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado em anexo e pode ser anexado pelo link:
https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1RM1Be7HnCBla5_PuBfomWeyyQD8V98Vi

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesse a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR DO PAPER: Haron Barberio Francelin, graduando em ciências sociais, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, da Universid

CAPÍTULO 14

AS REDES SOCIAIS TOMARAM O LUGAR DA TELEVISÃO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS? UMA ANÁLISE DE CASO DE JOSÉ LUIZ DATENA COMO CANDIDATO A PREFEITO DE SÃO PAULO EM 2024

ZORZI, André Carlos.¹

<https://orcid.org/0000-0001-9205-7669>

<http://lattes.cnpq.br/1681754596677042>

andre.carlos.pesquisa@gmail.com

RESUMO: Este capítulo busca fazer um estudo de caso a respeito da campanha de José Luiz Datena (PSDB) nas eleições municipais de 2024. Apresentador de TV conhecido pelo grande público há décadas, ele buscou aproveitar sua imagem e reconhecimento para se tornar prefeito da cidade de São Paulo, mas não obteve sucesso. Não apenas não avançou ao 2.º turno, como viu o espaço de outsider da eleição ser ocupado por Pablo Marçal (PROS), nome advindo das redes sociais. Tal fato causa reflexão: o quanto a TV ainda é importante para uma eleição de grande porte no Brasil, e se tal espaço foi tomado pelas redes sociais. Conclui-se que Datena optou por iniciar sua trajetória política em uma eleição na qual não soube se posicionar num ambiente polarizado e, em determinado momento da campanha, deu mostras de que já estava conformado com a derrota e preocupava-se novamente em sua volta à televisão.

Palavras-chave: Eleições; José Luiz Datena; Televisão; Redes sociais; Pablo Marçal

¹ Mestre em Ciência Política (UFSCar, 2025). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (PUC-SP, 2017) e em Gestão de Política Públicas (USP, 2024). Co-autor do livro "Lusa: 100 anos de Amor e Luta" e autor do livro "Para Nós És Sempre O Time Campeão - A Portuguesa de 1996". Participou do grupo de pesquisa DECOS (UFSCar, 2023-2024). Atuação profissional como jornalista no Estadão. Principais temas de investigação: política brasileira; televisão brasileira; futebol.

HAVE SOCIAL MEDIA TAKEN THE PLACE OF TELEVISION IN THE BRAZILIAN ELECTIONS? A CASE ANALYSIS OF JOSÉ LUIZ DATENA AS CANDIDATE FOR MAYOR OF SÃO PAULO IN 2024

ABSTRACT: José Luiz Datena (PSDB) in the 2024 municipal elections. A TV presenter known to the general public for decades, he sought to leverage his image and recognition to become mayor of the city of São Paulo, but was unsuccessful. Not only did he not advance to the second round, but he also saw the space outside the election occupied by Pablo Marçal (PROS), a name that came from social media. This fact raises reflections on how important TV still is for a major election in Brazil, and whether this space was conquered by social media. It is concluded that Datena chose to begin his political career in an election in which he could not position himself in a polarized environment and, at a certain point in the campaign, he showed signs that he had already resigned himself to defeat and was once again concerned about returning to television.

Keywords: Elections; José Luiz Datena; Television; Social media; Pablo Marçal

INTRODUÇÃO

Este capítulo busca se aprofundar na consolidação de mudanças na disputa eleitoral em que o espaço midiático das redes sociais virtuais, na internet, passa a ter mais relevância do que espaço semelhante no ambiente da televisão. Para tal, faz-se um estudo de caso sobre a campanha de José Luiz Datena à Prefeitura de São Paulo na eleição municipal de 2024. Apresentador consolidado na TV aberta durante décadas, se lançou como candidato a prefeito de São Paulo após diversas insinuações de que poderia se tornar candidato a casos diversos em anos anteriores. Bem cotado nas pesquisas iniciais, Datena viu seu capital político derreter ao longo da campanha, encerrando a disputa com pouco mais de 1% dos votos, muito distante do pelotão de frente. Por outro lado, Pablo Marçal, candidato amparado fortemente no uso das redes sociais durante sua campanha, ficou a poucos votos de ir ao 2.º turno.

JOSÉ LUIZ DATENA: APRESENTADOR E CANDIDATO.

José Luiz Datena é um apresentador de TV brasileiro que nasceu em 19 de maio de 1957, na cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Começou a carreira como jornalista esportivo e se tornou narrador de futebol na rádio Cultura de Ribeirão Preto (Ramill, 2023). Entre diversas passagens pela TV, chamou mais atenção como apresentador de programas vespertinos policiais, como o Cidade Alerta, da Record, e o Brasil Urgente, da Band - este último apresentado entre 2003 e 2024 (com um breve hiato de passagem pela Record), e cujo cargo de apresentador Datena deixou justamente para se lançar como candidato em 2024.

Tondo e Negrini (2007) consideram o Brasil Urgente como um programa opinativo com linguagem coloquial que aborda temas diversos, entre eles a segurança pública, por diversas vezes fazendo uso de imagens violentas. Os autores ainda destacam o caráter forte, julgador, autoritário e opinativo do apresentador em frente às câmeras, e seu rumo à espetacularização do jornalismo como forma de atrair a atenção do telespectador (Tondo; Negrini, 2007). Datena ainda

demonstra desenvoltura para manifestar suas opiniões e falar o que pensa acerca dos acontecimentos sociais. O apresentador vai além da simples transmissão de notícias, ele enaltece suas ideias com um conjunto de artimanhas espetaculares, fazendo com que a forma de apresentação tenha destaque sobre o que é apresentado. (Tondo; Negrini, 2007, p. 31)

Datena, como dito, fez sua carreira apresentando programas de rádio e TV (por vezes simultaneamente, na rádio Bandeirantes). Façanha (2023) resume algumas das diferenças entre as mídias tradicionais (rádio, jornal, televisão) e as mais recentes (redes sociais, internet). A principal talvez seja o uso de algoritmos moldam o conteúdo em torno do gosto pessoal do usuário, fazendo com que cada um receba publicações que encaixem com seu gosto pessoal ou confirmem o que já pensam. Somado a isso, o fato de que na mídia tradicional há a presença de profissionais responsáveis por revisar e checar os fatos noticiados, o que não ocorre com os usuários de redes sociais, que fazem as postagens de forma mais direta (Façanha, 2023).

Datena começou sua vida partidária se filiando ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1992. Ele permaneceu na sigla por 23 anos, apesar de um perceptível afastamento ao longo dos anos. Na ocasião de sua desfiliação, em agosto de 2015, Jorge Parada, o presidente do PT de Ribeirão Preto, cidade onde era filiado, chegou a declarar: "Não fará falta, pois não tem o perfil do partido; ele tem outro pensamento, outra conduta, nunca frequentou as reuniões partidárias" (Folha, 2015).

No mesmo ano, o apresentador anunciou sua filiação ao Partido Progressista (PP) e a intenção em se lançar como candidato a Prefeito na eleição de 2016 (Zero Hora, 2015). Em seguida, teve breve passagem pelo PRP (Partido Republicano Progressista) (Uol, 2024), foi para o Democratas (DEM) em abril de 2017, onde se portou como pré-candidato ao Senado (Garcia, 2018), e para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde foi cotado como vice-prefeito na chapa de Bruno Covas (PSDB) nas eleições municipais (GAYER, 2020).

Depois, migrou para o PSL (Partido Social Liberal) (Uol, 2021), onde foi tratado como pré-candidato a presidente. Se manteve no partido até a fusão com o DEM, que resultou no União Brasil. Em 2022, se filiou ao Partido Social Cristão (PSC), agora visando a eleição para o Senado. Deixou o PSC e se filiou ao PDT (Partido Democrático Trabalhista) (Poder 360, 2023), em março de 2023, na intenção de concorrer a prefeito em 2024. Em dezembro do mesmo ano, deixou a sigla para se juntar ao PSB (Partido Socialista Brasileiro) (Lima, 2023), já almejando compor a chapa à Prefeitura ao lado de Tabata Amaral, outro nome cotado pelo partido.

Ou seja, Datena foi cotado como candidato, ao menos com seriedade o bastante a ponto de se filiar a um partido político e falar publicamente sobre o tema como uma possibilidade, em todas as eleições, em âmbito municipal ou nacional, entre 2016 e 2024. Pesquisas de intenção de voto passaram a contar com sua presença, por diversas vezes com números expressivos de intenções de voto - ainda que, até 2024, a sua desistência antes da oficialização da campanha tenha gerado tais números somente em momentos muito precoces da disputa - e o fato de ser um nome conhecido da

TV pode ter ajudado nisso.

Drake e Higgins (2006) indicam a forma que, com o aumento da influência e do poder das celebridades, a esfera política se tornou entrelaçada com a celebridade e o valor de endosso que essas celebridades podem trazer para causas políticas. Há exemplos de celebridades políticas, como por exemplo o cantor Bono, do U2, que militam por causas para dar-lhes visibilidade, mas não necessariamente tentam se eleger a cargos públicos para lutar por elas, e também casos de políticos celebridades, como os atores Arnold Schwarzenegger, que foi governador da Califórnia, e Ronald Reagan, que foi presidente dos Estados Unidos. (Drake; Higgins, 2006). No panorama contemporâneo da política brasileira, Datena parece mais assimilado ao segundo caso.

Datena também parece se encaixar no conceito de candidatos comunicadores conforme descrito por Manin (1995), num contexto em que os meios de comunicação têm impacto nas relações de representação, com uma comunicação direta entre candidatos e eleitores. Em sua pesquisa, publicada na década de 1990, cita o rádio e a televisão como exemplos, de forma que os meios de comunicação em massa acabavam privilegiando qualidades pessoais, o que favoreceria os candidatos comunicadores em suas campanhas, com os partidos aplicando mais ênfase na individualidade das lideranças políticas do que em suas plataformas de governo, em si (Manin, 1995).

DATENA CANDIDATO: FALTA DE POSICIONAMENTO NA POLARIZAÇÃO?

O apresentador ficou conhecido por suas declarações que indicaram comportamentos, se não contraditórios, ao menos mutáveis em um curto espaço de tempo. Em 7 de outubro de 2022, cinco dias após o 1.º turno indicar a disputa entre o então presidente Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT), Datena chamou atenção ao se posicionar ao lado de Bolsonaro durante um discurso no Palácio do Planalto. A presença no momento foi encarada como apoio por parte do público e da imprensa, mas Datena negou: "Não seria ético e nem leal para com a minha empresa que eu assumisse uma posição em um momento como esse. Vim agradecer o presidente pelo que fez por mim" (FOLHA, 2022). Três dias depois, em 10 de outubro de 2022, visitou o candidato Lula em encontro que foi registrado e repercutido (Brites, 2022). Uma declaração de Datena à época indica a sua dificuldade em se posicionar num ambiente polarizado:

Foi uma boa reunião que eu tive com o presidente Lula, como foi com o presidente Jair Bolsonaro lá em Brasília, e a foto que eu tirei com o Lula. Eu fiquei do lado do Bolsonaro

umas duas, três horas, lá no Palácio [do Planalto]. Como eu encontrei com o Lula ontem, eu tirei a foto com o Lula normalmente. E isso não significa, como eu já disse por ocasião da reunião com o presidente Bolsonaro, apoio ao presidente Lula. Eu não apoio nem o Lula, nem o Bolsonaro, porque, como jornalista, e como regra da minha empresa - é uma empresa neutra politicamente - eu não tô do lado de um, nem do outro. É que quando eu tô com um, os outros me arrebetam. Quando eu tô com o outro, os outros me arrebetam. Na verdade, eu quero que quem me arrebeta se exploda, porque eu sou independente, pronto, acabou (Brites, 2022)

Na campanha à Prefeitura, em 2024, chegou a afirmar que "O melhor governo foi o [do] Lula" (UOL, 2024), em comparação com Bolsonaro. No ano de 2023, fez declarações favoráveis a uma possível chapa à Prefeitura em conjunto com Guilherme Boulos (PSOL) (Rodrigues, 2023) e Tabata Amaral (PSB) (Lima, 2023), em momentos distintos.

Em outras palavras, num ambiente polarizado em termos de disputa eleitoral, Datena não foi capaz de definir 'seu lado' de forma contundente. Ao mesmo tempo que tinha críticas aos dois lados, também não conseguiu afastar sua imagem de ambos. Sua concorrente Marina Helena (do Novo, partido mais à direita) foi criticado por uma foto em que Datena mostra um quadro do guerrilheiro cubano Che Guevara em sua casa, um símbolo da esquerda. Suas tentativas de aproximação a Boulos e Tabata, além de sua antiga filiação ao PT, também foram lembradas por críticos na campanha. A presença de Datena ao lado de Bolsonaro em momento delicado da eleição anterior, suas recentes passagens por partidos como PSL, PL e PSC, além do próprio conteúdo policial de seus programas na TV, acabavam atrelando sua imagem, também, a setores da direita. Desta forma, sua imagem poderia ser disseminada de forma crítica ou negativa em diversos contextos, especialmente levando em conta o funcionamento das redes sociais.

Considerando que essas plataformas digitais utilizam algoritmos para tratamento de dados e encaminhamento de conteúdos personalizados com base nas interações do próprio usuário, percebe-se atualmente que as comunicações políticas estão cada vez mais circulando em grupos de interesses fechados, já que as páginas de sites e redes sociais acabam muitas vezes mostrando tão somente conteúdos que agradam os usuários, ecoando seus interesses e fechando-os às opiniões diversas. Isso acaba acirrando os debates acalorados já existentes em uma sociedade com polarização política tal qual a brasileira, na medida em que, ao receber restritivamente informações relacionadas à ideologia de cada um, o usuário passa a pensar que apenas estas são críveis ou dignas de atenção. (Silva, 2019).

Fuks e Marques (2022) constatarem um expressivo aumento da polarização no Brasil, com os eleitores passando a se identificar em maior escala com a esquerda ou a direita, com impacto na forma de votar, desde as eleições presidenciais de 2018 (Bolsonaro x Haddad). Num contexto como esse, a falta de posicionamentos mais firmes de Datena pode ter contribuído para sua baixa adesão

entre a população à sua campanha. Mesmo com o caráter personalista da política e o foco mais nas lideranças do que nos partidos (Fuks e Marques, 2022), Datena não conseguiu captar os eleitores insatisfeitos com os candidatos apoiados oficialmente por Lula (Boulos) e Bolsonaro (Nunes). Estes, por sua vez, parecem ter migrado para a campanha de Marçal, que quase chegou ao 2.º turno.

Da mesma forma como ocorreu em 2022, com o fracasso de Geraldo Alckmin, o PSDB não foi capaz de se impor como uma "terceira via". Alckmin adotou estratégias distintas, divididas em três fases por Alves e Martins (2022): 1.ª) Antipetismo racional, com foco no equilíbrio em vez da agressividade de Bolsonaro; 2.ª) terceira via, com PT e Bolsonaro como mesmo mal; 3.ª) voto útil, indicando a incapacidade de Bolsonaro derrotar o PT nas urnas. (Alves e Martins, 2022). Nesse sentido é possível notar uma diferença relevante em relação a Datena, uma vez que, assim como Alckmin, buscou criticar os dois principais candidatos, mas deu declarações elogiosas a representantes dos grupos polarizados nos quais estavam inseridos.

A CAMPANHA DE DATENA NA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2024.

Poucos meses antes da campanha, a imprensa repercutia pesquisas que ainda apontavam Datena entre os principais postulantes ao cargo. Pesquisa da Quaest realizada entre 22 e 25 de junho, por exemplo, apontava: Nunes (22%); Boulos (21%); Datena (17%); Marçal (10%); Tabata (6%); Marina Helena (4%). Em julho, foi anunciada a contratação do marqueteiro Felipe Soutello para a campanha do PSDB, nome que já havia atuado, em funções diversas, em eleições municipais pelo PSDB desde 1988. O partido homologou a candidatura de Datena em 26 de julho de 2024, antes do prazo máximo, de 5 de agosto.

No primeiro debate da eleição, na Band, Datena mostrou uma postura ofensiva, ao mesmo tempo que tentava se mostrar como uma alternativa à polarização. Indicou que Boulos e Nunes seriam marionetes de Lula e Bolsonaro. Assimilou Nunes à inconclusão de obras e à suposta ligação com o grupo criminoso PCC, por conta de uma concessionária de ônibus. Questionou a Boulos a respeito de suposto crime cometido por André Janones (Avante), a quem Boulos havia sido relator do caso na Comissão de Ética da Câmara. Também assimilou Boulos ao apoio a Nicolás "Maduro e a ditadura na Venezuela. Você deveria ser prefeito em Caracas" (Gomes; Henud; Figueiredo, 2024).

A campanha nas ruas, de fato, teve início em 15 de agosto de 2024. Datena optou por uma estratégia inusitada e foi a outra cidade, mesmo se tratando de uma eleição municipal. Visitou o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Ao ser perguntado sobre o motivo

da escolha, dizia: "porque Deus é onipresente e está em todos os lugares. Não é questão de voto, e sim de devoção". (Gomes; Ferreira; Victorino; Lima; Figueiredo; Henud, 2024)

Na TV, onde em princípio Datena teria mais contato com seu público, os tempos de propaganda eleitoral não o ajudaram. Nas inserções dentro do horário obrigatório, a distribuição se deu da seguinte forma: Nunes (6m30s); Boulos (2m22s); Datena (35s); Tabata (30s). Em relação às inserções ao longo do dia nas programações de TV: Nunes (27m20s); Boulos (10m); Datena (2m29s); Tabata (2m10s). (Lima; Naldis, 2024). Nas inserções, deu destaque especialmente à questão da segurança pública - que era apontada como uma das principais preocupações dos eleitores (G1, 2024) -, tema que foi carro-chefe nos programas que costumava apresentar (Negri; Tondo, 2007).

O fato mais marcante da campanha de Datena talvez tenha uma agressão do apresentador, que arremessou uma cadeira em direção ao concorrente Pablo Marçal (PROS) durante o debate realizado ao vivo na TV Cultura em 15 de setembro de 2025. Um boletim de ocorrência por lesão corporal e injúria chegou a ser registrado contra ele no 78º DP de São Paulo, no bairro Jardins.

Na ocasião, Marçal fez referência a um estranhamento entre os dois que havia ocorrido no debate da TV Gazeta, em 8 de setembro. "Você é um arregão. Você atravessou o debate esses dias para me dar tapa e falou que você queria ter feito. Você não é homem nem para fazer isso. Você não é homem", disse Marçal. Datena, então, se levantou, pegou uma cadeira e atirou-a em direção a Marçal. O debate foi tirado do ar momentaneamente e depois retomado, já com Datena expulso da atração. Diante de um cenário em que Pablo Marçal, apesar de bem cotado nas pesquisas, se tratava de um nome com rejeição significativa, Datena bancou a atitude: "Pablo Marçal demonstrou, em todas as situações a que teve oportunidade, sua falta de caráter. Demonstrou, ainda, que é uma ameaça à cidade de São Paulo. Será detido no voto. Mas, a despeito disso, precisava também ser contido com atos. Foi o que eu fiz" (G1, 2024).

Os resultados finais do 1.º turno foram os seguintes: Nunes (29,48%); Boulos (29,07%); Marçal (28,14%); Tabata (9,91%); Datena (1,84%); Marina Helena (1,38%); Ricardo Senese (UP) (0,09%); Altino Prazeres (PSTU) (0,05%); João Pimenta (PCO) (0,02%); Beбето Haddad (DC) (0,01%) (TSE, 2024).

Ou seja, sem contar os quatro candidatos com votação irrisória, inferior a 0,1%, a disputa de Datena acabou não sendo para avançar ao 2.º turno, e sequer contra Tabata Amaral, a quem tinha cogitado compor a chapa anteriormente, mas sim para não ser o menos votado entre os candidatos chamados para os debates - posto ocupado por Marina Helena. Datena teve apenas cerca de 30 mil votos a mais que Helena, ao passo que teve cerca de 490 mil votos a menos do que Tabata, a

primeira à sua frente, por exemplo.

A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 2024 EM SÃO PAULO E AS REDES SOCIAIS

O Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) desenvolveu um estudo dividido em quatro relatórios publicados em referência ao monitoramento das redes sociais durante as eleições da cidade de São Paulo em 2024 (Nonato et al, 2024a) (Nonato et al, 2024b) (Nonato et al, 2024c). Este capítulo utiliza apenas os três primeiros, uma vez que Datena e Marçal, que não passaram ao 2.º turno, não são citados no último. Os materiais levam em conta os seis principais candidatos e a sua presença em quatro redes sociais: Instagram, TíkTok, Facebook e X (antigo Twitter).

Inicialmente, Pablo Marçal, considerado um influenciador digital, tinha a maior quantidade disparada de seguidores, ultrapassando os 16 milhões (soma das redes). Em seguida vinham: Boulos, cerca de 6 milhões; Datena, cerca de 3 milhões; Tabata Amaral, cerca de 3 milhões; Ricardo Nunes, cerca de 1 milhão. Marina Helena, menos de 1 milhão.

Tabela 1: Candidatos a prefeito de São Paulo em 2024 e seus seguidores nas redes sociais

	Marçal	Boulos	Datena	Tabata	Nunes	Marina
Instagram	13.1 milhões	2.3 milhões	962 mil	1.58 milhão	981 mil	314 mil
TíkTok	2.6 milhões	397 mil	8 mil	708 mil	15 mil	127 mil
Facebook	686 mil	1.16 milhão	1.2 milhão	522 mil	154 mil	22 mil
X	411 mil	2.2 milhões	1.1 milhão	473 mil	19 mil	89 mil

Fonte: Nonato et al, 2024a.

Destaca-se, ainda, a presença irrisória de Datena e Ricardo Nunes no TíkTok, e a de Nunes no X. Datena, porém, possuía a maior quantidade de seguidores no Facebook. Vale destacar que tais números se referem somente aos perfis próprios e oficiais de cada candidato, desconsiderando páginas de fãs ou repostagens.

Quando o assunto é aprofundado em quantidade de interações, e não apenas o número de seguidores, o Instagram de Pablo Marçal domina 72,8% delas, considerando todas as redes sociais

dos seis candidatos. Seu X, outros 3,25%, e seu TikTok 1,88%. Boulos (Instagram, X e TikTok), Tabata (Instagram, TikTok) e Marina Helena (Instagram, X), ainda têm algumas parcelas razoáveis. O restante das redes dos candidatos citados, e todas as redes de Datena e Nunes somam, juntos, somente 3,55% das interações no período entre 15 e 29 de agosto de 2024.

Marçal teve um número expressivo de interações não apenas pela quantidade de seguidores, mas também pela repercussão do bloqueio judicial de alguns de seus perfis pelo TSE e de uma condenação criminal do passado e acusações de associação com o crime organizado (Nonato et al, 2024a).

Os autores destacam, no período, a "continuidade de narrativas em âmbito federal, vista em 2018 e 2022, reproduzida entre as candidaturas ao Executivo [...] [que] se mostra estratégico e evidencia um cenário político ainda fortemente polarizado" (Nonato et al, 2024a, p. 19).

Já no período entre 30 de agosto e 13 de setembro, o novo perfil que teve ganho significativo de seguidores foi o de Pablo Marçal (Nonato et al, 2024b), indicando, possivelmente, se tratar de um dos candidatos que, de fato, conquistou um público novo durante o período eleitoral. O Instagram de Marçal é responsável por 89% das interações totais. A mesma rede social também dá algum destaque a Boulos, Tabata e Marina. Tabata, Boulos e Marçal ainda têm alguma repercussão também no TikTok. Datena aparece ao fim de todos os rankings, com pouquíssimas interações em seus perfis.

Na reta final do 1.º turno, entre 14 de setembro e 4 de outubro de 2024, Pablo Marçal continuou dominando as interações com seguidores nas redes sociais, com 87% do total, seguido por Boulos (4,9%), Tabata (4,5%), Marina Helena (2,3%), Nunes (0,8%) e Datena (0,6%). (Nonato et al, 2024c)

Os autores concluem que a "movimentação a partir de polêmicas e capitalização de engajamento mediante os episódios de violência merece destaque" (Nonato et al, 2024c, p. 21), já que são instrumentalizados e contribuem "para o esvaziamento do debate político mais substantivo e o reforço de posturas de violência e desigualdade entre gêneros" (Nonato et al, 2024c, p. 21). Os autores ainda destacam que "Vale ressaltar que a relação entre engajamento digital e sucesso eleitoral não é linear. Observamos casos em que candidatos com alto engajamento nas redes não se converteram em votos, enquanto outros, com menor presença online, foram eleitos." (Nonato et al, 2024c, p. 21).

Os dados indicados acima trazem um valioso olhar a respeito da relação entre a política eleitoral nos tempos de mídias digitais, ainda que, por conta da amplitude delas, seja muito difícil um

trabalho mais completo. Não é levado em consideração, por exemplo, postagens em perfis de mensagens privadas, como WhatsApp ou Telegram, fontes de informação de muitos brasileiros durante o período eleitoral. Também há uma diferenciação entre perfis oficiais, perfis de 'cortes' (repostagem de trechos de outros vídeos) ligados a candidatos e perfis de 'cortes' não ligados a candidatos. A cadeirada de Datena em Marçal em 15 de setembro, por exemplo, gerou muita repercussão, mas isso não necessariamente foi refletido nas interações com os perfis oficiais do candidato.

HGPE E MUDANÇAS NO IMPACTO DA TV NAS ELEIÇÕES

Antes do surgimento das redes sociais virtuais, a Ciência Política contou com diversos estudos a respeito da importância televisiva no cenário eleitoral brasileiro. Massuchin, Cavassana e Cervi (2021), por exemplo, fazem uma análise acerca da importância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão, em que a ferramenta é destacada como sendo de importância para construção e consolidação da imagem e da agenda dos partidos e candidatos diante do eleitorado. O estudo engloba apenas eleições em âmbito nacional, mas traz contribuição relevante também quando pensamos num município de grandes dimensões, como São Paulo. Engloba-se o período entre as eleições de 2002 e 2018, com foco no PT e no PSDB, que se destacaram na maioria das eleições em questão, e aponta estratégias e temas utilizadas por eles. Vale destacar que, no período analisado, após quatro eleições presidenciais consecutivas com os dois partidos em questão somando mais de dois terços dos votos totais no 1.º turno, este valor agregado despencou na eleição mais recente.

Em 2002, cerca de 70% dos eleitores optaram por votar no PT ou no PSDB; em 2006, cerca de 90%; em 2010, cerca de 80%; em 2014, cerca de 75%; e em 2018, cerca de 34%. O estudo ainda destaca nesse meio tempo, culminou uma crise política e institucional que foi construída desde o primeiro mandato de Dilma, e consolidada com seu impeachment, em 2016, e desdobramentos da Operação Lava Jato. (Massuchin; Cavassana; Cervi, 2021). O próprio artigo, porém, destaca que em tempos mais recentes plataformas de redes sociais foram amplamente utilizadas na comunicação de campanha eleitoral, ao mesmo tempo em que o HGPE foi reduzido por lei.

Em 2002, por exemplo, o dobro de tempo era dedicado aos presidenciais em relação a 2018: 25 minutos e 12m30s, respectivamente.

Em 2002, a divisão foi a seguinte: José Serra (PSDB), com 10m23s; Lula (PT), com 5m19s;

Ciro Gomes (PPS), com 4m17s; Anthony Garotinho (PSB), com 2m13s; Zé Maria (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO), com 1m23s cada um. (Croitor, 2002).

Já em 2018, a divisão foi a seguinte: Alckmin (PSDB), com 5m32s; Haddad (PT), com 2m23s; Henrique Meirelles (MDB), com 1m55s; Alvaro Dias (Podemos), com 0m40s; Ciro Gomes (PDT), com 0m38s; Marina Silva (Rede), com 0m21s; Guilherme Boulos (PSOL), com 0m13s; Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota), José Maria Eymael (DC), com 0m8s cada um; João Amoêdo (Novo), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU), com 0m5s cada um. (Ramalho, 2018).

Podemos acrescentar, também, os tempos disponíveis na eleição presidencial seguinte à publicação do estudo. Em 2022, a divisão foi a seguinte: Lula (PT), com 3m39s; Jair Bolsonaro (PL), com 2m38s; Simone Tebet (MDB), com 2m20s; Soraya Thronicke (União Brasil), com 2m10s; Ciro Gomes (PDT), com 0m52s; Padre Kelmon (PTB), com 0m25s; Felipe d'Ávila (Novo), com 0m22s. (Lima, 2022)

Se em 2002 os dois partidos com mais tempo de TV conquistaram mais eleitores - ainda que não em ordem de tempo de exibição - José Serra teve apenas cerca de 5% de votos a mais que o 3.º colocado, Anthony Garotinho, que tinha por volta de um quinto de seu tempo de tela no HGPE. Em 2018 estes números ficaram ainda mais dilatados: Alckmin teve 41 vezes mais tempo no HGPE do que Bolsonaro. Mesmo assim, Bolsonaro teve nove vezes mais votos do que Alckmin. Já em 2022, Bolsonaro contava com mais tempo de TV em relação à eleição anterior, mas conquistou um resultado semelhante no 1.º turno: por volta de 43% (diante de cerca de 46% na eleição anterior). Duas candidatas que tiveram tempo de tela semelhante a Bolsonaro, porém, conquistaram resultados muito menos expressivos. Simone Tebet (MDB), chegou a 4% dos votos com 18 segundos a menos de TV em relação a Bolsonaro, e Soraya Thronicke (União Brasil), que além de ter apenas 28 segundos a menos que Bolsonaro no HGPE, também protagonizou diversos momentos de destaque em debates televisionados (Mendonça; Caleffi; Joay, 2023), conquistou apenas 0,5% do eleitorado.

No âmbito das eleições municipais de 2024, Pablo Marçal esteve entre os candidatos sem tempo no HGPE, que trouxe: Ricardo Nunes (MDB), com 6m30s; Guilherme Boulos (PSOL), com 2m22s; José Luiz Datena (PSDB), com 0m35s; Tabata Amaral (PSB), com 0m30s. Pablo Marçal (PRTB), assim como Marina Helena (Novo), Bebeto Haddad (DC), João Pimenta (PCO), Ricardo Senese (UP) e Altino Prazeres (PSTU), não tiveram acesso ao HGPE na televisão.

Em quantidade de votos, podemos constatar que Pablo Marçal, o único candidato sem

tempo de TV que tinha redes sociais com número expressivo de seguidores, obteve um resultado muito superior aos outros candidatos que não apareceram no HGPE. Beбето Haddad, com 833 votos (0,01%); João Pimenta, com 960 (0,02%); Altino Prazeres, com 3.107 (0,05%); Ricardo Senese, com 5.593 (0,09%); Marina Helena, com 84.212 (1,38%); Pablo Marçal, com 1.719.274 (28,14%). Destaque-se que Marina Helena foi a única entre os candidatos sem tempo no HGPE a participar de debates televisivos além de Marçal.

Vale ressaltar, ainda, que o tempo do HGPE remete ao período mais próximo às eleições. José Luiz Datena, por exemplo, ocupou espaço na grade horária da Band ao longo dos anos anteriores. Ao menos desde 2021, por exemplo, chegou a lançar um bordão em seu programa que se assemelha com slogans de campanha eleitoral, a frase “Só no nosso?” (Datena, 2021). Ainda que não haja material para mensuração, é possível imaginar que outro candidato com presença relevante na TV foi Ricardo Nunes, pelo fato de receber espaço nos noticiários locais como prefeito da capital na gestão anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Conforme citado por Silva (2019) e Façanha (2023), os algoritmos têm ganhado bastante relevância e alteraram a percepção e interação que os espectadores/usuários têm com as informações recebidas de forma midiática. Datena, por anos, se acostumou a apresentar programas opinativos na TV, de forma que a informação passada por ele fosse transmitida de forma igualitária a todas as pessoas que sintonizavam na emissora em que estivesse. Com as redes sociais, isso não acontece mais da mesma forma. Uma mesma entrevista dada por Datena a um podcast, por exemplo, pode chegar de forma diferente e dispersa conforme o algoritmo de cada usuário. Alguém que seja fã de Pablo Marçal, por exemplo, talvez receba mais conteúdos mostrando um olhar crítico à cadeirada dada por Datena, enquanto alguém que nutra desprezo por Marçal possa receber material com um olhar simpático ao ato de violência, uma vez que o ódio também pode gerar engajamento na maioria das redes sociais. (Stein; Nodari; Salvagni, 2017).

O uso das redes sociais como um mecanismo de campanha política direta, como demonstrado pela alta porcentagem de votos de Pablo Marçal (PROS), parece ter se consolidado no cenário das disputas eleitorais no Brasil. E os resultados tão negativos de Datena soam como indício de que a imagem moldada na mídia tradicional não desperta mais tanto impacto quanto no passado.

Isso pode ser percebido também no legislativo, quando olhamos a votação decadente do

deputado federal Celso Russomano (Republicanos): cerca de 1,5 milhão de votos em 2014; 520 mil em 2018; e 305 mil em 2022. Na própria disputa do executivo, Russomano também cativou cada vez menos eleitores: cerca de 1,3 milhão de votos em 2012; 790 mil em 2016; e 560 mil em 2020.

Ao mesmo tempo, candidatos com forte presença nas redes sociais, como Eduardo Bolsonaro (1,8 milhão de votos), Joice Hasselmann (1 milhão) e Kim Kataguiri (465 mil) em 2018 ou Carla Zambelli (cerca de 950 mil), Eduardo Bolsonaro (740 mil), Ricardo Sales (640 mil) e Bruno Lima (460 mil), em 2022, tiveram votações bastante expressivas. E cada vez mais, nomes como Enéas Carneiro, Celso Russomano, Clodovil Hernandez e Tiririca, que ficaram conhecidos do eleitorado graças às suas aparições na TV, parecem dar espaço a nomes que nascem e se consolidam nas redes sociais, como Nikolas Ferreira, Erika Hilton, etc.

Street (2004), numa época em que a internet ainda não tinha a força que tem hoje, considerava os políticos celebridades como um fenômeno necessário e inevitável das mudanças políticas e sociais mais recentes, justamente pelo encontro entre o culto à personalidade e as mudanças na comunicação política, cujo estilo tendia a transformar os políticos em estrelas, com suas funções espetacularizadas diante de cidadãos transformados em espectadores (Street, 2004). Este tipo de lógica parece ter não apenas permanecido como se consolidado e fortalecido em anos mais recentes. As recentes eleições de Trump (presidente dos Estados Unidos, em 2016 e 2024) e Jair Bolsonaro (presidente do Brasil em 2018) são indícios dessa espetacularização e da forma de agir dos políticos. Porém, como tratamos, o fator celebridade entre tais políticos parece ter convergido para uma origem muito mais ligada às redes sociais virtuais na internet do que às mídias tradicionais como a televisão. Isso ajuda a explicar, por exemplo, um desempenho tão superior ao de um outsider (Santos; Fossá, 2023) como Pablo Marçal sobre um nome consolidado como José Luiz Datena na eleição para prefeito em São Paulo em 2024.

Em relação à cadeirada dada em Pablo Marçal, cabe uma reflexão a respeito da postura. Àquela altura, a maioria das pesquisas já indicava que a eleição ficaria entre Nunes, Marçal e Boulos, que, juntos, já somavam entre cerca de 65% a 80% dos votos. Datena, em geral, também já demonstrava ter sido ultrapassado por Tabata Amaral. (Uol, 2024).

Dois dias antes do fato, em 13 de setembro de 2024, Datena havia dado uma entrevista em vídeo ao Uol já em clima de derrota, dando indícios de que não acreditava. Apesar de suas falas indicarem outro tom, inclusive falando sobre o futuro prefeito a ser eleito, disse que tinha esperança de ir para o segundo turno, mas ponderou: "Se eu não for eleito prefeito de São Paulo, para mim acabou a política." (Uol, 2024). Ao fim da entrevista, Datena começou a chorar e adotou um tom

amistoso e cordial com os entrevistadores antes de retirar seu fone de ouvido com microfone e ir embora, sem se despedir.

Outra coisa que eu reforcei nessas eleições é que eu tentei ajudar as pessoas a votar em mim. Até agora eu não consegui, porra. O que eu posso fazer? Outra coisa que eu encerro bem, tendo o maior respeito por vocês, jovens, de imprensa. Sou um velho jornalista e reconheço a ética e a capacidade da maioria de vocês. Muito obrigado. (Uol, 2024).

Diante disso, a postura de Datena pode ter soado não necessariamente como uma última tentativa de virar o jogo em suas chances eleitorais, mas até mesmo como uma tentativa de manter seu status como apresentador que busca passar uma imagem enfática de lutar contra as injustiças. Ao atacar Pablo Marçal, pode ter pensado nos reflexos que isso traria à sua imagem incisiva que costumava passar em seus programas, já pensando em seu potencial retorno à televisão em caso de uma provável derrota, evitando assim críticas por uma possível postura mais neutra diante de situações complexas e de provocação.

Datena teve sua volta à TV anunciada pelo SBT pouco depois do fracasso nas eleições, em 4 de dezembro de 2024 - indicando que as negociações tenham possivelmente ocorrido antes desta data - para apresentar um programa de estilo semelhante ao que já estava acostumado, chamado Tá Na Hora. Ainda em sua primeira semana de exibição, foi implementado, ao fim da vinheta do programa, a imagem de uma cadeira sendo arremessada, da esquerda para a direita, na tela - uma clara referência à agressão feita a Marçal, dando mais um indício de que o apresentador possa ter usado o fato para consolidar sua imagem como apresentador de TV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALVES, Mércia; MARTINS, Joyce Miranda Leão. De protagonista a coadjuvante: O declínio do PSDB na eleição de 2018. (Compolítica 2019). Disponível em: http://ctpol.unb.br/wp-content/uploads/2019/04/gt2_Alves_Martins.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

BARBOSA, Guilherme. SBT tem jogada de mestre e adiciona cadeirada a vinheta de Datena; veja o vídeo! . Terra. 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/sbt-tem-jogada-de-mestre-e-adiciona-cadeirada-a-vinheta-de-datena-veja-o-video,da8c9d68c2c4b2a67d35de2fd577b46ehfih71mk.html>. Acesso em 10 abr. 2025.

BARROS, Henrique Sales. Prefeitura de SP: Nunes tem 22%; Boulos, 21%; e Datena, 17%, diz Quaest. CNN Brasil. 27 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/prefeitura-de-sp-nunes-tem-22-boulos-21-e-datena-17-diz-quaest/>. Acesso em 10 abr. 2025.

BRITES, Ramiro. Ex-'segurança' de Bolsonaro, Datena vai a Lula e prevê vitória do petista. 10 out. 2022. Veja. <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ex-seguranca-de-bolsonaro-datena-vai-a-lula-e-preve-vitoria-do-petista/>. Acesso em 10 abr. 2025.

CNN. Eleições 2022: Datena desiste de pré-candidatura ao Senado. 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/datena-desiste-de-pre-candidatura-ao-senado/>. Acesso em 10 abr. 2025 .

CROITOR, Claudia. Campanha invade TVs e rádios na terça. Folha de S. Paulo. 18 ago. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200219.htm>. Acesso em 28 jul. 2025.

DATENA: SÓ NO NOSSO? Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=717196189159598>. Acesso em 28 jul. 2025.

FAÇANHA, Isabela Huerta. FGV - Revista de Iniciação Científica. v. 4 n. 1 (2023). p. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/ric/article/view/86175>. Acesso em 10 abr. 2025.

FOLHA de S. PAULO. Datena aparece em entrevista de Bolsonaro no Palácio do Planalto e é 'confundido' com segurança. 7 out. 2022. Folha. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2022/10/datena-aparece-em-coletiva-de-bolsonaro-no-palacio-do-planalto-e-e-confundido-com-seguranca.shtml>. Acesso em 10 abr. 2025.

FOLHA de S. Paulo. Datena pede desfiliação do PT; partido diz que ele 'não fará falta'. 26 ago.

2015. Folha. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1673899-datena-pede-desfiliacao-do-pt-partido-di-z-que-ele-nao-fara-falta.shtml>. Acesso em 10 abr. 2025.

FUKS, M. & MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Publica*, v. 28, p. 560, 2022.

G1. Datafolha: eleitores apontam a segurança como prioridade do próximo prefeito de São Paulo. G1. 24 ago. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/08/24/datafolha-seguranca-prioridade-proximo-prefeito-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2025.

G1. Datena diz não se arrepender de agressão; Marçal afirma que cadeirada 'foi só um esbarrão'. G1. 16 set. 2024. Disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/09/16/datena-diz-nao-se-arrepender-de-agressao-marcal-afirma-que-cadeirada-foi-so-um-esbarrao.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2025.

GARCIA, Janaina. Pré-candidato, Datena se apresenta como novidade e critica segurança de SP. Uol. 28 jun. 2018. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/06/28/pre-candidato-datena-se-apresenta-como-novidade-e-critica-seguranca-de-sp.htm>

GAYER, Eduardo. Datena confirma que está fora das eleições municipais e fala em candidatura só em 2022. 11 ago. 2020. Estadão. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/datena-anuncia-que-esta-fora-das-eleicoes-municipais-e-fala-em-candidatura-so-em-2022/>. Acesso em 10 abr. 2025.

GOMES, Bianca. PSDB contrata Felipe Soutello, ex-marqueteiro de Ricardo Nunes, para campanha de Datena. Estadão. 15 jul. 2024. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/politica/psdb-contrata-felipe-soutello-ex-marqueteiro-de-ricardo-nunes-para-campanha-de-datena/>. Acesso em 10 abr. 2025.

GOMES, Bianca; HENUD, Hugo; FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Debate na Band: encontro tem troca de farpas, Nunes como alvo e Marçal destemperado. Estadão. 8 ago. 2024. Disponível em:
<https://www.estadao.com.br/politica/debate-na-band-candidatos-prefeitura-sao-paulo-nunes-boulos-datena-tabata-marcal-eleicoes-2024-nprp/>. Acesso em 10 abr. 2025.

GOMES, Bianca; FERREIRA, Zeca; VICTORINO, Adriana; LIMA, Pedro; FIGUEIREDO, Augusto; HENUD, Hugo. Campanha começa com Nunes na igreja, Boulos na periferia, Tabata na escola e Datena no interior. Estadão. 16 ago. 2025. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/politica/campanha-comeca-com-nunes-na-igreja-boulos-na-periferia-tabata-na-escola-e-datena-no-interior/>. Acesso em 10 abr. 2025.

HELENA, Marina. Alguém que tem um quadro do Che Guevara na sala chamamos como?. Facebook/@marinahelenabr. Disponível em: <https://www.facebook.com/reel/1055943545927095>. Acesso em 10 abr. 2025.

LIMA, Bernardo. Datena se filia ao PSB em evento com Alckmin, ministro de Lula e Tabata. 19 dez. 2023. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/19/datena-se-filia-ao-psb-em-evento-com-alckmin-ministro-de-lula-e-tabata.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2025.

LIMA, Kevin. TSE indica tempo de cada candidato na propaganda eleitoral; partidos ainda podem contestar. G1. 18 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/18/tse-indica-tempo-de-cada-candidato-na-propaganda-eleitoral-partidos-ainda-podem-contestar.ghtml>. Acesso em 28 jul. 2025.

LIMA, Pedro; NALDIS, Guilherme. Nunes tem mais da metade do tempo de propaganda eleitoral de rádio e TV; Pablo Marçal fica de fora. Estadão. 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes-2024-tempo-tv-radio-propaganda-eleitoral-gratuita-s-p-sao-paulo-ricardo-nunes-pablo-marcal-guilherme-boulos-datena-marina-helena-nprp/>. Acesso em 10 abr. 2024.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, São Paulo, 7 out. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfozes%20do%20governo%20representativo%20-%20artigo%29.pdf. Acesso em 30 abr. 2024.

MASSUCHIN, Michele; CAVASSANA, Fernanda; CERVI, Emerson. Political Communication, Television Advertising and Elections in Brazil: A Longitudinal Analysis of Two Major Parties' Use of Free Electoral Advertising Time. Brazilian Political Science Review. n 15, v. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/sfdJ96vJn7s3xfdDzvFxp8v/>. Acesso em 28 jul. 2025.

MENDONÇA, Carla; CALEFFI, Renata; JOAY, Ellen. De dama de ferro à inquisidora: Soraya, a guerreira da campanha eleitoral de 2022. In: PANKE, Luciana; JÚNIOR, Mário Messagi (org). Facetas de uma Guerra Brutal: Eleições Presidenciais 2022. Eduepb. Campina Grande. 2023. p. 110-127. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/388644409_De_dama_de_ferro_a_inquisidora_Soraya_a_guerreira_da_campanha_eleitoral_de_2022. Acesso em 28 jul. 2025.

MURAD, Vinicius. Eleição em SP: Saiba quanto tempo de TV cada candidato vai ter no horário eleitoral gratuito. CNN Brasil. 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eleicao-em-sp-saiba-quanto-tempo-de-tv-cada-candidato-vai-ter-no-horario-eleitoral-gratuito/>. Acesso em 28 jul. 2025.

NEGRINI, Michele; TONDO, Romulo. O apresentador espetáculo: o discurso de José Luiz Datena. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. IV Nº 1 - 1º sem. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/issue/view/335>. Acesso em 10 abr. 2025.

Nonato, L. G., Alvarez, M. C., Bachini Pereira, N., Romero Almada, P. E., Besen, B., Lago, C., Oswald Ramos, D., Melo da Silva, D. K., Ramos Garcia, F., de Oliveira Perim, I., e Silva Batista Pilau, L., Fonseca Sander, L., Marcacini, R., Heleno Novello, R., Blotta, V., Nascimento, B., & Ferreira, V. (2024). Monitoramento das Eleições Municipais 2024 – Relatório 1. Figshare. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.26955964>

Nonato, L. G., Alvarez, M. C., Bachini Pereira, N., Romero Almada, P. E., Besen, B., Lago, C., Oswald Ramos, D., Melo da Silva, D. K., Ramos Garcia, F., de Oliveira Perim, I., e Silva Batista Pilau, L., Fonseca Sander, L., Marcacini, R., Heleno Novello, R., Blotta, V., Nascimento, B., & Ferreira, V. (2024). Monitoramento das Eleições Municipais 2024 – Relatório 2. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/relatorio-no-2-monitoramento-das-eleicoes-municipais-de-sp-2024-nas-midias-sociais/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Nonato, L. G., Alvarez, M. C., Bachini Pereira, N., Romero Almada, P. E., Besen, B., Lago, C., Oswald Ramos, D., Melo da Silva, D. K., Ramos Garcia, F., de Oliveira Perim, I., e Silva Batista Pilau, L., Fonseca Sander, L., Marcacini, R., Heleno Novello, R., Blotta, V., Nascimento, B., & Ferreira, V. (2024). Monitoramento das Eleições Municipais 2024 – Relatório 3. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/relatorio-no-3-monitoramento-das-eleicoes-municipais-de-sp-2024-nas-midias-sociais/>. Acesso em 10 abr. 2025.

PODER 360. Datena se filia ao PDT e mira prefeitura de São Paulo. 13 mar. 2023. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/datena-se-filia-ao-pdt-e-mira-prefeitura-de-sao-paulo/>. Acesso em 10 abr. 2025.

RAMALHO, Renan. TSE apresenta previsão do tempo de propaganda no rádio e na TV para cada candidato à Presidência. G1. 23 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/23/tse-apresenta-previsao-do-tempo-de-propaganda-no-radio-e-na-tv-para-cada-candidato-a-presidencia.ghtml>. Acesso em 28 jul 2025.

RAMILL, Carla. Feliz aniversário, Datena! Conheça a trajetória de vida do apresentador. Band.com.br. 19 mai. 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/ultimas/feliz-aniversario-datena-conheca-a-trajetoria-de-vida-do-apresentador-16603377>. Acesso em 10 abr. 2025.

RODRIGUES, Leonardo. Datena propõe a Boulos chapa conjunta à prefeitura de SP e diz que deputado precisaria “peitar o PT”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/datena-propoe-a-boulos-chapa-conjunta-a-prefeitura-de-sp-e-diz-que-deputado-precisaria-peitar-o-pt/>. Acesso em 10 abr. 2025.

SANTOS, Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Quando a inexperiência é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política. v. 42, n. 1. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/56899>

SBT. Datena agora na tela do SBT!. SBT Online. 4 dez. 2024. Disponível em: <https://tv.sbt.com.br/noticia/jornalismo/fofocalizando/279332-datena-agora-na-tela-do-sbt>. Acesso em 10 abr. 2025.

SILVA, Rodrigo Aguiar da. A contribuição das redes sociais na divisão sociopolítica em bolhas informativas e as consequências para a ciberdemocracia. UFSM. Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2 e 3 set. 2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/10.13.pdf>. Acesso em 10 abr. 2025.

STEIN, Marluci; NODARI, Cristine Hermann; SALVAGNI, Julice. Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. Interações, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 19, n.1, p. 43-59, jan.-mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/vmrXc37zFxXk89CL5fxgZzr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 abr. 2025.

STREET, John. Celebrity Politicians: Popular Culture and Political Representation. The British Journal of Politics and International Relations. 2004, v.6, p. 435–452. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2016/POL505/um/65214185/street_-_celebrity_politicians.pdf. Acesso em 10 abr. 2025.

TSE. Resultados: Eleição Municipal Ordinária 2024: São Paulo, SP. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=sp;mu=71072;tipo=3/resultados>. 3 dez. 2024. Acesso em 10 abr. 2025.

TONDO, Romulo; NEGRINI, Michele. Jornalismo televisivo e espetacularização: uma análise do discurso do programa Brasil Urgente. *Disciplinarum Scientia*. Série: Artes, Letras e Comunicação, S.

Maria, v. 7, n. 1, p. 35-43, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumALC/article/download/700/649>. Acesso em 10 abr. 2025.

UOL. Datena chora e admite que desiste da política se perder eleição em SP. Uol. 13 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/13/sabatina-eleicoes-2024-datena.htm>. Acesso em 10 abr. 2025.

UOL. Datena: Lula fez melhor governo e Bolsonaro falou 'muita bobagem' sobre STF. 16 jul. 2024. Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/07/16/datena-lula-fez-melhor-governo-que-bolsonaro-e-81-foi-tentativa-de-golpe.htm>. Acesso em 10 abr. 2025.

UOL. Do PT ao PSL: Datena já passou por 10 partidos - mas nunca chegou à eleição. 4 abr. 2024. Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/04/04/relembre-partidos-que-datena-ja-se-filiou.htm>. Acesso em 10 abr. 2025.

UOL. PSL anuncia filiação de Datena e apoia sua pré-candidatura a presidente. 7 jul. 2021. Uol. disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/07/psl-apoia-datena-pre-candidato-a-presidente.htm>. Acesso em 10 abr. 2025.

UOL. Quem está na frente para prefeito de SP? O que dizem as pesquisas da semana. Uol. 14 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/14/quem-esta-na-frente-para-prefeito-de-sp-o-que-dizem-as-pesquisas-da-semana.htm>. Acesso em 10 abr. 2025.

ZERO HORA. Datena anuncia pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo. 29 jul. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/07/datena-anuncia-pre-candidatura-a-prefeitura-de-sao-paulo-4812303.html>. Acesso em 10 abr. 2025.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

CAPÍTULO 15

ARTÍFICES DA ASCENSÃO E DA QUEDA: O CENTRÃO E O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Igor Sabino Rodrigues Solci¹

<https://orcid.org/0009-0003-1235-3698>.

igorsolci@estudante.ufscar.br

Mestrando no PPGPOL, UFSCar. São Carlos, SP, Brasil.

RESUMO: Este capítulo trata da atuação do Centrão no sistema político brasileiro, observando sua influência na relação entre os poderes da República. Marcada pela necessidade da formação de coalizões para organizar as relações entre Executivo e Legislativo, surge na política brasileira um grupo de partidos que se tornam conhecidos por trocarem os votos sob seu controle por cargos e recursos financeiros. Essa estratégia que privilegia a busca por cargos (*office-seeking*) é criticada pela mídia, reunindo uma série de partidos sob o nome de Centrão, apesar de ser central para a formação das coalizões. A partir de uma pesquisa bibliográfica desde a gênese do conceito de Presidencialismo de Coalizão por Abranches (1988), passando pelas reformulações e críticas ao pessimismo sobre o sistema trazidas por Limongi (2006) e sua atualização em contextos mais recentes (Weller; Limongi, 2024), além de trabalhos sobre o Centrão, o capítulo explora a relação entre a instituição e os atores, bem como as mudanças de regras e ações. Nesse sentido destacamos as mudanças ocasionadas pela Emenda Constitucional 86 e a aproximação do Centrão com Bolsonaro, deixando em dúvida se os partidos manterão seu papel tradicional ou se a seguridade de parte dos recursos é suficiente para a adesão ao *policy-seeking*.

Palavras-chave: Centrão, presidencialismo de coalizão, governabilidade, fisiologismo político, sistema partidário brasileiro.

¹ Mestrando em Ciência Política no PPGPol, UFSCar, graduado em Ciências Sociais na UFSCar. Participante do Grupo de Pesquisa DeCoS. Temas de Interesse: Partidos Políticos, Sistemas Partidários, Comunicação Política. Email: igorsolci@estudante.ufscar.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1235-3698>

ARCHITECTS OF RISE AND FALL: THE CENTRÃO AND THE BRAZILIAN POLITICAL SYSTEM

ABSTRACT: This chapter examines the role of the Centrão in the Brazilian political system, analyzing its influence on the relationship between branches of government. Characterized by coalition-building that structures Executive-Legislative dynamics, the Centrão emerges as a group of parties that trade political support for government positions and financial resources - a strategy classified as office-seeking. Though criticized by media, this mechanism proves crucial for governability. Through bibliographic research tracing from Abranches' (1988) foundational concept of Coalition Presidentialism through Limongi's (2006) revisions of system pessimism to contemporary updates (Weller; Limongi, 2024), beyond works about the Centrão, the chapter explores institutional-actor interactions amid changing rules and behaviors. Key analysis focuses on constitutional changes like Amendment 86 and the Centrão's alignment with Bolsonaro, raising questions about whether these parties will maintain their traditional role or if guaranteed resource access sufficiently enables policy-seeking strategies.

Keywords: Centrão, coalition presidentialism, governability, political patronage, Brazilian party system

INTRODUÇÃO.

Entre os anos de 2019 e 2022, o Brasil teve como presidente uma figura singular. Mesmo tendo sido eleito deputado federal por oito mandatos consecutivos, Jair Messias Bolsonaro pautou sua campanha como um candidato anti-sistema. Dessa forma, ao assumir a presidência, recusou-se a formar um ministério que desse suporte a uma coalizão no Legislativo (Couto, 2021). Tempos depois, fez as pazes com o grupo político denominado “Centrão”, admitindo ter sido parte de um dos maiores partidos de sua composição, o Progressistas (PP), além de ingressar e manter-se filiado a outro partido do grupo, o Partido Liberal (PL).

A partir do cenário traçado acima, é possível desenvolver 3 características que dão corpo a este capítulo: o sistema institucional brasileiro, o comportamento de um determinado grupo de partidos (o Centrão) e os desafios e mudanças que o governo de Bolsonaro imprimiu no jogo político brasileiro. Desta forma, este capítulo se subdivide, além desta Introdução, em 3 seções, tratando cada uma das características acima, seguidos pelas Considerações Finais.

Meu objetivo é apresentar ao leitor uma revisão da literatura que possibilite a compreensão sobre esses partidos que, apesar de não estarem necessariamente implicados nas disputas para o executivo nacional, como PT e PSDB, são fundamentais para a obtenção e manutenção da governabilidade. Tendo em vista que a captação desses partidos para a base governista passava pela distribuição de recursos; mudanças nessas ferramentas, como a Emenda Constitucional 86, fortalecem o Legislativo em detrimento do Executivo, tornando menos atrativo aos partidos lá representados sustentarem o governo.

Desta forma, a primeira seção tratará sobre sistema institucional brasileiro, destacando a discussão sobre o Presidencialismo de Coalizão e seus desdobramentos para a organização das relações entre Executivo e Legislativo por meio da troca de cargos e recursos financeiros. Nesse sentido, passaremos pela discussão sobre os desafios e as funcionalidades do sistema.

A seguir será apresentado meu entendimento sobre o Centrão. Como um termo originado na mídia, ele ainda carece de rigor para sua definição, com algumas poucas tentativas de sistematização de critérios para o pertencimento ou não ao grupo. Contudo, este termo é normalmente designado para referir-se a partidos como PP, Republicanos, PL, União Brasil, PSD e MDB, congregando grande parte dos deputados, adquirindo fundamental importância para as articulações políticas, possibilitando a construção de coalizões que tornam o sistema brasileiro governável.

Por fim, o governo Bolsonaro, aliado a mudanças institucionais que já vinham ocorrendo, modificam as estruturas do jogo político, deixando em aberto se o comportamento do Centrão após este período continuará o mesmo observado anteriormente, da troca de recursos por apoio legislativo. Com o fim do governo e a ascensão da oposição, abre-se o questionamento sobre as possibilidades de formar coalizões que permitam a governabilidade brasileira, ainda mais em um cenário no qual o novo governo não conta com amplo apoio da população, tendo sido eleito com pouco mais do que 50% dos votos.

O PRESIDENCIALISMO BRASILEIRO.

Um dos diagnósticos apresentados pela ciência política sobre o sistema político brasileiro da Nova República é aquele desenvolvido por Abranches (1988), sob o nome de Presidencialismo de Coalizão. Segundo o autor, por conta da heterogeneidade do eleitorado brasileiro, que não se divide apenas em classes, mas também regional e sócio-culturalmente, há uma multiplicação de demandas diversas que ocasiona a fragmentação do sistema partidário, de forma que, para governar, seja necessário a formação de coalizões entre diversos partidos.

Além disso, a própria Constituição de 1988 traz consigo a necessidade de constituir não apenas uma maioria simples, mas qualificada, visto que

(...)nossa tradição constitucional, de constituições extensas, que extravasam o campo dos direitos fundamentais para incorporar privilégios e prerrogativas particulares, bem como questões substantivas, compreende-se que, mesmo no eixo partidário-parlamentar, torna-se necessário que o governo procure controlar pelo menos a maioria qualificada que lhe permita bloquear ou promover mudanças constitucionais. (Abranches, 1988, p. 22)

A conjunção desses fatores torna quase impossível um governo unipartidário, visto a dificuldade em obter tantas cadeiras. Carreirão (2014) aponta que, se nos primeiros governos as coalizões se restringiam até cinco partidos, após 2003 esse número passou a variar entre sete e nove partidos, incluindo agremiações dos mais variados campos ideológicos. Cabe mencionar que a necessidade de formar coalizões maiores se intensificou pela maior fragmentação do sistema partidário de 1988 para cá. Se, naquela época, Abranches (1988) apontava para a existência de quatro partidos mais relevantes, definidos por aqueles que possuem mais do que 5% dos assentos na Câmara dos Deputados, esse número saltou para 11 nas eleições de 2018 e continua praticamente o dobro (sete partidos) em 2022.

Como aponta Mainwaring (1993), a combinação institucional brasileira de presidencialismo, federalismo e multipartidarismo poderia gerar um cenário de paralisia na qual o chefe do executivo não conseguiria governar. Isso porque o autor argumenta que os presidentes dificilmente conseguem formar as coalizões necessárias, às vezes sem o apoio até mesmo do próprio partido. Desta forma, o governo minoritário levaria a paralisia decisória sem mecanismos institucionais para sua resolução, diferindo de sistemas parlamentaristas nos quais o parlamento pode ser dissolvido e novas eleições serem convocadas.

Desde então, diversos outros estudos foram realizados a fim de entender o funcionamento da democracia brasileira, sendo inclusive alvos de revisões de literatura com o fortalecimento do campo (Power, 2010; Palermo, 2016; Couto, Soares, Livramento, 2021). Power (2010) identifica três movimentos no que concerne aos estudos sobre o sistema político brasileiro, sendo a primeira onda marcada por visões pessimistas como já descritas mais acima (Abranches, 1988; Mainwaring, 1993).

Com o sucesso dos governos FHC e Lula entre 1995 e 2010, a percepção sobre a democracia brasileira teria melhorado. Como argumenta Limongi (2006), pelo fortalecimento dos poderes legislativos atribuídos ao presidente após a Constituição de 1988, suas taxas de sucesso - propostas do executivo aprovadas em relação ao total apresentado - e dominância legislativa - propostas aprovadas com origem no executivo com relação ao total - são correspondentes a de governos parlamentaristas.

Na terceira onda de estudos, segundo Power (2010), o que se percebe é uma síntese das visões anteriores. Sob o guarda-chuva teórico do Presidencialismo de Coalizão, diversos estudos passaram a procurar entender como o chefe do executivo constrói e mantém a coalizão de governo.

Palermo (2016), por outro lado, questiona a visão dialética de Power (2010), argumentando que as diferentes vertentes nunca deixaram de coexistir e que a suposta síntese seria na verdade apenas o lado oposto da mesma moeda que as visões pessimistas. Desta forma, o autor apresenta uma nova revisão da literatura abordando diversos aspectos do presidencialismo de coalizão, dentre eles a distinção entre um sistema institucional governável e bem governado.

Nesse sentido, o autor destaca disfuncionalidades apontadas pela literatura sobre o Presidencialismo de Coalizão. Entre elas, questiona-se se a concentração de poderes no Executivo não seria uma forma de deslegitimação do Legislativo. Além disso, os altos custos para a formação e manutenção de coalizões implicam em grandes ministérios, que por sua vez ocasionam descoordenação entre as pastas. Questiona-se também se a corrupção seria inerente

ao sistema, visto que “é frequentemente requerida para a construção de alianças” (Palermo, 2016, p.10).

Couto, Soares e Livramento (2021), por sua vez, fazem uma revisão da literatura sobre a Teoria das Coalizões a fim de argumentar que o caso brasileiro não é tão especial quanto o Presidencialismo de Coalizão tende a afirmar. Desta forma, os autores apresentam quatro gerações de estudos sobre as coalizões, sendo apenas na terceira que os regimes presidencialistas passam a fazer parte dos objetos de pesquisa dessa área da Ciência Política. Os autores ainda apresentam ferramentas que estariam à disposição do presidente a fim de formar coalizões com os outros partidos, dentre as quais destacamos duas: a Distribuição de Ministérios e o Controle Orçamentário.

Sobre a Distribuição de Ministérios, é interessante evidenciar que o grau de coalescência - proporção de ministros e a força no legislativo que determinado partido possui - é uma das formas de identificar a coalizão de governo. Pode-se ainda esperar que os partidos aceitem formar ministério para dar andamento a sua agenda política. Contudo, essa premissa é em parte desmentida pelo estudo de Batista (2013) sobre a origem das propostas executivas e a “disputa” entre a presidência e seus ministros. Os dados da autora mostram que as propostas do executivo têm origem majoritária nos ministérios do partido do presidente. Além disso, ao realizar uma regressão logística para casos raros, o teste apresentou que a força no legislativo dos partidos da coalizão não apresentava correlação com significância estatística para a formulação de propostas do executivo.

É possível imaginar que os partidos entrem na coalizão de governo não para promoverem políticas públicas, mas por priorizarem um aspecto *office-seeking*². Santos (1993) argumenta na direção de que o governo oferece cargos para compor com partidos que não possuem afinidade ideológica com suas pautas. Bertholini e Pereira (2017), ao estudarem os custos - emendas parlamentares, gastos ministeriais e número de ministérios - para o gerenciamento de coalizões também apontam que quanto maior a heterogeneidade ideológica e o desrespeito à proporcionalidade - coalescência - maiores os valores gastos pelo presidente.

Seguindo esse raciocínio, se um partido não é proporcionalmente representado nos ministérios, o que esteve estatisticamente relacionado com o aumento do ICG,³ cuja única variável não relacionada aos próprios ministérios são as emendas parlamentares, depreende-se que o Controle Orçamentário seja figura central para a manutenção de tal partido na coalizão.

² A tríade *office*, *policy* e *vote-seeking* será explicada mais à frente. Cabe aqui elucidar, por enquanto, de forma resumida, que *office-seeking* diz respeito a busca por cargos

³ Índice de Custos do Governo criado por Bertholini e Pereira (2017).

Sobre o Controle Orçamentário, como pontua Vasconcelos (2024), o poder do executivo, para a definição do orçamento público, pode influir em sua relação com o legislativo na efetivação da coalizão presidencial. A discricionariedade que o presidente detinha até 2014 para privilegiar a liberação de emendas em troca do apoio político tem fim quando a aprovação da Emenda Constitucional 86 que estabelece uma parcela obrigatória e proíbe a diferenciação entre deputados e partidos, prejudicando uma das ferramentas disponíveis para a criação de coalizões. Essa mudança institucional, como veremos na terceira seção, diz respeito ao novo contexto de negociações entre Executivo e os partidos no Legislativo, em especial o Centrão.

Como apontada na revisão de Palermo (2016), essa moeda de troca não é bem vista pela imprensa nem pela sociedade (Pereira; Melo, 2014, apud Palermo, 2016). No artigo de Limongi e Figueiredo (2017), ao reconstruir a crise que levou ao *impeachment* de Dilma, é possível perceber a corrupção como tema central para a queda do governo. Apesar de os autores defenderem o sistema político brasileiro, indo contra caracterizações de que os choques entre os poderes se devam a um suposto contraste entre Executivo moderno, cujos objetivos são pensados a longo prazo, e Legislativo atrasado, cujos objetivos são de curto prazo, é impossível não ver a mesma diferenciação na sequência de eventos narrada por eles.

Nessa história, Dilma Rousseff e Eduardo Cunha têm ações pautadas pelo desenrolar das investigações de corrupção promovidas pela Operação Lava Jato. Enquanto a presidente se recusava a interferir no curso das investigações, sendo criticada pela própria base aliada, o presidente da Câmara dos Deputados era “o primeiro ‘peixe grande’ a se enredar seriamente nas investigações” (Limongi; Figueiredo, 2017, p. 93) e utilizava-se de “ameaças, e quando não, à pura chantagem para obter proteção (...)” (Limongi; Figueiredo, 2017, p. 94).

Assim, é impossível não ver o mesmo contraste entre os poderes, interpretação criticada pelos autores, quando o chefe do legislativo, eleito pela maioria dos deputados apesar das investigações de corrupção, leiloa a cabeça da presidente, a fim de impedir o andamento das investigações, e é novamente acompanhado por 367 de seus pares. Em nome da governabilidade do sistema, a troca de recursos lícitos e ilícitos torna-se imperativa.

Nessa relação entre Executivo e Legislativo, na qual as coalizões são organizadas por meio da troca de cargos e recursos por votos, um grupo de partidos se sobressai: o Centrão. Sua caracterização é o alvo da próxima seção.

O QUE É O CENTRÃO?

Para começar esta seção, é imprescindível lembrar que o termo Centrão se origina na mídia e não na Ciência Política. O grupo de partidos que o compõem não está unido por nenhum laço institucional ou programa compartilhado, nem seus deputados pertencentes a uma mesma bancada temática. Ainda assim, alguns estudos (Testa; Mesquita; Bolognesi, 2024, Bezerra e Vieira, 2022, Silva, 2022) buscam transplantar o termo midiático para uma definição mais rígida, própria da ciência.

O termo em si ganha os noticiários em dois momentos distintos (Testa, Mesquita e Bolognesi, 2024; Bezerra e Vieira, 2022). O primeiro deles é seu surgimento na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88. Nessa primeira fase, os autores apontam para o caráter de oposição de uma “maioria silenciosa” contra as lideranças, atreladas às pautas progressistas, presentes na Comissão de Sistematização. Destaca-se deste período o movimento para garantir maior poder às “preferências do legislador atomizado” (Testa, Mesquita e Bolognesi, 2024, p. 4) de maneira que “constituiu-se como um movimento de articulação institucional parlamentar, e por isso um método de ação para mobilizar interesses na arena legislativa” (Bezerra e Vieira, 2022, p. 40).

Anos mais tarde, o termo volta a se popularizar com a ascensão de Eduardo Cunha (do então PMDB) para presidente da Câmara dos Deputados em 2015. Nesse sentido, o artigo de Bezerra e Vieira (2022) busca definir o Centrão a partir de como o termo foi utilizado pela mídia, caracterizando-se por um grupo fisiológico que trocaria o apoio legislativo por cargos e verbas, característica importante para o que foi descrito na seção anterior sobre as relações entre Executivo e Legislativo. As autoras também hierarquizam o grupo de acordo com a persistência dos partidos ligados a ele nas matérias jornalísticas. Assim, PP, REPUBLICANOS, Partido Liberal (PL), Solidariedade e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fariam parte do núcleo partidário fixo, enquanto Democratas (DEM), Partido Social Democrático (PSD) e Avante (AVANTE) pertencem ao núcleo conjuntural. Outros partidos, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Podemos (PODE) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS), também são considerados satélites do Centrão.

Testa, Mesquita e Bolognesi (2024) vão por outro caminho na tentativa de definir quais partidos compõem o Centrão. Assim, começam por consultar cientistas políticos por meio de um *survey*, cujo resultado apontou que os partidos pertencentes ao Centrão são: PP, REPUBLICANOS, PL, PTB, União Brasil (UNIÃO), PSD, MDB, PATRIOTA e PODE. Os

autores, contudo, procuram qualificar mais o termo, apontando características como o conservadorismo de ocasião, o fisiologismo e a busca dos deputados por se eleger de forma independente das legendas. Dessa forma, ao restringir a definição do Centrão para uma mistura de fisiologismo legislativo - liberação de bancada - e eleitoral - notou-se que os partidos elencados pela comunidade de cientistas políticos eram composto por deputados com ligação mais fraca tanto aos líderes dos partidos quanto com movimentos sociais -, os autores chegam a quatro partidos: PP, REPUBLICANOS, PODE e PSD.

Entretanto, temos algumas ressalvas com o método utilizado pelos autores para a delimitação proposta em apenas quatro partidos. O primeiro deles é que aparentam percorrer o caminho inverso quanto ao fisiologismo eleitoral: primeiro definem um grupo de partidos e depois testam se eles possuem ligação mais fraca ou mais forte com as lideranças do próprio partido e movimentos sociais do que o restante dos partidos (aqueles não caracterizados *a priori* como do Centrão). Entretanto, para a identificação de fisiologismo eleitoral, o caminho deveria ser outro: primeiro examinar quais os indicadores de todos os partidos em relação ao fisiologismo; tendo esta estatística em mão, então seria possível identificar quais partidos são os mais fisiológicos nesta arena, possibilitando uma construção *a posteriori* do que seria o Centrão.

Quanto ao fisiologismo legislativo, se é a barganha de cargos do Executivo por votos no Legislativo é o que está em jogo, não faz sentido classificar como pertencentes ao Centrão os partidos que mais liberam suas bancadas. Apesar da explicação de que a liberação de bancada serviria para evitar conflitos internos e eventuais punições por descumprimento da fidelidade partidária, esse mecanismo enfraquece o valor desses partidos por diminuir a previsibilidade do executivo.

Silva (2022), por sua vez, define Centrão a partir da identificação de partidos de uma ideologia compondo coalizões com governo de ideologia adversa. Para isso, a autora divide os partidos em “Esquerda” X “Direita” a partir da autopercepção dos deputados. Assim, chega a um Centrão composto por: MDB, PP, PL, REPUBLICANOS, PTB, PSD, Partido Social Cristão (PSC), Solidariedade, Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), AVANTE, Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), PODE, PATRIOTA e Democracia Cristã (DC). Ainda assim, essa classificação apresenta alguns problemas como a inexistência de partidos de centro que pudessem compor tanto com governos de esquerda quanto de direita para formação de coalizões em prol da governabilidade. Além do mais, por conta dos sucessivos governos de esquerda, um partido da mesma vertente só poderia ser classificado como

pertencente ao Centrão, seguindo o esquema proposto, se tivesse composto com FHC, primeiro presidente analisado, quase 20 anos antes. Testa, Mesquita e Bolognesi (2024) também criticam a falta de atenção dada por Silva (2022) ao fisiologismo e clientelismo eleitoral, apesar de não responderem satisfatoriamente a esses mesmos problemas.

Apesar da dificuldade de definir com exatidão quais partidos formam o Centrão a partir das pesquisas elencadas até aqui, sua caracterização é suficiente para a discussão ensejada neste capítulo. Além do mais, alguns partidos figuram independentes da metodologia adotada: PP, REPUBLICANOS, PSD e PODE

Com o arranjo institucional brasileiro que requer grandes coalizões que possibilitem as relações entre Executivo e Legislativo, visto na primeira seção, determinados partidos foram se especializando para propiciar esse arranjo, integrando as coalizões em troca de cargos e votos. Sob a alcunha de Centrão, esses partidos privilegiam a obtenção de cargos (*office-seeking*) à ideologia (*policy-seeking*) e por isso são caracterizados como fisiológicos.

Um partido *vote-seeking* é aquele que adota como principal objetivo conquistar o maior número possível de votos e ganhar eleições. Na vertente *policy-seeking*, o objetivo principal é defender uma política (ou políticas) pública(s). Já o partido *office-seeking* busca essencialmente conquistar acesso a cargos no governo mesmo que, para isso, seja obrigado a adotar estratégias não maximizadoras de voto, (...) (Wolinetz, 2002 *apud* Ribeiro, 2014, p. 14)

Baião, Couto e Oliveira (2019) ao estudarem as emendas parlamentares destinadas à saúde, demonstram como o direcionamento desses recursos parece obedecer mais a características políticas que auxiliem na reeleição do deputado por intermédio do prefeito - similar, guardadas as devidas proporções e momentos históricos, ao relacionamento entre governadores e coronéis na Primeira República descrita por Leal (2012) -, do que a carência dos municípios e benefício dos cidadãos. Assim, a busca por cargos garante a manutenção de votos e a sobrevivência desses partidos, apesar da falta de projetos relacionados a políticas públicas.

A queda de Dilma tratada na seção anterior é um primeiro sinal da crise entre os poderes e de como a perda da aliança entre o Executivo e o Centrão pode ter consequências para a governabilidade. Na seção seguinte trataremos desta crise e do que esperar do comportamento do Centrão em anos mais recentes.

A CRISE.

Como descrito brevemente na primeira seção, a balança de poderes entre Executivo e Legislativo é alterada a partir de 2015 com a Emenda Constitucional 86, visto que o primeiro perde a discricionariedade para privilegiar os partidos que compunham sua base por meio das emendas parlamentares. Esse fortalecimento do Legislativo, e por consequência dos partidos cujos objetivos são cargos e recursos, retira uma das ferramentas de barganha que o Executivo dispunha para formar sua coalizão. Importa notar que é o mesmo período em que o termo Centrão volta a aparecer na mídia com a ascensão de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados, responsável pelo *impeachment* de Dilma, como discutido mais acima. Aliada à mudança institucional, a conjuntura também traça possibilidades de mudança para o comportamento do Centrão.

Após o interregno de Michel Temer como presidente da República, assumiu o posto Jair Bolsonaro. Como apontado no início deste capítulo, Bolsonaro fez campanha como candidato anti-sistema, de maneira que, ao conseguir a presidência, desconsiderou as forças políticas presentes no Legislativo (inclusive o Centrão). Segundo a tipologia de Couto (2021), 5 eram os tipos de ministros: 1) econômicos; 2) militares; 3) políticos com lealdade pessoal à Bolsonaro; 4) cruzados-ideológicos; 5) burocratas.

Se no início a possibilidade de governar sem recorrer ao Centrão ainda era praticável, ela não permaneceu até o fim do mandato. Escândalos que levaram à saída de Sérgio Moro, juiz que integrou a Operação Lava-Jato e dava um verniz anti-corrupção ao governo, aliados à necessidade de evitar uma abertura de processo de *impeachment* provocada pela CPI da Covid-19, resultaram na entrada do Centrão no governo, podendo ser observada na nomeação de Ciro Nogueira (PP) para a Casa Civil.

A relação entre Bolsonaro e os partidos do Centrão apenas se aprofundou ao longo dos anos, culminando na filiação do ex-presidente ao Partido Liberal, um dos partidos citados pelas pesquisas apresentadas na seção anterior. Além disso, a coligação que tentou a reeleição de Bolsonaro em 2022 contava, além do PL, com o Progressistas e Republicanos, dois dos partidos do Centrão por todas as métricas apresentadas. Nesse cenário, os partidos do Centrão, aliados a um líder forte, poderiam privilegiar tanto a obtenção de cargos quanto uma defesa ideológica para conseguirem votos e manterem suas cadeiras no Congresso. Contudo, sabemos que as eleições resultaram na vitória de Lula, oposição à Bolsonaro.

Nesse novo cenário, cria-se a pergunta sobre qual seria a atuação do Centrão. Por um lado sua aliança com Bolsonaro poderia garantir votos dos eleitores identificados com o líder, além de já terem assegurados parte dos recursos financeiros por meio da EC 86. Por outro, seriam os cargos em Ministérios suficientes para atrair esses partidos para formar e gerir uma coalizão de governo?

Cabe destacar que mesmo a entrada em Ministérios, apesar do acesso aos recursos, possui seus custos. O primeiro deles é a identificação com o governo Lula, o que inviabilizaria a obtenção dos votos dos eleitores de Bolsonaro. Além disso, a entrada em qualquer ministério costuma ser um risco uma vez que a avaliação do presidente recai sobre seus ministros. Como argumentam Batista, Power e Zucco (2024), a adesão a coalizões só é boa eleitoralmente se o presidente for popular. Portanto, uma eleição apertada como a de 2022 deixa dúvidas sobre a popularidade do mandatário e se os riscos superariam os ganhos.

De viabilizadores de um Presidencialismo de Coalizão, a atuação do Centrão passa a ser vista como potencializadora de uma crise no qual o Executivo não consegue montar uma coalizão majoritária. Excluídos da possibilidade de formar coalizões, esses partidos podem dificultar a governabilidade, eventualmente criando o caos da paralisia decisória prevista por Mainwaring (1993). Se Limongi, em artigo escrito com Figueiredo (Limongi; Figueiredo, 2017), ainda defendia que a crise do Impeachment de Dilma se devia às ações tomadas pelos atores políticos e não poderia ser vista como uma crise do Presidencialismo de Coalizão, o autor, mais recentemente (Weller; Limongi, 2024), pondera sobre o fim do modelo existente após o governo Bolsonaro.

Em “Democracia Negociada: política partidária no Brasil da Nova República”, Weller e Limongi (2024) buscam traçar os principais acontecimentos políticos entre 1974 e 2016, pontuando como neste período a democracia brasileira passou de sua consolidação ao apogeu. O *impeachment* de Dilma e a ascensão de Bolsonaro marcam a transição de um regime de “alianças e consensos” para o “confronto aberto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Antes de finalizar este capítulo, é oportuno fazer uma recapitulação dos principais pontos e a linha de raciocínio que busquei traçar para o cenário atual. O sistema político brasileiro, por uma conjunção de fatores como multipartidarismo, eleições proporcionais, etc, gera um

Legislativo fragmentado em diversos partidos, impedindo que o partido chefe do Executivo governe sozinho.

Diversos estudos foram feitos não apenas sobre o caso brasileiro, mas qualquer sistema de governo que necessite de coalizões partidárias para ser governado. Nesse sentido, os estudos apontam para a importância de observar não apenas o processo de montagem de coalizões, mas da gestão das mesmas. Para ambas as tarefas, o executivo dispõe de ferramentas, como o Controle Orçamentário e a Distribuição de Ministérios. Contudo, essa prática, a troca de recursos por votos, é mal vista pela mídia e pela sociedade, além de ser alvo de esquema de corrupção, como o Mensalão deixa evidente.

Se, pelo lado do Executivo, o sistema oferece ferramentas que propiciam a montagem de coalizões. Do lado Legislativo um grupo de partidos se sobressai por aceitar a troca de votos pelos recursos. Optando por uma estratégia de estilo *office-seeking*, esses partidos conseguem se manter no poder enviando recursos para suas bases, o que gera votos na eleição seguinte. Mesmo que originado na mídia e carente de uma definição científica rigorosa, o epíteto Centrão congrega um conjunto de partidos tanto no imaginário popular quanto nos *experts* da Ciência Política. Nesse sentido, as mudanças ocasionadas tanto institucionalmente quanto pela conjuntura leva-nos a questionar se os acordos até aqui estabelecidos entre Executivo e Legislativo perdurarão

Isso porque, após a Emenda Constitucional 86, o Legislativo, e os partidos do Centrão por consequência, obtiveram a garantia dos recursos que antes eram discricionários do Executivo, utilizados como moeda de troca na formação de coalizões. Além disso, escândalos dentro do governo Bolsonaro o levaram a se aliar ao grupo, ocasionando até na entrada do líder carismático em um dos partidos que compõem o imaginário do Centrão, o PL.

Com a vitória de Lula na eleição seguinte, fica em suspenso qual seria a melhor estratégia a ser adotada por esses partidos para manter seus votos. De um lado, já têm garantido os recursos das emendas parlamentares e podem contar com o alinhamento a Bolsonaro para obter votos junto a seu eleitorado. De outro, aderir a Lula, comportamento esperado do Centrão antes de 2014, significaria obter cargos nos Ministérios, que não vêm sem custos à imagem do partido e ocasionaria em um desgaste da imagem de aliados fiéis a Bolsonaro.

Além disso, é importante distinguir os partidos que compõem o grupo do Centrão, sendo que cada um pode optar por uma estratégia diferente, seja ela *office-seeking* ou *policy-seeking*. Enquanto o PL pode continuar a se radicalizar por abrigar Bolsonaro e outros políticos alinhados, mudando a estratégia típica, o PSD pode ingressar tanto no governo de Lula quanto

no de Tarcísio, governador de São Paulo pelo REPUBLICANOS, e aliado de Bolsonaro, mantendo a busca por cargos. Isso demonstra que, apesar de serem tratados como iguais no imaginário político, esses partidos conservam características que os diferenciam quanto a meios e fins.

Meu objetivo com a elaboração deste capítulo foi demonstrar a importância de um determinado grupo de partidos, o Centrão, para possibilitar a governabilidade do sistema político brasileiro. Pouco estudados pela ciência política, em vista do predomínio de análises sobre os principais competidores para a Presidência da República, PT e PSDB, esses partidos podem ser a causa (ou a solução) para crises em governos brasileiros.

REFERÊNCIAS.

ABRANCHES. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**. Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988. p. 5-34.

BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Quem ganha o quê, quando e como? Emendas orçamentárias em Saúde no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 71, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ZTGNpZyqYZKysNcGLqS3trj/> Acesso em: 30/12/2024.

BATISTA, Mariana. O Poder no Executivo: explicações no presidencialismo, parlamentarismo e presidencialismo de coalizão. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 127–155, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YLtnXcvNkrYLtq7LJfDQnwP/> Acesso em: 30/12/2024.

BATISTA, Mariana; POWER, Timothy J.; ZUCCO, Cesar. Be careful what you wish for: Portfolio allocation, presidential popularity, and electoral payoffs to parties in multiparty presidentialism. **Sage Journals**. v. 30, n. 4, p. 662-636. jul 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/13540688231168603> Acesso em: 09/04/2025.

BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 528–550, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9przPh6zP4sTwMds84qcj3B/abstract/?lang=pt> Acesso em 30/12/2024.

BEZERRA, Gabriella M. L.; VIEIRA, Márcia P.; Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**. Vitória. v. 10, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/cadecs.v10i1.39670> Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/39670> Acesso em 17 ago 2024.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 14, pp. 255-295. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MjzLhCM43mvxLzMd8M9w6Zh/#> Acesso em: 13 ago 2024.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Do Governo-Movimento ao Pacto Militar-Fisiológico. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE Fábio; MARONA, Marjorie (orgs). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 35-49.

COUTO, Lucas; SOARES, Andéliton; LIVRAMENTO, Bernardo. Presidencialismo de coalizão: conceito e aplicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34 p. 1-39, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fmVjS6nMXFZHFYBJ9jpwH9g/> Acesso em 30/12/2024 .

FORO de Teresina: democracia negociada. Entrevistados: Leonardo Weller e Fernando Limongi. Entrevistadores: Fernando de Barros e Silva, Ana Clara Costa e Celso Rocha de Barros. [S.l.]: Piauí. 26 dez. 2024. Podcast. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/foro-de-teresina/> Acesso em: 29/12/2024.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos**, n. 76, p. 17–41, nov. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/BFxz33vLwN9rRnGy6HQMDbz/> Acesso em: 30/12/2024.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina C.. A crise atual e o debate institucional. **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 3, p. 79–97, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/KBxnHhZWWCPJ5zgJwKTTzSK/abstract/?lang=pt#top> Acesso em: 06 fev 2025.

MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 28/29, p. 21-74. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jNSnyNhFWxkHKVvNDdj94zD/#top> Acesso em: 30/12/2024.

O Assunto #197: A parceria entre Bolsonaro e o Centrão. Entrevistados: Thiago Vidal e Nilson Klava. Entrevistadora: Renata Lo Prete. [S.l.]: G1. 25 maio 2020. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/05/27/o-assunto-197-a-parceria-entre-bolsonaro-e-o-centrao.ghml> Acesso em 19 ago 2024.

O Assunto #500: Com Bolsonaro, Centrão chega ao topo. Entrevistada: Natuza Nery. Entrevistadora: Renata Lo Prete. [S.l.]: G1. 22 jul 2021. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2021/07/22/o-assunto-500-com-bolsonaro-centrao-chega-ao-topo.ghml> Acesso em 19 ago 2024.

O Assunto #679: Centrão no topo e com Bolsonaro. Entrevistado: Bruno Carazza. Entrevistadora: Renata Lo Prete. [S.l.]: G1. 5 abr 2022. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/04/05/o-assunto-679-centrao-no-topo-e-com-bolsonaro.ghml> Acesso em 19 ago 2024.

PALERMO, Vicente. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. **Brazilian Political Science Review**. [S.l.], p. 1-29. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000200003> Acesso em: 05 fev 2025.

POWER, Rimothy J.. Optimism, pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of brazilian democracy. **Bulletin of Latin American Research**. Oxford, vol. 29, n 1, p. 18-33, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1470-9856.2009.00304.x> Acesso em: 04 fev 2025.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Revista de Sociologia e Política**. 2014, v. 22, n. 49, pp. 5-37. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100002> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/WP5YWdwKDm5ZnywsJrRXmPc/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 3 jul 2024.

SANTOS, Tibério Celso Gomes dos. O desequilíbrio institucional entre os poderes republicanos: elementos estruturais, circunstanciais e o fenômeno da judicialização da política. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte, v. 8 n. 1. 2023. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2023.40537> Acesso em 30/12/2021.

SILVA, Mariana Borges Martins da. Existe um eleitor do Centrão? Clientelismo, força eleitoral e os partidos do Centrão. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs). **Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?**. São Paulo: HUCITEC Editora. 2022. p. 141-161. Disponível em: <https://lojahucitec.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Democracia-e-Eleicoes-no-Brasil.pdf?srltid=AfmBOor-lm9jXMPRh16peBwPjOdYV36kbnqSvm1YONrCEcM8YWLx0xc> Acesso em: 30/12/2024.

TESTA, Graziella, MESQUITA, Lara e BOLOGNESI, Bruno. DO FISIOLÓGISMO AO CENTRO DO PODER: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. **Caderno CRH**. 2024, v. 37. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.55537> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KYZ8sp5GL475Rnww8bMVGhj/#ModalArticles> Acesso em: 17 ago 2024.

VASCONCELOS, Mariana. **Das Emendas Individuais ao Orçamento Secreto**: a gestão da coalizão no governo Bolsonaro (2019-2022). Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, p. 53. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/03e0d2c0-cf41-44aa-8ce9-3ca0d279d68c> Acesso em: 30/12/2024.

WELLER, Leonardo; LIMONGI, Fernando. **Democracia negociada**: política partidária no Brasil da Nova República. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2024.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

SOBRE OS PARTICIPANTES E COMITÊ CIENTÍFICO

AUTORES E REVISORES

Professora Kátia Gonçalves de Lima Sena

Graduada em Letras pela Universidade da Vitória de Santo Antão – UNIVISA (2002), possui pós-graduação em Gestão e Planejamento pela UNIFACOL – Centro Universitário Facol (2007). Professora de Língua Portuguesa da rede estadual de Pernambuco há 18 anos, atua prioritariamente com turmas do 3º ano do Ensino Médio, desenvolvendo atividades voltadas para leitura, interpretação de textos, produção escrita e literatura.

Ao longo de sua trajetória profissional, tem dedicado atenção especial à preparação dos estudantes para avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nesse contexto, tem buscado alinhar os descritores de Língua Portuguesa às necessidades cognitivas e emocionais dos alunos, construindo estratégias didáticas que conciliam conteúdo, motivação e protagonismo juvenil.

Suas práticas pedagógicas incluem o uso de metodologias ativas, como gamificação, sala de aula invertida e quizzes, recursos que promovem maior engajamento dos estudantes e transformam a experiência de aprendizagem em um processo interativo e colaborativo. Além disso, investe na integração das emoções e da dimensão afetiva como elementos fundamentais para a consolidação da aprendizagem significativa.

Seus interesses de investigação concentram-se nas áreas de ensino de Língua Portuguesa, metodologias inovadoras, avaliação educacional, práticas de leitura e escrita no Ensino Médio, bem como no estudo de recursos pedagógicos que contribuam para o fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia discente.

Atualmente, participa de debates e produções acadêmicas voltadas à melhoria da prática docente e ao desenvolvimento de estratégias que unam teoria e prática no contexto escolar. Seu objetivo é contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, reflexiva e conectada com as demandas contemporâneas da sociedade e dos estudantes.

E-mail: katiaecarlos01@gmail.com

Cristiane Ribeiro Pires

Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos. Foi bolsista CNPq (2024) e é, atualmente, bolsista FAPESP com a pesquisa: Gerações ou ciclos de vida? Analisando o efeito da idade sobre valores pós-materialistas e democráticos no Brasil. Faz parte do INCT ReDem (Representação e Legitimidade Democrática) e integra o VOX (Centro de estudos de comportamento político). Bacharel em Ciências Sociais (2023) com dupla ênfase em Ciência Política e Sociologia, também pela UFSCar. Também foi bolsista FAPESP em 2022 para o desenvolvimento de pesquisa de iniciação científica acerca da presença de valores

pós-materialistas no Brasil. Atua na área de cultura e comportamento político. Tem interesse especial pelas áreas de distribuição de valores, substituição geracional e legitimidade democrática. Contato: cristianerp@estudante.ufscar.br <https://orcid.org/0000-0003-3826-3861>

Antonio Augusto Surian Cera Filippini

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, (UNESP), Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Áreas de interesse: Políticas Públicas, Gestão Pública, Governo Local, Comportamento Eleitoral e Partidos Políticos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7629-9238> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5556049428422086> antoniofilippini02@gmail.com

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Dra. em Ciência Sociais pela PUC/SP. Pós Doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Iberoamérica Salamanca/Espanha. Docente dos programas de Pós graduação do programa de Ciências Sociais. UNESP/FCLAR. Campus de Araraquara. Docente da UFSCar. São Carlos, São Paulo (SP), Brasil. Áreas de interesse: Políticas Públicas, Gestão Pública, Governo Local, Comportamento Eleitoral e Partidos Políticos. Bolsista Produtividade CNPq 1C. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0622-1512> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762029784021248> teresa.kerbauy@gmail.com

Eduardo Boni Nanque

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Membro do Grupo de Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latinos-Americanos (NEPPLA). Email: eduardo7@aluno.unilab.edu.br.

SOUZA, Alexandre Nogueira de

Doutorando em Ciência Política (UFSCar), Mestre em Ciência Política (UFSCar), Pós-graduado em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia (PUC-RS) e bacharel em Relações Internacionais (UFU). São Carlos (SP), Brasil. alexandre.ns97@icloud.com <https://orcid.org/0009-0009-7942-6445>

NUNES, Gabriel Baldan

Mestrando em Ciência Política (UFSCar), Bacharel em Ciências Sociais (Unesp- Araraquara). São Carlos (SP), Brasil. <https://orcid.org/0009-0004-4164-4774> gabriel.hbnunes@gmail.com

Lucas Romano López

Graduado e Mestre em Políticas Públicas pela UFABC, atualmente doutorando na UFSCar no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e membro do grupo de pesquisa VOX coordenado pelo Prof. Dr. Gabriel Avila Casalecchi. Interesse por temas como Teoria Democrática, Valores Democráticos, Participação Política, Ativismo, Opinião Pública e investigações quantitativas sobre adesão à democracia. ORCID: 0000-0002-7361-0067 Email: lksftw@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6839736719525300>

Isaac Ferreira Cavalcante

Sociólogo, Bacharel em Ciências Sociais com Licenciatura em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí — UFPI. Licenciado em Informática - UNIASSELVI, Licenciado em Pedagogia - UNIBF e Mestre em Ciência Política pela UFPI. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR — Brasil, Orientador Drº Thales Haddad Novaes de Andrade. Mestre (c) em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento pela Universidade Internacional da Andaluzia — Espanha. Especialista em: Big Data & Data Science, Gestão Educacional, Docência no Ensino Superior, Desenvolvimento de Aplicações Web, Experiência do Usuário (UX) e Interface do Usuário (UI), Desenvolvimento Web. Ex-Secretário Geral do Grupo de Jovens Investigadores da Associação Latino-Americana de Ciência Política — ALACIP/JOVEN (2021 – 2022). Integrante do Laboratório de Dados e Técnicas em Ciência Política – Lab.Pol da - PPGPol/UFSCAR.

<https://orcid.org/0000-0002-0368-7085> isaacferreira@estudante.ufscar.br

Leandro Carvalho Lima

Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso (2009); MBA em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Cândido Mendes (2017); Especialista em Direito Administrativo, Constitucional e Gestão Pública pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (2023); Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (2021); e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (2025...). É Analista de Desenvolvimento Econômico e Social – perfil Turismólogo, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso (SEDEC) desde 2014, onde atua no planejamento, na geração, análise e disseminação de dados e informações sobre a atividade turística no Observatório do Turismo MT. É Diretor Regional Centro-Oeste da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo (RBOT) desde 2023. Investiga o fenômeno turístico e sua relação com as políticas públicas, planejamento, indicadores de desempenho e reputação online.

<http://lattes.cnpq.br/4307581681777606> <https://orcid.org/0000-0001-8378-1786>

leandro.lcturismo@gmail.com

Mariana Stuchi

Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - (UNESP). Áreas de interesse: Política ambiental, Economia Política, Sociologia Econômica e Sustentabilidade.

<https://orcid.org/0009-0002-9711-7389> <http://lattes.cnpq.br/1319237693031826>

mariana.stuchi@estudante.ufscar.br

Igor Sabino Rodrigues Solci

Mestrando em Ciência Política no PPGPol, UFSCar, graduado em Ciências Sociais na UFSCar. Participante do Grupo de Pesquisa DeCoS. Temas de Interesse: Partidos Políticos, Sistemas Partidários, Comunicação Política. Email: igorsolci@estudante.ufscar.br,
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1235-3698>

Lucas Mariano Maciel-Baqueiro

Bacharel em Humanidades e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFSCar). Pesquisa sobre populismo relacional, narcisismo coletivo e sociologia política. ORCID: 0000-0002-9580-0355 lucas.baqueiro@gmail.com

Maria do Socorro Sousa Braga

Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora e Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado pelo Centro Latino-Americano da Universidade de Oxford e pela USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFSCar). Pesquisa sobre instituições, comportamento político, estudos eleitorais e partidos políticos. ORCID: 0000-0003-2141-9778 msbraga@ufscar.br

Murilo Calafati Pradella

Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da Universidade Federal de São Carlos (NEPPLA-UFSCar). Pesquisa sobre instituições, comportamento político e estudos eleitorais.
ORCID: 0000-0001-8964-8169 murilopradella@estudante.ufscar.br

Johnny Daniel Matias Nogueira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política PPGPOL da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9007-2877> johnny.cp.ufscar@gmail.com

ZORZI, André Carlos.

Mestre em Ciência Política (UFSCar, 2025). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (PUC-SP, 2017) e em Gestão de Políticas Públicas (USP, 2024). Co-autor do livro "Lusa: 100 anos de Amor e Luta" e autor do livro "Para Nós És Sempre O Time Campeão - A Portuguesa de 1996". Participou do grupo de pesquisa DECOS (UFSCar, 2023-2024). Atuação profissional como jornalista no Estadão. Principais temas de investigação: política brasileira; televisão brasileira; futebol. <https://orcid.org/0000-0001-9205-7669>
andre.carlos.pesquisa@gmail.com

Haron Barberio Francelin

Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), concluído em 2015. É também Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), com formação finalizada em 2022. Obteve o título de Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL), em 2023. Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar (PPGPOL). Sua linha de pesquisa concentra-se na análise do Supremo Tribunal Federal (STF), com foco na metodologia prosopográfica e nas dinâmicas de recrutamento institucional, especialmente no contexto do período pós-redemocratização.

Julio Cesar Donadone

Atualmente é professor Titular da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar e coordenador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças _NESEFI. Foi pesquisador visitante na University of California Berkeley (1998 e 2018) e na EHESS -École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris 2005. Bolsista produtividade 2 do CNPq. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas:, intermediários, financeirização e dinâmica dos campos. <https://orcid.org/0000-0002-2129-0129> julio@dep.ufscar.br

Gregório Henrique Silva Duarte

Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças - NESEFI. Investiga a luz da teoria das elites a relação entre as elites econômicas e políticas e os recursos naturais no Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-5478-5298> gregoriosociologia@gmail.com

COMITÊ CIENTÍFICO

Drº. Bruno de Castro Rubiatti

Professor adjunto na UFPA. Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005), mestrado (2008) e doutorado (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos.

Bruno Mello de Souza

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí, e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Realizou Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença (UFPI) e do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (UFPEL). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Instituições, Cultura e Sociabilidades (NICS/UESPI). Atua principalmente nos seguintes temas: cultura política, capital social, democracia, eleições, participação política e transições à democracia.

Drº Cláudio André de Souza

Graduado em Ciências Sociais, habilitação em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Professor Adjunto de Ciência Política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, São Francisco do Conde (BA). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL). Filiado à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Drª Olívia Cristina Perez

Doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Kursou o bacharelado e licenciatura plena em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (FCLAr/UNESP). Tem estágio pós-doutoral no Programa de Investigación en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (CLACSO, Univ. Manizales/CINDE, FLACSO, UBA, PUC San Pablo, COLEF, CIPS, UNLa). Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI) vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas. Liderou a equipe que criou o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (APCN/2019), tendo sido coordenadora do mesmo por três anos (2016-2019). Foi Editora Associada da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS/Anpocs) na área de Ciência Política (2019-2021) e presidente da Regional Nordeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) (2019-2021). Coordenou o Fórum dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais durante o ano de 2021. Atualmente é vice coordenadora do programa de

Pós-Graduação em ciência Política (UFPI). Coordena a sessão "experiências" do Observatorio Latinoamericano y Caribeño en Primera Infancia, Niñez y Juventud (Cinde/Clacso). Coordena pesquisa sobre coletivos de juventudes (financiamento CNPQ/edital Universal). É membro do Grupo de Trabalho Infâncias e Juventudes da Clacso, do Núcleo Democracia e Ação Coletiva (NDAC/CEBRAP) e líder do Grupo de pesquisa Democracia e Marcadores Sociais da Diferença. É associada à Alacip, LASA, Clacso, Anpocs, SBS e ABCP. Sua área de pesquisa engloba temas como coletivos, participação social, movimentos sociais, feminismos e juventudes em perspectiva comparada com outros países da América Latina. Bolsista Produtividade em Pesquisa - UFPI.

Drº Thales Haddad Novaes Andrade

Graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1990) e doutorado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente é Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência em diversas áreas das Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência e tecnologia, meio ambiente e inovação.

Drª Yasmin Calmet

Doctora en Ciencia Política, licenciada en Ciencias Sociales (con énfasis en Ciencia Política) y Magister en Sociología Política por la Universidad Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil. Actuó como investigadora del Instituto de Estudios Políticos Andinos, Perú. Fue miembro investigadora del Grupo de Estudios en Seguridad Internacional y Defensa (GESED) y del Observatorio de Seguridad Pública vinculado al Núcleo Interdisciplinar en Políticas Públicas (NIPP-USFC) en los cuales desarrolló trabajos de investigación sobre la “Construcción de la imagen del terrorista”, “Nuevas Guerras y Violencia”, e “Indicadores de Gestión Institucional para Seguridad Pública”. Fue Profesora sustituta en el Departamento de Ciencias Sociales en la Universidad Federal de Santa Catarina (2013-2014) y en la Universidad Federal da Fronteira Sul (2019-2020). Experiencia en el área de Ciencia Política, con énfasis en: Conflictos Armados, Derechos Humanos, Guerra, Narcoterrorismo, Seguridad Pública, Participación Política, Democracia, Autoritarismo y Terrorismo. Idiomas: Portugués, Inglés, Francés (intermedio), Italiano (intermedio) y Árabe (básico). Tiene dominio en Software de Estadística SPSS y Lenguaje R. Actualmente es Profesora Invitada en la Universidad Católica de Santa María, Arequipa- Perú. Es investigadora autónoma y dirige el Programa Politicando com Yasmin, en el cual elabora contenido político y de educación política.

Drª Simone Piletti Viscarra

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo realizado Doutorado Sanduíche na Universidade de Denver (2014). Possui Mestrado na mesma área, especialização pela Universidade de Salamanca e graduação em Ciências Sociais pela UFRGS. Atualmente é Professora de Ciência Política (UNIVASF-Juazeiro-BA), Professora do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), Professora do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), vice-cordenadora do Politik - Centro de Estudos em Instituições, Participação e Cultura Política e Presidenta executiva da ABCP Nordeste. Tem experiência na área de metodologia de pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: capital social, cultura política, democracia, instituições políticas, Estado e participação política.

Drº Luís Gustavo Bruno Locatelli

Doutor em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV-SP. Graduado em Ciências Sociais (2011-2014), mestre em Ciência Política pela UFSCar (2015-2016), além de ganhador do Prêmio Eduardo Kugelmas em 2014 e 2016 - ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) - primeiro lugar. Integra o CEPESP/FGV-SP (Centro de Política e Economia do Setor Público) e o CEPP (Centro de Estudos de Partidos Políticos) da Universidade Federal de São Carlos. Realiza pesquisas nas áreas de partidos políticos, sistemas partidários, eleições e participação política no contexto brasileiro e em perspectiva comparada.

Drª Luciana da Conceição Farias Santana

Professora Associada de Ciência Política na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Docente do corpo permanente no PPGC/UFPI e do PPGCP/UFAL. É Graduada em História (UniBH), Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou estância de doutorado Sanduíche/Capes-DGU na Universidade de Salamanca (USAL/Espanha). É Diretora do Instituto de Ciências Sociais da UFAL (2022-2026). É a atual Secretária Executiva da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) (Gestão 2022/2024 e 2024/2026), foi Diretora (e vice-diretora) da Regional Nordeste da ABCP (2020/2022). Participou da Comissão de Relações Regionais da ANPOCS (2021/2022). Faz parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher de Alagoas, do Conselho Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Alagoas e do Conselho editorial da Imprensa Oficial Graciliano Ramos de Alagoas. É coordenadora na Rede Análise Covid-19 e integra a coordenação da Rede Solidária de Pesquisa. Integra também a Red Politólogas, o PRILA/UFMG e o Observatório das eleições (INCT - Instituto da Democracia). É uma das fundadoras da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), onde atua como membro do seu Comitê Executivo. Integra o GT do MEC sobre Permanência materna no Ensino Superior (2023/2024). É colunista no Blog Legis Ativo/Voto Consciente, no Latinoamerica 21 e na Rádio Nova Brasil FM/Maceió. É pesquisadora e uma das fundadoras do Centro de Estudos Legislativos (CEL/UFMG), criado em 2004. É líder do grupo de pesquisa no CNPQ: Instituições, Governos, Comportamento Político e Democracia, onde coordenou uma rede nacional de pesquisadores no projeto "Governos estaduais e ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19. Foi coordenadora do Curso Ciências Sociais modalidade Presencial (2010-2014) e na modalidade EAD (2013-2020), ambos na UFAL, foi coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAL), entre 2015 e 2022. Foi contemplada com o Stein Rokkan Award concedido pelo IPSA/AISP (2009). Tem experiência em Consultorias para Governos, Pesquisas eleitorais, atividades relacionadas à Ética e Pesquisa. Os principais temas de pesquisas acadêmicas são: Instituições políticas, Governos, Eleições, Interseccionalidades na política e Políticas públicas.

Drº Ricardo Ossagô de Carvalho

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Possui Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e é Graduado - Bacharel em Ciências - Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) Licenciatura em Sociologia, ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus do Ceará, nos Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), Licenciatura em Sociologia e professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em

Humanidades (MIH). Desde fevereiro de 2023 ocupa cargo de Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários na Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem experiência nas áreas de Instituições Políticas com foco em: Democracia, transições políticas, forças armadas e conflitos na África; Políticas Públicas, movimentos sociais e Sociologia de juventude em vulnerabilidade social; Política internacional com ênfase em política externa, atuação de organismos internacionais na África Ocidental, processo de construção de Estados na África; Estudos Africanos; relação Brasil-África e projetos de cooperação com os PALOPS. Tem interesse nos estudos ambientais; estudos de gênero e política nos países africanos e Epistemologia do Sul

Drº Hesaú Rômulo Braga Pinto

Professor Adjunto I do Curso de Ciências Sociais da UFNT - Campus Tocantinópolis. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (2012) e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (2016). Doutorado em Ciência Política pelo IPOL/UnB (2024). Trabalha com Representação Política, Legislativo e Política Comparada.

Drª Gabriela Ippolito-O'Donnell

Is an Argentinean professor and renowned researcher. She holds a PhD in Political Science from the University of Cambridge (United Kingdom), with a Master's degree in Political Science from the University of Notre Dame (USA) and a Bachelor's degree in Political Science from the University of Salvador (Argentina). She is a Political Science professor at the School of Humanities of UNSAM (National University of San Martín, Argentina). She holds a bachelor's degree in Political Science from the School of Politics and Government of the National University of San Martín (EPyG, UNSAM, Argentina). With an impressive academic background, she was Director of the School of Political Science of the University of Salvador (USAL, Argentina), of the Center for Studies of Civil Society and Public Life. She also consulted for the UNDP (United Nations Development Program) Human Development Report. She was a visiting professor at the Universities of Notre Dame (USA), British Columbia (Canada), Chonnam (South Korea), Chengchi (Taiwan), and National Autonomous University (Mexico). She is the author of the book *The Right to the City: Popular Contention in Contemporary Buenos Aires* (University of Notre Dame Press), co-editor of *The Political Science of Guillermo O'Donnell* (EUDEBA, Buenos Aires), and *Law and Political Science in the Thought of Guillermo O'Donnell* (IUS-Mexico).

Prof. Doutor Gabriel Ávila Casalecchi

Mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com doutorado sanduíche no Latin American Public Opinion Project (LAPOP), na Vanderbilt University, e pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Recebeu o prêmio de melhor tese de Ciência Política de 2016 pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). É Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e atua nas áreas de cultura e comportamento político

Drº Pedro José Floriano Ribeiro

Professor de Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos desde 2010, foi Coordenador da Área de Ciência Política e Relações Internacionais da FAPESP, e Gestor da Área de Humanidades na mesma agência. Foi Fulbright Chair in Democracy and Human Development no Kellogg Institute, University of Notre Dame (EUA, 2018), e Celso Furtado Visiting Professor na Universidade de Cambridge, St John's College (2015-16). Recebeu o Prêmio CAPES de Teses 2009, o Prêmio Olavo Brasil de Lima Jr. em 2014 (conferido pela Associação Brasileira de Ciência Política), e o prêmio da revista *Regional and Federal Studies* 2021, pelo melhor artigo publicado no periódico no ano anterior. Foi editor associado da *Brazilian Political Science Review* (2016-23), e já colaborou com os jornais *Valor Econômico* e *El País*, entre outros. Tem passagens também pela Universidade do Porto (Portugal) e pela Universidade de Salamanca (Espanha).

Raimundo Batista dos Santos Junior

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (1988), mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutor em Ciência Política pela mesma Universidade. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Intergovernamentais, atuando principalmente nos seguintes temas: globalização, Estado, políticas públicas, interdependência e relações internacionais.

Drº. Jefferson Ferreira do Nascimento

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 03/2018-06/2022). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 03/2016-02/2018). Especialista em História, Cultura e Sociedade, especialista em Educação a Distância e MBA em Gestão de Pessoas. Kursou a graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 03/2002-12/2006), obtendo o bacharelado em Sociologia e em Ciência Política e a Licenciatura em Ciências Sociais. Professor EBT'T no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Câmpus Sertãozinho. Docente credenciado no Mestrado Profissional ProfEPT (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) na linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT". Membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino Americanos (NEPPLA), do Núcleo de Estudos de Política Contemporânea (NEPCon) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional e Tecnológica (GEPEPT). Autor do livro "Ellen Wood - o resgate da classe e a luta pela democracia".

Teoria e Política

Dialógos Contemporâneos



Organizadores
Isaac Ferreira Cavalcante
Eduardo Boni Nanque